

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ

CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

CAETANO AZEVEDO GOMES DA SILVA

PROTESTOS DE 2019 NO CHILE: CONSEQUÊNCIAS DA
IMPLEMENTAÇÃO DO NEOLIBERALISMO ECONÔMICO
DURANTE O REGIME MILITAR E IMPLICAÇÕES
CONTEMPORÂNEAS NA CONDIÇÃO DE DEPENDÊNCIA
PERIFÉRICA

Recife

2020

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ

CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

CAETANO AZEVEDO GOMES DA SILVA

**PROTESTOS DE 2019 NO CHILE: CONSEQUÊNCIAS DA
IMPLEMENTAÇÃO DO NEOLIBERALISMO ECONÔMICO
DURANTE O REGIME MILITAR E IMPLICAÇÕES
CONTEMPORÂNEAS NA CONDIÇÃO DE DEPENDÊNCIA
PERIFÉRICA**

**Trabalho de conclusão de curso
como exigência parcial para graduação
no curso de Relações Internacionais, sob
orientação da Prof. Dra. Joyce Helena
Ferreira da Silva.**

Recife

2020

Ficha catalográfica
Elaborada pela biblioteca da Faculdade Damas da Instrução Cristã

S586p Silva, Caetano Azevedo Gomes da.
Protestos de 2019 no Chile: consequências da implementação do neoliberalismo econômico durante o regime militar e implicações contemporâneas na condição de dependência periférica / Caetano Azevedo Gomes da Silva. – Recife, 2020.
157 f.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Joyce Helena Ferreira da Silva.
Trabalho de conclusão de curso (Monografia – Relações Internacionais) – Faculdade Damas da Instrução Cristã, 2020.
Inclui bibliografia

1. Neoliberalismo. 2. América Latina. 3. Dependência. I. Silva, Joyce Helena Ferreira da. II. Faculdade Damas da Instrução Cristã. III. Título.

327 CDU (22. ed.)

FADIC (2020.1-614)

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ

CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

CAETANO AZEVEDO GOMES DA SILVA

PROTESTOS DE 2019 NO CHILE: CONSEQUÊNCIAS DA
IMPLEMENTAÇÃO DO NEOLIBERALISMO ECONÔMICO DURANTE O
REGIME MILITAR E IMPLICAÇÕES CONTEMPORÂNEAS NA
CONDIÇÃO DE DEPENDÊNCIA PERIFÉRICA

Trabalho de conclusão de curso
como exigência parcial para graduação no
curso de Relações Internacionais, sob
orientação da Prof. Dra. Joyce Helena
Ferreira da Silva.

Aprovado em ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

Profº. Me. Bianor da Silva Teodósio Neto

Profª. Dr. Joyce Helena Ferreira da Silva

Profº Me. Rodolfo Ramirez Soto

Recife

2020

AGRADECIMENTOS

O estudo e consumo de produções de origem latina e a familiarização com a caminhada em percursos deliberadamente tortos dos que vieram antes de nós, vem influenciando a forma como toda uma nova geração se enxerga, e como percebem o mundo ao seu redor. Naturalmente, o fim do meu percurso como graduando em Relações Internacionais não poderia ser finalizado de forma diferente para mim.

Ao iniciar o processo dessa pesquisa, qualquer aviso prévio do que viria a acontecer ao longo da sua realização faria qualquer um questionar a própria sanidade mental. Foram tempos difíceis, mas inimaginavelmente piores para milhares de brasileiros. Então, dedico esse espaço para agradecer todas e todos que transmitiram suas energias e me fortaleceram de alguma forma para que fosse possível chegar nesse momento de plena gratidão e felicidade, apesar das circunstâncias.

Primeiramente, nada do que foi escrito nessa pesquisa teria o mesmo sentido e significado sem as oportunidades oferecidas para mim através do meu trabalho junto ao Mirim Brasil e à mulher extraordinária que o preside, Sylvia Siqueira Campos. A magnitude da conexão entre este internacionalista e o seu tema de pesquisa simplesmente não existiria sem a presença de Sylvia na minha vida. Obrigado por ampliar minha visão e por todos os ensinamentos.

Desde o começo da pesquisa, tive o constante apoio do namorado mais atencioso e resiliente que já existiu, Yago. Nossa história juntos começaria ao mesmo tempo que o início da minha jornada acadêmica e, agora, ao fim da última fase desse ciclo, percebo o quanto você me fez uma pessoa ainda mais dedicada e engajada em tudo que acredito e me proponho a fazer. Obrigado por estimular o melhor de mim e por sempre ter estado ao meu lado, principalmente nos dias em que tudo parecia estar pesando um pouco mais.

Para minha mãe, Karla, espero que tenha feito você orgulhosa do seu filho, e que logo estejamos juntos para celebrar esse momento e todos os outros que nos levaram até aqui. Para meu pai, Caetano, quando a situação chegou ao ponto em que comecei a questionar se você estaria aqui quando eu estivesse me formando, nunca imaginei que, de uma forma ou de outra, você continua aqui. Para o meu irmão, Eriton, obrigado por ter me ajudado quando precisei.

Para minha irmã, Paloma, obrigado por ter lidado com toda a progressiva degradação mental e espiritual da melhor maneira possível e ajudado como pôde. Meu amor por vocês é imortal.

Considerando todo o contexto que estamos vivenciando, decidi me jogar por completo nesse trabalho. Por isso, o apoio dos seres de luz que considero amigos – no trabalho, momentos de descanso e de dar sinais de vida – foi muito além do importante. A coragem envolvida em suportar todos os surtos e frustrações ao longo do caminho é realmente admirável. E quando digo seres de luz que considero amigos, quero dizer: Júnior, Débora, Alice, Tati, Gabriela, Bruno, Heitor, Ana Clara, Carlos, Clarice, Maria Fernanda e Rayane, além de Ana, Vitória, Hiago, Bruna, Neto e Gabriel. Deixo aqui meu agradecimento a todos por existirem.

Aos meus colegas internacionalistas que também são seres de luz e, além disso, amigos maravilhosos: cheguei atrasado, mas cheguei. Se eu pudesse resumir os quatro anos que passamos convivendo juntos, eu teria a obrigação de escolher as horas antes das provas. Sim, regadas de desespero, mas também de várias lembranças extremamente aleatórias e surtos memoráveis. Por isso, e por todo o resto, desejo o melhor do que o mundo tem pra oferecer para todos. A felicidade em concluir essa fase da minha vida só faz sentido por ter sido compartilhada com vocês. Rebeca, Sofia, Marcone, Amanda Lima, Marcela, Iohanna, Marcelo, Rayana, Mariana, Emily, Matheus, Amanda Almeida, Carol e Gabriele. Ah! e Dante. O potencial de vocês é astronômico.

Por fim, gostaria de agradecer aos meus professores. O reflexo do universitário quando se forma, ao olhar para si mesmo quatro anos atrás em seu primeiro dia de aula, abrange todos os conhecimentos transmitidos e ensinamentos valiosos que todos, de alguma maneira, adicionaram às nossas vidas. Em particular, agradeço à minha orientadora, Joyce Ferreira, por todo o acompanhamento e engajamento com a pesquisa proposta, além de ter sido a responsável pelas reflexões que levariam à escolha do tema apresentado. Ademais, não posso deixar de agradecer ao Prof^o Bianor Teodósio, por tudo. De verdade.

Por fim, inspirado pelas palavras de Maria da Conceição Tavares, deposito minha fé na história e na nossa capacidade de aprender com ela. Até que a mesma sirva como mecanismo para fortalecer as pernas com as quais iremos nos reerguer, seguiremos nos levantando e logo caindo, num ciclo constante, rumo ao nosso padecer. A história da América Latina e do Brasil são fundadas em resistência. Logo, é apenas natural crer em nosso legado.

“Soy lo que sostiene mi bandera

*La espina dorsal del planeta, es mi
cordillera*

Soy lo que me enseñó mi padre

*El que no quiere a su patria, no quiere a
su madre*

*Soy América Latina, un pueblo sin
piernas, pero que camina”*

Calle 13

RESUMO

A história do Chile teve o seu marco histórico mais recente constituído pelos protestos que tomaram as ruas das grandes cidades do país a partir de outubro de 2019. O que se iniciou com um aumento da tarifa dos transportes públicos, de 30 pesos (valor equivalente a 0,43 dólar), na Região Metropolitana de Santiago, se transformou nas maiores demonstrações populares desde o período do regime militar de Augusto Pinochet. Tais manifestações vieram com vigorosa surpresa ao restante do mundo, visto o seu status consolidado como modelo de crescimento econômico na América Latina. Não obstante, os cidadãos chilenos lotaram as ruas nos últimos três meses da década de 2010 e adiante, denunciando a contínua e abundante disparidade social, além da subsequente precária qualidade de vida perdurada pela majoritária parcela da população. Tais problemáticas teriam duas origens principais: o modelo chileno, baseado na política econômica neoliberal oriunda do regime militar de Augusto Pinochet, e a incongruência dos interesses nacionais com os da elite cosmopolita chilena. Ao versar sobre tais aspectos condicionantes através da perspectiva da teoria da dependência e, ao fazê-lo, delinear uma dinâmica de causalidade entre a implementação do neoliberalismo no Chile e a propagação da condição dependente para além das limitações periféricas, a presente pesquisa procura defender a associação da transição para o neoliberalismo econômico no Chile aos protestos de 2019 com base em uma reconfiguração da dinâmica centro-periférica.

Palavras-chave: Neoliberalismo. América Latina. Dependência.

ABSTRACT

The history of Chile had its most recent landmark constituted by the protests that took the streets of major cities in the country as of October 2019. What started with a public transport fare increase, by 30 pesos (value equivalent to 0.43 dollars), in the Metropolitan Region of Santiago, became the largest popular demonstrations since the period of Augusto Pinochet's military regime. Such manifestations came with vigorous surprise to the rest of the world, given its consolidated status as a model of economic growth in Latin America. Nevertheless, Chilean citizens crowded the streets in the last three months of the 2010s and beyond, denouncing the continuous and abundant social disparity, in addition to the subsequent precarious quality of life endured by the majority of the population. Such problems would have two main origins: the Chilean model, based on the neoliberal economic policy from the dictatorship period, and the incongruity of the national interest with those of the Chilean cosmopolitan elite. Addressing these conditioning aspects through the perspective of dependency theory and, by doing so, establishing a cause-and-effect dynamic between the implementation of neoliberalism in Chile and the ongoing spread of the dependent condition beyond peripheral limitations, the present research seeks to defend an association of the transition to economic neoliberalism in Chile with the 2019 protests based on a reconfiguration of the center-peripheral dynamics.

Key words: Neoliberalism. Latin America. Dependency.

RESUMEN

La historia de Chile tuvo su punto de referencia más reciente, constituido por las protestas que tomaron las calles de las principales ciudades del país a partir de octubre de 2019. Lo que comenzó con un aumento en la tarifa del transporte público en la Región Metropolitana de Santiago en 30 pesos. (valor equivalente a 0,43 dólares), se convirtió en la mayor manifestación popular desde el período del régimen militar de Augusto Pinochet. Tales manifestaciones fueron una sorpresa vigorosa para el resto del mundo, dado su estatus consolidado como modelo de crecimiento económico en América Latina. Sin embargo, los ciudadanos chilenos abarrotaron las calles en los últimos tres meses de la década de 2010 y más allá, denunciando la continua y abundante disparidad social, además de la subsiguiente precaria calidad de vida que padece la mayoría de la población. Tales problemas tendrían dos orígenes principales: el modelo chileno, basado en la política económica neoliberal del período de la dictadura, y la incongruencia de los intereses nacionales con los de la élite cosmopolita chilena. Al abordar estos aspectos condicionantes a través de la perspectiva de la teoría de la dependencia y, al hacerlo, delinear una dinámica causal entre la implementación del neoliberalismo en Chile y la propagación de la condición dependiente más allá de las limitaciones periféricas, la presente investigación busca defender asociación de la transición al neoliberalismo económico en Chile con las protestas de 2019 basadas en una reconfiguración de la dinámica centro-periférica.

Palabras clave: Neoliberalismo. Latinoamérica. Dependencia.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Fragmento do documento oficial " <i>Department of State, Chilean Executions, November 16, 1973</i> "	59
Figura 2 - Comunicado de imprensa do <i>Panel de Expertos del Transporte Público</i> anunciando o aumento da taxa dos sistemas de transporte.....	120
Figura 3 - Manifestantes congregados na <i>Plaza Baquedano</i> e sobre o <i>Monumento al Genio de la Libertad</i>	125
Figura 4 - Distribuição mundial dos protestos e manifestações ocorridas em 2019	135

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Número de vítimas de prisão política e tortura entre 1973 e 1990 (por período) .51	
Gráfico 2 - Índice de preços das commodities entre 2000 e 2015.....	106
Gráfico 3 - Comparativo de taxas inflacionárias entre o Chile e a média na América Latina no período de 2000 a 2018	108
Gráfico 4 - Índice do Investimento Externo Direto (IED) no Chile entre 2000 e 2018 (em bilhões de dólares).....	112
Gráfico 5 - Dívida externa do Chile por setor institucional no período de 2002 a 2019 (em milhões de dólares).....	114
Gráfico 6 - Índice do Coeficiente de Gini no Chile no período de 1990 a 2015	116

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Indicadores macroeconômicos do Chile no período entre 1964 e 1970.....	30
Tabela 2 - Crescimento da participação eleitoral em eleições presidenciais entre 1925 e 1970	72

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1. INTERFERÊNCIA INTERNACIONAL E A TRANSIÇÃO POLÍTICO-ECONÔMICA NO CHILE DO FINAL DO SÉCULO XX	15
1.1. Cenário político-econômico do Chile pré-1964 e a presença industrial estrangeira	16
1.2. Os esforços intervencionistas estadunidenses e a corrida presidencial de 1964....	24
1.3. Política econômica de Eduardo Frei Montalva (1964-1970) e as transformações oriundas da década de 1960	27
1.4. A ameaça Allende: os esforços intervencionistas estadunidenses na eleição presidencial de 1970	32
1.5. A transição para o socialismo democrático: política econômica do governo de Salvador Allende (1970-1973)	37
1.6. O golpe de 1973 e a inteligência estadunidense na ascensão de Augusto Pinochet ao poder	42
1.7. O regime Pinochet (1973-1990): primeiros passos do neoliberalismo na América Latina e o “milagre chileno” em evidência no cenário internacional	49
2. FUNDAMENTOS DA DEPENDÊNCIA CHILENA FRENTE À PRIMAZIA DO CAPITALISMO NEOLIBERAL GLOBALIZADO	63
2.1. Teoria da Dependência: concepção e desenvolvimento	66
2.2. Atores condicionantes e conclusões dependentistas sobre o caso chileno	84
3. COLAPSO DO MODELO CHILENO NO CICLO DE INSTABILIDADE INTERNACIONAL CONTEMPORÂNEO	96
3.1. Modelo chileno: “o melhor ‘aluno’ latino-americano” do neoliberalismo.....	98
3.2. 2019: protestos no Chile e suas implicações no âmbito internacional	116
3.2.1. O marco dos trinta pesos em trinta anos de história	119
3.2.2. Repercussão e implicações internacionais	127
CONSIDERAÇÕES FINAIS	138
REFERÊNCIAS	143

INTRODUÇÃO

A história do Chile teve o seu marco histórico mais recente constituído pelos protestos que tomaram as ruas das grandes cidades do país a partir de outubro de 2019. O que se iniciou com um aumento da tarifa dos transportes públicos da Região Metropolitana de Santiago em 30 pesos (valor equivalente a 0,43 dólar), se transformou na maior demonstração popular nacional desde o período do regime militar, liderado por Augusto Pinochet. Embora tais manifestações tenham causado vigorosa surpresa para o restante do mundo, visto o seu status consolidado como modelo de crescimento econômico na América Latina, os cidadãos chilenos lotaram as ruas nos últimos três meses da década de 2010 e adiante denunciando a contínua e abundante disparidade social, além da subsequente precária qualidade de vida perdurada pela majoritária parcela da população – dilemas sociais não contemplados em uma análise estritamente macroeconômica do país. Tais problemáticas teriam duas origens principais: o modelo chileno, baseado nos preceitos neoliberais primeiramente formulados pelos Chicago Boys, e a elite nacional, continuamente intervindo no íntegro progresso chileno.

A partir dos anos 1960, diversos pensadores latino-americanos formularam postulados teóricos que lograssem explicar as falhas nas tentativas de industrialização e independência econômica, no controle dos altos índices inflacionários e o porquê dos baixos níveis de crescimento generalizados da região – versando, entre seus fatores expoentes, os mesmos dois fatores supracitados. O conjunto de obras redigidas por renomados pesquisadores, cientistas e economistas como Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra, o alemão André Gunder Frank e o ex-presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso, resultou na concepção da Teoria da Dependência. A teoria explica o “atraso” através de uma perspectiva sistêmica, do caráter inerentemente dependente do modelo capitalista financeiro com relação à periferia mundial. Por sua vez, este caráter estaria atrelado aos interesses das elites cosmopolitas, ao divergir dos interesses nacionais, e de políticas de austeridade propagadas pelos países centrais e instituições financeiras internacionais.

Nesse sentido, as manifestações de 2019 resultaram, até então, em um comprometimento estatal, ao propor um novo pacote de medidas de seguridade social e por em prática uma reformulação massiva dos cargos governamentais. Ademais, um plebiscito iminente que irá determinar a realização e, no caso favorável, formulação de uma nova

Constituinte – sucessora da Constituição de 1980. Porém, as propostas governamentais foram de encontro com a já acentuada deslegitimação e falta de confiança das instâncias políticas representativas por parte da população nacional. Não obstante, essa mesma constatação pôde ser observada em diversos protestos ao redor do mundo, também ocorrendo simultaneamente naquele ano. Dessa maneira, a descrença em concepções seculares, como o contrato social e a representação política, em meio à primazia do neoliberalismo econômico em escala global constituiriam as circunstâncias de uma ruptura com os paradigmas do sistema internacional ainda vigentes.

Isto posto, condicionada à uma análise exploratória através do método de pesquisa quali-quantitativo, a presente pesquisa será segmentada por três capítulos. O primeiro capítulo irá realizar um levantamento histórico da política econômica do Chile, enfatizado na transição das políticas nacional-desenvolvimentistas, características dos governos anteriores ao regime militar, para o neoliberalismo pinochetista, através de pontos de interseção com seus fatores externos intervenientes. O capítulo seguinte irá introduzir a perspectiva e conceitos oriundos da Teoria da Dependência e as perspectivas da mesma sobre a problemática proposta, analisando-o através da dicotomia centro-periferia, da influência do neoliberalismo econômico no espectro latino-americano e do papel exercido pela elite cosmopolita da região na configuração atual da condição de dependência.

Adiante, o terceiro capítulo apresentará um estudo de caso enfatizando os protestos de 2019 no Chile. Ao constatar a inalteração da política econômica do período ditatorial nos governos democráticos sucessores e analisar a trajetória socioeconômica do país a partir do pós-redemocratização, explanando as circunstâncias que resultaram em seu papel atual de destaque internacional como um modelo econômico a ser seguido por sua região continental, será estabelecida uma correlação entre tais fatos e o contexto de recessão socioeconômica em escala mundial da contemporaneidade. Por fim, associando este contexto ao observado aprofundamento e proliferação geopolítica da defasagem do modelo capitalista financeiro globalizado e do sistema político representativo, serão formulada as devidas conclusões, posicionando os tópicos contemplados por este capítulo em um contexto amplo de mudanças sistêmicas, presentes e futuras, provindas do pós-globalização.

1. INTERFERÊNCIA INTERNACIONAL E A TRANSIÇÃO POLÍTICO-ECONÔMICA NO CHILE DO FINAL DO SÉCULO XX

Seguindo os postulados de Heródoto, a compreensão do passado será o norteador deste primeiro passo para a íntegra compreensão da temática proposta. Estabelecendo o recorte histórico necessário para fundamentar análises posteriores, este capítulo será concentrado nas políticas econômicas implementadas nos governos democráticos de Eduardo Frei Montalva (1964-1970) e Salvador Allende (1970-1973), bem como na ditadura militar chilena, comandada por Augusto Pinochet (1973-1990). Em outras palavras, a transição político-econômica do Estado nacional-desenvolvimentista e provedor da seguridade social de Frei ao Chile neoliberal de Pinochet. Da mesma maneira, este período de monumental importância para a história do país e da América Latina também seria marcado pela potencialização do intervencionismo internacional no país. Tendo em vista sua convergência histórica com a Guerra Fria (1945-1991) e o papel de liderança exercido pelos Estados Unidos da América (EUA) durante e após a Segunda Guerra Mundial no sistema internacional, não é de se espantar o protagonismo estadunidense nesse mérito.

Isto posto, a disputa eleitoral e o efetivo governo de viés socialista de Allende, à primeira vista, poderia representar a origem lógica desses esforços intervencionistas. No entanto, tais operações em território chileno possuem antecedentes históricos desde a Guerra da Independência do Chile (1812-1926), no contexto de emancipação da América Espanhola, iniciado após a captura do Rei Fernando VII pelas forças napoleônicas em 1808. O ápice da influência direta dos EUA no país seria consolidado no século XX, por meio de suas empresas mineradoras de cobre – do qual o Chile é, historicamente, o maior produtor e exportador mundial.

Já na segunda metade do século, a interferência estadunidense voltou-se para o âmbito político, majoritariamente ditada pelos esforços contra as sucessivas candidaturas de Salvador Allende para a presidência do Chile nas décadas de 1950 e 1960 e pela viabilização do golpe de Estado que depôs o seu governo e estabeleceu o regime militar na década de 1970. Sem qualquer oposição social e política e após duas recessões econômicas sob comando dos militares, ocorre a efetiva concretização do que viria a ser comumente conhecido como o

*modelo chileno*¹, resultante da modificação sistêmica efetuada na política econômica do país visando sua liberalização econômica e culminando em um próspero início da década de 1990 no país.

Assim sendo, este capítulo irá abordar os pilares fundamentais do histórico partidário e sociopolítico do país, seguido pelo foco nas políticas econômicas postas em prática pelos líderes anteriormente mencionados em seus respectivos mandatos – ou, de forma mais apropriada, períodos no poder. Será conferida a devida ênfase no desempenho socioeconômico das estratégias econômicas adotadas e seus impactos no país, através de uma perspectiva caracteristicamente macro. De forma simultânea, este balanço histórico será complementado pelos métodos e práticas utilizadas pelos Estados Unidos para intervir em cada específico contexto até a implementação do neoliberalismo no Chile, contemplando perspectivas heterogêneas no mérito da transição e aplicação do modelo econômico², e do desmembramento do regime militar no início dos anos 1990.

1.1. Cenário político-econômico do Chile pré-1964 e a presença industrial estrangeira

Em termos de trajetória política e econômica, o Chile possui as particularidades inerentes a um Estado marcado pelo imperialismo do século XV e inserido no espaço geopolítico da América Latina após seus respectivos processos de independência. Evidentemente, o país constituiu-se de forma a representar um Estado-nação *stricto sensu* após as grandes guerras emancipatórias contra a coroa espanhola³, quando o país e o que viria a ser consentido em termos de regime político e sistema de governo seriam moldados. A gênese da estrutura partidária chilena se deu em 1830 – pouco mais de uma década após a sua formalmente declarada independência – e sua história não se absteve de ditar aspectos sem precedentes no âmbito regional, até aquele momento. O que viria a se suceder, desde a

¹ Termo comumente referenciado para sintetizar as alterações implementadas na política econômica chilena pelo general Augusto Pinochet na década de 1980, que representou o pioneirismo da aplicação do neoliberalismo ao nível institucional, seguida pelas políticas econômicas neoliberais posteriormente introduzidas no Reino Unido, pela primeira-ministra Margharet Thatcher (1979-1990), e nos Estados Unidos, pelo governo de Ronald Reagan (1981-1989) (JONES et al, 2005, p. 100).

² No que concerne a vasta amplitude de interpretações e conceitos relacionados ao termo “modelo econômico”, será utilizada nesta pesquisa a definição elaborada por Alberto Mayol (2012, n.p, tradução nossa) ao definí-lo como “os princípios que regem a relação entre a dimensão econômica de uma sociedade e o restante das dimensões (política, normativa, cultural e estrutura social)”.

³ A Batalha de Maipú (1818) é comumente creditada como a batalha que *finalizou* a independência do Chile sob o domínio espanhol (COLLIER e SATER, 2004).

continuidade institucional ao histórico econômico, concebe as evidências que suportam essa premissa (COLLIER e SATER, 2004).

A antiga capitania-geral, negligenciada pelo Império Espanhol e geograficamente isolada do restante dos demais povos colonizados da região continental, concebeu uma cultura nacional singular. Apesar disso, a estratificação social era consistente ao que poderia ser observado posteriormente como um padrão latino-americano: preponderante descendência imigrante europeia da elite e proeminente descendência ameríndia – caso do Chile – e/ou afrodescendente da classe trabalhadora (COLLIER e SATER, 2004, p. 1). Tal serviria de referência para ditar a participação eleitoral, distribuição de terras e condições de vida e de trabalho do período da *Patria Nueva* (1818-1823), a primeira pós-independência e inicialmente comandada pelo herói nacional Bernardo O’Higgins, até as reformas eleitorais que entrariam em vigor entre as décadas de 1950 e 1960 (COLLIER e SATER, 2004, p. 240). Dessa forma, a hierarquia social nacional, formada e encabeçada pela elite proprietária de terras e a Igreja, faria com que o vigente ímpeto revolucionário no Chile – munido de ideais que remetiam ao movimento iluminista e à Revolução Americana, além do liberalismo e nacionalismo da Revolução Francesa – permanecesse, na prática, confinada em si mesmo. Logo, “apesar da mudança ideológica, os principais marcos sociais da época colonial permaneceram tão notáveis como sempre.” (COLLIER e SATER, 2004, p. 42, tradução nossa).

Com o período da *Patria Nueva*, chegava uma época intermediária de extrema instabilidade sociopolítica (1823-31) após a retirada das últimas forças espanholas do território chileno e a Guerra Civil de 1829-30⁴, que ocasionou a própria instauração do cargo de Presidente da República – substituindo o cargo de Diretor Supremo. A partir do contexto da República Conservadora (1831-1861), o sistema político e a estrutura partidária chilena foram inicialmente delineados pelos partidos Conservador e Liberal (COLLIER e SATER, 2004, p. 1) e seriam imediatamente marcados pela constante formação de coalisões e alianças entre os partidos, além de fraudes, corrupção e intrigas. Os autores Collier e Sater (2004, p.

⁴ Podendo ser descrita como uma guerra civil que nunca chegou a acontecer, a Revolução de 1829 foi travada entre os que apoiavam o chefe das tropas conservadoras, José Joaquín Prieto, e os que apoiavam o então presidente do Senado e Presidente da República interino, Francisco Ramón Vicuña. Foi impulsionada pelo descontento de Prieto com relação à deliberação do Congresso – predominantemente integrado pelo partido Liberal – de conferir a vice-presidência à Vicuña e, de forma mais abrangente, à descontinuidade política predominante no Chile naquela época. Representou o fim do viés liberal no comando do país, iniciado pelo General Francisco Antonio Pinto através da Constituição de 1828, e o marco inicial do domínio conservador, com a eleição de José Joaquín Pinto em 1831 e a promulgação da Constituinte de 1833. (COLLIER e SATER, 2004).

54, tradução nossa) descrevem essa concepção inicial como uma “fusão do autoritarismo colonial com os componentes notórios do constitucionalismo republicano [estadunidense]”. Como pode ter sido deduzido, os Conservadores iriam exercer, neste momento, o papel de coalisão predominante, pondo em vigor uma nova constituição presidencialista em 1833 – muito embora instituindo um Congresso com poderes amplos que regularmente estancaria as propostas do Executivo. O documento somente seria submetido à novas alterações após quase quatro décadas.

A partir desse período e pelas três décadas seguintes, pôde ser observada uma solidez política sem precedentes, desde o contexto nacional ao da América hispânica do século XIX (COLLIER e SATER, 2004, p. 51)⁵. Ademais, o fim das restrições comerciais da época colonial tinha invocado o crescimento exponencial da produção e do comércio exterior chileno da época. A imediata força do comércio marítimo, em detrimento do transandino, propiciou a vigorosa presença estrangeira e a influência do então hegemônico Império Britânico no Chile⁶. Mesmo assim, em termos econômicos, o nascer da nação ainda seria marcado por uma sucessiva alternância entre estagnação e crises. A inflação tornaria-se uma problemática constante na história do país.

Eventualmente encontrariam-se alternativas para conquistar um desenvolvimento da riqueza e do poder econômico nacional suficiente para angariar controle sob as crises, ainda durante este período. A descoberta de minas de prata e cobre na cidade de *Chañarcillo* e a amplificação da atividade portuária⁷ consolidaram a mineração e exportação como as principais atividades econômicas do país. Ao contrário da política tarifária praticada desde O’Higgins, as tarifas foram sendo gradativamente reduzidas, embora ainda resguardando firmemente os incentivos à produção doméstica⁸.

⁵ Os autores não se abstêm de salientar fatores essencialmente chilenos que auxiliaram na concepção dessa estabilidade institucional incomum: o território, embora extenso, exíguo; o quantitativo populacional até então limitado e a modesta diversidade entre os chilenos (COLLIER e SATER, 2004, p. 52). A falta de regulamentação no sistema eleitoral também seria outro fator relevante (COLLIER e SATER, 2004, p. 57).

⁶ Entre um e dois terços de todas as exportações chilenas eram destinadas ao Império Britânico, assim como um terço à metade de todas as importações chilenas eram de origem inglesa. (COLLIER e SATER, 2004, p. 88).

⁷ A prosperidade portuária na cidade chilena de Valparaíso e o antagonismo interestatal estabelecido com a criação da Confederação Peru-Boliviana (1836), visando o protagonismo no comércio do Pacífico, culminou em uma declaração de guerra pelo Congresso do Chile no mesmo ano de concepção da Confederação e na dissolução da mesma após a vitória chilena na Batalha de Yungay (1839). A investida vitoriosa angariou grande prestígio internacional ao Chile e a consolidação da hegemonia comercial de Valparaíso (COLLIER e SATER, 2004, p. 68).

⁸ Esta seria a característica predominante da política econômica no Chile pelas próximas décadas, especificamente no âmbito da legislação tributária e aduaneira. Embora a legislação de 1864, delineada pelo Ministro da Fazenda, Alejandro Reyes, tenha previsto a cessão do monopólio nacional do comércio portuário e,

Apesar do contexto de prosperidade, a desigualdade social continuaria a ser uma problemática constante para o progresso interno. O pós-batalha de Yungay (1839) contra a Confederação Peru-Boliviana deu espaço para uma época de expansão em diversos sentidos – inclusive, no literal. O povoamento do sul⁹, incluindo o Estreito de Magalhães, através da amplificação ferro e rodoviária; junto ao surgimento da classe média e as primeiras linhas telegráficas nacionais representaram os grandes avanços do fim deste ciclo.

Na esfera política, a brecha necessária para a ascensão do Partido Liberal se deu a partir das desavenças intrapartidárias entre os políticos conservadores (ou *pelucones*). O caso conhecido como a *Cuestión del Sacristán*¹⁰ (Questão do Sacristão, em tradução livre) de 1856, por exemplo, culminou na ramificação do partido entre os conservadores ultramontanos, próximos a Igreja Católica, e os conservadores montt-varistas ou nacionais, defensores de convicções laicas no mérito estatal. A partir de então, a influência política da Igreja Católica, também apoiada por liberais, tornou-se tópico corriqueiro no Congresso chileno (COLLIER e SATER, 2004, p. 110).

A posição do então presidente em vigor, Manuel Montt, em tais desavenças custou o apoio de um contingente considerável de políticos do seu partido. Desde então, a estrutura partidária da época se ramificou entre o Partido Nacional, integrado por conservadores defensores da supremacia do poder civil sobre o eclesiástico, a *Fusión Liberal-Conservadora* (Fusão Liberal-Conservadora, em tradução livre), oposição do governo formada por liberais e os demais conservadores, e o Partido Radical, integrado por políticos liberais que recusavam a visão ortodoxa dos liberais da *Fusión* (COLLIER e SATER, 2004, p. 117).

Os anos finais da República Conservadora e início da República Liberal (1861-1891) ainda seriam marcados pela manutenção dos esforços progressistas e a precipitação de recessões econômicas, em conjunto ao descontrole orçamentário e seus prolongados desafios. O início da industrialização chilena contabilizaria mais de 120 empreendimentos industriais já em meados de 1870¹¹, propagando a esperança, compartilhada por alguns intelectuais da

assim, ocasionado o ápice da liberalização no Chile do século XIX; a mesma foi substituída já em 1872, dando continuidade à sua característica anterior (COLLIER e SALTER, 2004, p. 75).

⁹ Uma considerável parcela das primeiras populações do sul seriam integradas por imigrantes (COLLIER e SALTER, 2004, p. 95). Em particular, os imigrantes alemães são extensivamente referenciados por sua contribuição nessa ocasião.

¹⁰ Para mais informações, ler COLLIER e SATER, 2004, p. 110-111.

¹¹ Uma considerável parte deles tendo sido iniciados por imigrantes. Aqui, vale salientar que a presença dos imigrantes em território chileno naquele período não somente exerceria notável relevância para o berço industrial do país, como também no âmbito educacional, artístico e comercial – especialmente alemães, britânicos, franceses e americanos. (COLLIER e SALTER, 2004, p. 95).

época, de um progresso mitigador da dependência doméstica em seu potencial exportador (COLLIER e SATER, 2004, p. 86).

Até o fim da República Liberal, mais mudanças seriam suscitadas por conflitos históricos e desafios econômicos. As sequelas da crise de 1857, a primeira em escala global do pós-independência; a Guerra Hispano-Sul-Americana (1864-1866) e a severa depressão comercial dos anos 1870 teriam promovido as condições necessárias para alimentar o anseio popular e político por reformas constitucionais nas primeiras eleições da década. Oito anos depois, seria a vez das resilientes investidas e vitórias da força naval chilena na Guerra do Pacífico (1879-1883) contra a Bolívia e o Peru, e do descontento social com a subsequente perda de milhares de vidas – potencializada pela negligência do governo e da força militar nacional com seus militares e suas respectivas famílias naquele contexto.

Apesar dos seus impactos na economia, como o decréscimo da produção e aumento dos preços, a indústria e comércio logo se reergueram. Com a periculosidade inflacionária da emissão de moeda assombrando a classe política, a solução se deu no controle da iniciativa privada – empreendedores nacionais e estrangeiros, especialmente britânicos – sob o que viria a ser a mais relevante fonte de recursos do governo chileno nos próximos anos: as fábricas produtoras de nitrato¹². Ainda sem sucesso em alcançar a primeira década em estado de paz, logo tensões entre o Executivo e o Congresso resultariam na Guerra Civil de 1891. A falta de comprometimento na definição do destino dos recursos provindos da mineração de nitrato transformou o Chile em um zona de conflito até a declaração da vitória dos congressistas, tomando o governo logo em seguida e instituindo a República Parlamentar (1891-1925)¹³. De acordo com Collier e Sater (2004, p. 162, tradução nossa), durante o contexto temporal supracitado, o Chile poderia ser considerado uma *república rentista*:

Por que o Estado não usou o seu recurso tributário para diversificar a economia e, assim, fornecer alternativas quando o *boom* do nitrato terminou? [...] Tal política teria exigido que o Estado retivesse (e provavelmente aumentasse) os impostos sobre renda, propriedades e presentes. Mas, como esses impostos caíam principalmente no bolso das classes mais favorecidas, o Congresso preferia aboli-los em favor de (efetivamente) tributar os consumidores estrangeiros de nitrato. [...] Em suma, por 40 anos o salitre foi o maior impulsionador da economia e do sustento governamental.

¹² Até então localizadas na porção do território peruano, na região de Tarapacá; e do litoral boliviano, na região de Antofagasta, sob controle do Chile após a Guerra do Pacífico (COLLIER e SATER, 2004).

¹³ Embora seja assim reconhecida, a ausência de alterações na Constituinte em vigor, que continuava a prever o cargo de Presidente da República como Chefe de Estado em termos legítimos e institucionais, condicionou a ilegítima dilatação dos poderes parlamentares e a posterior prática tradicional de formação de gabinetes conciliatórios presidenciais, com membros do Congresso e Forças Armadas – na prática, extremamente instáveis. Dessa maneira, O Ministro do Interior exercia o papel subentendido de *premier*.

O início do século XX seria marcado pelo descontentamento político e popular com o regime parlamentar, pela ascensão exponencial do movimento trabalhista¹⁴ e, em menores proporções, pela inserção política da classe média, majoritariamente centrada no Partido Radical. O Partido Democrata, formado em 1887 por uma facção de esquerda dos *radicales*, serviria como plataforma partidária para a causa trabalhista até a criação do *Partido Obrero Socialista* (Partido Trabalhista Socialista, em tradução livre), em 1912 – se transformando no Partido Comunista¹⁵ após uma década (COLLIER e SATER, 2004, p. 197). Dessa forma, eventualmente as questões levantadas pelo movimento atenuaram o debate sobre o papel dos investidores estrangeiros no parque industrial do Chile.

Inicialmente de predominância britânica, a posição foi sendo transmitida ao longo dos anos para os investidores oriundos dos EUA. Sua participação na indústria chilena, somente através da produção de duas das três empresas estadunidenses em território chileno (*Anaconda Copper Company* e *Kennecott Copper Company*) e suas receitas tributárias, chegou a responder por uma margem de 7% a quase 20% do Produto Interno Bruto (PIB) e cobrir uma margem de 10% a 40% das despesas estatais do país (MORAN, 1974, p. 6). Ainda assim, a maior parte de seu lucro ainda encontrava seu caminho de volta ao país de origem. A elevação de 300% da produção de cobre e de 4,3% para 10% da participação do Chile no mercado mundial promovida por tais companhias foi também acompanhada de reflexões sobre o por que os “chilenos se contentavam em desempenhar essencialmente um papel secundário e de apoio aos estrangeiros que estavam assumindo os mais importantes centros de crescimento econômico” (MORAN, 1974, p. 3, tradução nossa).

Nenhuma decisão interna sobre a taxa de desenvolvimento econômico, a força da balança de pagamentos, o nível de emprego agregado, a amplitude dos programas de seguridade social poderia ser tomada sem um cálculo

¹⁴ Com uma parcela considerável de seus integrantes ainda analfabetos – assim como três quintos da população até 1907 – e intimidados à não auto-organização pelos seus patrões nas oficinas de mineração, fábricas e, sobretudo, nas fazendas; a resistência da classe trabalhadora, até aquele momento, havia resultado em uniões e associações que, por sua vez, orquestraram greves e manifestações – tal como a *Federación de Obreros de Chile* (Federação dos Trabalhadores do Chile, em tradução livre), criada em 1909. Entretanto, a repressão do exército chileno e dos *Carabineros* contra seus esforços seria extremamente violenta. Um dos seus maiores exemplos continua sendo o Massacre da *Escuela Santa Maria de Iquique* (1907), quando trabalhadores reivindicavam melhorias para as suas precárias condições de vida e de trabalho. Após se recusarem a atender a ordem de cessar a greve, os oficiais abriram fogo contra todos os envolvidos, incluindo esposas e crianças. A estimativa de mortos chega a mais de duas mil fatalidades. O movimento se dispersou como consequência do massacre, resurgindo somente após uma década. As condições de vida e trabalho ainda iriam sofrer uma maior deterioração com o pós-Primeira Guerra Mundial e as futuras recessões (COLLIER e SATER, 2004).

¹⁵ Sua participação política foi constantemente reprimida nesta época, por exemplo, pelas leis 6026/1937 e 8987/1948 – esta última sendo mais conhecida como *Ley maldita* (Lei maldita, em tradução livre) – que permaneceriam em vigor até 1958. A primeira foi promulgada pelo Presidente Arturo Alessandri (1920-1924, 1925, 1932-1938), e a segunda pelo Presidente Gabriel González Videla (1946-1952) – embora se diferenciasssem somente por singelas adaptações.

cuidadoso, imparcial, de como as empresas estrangeiras de cobre poderiam exercer seu poder discricionário. Isso produziu uma ambivalência sobre conflito e cooperação, uma margem de hostilidade sob o jogo da acomodação mútua. [...]. Todas as 500 maiores empresas norte-americanas listadas na [revista] *Fortune* juntas passam longe de desempenhar o papel na economia dos Estados Unidos ou pagar mais do que uma fração da porcentagem dos impostos americanos que somente a *Anaconda* e a *Kennecott* no Chile. A experiência chilena ocupa uma posição de importância global em um mundo de nações cada vez mais interdependentes e, ao mesmo tempo, cada vez mais autônomas (MORAN, 1974, p. 6-7, tradução nossa).

A transição da República Parlamentar para a República Presidencial tampouco seria pacífica. O mandato de Arturo Alessandri Palma¹⁶, interrompido por uma breve intervenção militar, aprovou a Constituição de 1925 e, com ela, a definitiva separação entre Estado e Igreja, além da institucionalização da representatividade proporcional – sob o sistema eleitoral elaborado pelo belga Victor D’Hont (COLLIER e SATER, 2004, p. 237). Após o período de Emiliano Figueroa Larraín (1925-1927) no poder, a deposição de seu sucessor, Carlos Ibáñez Del Campo (1927-1931)¹⁷, precederia os cem dias da República Socialista (1932) e a posterior concretização da República Presidencial (1932-1973).

Até aquele momento, os presidentes chilenos haviam construído um histórico de empréstimos nacionais e internacionais. Uma vez iniciada, a dívida nacional cresceu exorbitantemente durante os anos. Foram contratados empréstimos em torno de 21 milhões de pesos (atualmente, cerca de 25.500 dólares) no âmbito interno entre 1861 e 1879 e mais de sete contratações internacionais entre 1858 e 1879, totalizando uma dívida de mais de 40 milhões de pesos (atualmente, cerca de 48.600 dólares). De forma simultânea, empreendimentos de mineração caracteristicamente especulativos e a formação de sociedades anônimas eram encorajados pela ordem comercial vigente (COLLIER e SATER, 2004, p. 87).

Logo, entre 1891 e 1924, o percentual de aumento da dívida havia chegado aos 300%. A título de comparação, este aumento havia sido de 60% nas duas décadas anteriores. Somente entre o primeiro mandato de Arturo Alessandri e o mandato de Emiliano Figueroa, correspondendo à década de 1920, o aumento foi de 2 milhões de libras esterlinas (atualmente, cerca de 2.530.000 dólares) e mais de 60 milhões de dólares. Por fim, o Chile chegaria aos anos 1930 devendo um total de 62 milhões de libras esterlinas (atualmente, cerca de 78.330.000 dólares) aos bancos americanos e europeus, dobrando o quantitativo da década

¹⁶ As eleições parlamentares de 1924 resultaram na eleição do primeiro Mapuche para a Câmara dos Deputados do Chile (COLLIER e SATER, 2004, p. 207).

¹⁷ Seu governo seria o primeiro na história chilena a se render aos protestos populares, forçando Del Campo a solicitar asilo à Argentina (COLLIER e SATER, 2004, p. 222).

anterior. Naturalmente, a moratória teria início em 1931 (COLLIER e SALTER, 2004, p. 231).

Após os desafios do pós-Primeira Guerra Mundial e antes mesmo das sequelas oriundas da próxima Grande Guerra¹⁸, a Liga das Nações, em sua pesquisa “*World Economic Survey, 1923-1933*”, descreveria o Chile como a nação mais afetada pela Grande Depressão, gerada pela crise de 1929 (COLLIER e SATER, 2004, p. 223). Não obstante o improvável contexto, o regime presidencialista viria promover a estabilidade política, com a ascensão do Partido Radical ao poder entre 1938 e 1952; e econômica, através de políticas de viés intervencionista focadas no crescimento e diversificação industrial e manufatureiro, no aumento da contribuição das companhias estrangeiras para o desenvolvimento doméstico e na reabilitação do comércio internacional.

Além da desintegração da *Fusión Liberal-Conservadora*, ramificando-se entre Conservadores e Liberais Democratas, novos partidos trariam mudanças para o jogo político: o Movimento Nacional-Socialista (ou *Nacista*) seria criado em 1932, como reflexo da ideologia fascista europeia; o Partido Socialista em 1933; e o Partido *Falange Nacional* em 1938 – tornando-se o Partido Democrata-Cristão em 1957. Ademais, as reformas eleitorais de 1958 e 1962 resultariam em um *novo eleitorado*, em sua maioria oriundo das classes mais pobres, propiciando novas demandas e o fortalecimento do posicionamento político sobre méritos como a reforma agrária e o controle sobre a presença estrangeira na indústria do cobre (COLLIER e SATER, 2004, p. 306).

Nesse sentido, as iniciativas estatais sob a estagnação agrícola¹⁹ e a Substituição de Importações (SI) neste período culminaram na institucionalização dos esforços para o crescimento econômico, através da criação da *Corporación de Fomento de la Producción de Chile* (Cooperação de Fomento à Produção do Chile, em tradução livre) em 1939, de programas voltados à infraestrutura, bastante debilitada graças aos violentos terremotos inerentes de seu posicionamento geográfico; no fomento das fontes de energia, criando seu próprio monopólio elétrico; e vigorosa promoção da industrialização.

¹⁸ O então presidente chileno, Juan Antonio Ríos (1942-1946), conquistaria a membresia do Chile na Organização das Nações Unidas (ONU) mediante sua declaração de apoio aos Aliados e cessão das relações com o Eixo nos últimos anos da Segunda Guerra Mundial (COLLIER e SATER, 2004, p. 245).

¹⁹ Em 1924, 10% de todas as propriedades de terra no Chile cobriam mais de 90% do território nacional (COLLIER e SATER, 2004, p. 204). Ao fim da década de 1930, menos de 1% de todas as propriedades agrícolas ocupavam aproximadamente 68% do território (COLLIER e SATER, 2004, p. 265). Até aquele momento, os esforços voltados para a redistribuição de terras eram constantemente frustrados pela influência político-econômica dos seus proprietários.

O crescimento financiado pela política fiscal de exportações patrocinou o desenvolvimento interno – embora não tenha se disseminado de forma proporcional entre as zonas urbana e rural. Porém, ainda no começo do século XX, a descoberta de equivalentes ao nitrato pelo mercado internacional suscitaria o fim do *boom* do nitrato e o retorno do cobre como principal fonte de receita do Estado (COLLIER e SATER, 2004, p. 203) – especialmente entre as décadas de 1940 e 1950, sem o contexto de guerra para inibir sua propagação. Ao final deste período, a economia passaria por novos tempos difíceis, provocando a ânsia nacional por robustas reformas estruturais.

1.2. Os esforços intervencionistas estadunidenses e a corrida presidencial de 1964

Para alguns, as eleições estadunidenses de 2016, que promoveram o empresário e personalidade midiática Donald Trump ao cargo de presidente dos Estados Unidos, tornou-se emblemática após a descoberta, antecedente ao dia de votação propriamente dito, da suposta interferência russa na corrida presidencial²⁰. Para outros, tal descoberta foi, de certa forma, irônica. Ao retornar pouco mais de meio século e retomar a atenção ao Chile, a eleição de 1964 poderia ser caracterizada como emblemática por motivos semelhantes. Como visto anteriormente, após notáveis mudanças estruturais, o eleitorado chileno ostentava um novo rosto, mais democrático e representativo. O debate nacional, por sua vez, contemplava novos tópicos, que outrora jamais lograram atingir esta magnitude.

No páreo, estavam três candidatos: o democrata-cristão Eduardo Frei Montalva, com apoio garantido do partido Liberal, que optaram pela abstenção de candidatos para aquela eleição; o socialista Salvador Allende, candidato pela coalisão de seu partido com o Partido Comunista, *Frente de Acción Popular* (Frente de Ação Popular, em tradução livre); e o radical Julio Durán. Esta configuração seria o estopim dos acontecimentos atípicos a se sucederem. Porém, para compreendê-los, deve-se primeiro salientar o panorama eleitoral ao qual estavam inseridos e as ligações preliminares dos dois primeiros candidatos com as políticas estadunidenses vigentes.

²⁰ A título de informação, as evidências que corroboram com a constatação foram primeiramente divulgadas pela Agência Central de Inteligência (CIA, na sigla em inglês) e Repartição Federal de Investigação (FBI, na sigla em inglês) através dos jornais *Washington Post* (disponível em: <https://www.washingtonpost.com/politics/trump-cia-on-collision-course-over-russias-role-in-us-election/2016/12/10/ad01556c-bf01-11e6-91ee-1adddfe36cbe_story.html>) e *The New York Times* (disponível em: <<https://www.nytimes.com/2016/12/09/us/obama-russia-election-hack.html>>) em dezembro de 2016.

O advogado e político Eduardo Frei, fundador do partido *Falange Nacional*, posteriormente reformulado para Democrata-Cristão; era um assíduo apoiador do programa implementado pelo então presidente dos Estados Unidos, John F. Kennedy (1961-1963), o *Alliance for Progress* (Aliança para o Progresso, em tradução livre). Suas medidas visavam fomentar os esforços desenvolvimentistas latino-americanos, por meio de investimentos financeiros à longo prazo, majoritariamente estadunidenses, e mitigar a influência socialista na região continental.

No outro lado da moeda, o médico e político marxista Dr. Salvador Allende, fundador do partido Socialista, não se abstinha de explicitar suas duras críticas aos Estados Unidos, principalmente relacionadas à invasão de Cuba em 1961. Candidato à presidência do Chile pela terceira vez, depois de ter sido derrotado nas eleições de 1952 e por pouco²¹ não sair vitorioso da eleição de 1958, sua ascendência política era motivo de temor e desdém para os políticos chilenos da época. Da mesma forma, os Estados Unidos a considerava como uma ameaça (CIA, 2000).

Após as orientações tácitas e autobeneficientes dos EUA na política econômica capitalista do ex-presidente Jorge Alessandri (STALLINGS, 1978, p. 33) e a democratização da participação eleitoral consequente das reformas eleitorais de 1958 e 1962, as eleições municipais de 1963 seriam supostamente encarregadas de ditar o tom para o ano seguinte. Naquela ocasião, os democrata-cristãos e a *Frente de Acción Popular* levariam a maioria dos votos – com a coalisão de Allende superando, mesmo que por uma mínima vantagem, a margem de votos do partido de Eduardo Frei. Até aquele momento, os Estados Unidos já teriam dado o pontapé inicial aos seus esforços anti-socialistas no Chile.

A primeira investida para influenciar o eleitorado do país foi concretizada através da promoção de auxílios ao crescimento econômico, por meio de empréstimos, em cerca de centenas de dólares, aprovados pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos sob o programa *Alliance for Progress*. Precedentes das intensões políticas de tais contribuições já existiam, como ocorrido nas eleições presidenciais de 1962 na República Dominicana – caso posteriormente mencionado pelo presidente estadunidense Richard Nixon (1969-1974) em

²¹ Após ser o segundo candidato mais votado, obtendo 28,9% dos votos, contra 31,6% do liberal Jorge Alessandri e 20,7% do democrata-cristão Eduardo Frei Montalva; o resultado da eleição foi delegado ao Congresso. De acordo com a Constituição chilena, no caso de nenhum dos candidatos obter a maioria absoluta – ou seja, mais de 50% – pela votação popular, os membros do Congresso devem votar entre os dois candidatos que receberam mais votos. Mediante sua vitória esmagadora no Senado e na Câmara dos Deputados, Jorge Alessandri foi declarado o novo presidente do Chile (COLLIER e SATER, 2004, p. 258).

documentos que serão analisados mais à frente. Naturalmente, a continuidade desse auxílio estaria condicionada à abstenção ao voto em Allende e sua conseqüente derrota nas urnas. Ademais, seria de responsabilidade da Agência Central de Inteligência (CIA, na sigla em inglês) aprofundar as estratégias à favor de Eduardo Frei, considerando a iminente aproximação da data estimada para a votação (TAFFET e WALCHER, 2017, n.p).

Esta é uma proposta de ação política e de propaganda dirigida à derrota de Salvador Allende, candidato apoiado pelo Partido Comunista nas eleições presidenciais chilenas de 4 de setembro de 1964. Está sendo solicitada uma quantia de 750.000 dólares para a implementação de cursos de ação que contribuirão para esse objetivo, aumentando a eficiência organizacional e a capacidade de campanha do Partido Democrata-Cristão, induzindo tanto quanto possível os apoiadores da antiga Frente Democrática a votar em Frei e negar seu apoio a Allende, e tentando desencorajar a candidatura de terceiros - como a de Jorge Prat. Deve-se notar que os representantes do Partido Democrata-Cristão visitaram, por sua própria iniciativa, a Embaixada dos EUA em Santiago em 26 de março e, depois de apresentar seus orçamentos atuais e propostos, pediram um subsídio de um milhão de dólares para a campanha de Frei. A Embaixada e nosso representante de campo recomendaram que esse valor fosse fornecido para esse fim (NATIONAL SECURITY ARCHIVE, 2004, tradução nossa)²².

Segundo relatórios oficiais do Senado estadunidense, foram desembolsados um total de 3 milhões de dólares para financiar a campanha contra Salvador Allende (UNITED STATES OF AMERICA, 1975, p. 1)²⁴. Tal campanha consistiu em pagamentos concedidos aos meios de comunicação e jornalistas que auxiliassem o que seria uma vigorosa campanha midiática de difamação da imagem do candidato, e na repercussão dos acontecimentos em território chileno na mídia estadunidense, visto seu alcance mundial²³. Assim como o financiamento de mais da metade do fundo de campanha de Eduardo Frei²⁴, recursos adicionais foram assegurados visando a estabilidade econômica do Chile durante o período anterior à eleição²², o já mencionado aprimoramento da “eficiência organizacional e a capacidade de campanha do Partido Democrata Cristão” (NATIONAL SECURITY

²² Trecho retirado da transcrição do documento oficial “*Memorandum Prepared for the Special Group, Washington, April 1, 1964*”, pertencente à compilação documental “*Foreign Relations, 1964-1968, Volume XXXI, South and Central America; Mexico*”, disponível em: <<https://nsarchive2.gwu.edu/news/20040925/docs.htm>>.

²³ Segundo fragmentos do documento oficial “*CIA Chilean Task Force Activities, September 15-November 3, 1970*” (disponível em: <<https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB8/docs/doc01.pdf>>), a repercussão midiática e conseqüente pressão doméstica e internacional sob a campanha de Salvador Allende foram descritas pelo mesmo, em outubro de 1970, como “a pressão mais brutal e horrível, nacional e internacional” (NATIONAL SECURITY ARCHIVE, 1998, tradução nossa). Na ocasião, especificou a reportagem de capa da revista *Time* - realizada através de materiais escritos e *briefings* internos, contendo informações sensíveis fornecidas diretamente pela CIA à jornalistas estadunidenses da época - que teria “abertamente chamado” por uma invasão ao Chile” (NATIONAL SECURITY ARCHIVE, 1998, tradução nossa).

²⁴ Informações retiradas do documento oficial “*Covert Action In Chile, 1963-1974*”, disponível em: <<https://www.intelligence.senate.gov/sites/default/files/94chile.pdf>>.

ARCHIVE, 2004, tradução nossa), e a manutenção estratégica de Durán na corrida presidencial.

No âmbito político doméstico, o apoio dos partidos Liberal e Conservador estava prontamente definido a favor do candidato democrata-cristão, como mencionado, ainda que os liberais estivessem longe de serem simpatizantes de seus ambiciosos projetos desenvolvimentistas – os mesmos enxergavam Eduardo Frei como “dos males, o melhor”. Eventualmente, os Radicais, já conscientes da derrota de seu candidato, fariam o mesmo. O nível de consciência dentro do partido sobre a real magnitude dessa decisão sob o futuro resultado das eleições ainda é incerto, ao passo que a ocasião já teria sido previamente ponderada pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos (NATIONAL SECURITY ARCHIVE, 2004)²⁵. Finalmente, no dia 4 de setembro de 1964, numa das eleições “mais disputadas dos últimos tempos”, seria anunciada a vitória de Eduardo Frei Montalva, conquistando a maioria absoluta do voto popular com 56,1%, contra 38,9% de Salvador Allende e míseros 5% de Julio Durán (COLLIER e SATER, 2004, p. 262).

1.3. Política econômica de Eduardo Frei Montalva (1964-1970) e as transformações oriundas da década de 1960

Sustentado em um programa de caráter intervencionista e capitalista, e propulsor de brandas reformas estruturais que auxiliaram o caminho para a resolução de problemáticas já profundamente enraizadas na história do Chile, o mandato de Eduardo Frei Montalva como presidente constituiria uma época de avanços progressistas, até aquele momento, não conquistados pelos seus antecessores. Todavia, tais problemáticas, junto aos iminentes entraves e circunstâncias sucedidas durante a estadia de Eduardo Frei no palácio presidencial, o *Palácio de la Moneda*, e à exponencial polarização política e ideológica no Congresso chileno e na esfera internacional, constantemente desafiariam o cumprimento destes ambiciosos objetivos. Contratempus à parte, os êxitos conquistados beneficiariam, de forma abrangente, a vida da população chilena – dessa vez, tanto urbana quanto rural – e introduziriam um novo patamar de progresso para o país.

Após atingir o frustrante terceiro lugar nas eleições de 1958, não obstante a respeitável margem percentual do voto popular conquistada, Eduardo Frei e o Partido Democrata-Cristão

²⁵ Informações retiradas da transcrição do documento oficial “*Telegram From the Deputy Chief of Mission in Chile (Jova) to the Assistant Secretary of State for Inter-American Affairs (Mann), Santiago, May 5, 1964*”, pertencente à compilação “*Foreign Relations, 1964-1968, Volume XXXI, South and Central America; Mexico*”, disponível em: <<https://nsarchive2.gwu.edu/news/20040925/docs.htm>>.

(PDC) interpretaram o resultado das eleições de 1964 como um pretexto para renovação. Nesse sentido, o relacionamento de ambos com a Igreja Católica representaria um fator de grande relevância nas táticas a serem empregadas. Até meados do século XX, as mudanças na percepção da Igreja, especialmente após a sua separação oficial do Estado, estabelecida pela promulgação da Constituinte de 1925, teriam culminado em um novo direcionamento, mais voltado para questões sociais. Seu relacionamento com o PDC persistiria, também sofrendo mudanças fundamentais e inspirando democrata-cristãos às novas inclinações eclesiásticas. Não demorou muito para o engajamento se propagar pelos seus afiliados, que adentraram numa busca por apoio popular – incluindo o *novo eleitorado*, integrados por estudantes, trabalhadores urbanos, moradores das *callampas*²⁶ e zonas rurais. À vista disso, os Democrata-Cristãos agora estariam firmemente pleiteando a reivindicação de reformas sociais (COLLIER e SATER, 2004, p. 305-306).

O panorama apresentado seria o precursor do programa que viria a ser conhecido como *Revolución en Libertad* (Revolução em Liberdade, em tradução livre), através da campanha presidencial e mandato de Eduardo Frei. Seu impacto no eleitorado nacional eventualmente apresentaria resultados bastante positivos, ao passo que o quantitativo de afiliados do PDC conquistava uma notável expansão nos anos anteriores à eleição de 1964 (COLLIER e SATER, 2004, p. 308). A própria vitória nas urnas naquele ano seria a atestação da sua efetividade, com o cargo de chefe do executivo sendo finalmente alcançado já munindo o apoio almejado. No entanto, não demoraria para que este apoio se mostrasse insuficiente para aprovar as políticas que integravam o complexo programa ostentado pelo então candidato.

Primeiramente, a decisão de formular um governo sem o apoio de artifícios, já tão tradicionais da política chilena, como coalisões e alianças seria considerada incomum. Ademais, o cenário político já se encontrava em processo de novas mudanças. Seja na *Moneda* ou no Congresso, tensões entre os partidos tornariam-se palpáveis, uma vez que a polarização e a manifestação de ideologias divergentes ultrapassavam o diálogo rapidamente, suscitando ainda mais conflitos. Posto isto, não havia pressa aparente para a aprovação da reforma legislativa proposta por Eduardo Frei, que obtinha minoria representativa no Senado e na Câmara dos Deputados (COLLIER e SATER, 2004, p. 311).

²⁶ *Callampas* seriam o equivalente às favelas brasileiras no contexto chileno. Remetendo às origens da república, os mineiros, operários e trabalhadores das fazendas iniciaram a construção de conjuntos de moradias tradicionalmente humildes, utilizando materiais descartados e o ínfimo auxílio financeiro para moradia oferecido pelos seus patrões (HIDALGO, 2005; COLLIER e SATER, 2004, p. 294-307).

Nesse contexto, a estagnação econômica e dilemas sociais eram elevados pelos pilares da inflação, pelo controle estrangeiro sob a produção de cobre e, sobretudo, pela distribuição de renda desigual e subutilização de propriedades rurais. O estímulo necessário para efetivar as mudanças necessárias chegaria em 1965, ano de novas eleições parlamentares. O partido levaria boa parte do voto popular, resultado de uma campanha partidária em torno da nomeação de um parlamento “a favor” das medidas de Eduardo Frei – em outras palavras, de maioria democrata-cristã (COLLIER e SATER, 2004, p. 308). E assim foi concretizado. Porém, deixando claro que o mero resultado eleitoral não seria o suficiente para que as reformas fossem aprovadas sem qualquer possibilidade de impedimento pela oposição. Somente após modificações constitucionais fortalecendo o executivo, e o surgimento de um escândalo internacional mediante a invasão e intervenção política estadunidense na República Dominicana, o caminho parecia desimpedido para uma verdadeira *revolução em liberdade*.

A ordem do dia para a economia do Chile era a cuidadosa implementação das reformas, simultaneamente à mitigação do aumento dos índices inflacionários e o estímulo generalizado ao crescimento produtivo nacional – a orientação da *Oficina de Planificación Nacional* (Escritório de Planejamento Nacional, em tradução livre), criada em 1963, foi de relevante importância neste âmbito (COLLIER e SATER, 2004, p. 317). A regular desvalorização da moeda vigente proporcionaria a proteção da economia estatal sob as oscilações do comércio internacional, ao mesmo tempo em que era efetuada uma busca pela inserção do Chile em mais mercados estrangeiros. Logo as exportações tomariam a linha de frente, ampliando a renda nacional simultaneamente ao aumento significativo de sua relevância na balança de pagamentos.

A racionalização dos gastos também viria a ser uma das grandes vantagens para os bons resultados iniciais do planejamento orçamentário. Apesar dos méritos da iniciativa, gastos públicos iriam dobrar até o fim do mandato (COLLIER e SATER, 2004, p. 315), com honrosas despesas no acesso à educação²⁷, em infraestrutura e no gerenciamento das recém instituídas comunidades residenciais – comitês de vizinhança, centros maternos e associações desportivas seriam os exemplos mais notáveis. As alterações e atualizações realizadas na política fiscal agregariam ao planejamento financeiro das reformas governamentais, sendo as mais relevantes entre elas a reavaliação de valores de propriedade, o estabelecimento dos controversos impostos sobre fortunas, e o fortalecimento da fiscalização tributária – o que,

²⁷ Até o fim da década de 1960, milhares de escolas foram construídas, com a escola primária agregando uma margem de 95% das crianças chilenas na faixa etária compatível (COLLIER e SATER, 2014, p. 312).

consequentemente, fortaleceu o aumento vigoroso dos recursos estatais e assegurou uma maior estabilidade econômica ao país.

Tabela 1 – Indicadores macroeconômicos do Chile no período entre 1964 e 1970

	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970
PIB per capita	86.4	89.6	96.4	95.5	96.7	100	101.4
Gastos governamentais (100 = 1969)	61.8	76.6	87.4	87.9	95.6	100	118.2
Renda fiscal (100 = 1969)	51.4	65.0	79.5	86.4	92.2	100	113.2
Balança de pagamentos (\$M 1969)	63.1	81.3	94.3	-31.6	109.7	80.7	91.0
Importações (\$M)	611.9	615.5	775.4	769.0	801.6	926.8	1202.0
Exportações (\$M)	593.2	683.1	865.3	874.3	911.0	1173.3	1272.0
Inflação (%)	46.0	28.8	22.9	18.1	26.6	30.7	32.5
Produção industrial (Física)(100=1969)	80	87.2	95.6	96.9	98.3	100	103.5
Total da membresia dos sindicatos de Comércio Exterior (000s)	270.5	292.6	351.5	411.2	499.7	530.9	551.0
Membresia dos sindicatos rurais (% do total de membresia dos sindicatos de Comércio Exterior)	0.6	0.7	3.0	11.5	16.7	19.7	20.7
Greves	564	723	1073	1114	1124	1277	1819

Fonte: COLLIER e SATER, 2004, p. 316 *apud* Ricardo Ffrench-Davis, Políticas económicas en Chile, 1952–1970 (Santiago, 1973), Tabelas 35, 43, 44, 51, e 68; Barbara Stallings, Class Conflict and Economic Development in Chile 1958–1973 (Stanford, 1978), Tabelas A.4, A.5, A.6, A.13.

No âmbito industrial, seria assegurada uma maior independência doméstica de produtos e bens de consumo até o início dos anos 1970, através de políticas conservadoras – incluindo a produção de determinados bens duráveis, embora ainda não contemplando bens de capital. Demais avanços seriam perceptíveis após o surgimento das indústrias hidroelétricas e de refinarias de petróleo – esta última sendo viabilizada por parcerias com companhias estrangeiras. No mesmo período, tais medidas suscitariam um declínio de 20% em investimentos privados (COLLIER e SATER, 2004, p. 318) – já não tão favorável no contexto chileno em termos latino-americanos, mas também influenciado pela relutância da elite industrial com relação às políticas e possíveis intenções de Eduardo Frei.

Tal realidade acabaria pressionando o governo a agir, terminando a década e o mandato de Eduardo Frei com o investimento público sustentando mais da metade dos investimentos industriais. Ainda assim, os Investimentos Externos Diretos (IED), empreendimento tradicionalmente de alto risco na América Latina, exerceriam um papel primordial. Abrangendo o fomento de novas indústrias, como os setores eletrônico e automobilístico, empresas estrangeiras chegariam a representar 25% do capital industrial chileno até 1970 – facilitados pela legislação promulgada pelo liberal Jorge Alessandri (1958-1964) sobre o mérito, oferecendo tratamento semelhante ao de investidores nacionais para os investidores estrangeiros.

Ao refletir sobre o papel do investimento estrangeiro no histórico industrial do Chile, o processo comumente conhecido como “*Chilenización*” seria a primeira resposta institucional de grande relevância para o já antigo debate (COLLIER e SATER, 2004, p. 315). Desde o início do século XX, a robusta presença externa no parque industrial do país era motivo de duras críticas aos governos e elite industrial da época, fundamentadas na política excessivamente maleável de regulamentação e modesto retorno em investimentos. Ciente disso, a *revolución en libertad* procuraria sanar esta problemática e, ao mesmo tempo, expandir seu orçamento mediante uma maior contribuição de tais empresas. A *chilenización* consistiu na aquisição da parte acionária majoritária das empresas de mineração estrangeiras pelo Chile, em detrimento de uma íntegra aquisição. Dessa forma, trazendo importantes acréscimos na manutenção doméstica dos lucros e contribuições tributárias dessas empresas, além do estímulo à produção de cobre.

Assim como já mencionado, a redistribuição e subutilização de terras também tornaram-se problemáticas intervenientes no histórico político-econômico e industrial do Chile. A reforma agrária possui precedentes desde o início do regimento político chileno, sendo continuamente pleiteada por sucessivos mandatos presidenciais, embora sempre reprimida pelo poder e influência política da elite proprietária de terras – que viam em tal concessão, sobretudo, a abdicação da posição que ocupavam.

Nesse sentido, o governo colocaria em prática expropriações de mais de 1.300 fazendas até 1970, seguindo a legislação referente à reforma agrária de seu antecessor, Jorge Alessandri, e a nova lei sobre o mérito, assinada por Eduardo Frei em 1967. As *novas* terras seriam divididas entre famílias e/ou compartilhadas. Outras legislações dignas de atenção efetivaram o salário mínimo compatível com a remuneração urbana para os agricultores, o direito de greves e debates, e a simplificação dos regimentos para formação de sindicatos. Todavia, apesar do cenário de progresso econômico e da conquista de importantes avanços, a inflação persistiu em gerar problemas para a administração chilena (COLLIER e SATER, 2004, p. 313-315).

O Chile em 1970 estava prosperando, [...] a ponto de decolar em direção ao pleno desenvolvimento. No entanto, continua sendo verdade que algumas das primeiras promessas do governo do PDC haviam desaparecido. Os velhos dilemas de crescimento lento, inflação, má distribuição de renda e concentração de poder econômico permaneceram teimosos e intratáveis (NATIONAL SECURITY ARCHIVE, 1998, tradução nossa).

Aumentos na inflação ocorreriam sucessivamente a partir de 1968 até o fim da década, quando chegariam à margem dos 30% (COLLIER e SATER, 2004, p. 319). Apesar dos esforços do governo de Eduardo Frei, recorrendo à diversas medidas legislativas e econômicas na tentativa de suavizar seus efeitos – como o protagonismo concedido à *Oficina de Planificación Nacional*, as iniciativas no que tange a reforma agrária e o aumento dos recursos e reservas estatais, os investimentos em infraestrutura, projetos sociais e na indústria, e até emendas constitucionais que ampliavam o poder do executivo, incluindo questões econômicas –, o aumento inflacionário logo afetaria o desenvolvimento conquistado até aquele momento.

Por fim, divergências partidárias atribuídas aos *rebeldes*, braço mais radical do PDC, e seu subsequente controle sobre o partido custaram o apoio do partido à Eduardo Frei (COLLIER e SATER, 2004, p. 322). Dessa forma, o exponencial crescimento nacional dos primeiros anos de seu mandato foi criando espaço para a falta de recursos, perda de controle sob a economia e modestos avanços ao seu término, concebendo o contexto adverso que caracterizaria o início da década de 1970. Isto, em conjunto ao insatisfatório desempenho nas eleições parlamentares de 1969, à subsequente perda de assentos no Congresso e à incapacidade de promover os objetivos que propôs, representariam os últimos suspiros da memorável *Revolución en Libertad*. O Chile, então, se preparava para mais uma eleição presidencial.

1.4. A ameaça Allende: os esforços intervencionistas estadunidenses na eleição presidencial de 1970

O diretor [da CIA, Richard Helms] disse ao grupo que o Presidente Nixon havia decidido que um Regime Allende no Chile não seria aceitável para os Estados Unidos. O presidente pediu à Agência que impedisse Allende de chegar ao poder ou derrubá-lo. O presidente autorizou 10 milhões de dólares para este fim, se necessário. Ademais, a Agência deve prosseguir com a missão sem coordenação com os Departamentos de Estado e Defesa. [...] O Diretor disse que foi convocado pelo Dr. Henry Kissinger, Assistente do Presidente sobre Assuntos de Segurança Nacional, para reunir-se com ele na sexta-feira, 18 de setembro, para lhe dar a perspectiva da Agência sobre como essa missão pode ser cumprida (NATIONAL SECURITY ARCHIVE, 1998, tradução nossa)²⁸.

Em retrospectiva à tradicional maneira pela qual as eleições presidenciais do Chile se sucederam até aquele momento, a eleição de 1970 seria uma das mais complexas, violentas e

²⁸ Trecho retirado do documento oficial “CIA, *Genesis of Project FUBELT, September 16, 1970*”, disponível em: <<https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB8/docs/doc03.pdf>>.

controversas de sua história. Ainda em meados de 1969, a população teria conhecimento dos candidatos que iriam percorrer a corrida presidencial do próximo ano. Contudo, é seguro afirmar que poucos teriam conhecimento da magnitude da sucessão de acontecimentos que tomariam os meios de informação e o cotidiano chileno.

O panorama partidário do processo eleitoral a se seguir seria constituído pela emergência do *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* (Movimento da Esquerda Revolucionária, em tradução livre) em 1965, do Partido Nacional – fusão dos partidos Liberal e Conservador – em 1966; do *Movimiento de Acción Popular Unitaria* (MAPU), criado pelo movimento jovem democrata-cristão em 1967; e da *Unidad Popular* (União Popular, em tradução livre), aliança de esquerda, formalizada em 1969, entre os partidos Socialista, Comunista e Radical com o próprio MAPU e dois partidos recém-formados de menor relevância – *Partido Social Demócrata* (Partido Social Democrata, em tradução livre) e *Acción Popular Independiente* (Ação Popular Independente, em tradução livre). Enfim, o PDC nomearia Radomiro Tomic para o páreo. O candidato independente, Jorge Alessandri, teria o apoio do partido Nacional na busca por sua reeleição. Entre eles, o candidato da UP, Dr. Salvador Allende, entraria em sua quarta tentativa de alcançar a presidência do Chile e implementar seu programa de transição para o socialismo democrático (COLLIER e SATER, 2004, p. 325).

Sendo assim, a nomeação e persistência de Allende traria consigo o estímulo para uma nova e vigorosa onda de interferências estadunidenses nas eleições daquele ano, após suas investidas, de certa forma bem-sucedidas, nas eleições de 1964. Segundo transcrições das reuniões do comitê interagencial *Special Review Group* (Grupo de Revisão Especial, em tradução livre), posteriormente nomeado *40 Committee* (Comitê 40, em tradução livre)²⁹, o mesmo seria presidido pelo famoso Conselheiro Nacional de Segurança, Henry Kissinger, responsável pela coordenação das estratégias e ações promulgadas pelo governo de Richard Nixon na tentativa de, mais uma vez, impedir a vitória do socialista. Porém, dessa vez, seus esforços iriam muito além do auxílio financeiro e midiático outrora promovidos (NATIONAL SECURITY ARCHIVE, 1998)³⁰.

²⁹ Os documentos oficiais, anteriormente confidenciais, foram divulgados pela CIA e pelo Departamento de Estado (DoS, na sigla em inglês) dos Estados Unidos e publicados pelo *National Security Archive* (Arquivo de Segurança Nacional, em tradução livre) a partir da década de 1990.

³⁰ Informações retiradas do documento oficial “CIA, *Genesis of Project FUBELT, September 16, 1970*”, disponível em: <<https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB8/docs/doc03.pdf>>.

Demandando um plano de ação “o mais preciso possível” para “prevenir [...] uma vitória de Allende” (UNITED STATES OF AMERICA, 2015, tradução nossa)³¹, os EUA estavam dispostos a investir milhões de dólares e designar centenas de agentes oficiais para assegurar a efetiva concretização de seus interesses. Uma vez delineadas, as operações receberam nomes codificados: *Track I e Track II* (ou Projeto FUBELT)³². Embora a eficácia de tais esforços na conduta do eleitorado nas urnas não possa ser ponderada com clareza, os eventos polêmicos posteriores irrevogavelmente clamam responsabilidade de políticos e militares chilenos, assim como do governo dos EUA, em menores proporções. De fato, o contínuo relacionamento do país com a força militar chilena seria uma das principais ferramentas utilizadas para viabilizar seu propósito final.

Apesar da disponibilidade hodierna dos documentos oficiais que comprovam as operações secretas estadunidenses em território chileno, até o momento da divulgação do resultado eleitoral, não havia provas de qualquer envolvimento do governo estadunidense em explícitas tentativas de golpe contra o então candidato. Em agosto de 1970, Kissinger teria ordenado ao Embaixador dos Estados Unidos no Chile, Edward Korry³³, uma precisa avaliação ponderando as possibilidades de um golpe organizado pelo Exército chileno, auxiliado pelos EUA; e de organização de uma efetiva oposição à Allende – caso o primeiro cenário não fosse concretizado. O envolvimento do então presidente chileno, Eduardo Frei

³¹ Trecho retirado da transcrição do documento oficial “*Minutes of a Meeting of the Special Review Group, Washington, August 19, 1970*”, disponível em: <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76v21/d53>>.

³² As operações de intervenção política dos Estados Unidos no Chile, conhecidas como *Track I e Track II*, foram constituídas, respectivamente, por meios de influenciar o âmbito político a impedir Salvador Allende de assumir o cargo após o resultado das eleições de 1970, incluindo a votação parlamentar prevista pela Constituição vigente para determinar o candidato eleito em casos de vitória sem a maioria absoluta; e pela avaliação de possíveis meios de instigar um golpe com a finalidade de depôr Allende da presidência (CIA, 2000). Tais operações foram adicionadas à estratégia da CIA na medida que o candidato marxista se consolidava como o favorito na corrida presidencial, em detrimento dos esforços estadunidenses de desestabilizar sua imagem perante a população chilena através da mídia e conexões políticas.

³³ Em um documento oficial audiovisual, nomeado “*White House Audio Tape, President Richard M. Nixon and White House press secretary Ron Zeigler, March 23, 1972*” (disponível em: <<https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB110/chile01.mp3>>), o Presidente estadunidense, Richard Nixon, é gravado em meio à uma ligação telefônica com o Secretário de Imprensa da Casa Branca, Ron Zeigler, sobre o “controle de danos” designado ao mesmo após o escândalo iniciado pelo conhecimento do governo estadunidense sobre as operações secretas da CIA realizadas até então no Chile. Documentos da ITT (empresa de fabricação estadunidense, localizada em território chileno e utilizada como um canal para auxiliar financeiramente os oponentes do governo de Allende) foram o foco da conferência de imprensa do Departamento de Estado, segundo Zeigler. Especificamente o fragmento, datado no fim de 1970, que expõe as instruções da Casa Branca ao Embaixador dos EUA no Chile, Edward Korry, para “fazer tudo semelhante à uma ação do tipo [que foi empregada na República] Dominicana” para impedir a ascensão de Allende ao poder. Durante a ligação, Nixon confirma as instruções conferidas à Korry e Zeigler confirma o perjúrio de Korry, perante o Departamento de Estado, após negar tais afirmações quando questionado. Ademais, de acordo com o National Security Archive (2004), diversos registros desclassificados provaram *a posteriori* uma ordem direta de Nixon e Kissinger à CIA para não envolver o Embaixador nos esforços estadunidenses de instigar o golpe militar que impediria Allende de assumir o cargo.

Montalva, em tais articulações é citado em alguns dos documentos oficiais em questão, especialmente no que tange o apelo do comitê para que o próprio iniciasse sua oposição política efetiva contra o adversário (NATIONAL SECURITY ARCHIVE, 1998)³⁴.

Era entendido que “a única instituição no Chile capaz de remover Allende, ou impedir-lo de assumir o cargo se for eleito, é o exército chileno”, o que corrobora com o cuidado investido, perceptível nas transcrições divulgadas, na relação dos agentes estadunidenses com o Exército chileno. Por outro lado, “não é provável que as forças armadas chilenas ajam contra Allende, a menos que sejam provocadas por ações flagrantes [...] que rompam abruptamente com as tradições chilenas” (UNITED STATES OF AMERICA, 2015, tradução nossa)³⁵, o que pode ser deduzido como a lógica por trás da consideração de uma sugestão alternativa que constituía-se em uma “ação política para dividir e enfraquecer a coalizão de Allende” (KORNBLUH, 2003, p. 87, tradução nossa).

Isto posto, eventualmente uma desaceleração *mais rápida* da economia seria considerado como fator de grande potencial interveniente sobre o panorama instaurado até aquele momento. Diante disso, foram elaborados cinco pontos nos quais os agentes oficiais envolvidos poderiam atuar, tal como o comprometimento da influência industrial e assistência financeira estadunidenses no Chile (KORNBLUH, 2003, p. 87). Como dito pelo próprio presidente, Richard Nixon, de acordo com anotações do então diretor da CIA, Richard Helms, “façam a economia gritar” (NATIONAL SECURITY ARCHIVE, 1998, tradução nossa)³⁶. Assim, além do combate contra a proliferação da ideologia socialista e comunista e a provável aproximação do Chile com países socialistas, como Cuba e a União Soviética; a relação econômica entre os Estados Unidos e o Chile também estaria em jogo.

Recursos foram fornecidos “à organizações de mídia, à partidos políticos da oposição e, em quantidades limitadas, à organizações do setor privado” (UNITED STATES OF

³⁴ Informações retiradas do documento oficial “CIA, *Report of CIA Chilean Task Force Activities, 15 September to 3 November 1970, November 18, 1970*”, disponível em: <<https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB8/docs/doc01.pdf>>.

³⁵ Trecho retirado do documento oficial “*Annex to the Study Prepared in the Interdepartmental Group for Inter-American Affairs In Response to National Security Study Memorandum 97, Washington, August 18, 1970*”, disponível em: <<https://52.200.115.76/historicaldocuments/frus1969-76ve16/d14>>.

³⁶ O documento “CIA, *Notes on Meeting with the President on Chile, September 15, 1970*” (disponível em: <<https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB8/docs/doc26.pdf>>) é essencialmente constituído pelas anotações manuscritas do então diretor da CIA, Richard Helms, ao registrar as ordens proferidas pelo então presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon, pelo telefone: “1 em 10 chances, talvez, mas salve o Chile!; vale a pena gastar; não preocupado com os riscos envolvidos; nenhum envolvimento da embaixada; 10.000,00 dólares disponíveis, mais se necessário; trabalho em tempo integral - os melhores homens que temos; plano de jogo; faça a economia gritar; 48 horas para o plano de ação”. Tradução nossa.

AMERICA, 1975, p. 2)³⁷. Por sua vez, a interferência midiática iria seguir os mesmos moldes implementados em 1958, “usando meios de comunicação seletivos [...] para fabricar a subversão do processo democrático por Allende e o envolvimento de Cuba e da União Soviética no Chile” (KORNBLUH, 2003, p. 87, tradução nossa). Tais operações incluíram compensações financeiras para emblemáticos jornais nacionais, como foi o caso do *El Mercurio* – vale salientar que, além dos meios impressos, a televisão teria sua estreia como fator interveniente nas eleições chilenas.

Contudo, um iminente escândalo modificaria quaisquer planejamentos e intenções sigilosas, provocaria choque em escala nacional e o súbito apoio popular em torno da tradição democrática. Conseqüentemente, em torno de Salvador Allende. Próximo o bastante da data estimada para a votação, o primeiro contato entre agentes da CIA e seletos grupos de militares chilenos, incluindo o General aposentado Roberto Urbano Viaux, foi estabelecido mediante ordens para que a agência ponderasse as prospecções de um possível golpe. Estratégias foram formuladas junto aos três grupos insurgentes formados e extensivo auxílio bélico foi providenciado para cada um deles (COLLIER e SATER, 2004, p. 329).

Àquela altura, tais grupos já haviam enfatizado que o sequestro do Comandante do Exército, René Schneider, era imprescindível para qualquer planejamento ser posto em prática, incentivando a participação do restante das forças armadas – Schneider era um indivíduo claramente constitucionalista, não sendo concebível sua oposição à vitória democrática de Allende. Porém, no segundo contato, Viaux foi advertido pela inteligência estadunidense que todas as iniciativas de insurgência deveriam ser momentaneamente suspensas (NATIONAL SECURITY ARCHIVE, 1998)³⁸. Sem embargo, o General deu continuidade à operação de seu grupo³⁹ e, no dia 22 de outubro de 1970, a tentativa de sequestro acabou resultando no assassinado de René Schneider, falecendo no dia 25, após resistir ao ataque e ser fatalmente ferido.

³⁷ Informações retiradas do documento oficial “*Covert Action In Chile, 1963-1974*”, disponível em: <<https://www.intelligence.senate.gov/sites/default/files/94chile.pdf>>.

³⁸ Informações retiradas do documento oficial “*CIA, Memorandum of Conversation of Meeting with Henry Kissinger, Thomas Karamessines, and Alexander Haig, October 15, 1970*”, disponível em: <<https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB8/docs/doc06.pdf>>. A conclusão dos presentes na reunião transcrita era de que a operação do ex-General Viaux teria “uma chance em vinte – talvez menos” de ser bem-sucedida, considerado motivação suficiente para abortar a operação. Tradução nossa.

³⁹ Segundo informações posteriormente divulgadas pela CIA, um dos membros do grupo do General Viaux, que teria conseguido permanecer em liberdade, recontatou a agência em novembro de 1970 – um mês após a morte de René Schneider – solicitando assistência financeira, prontamente concedida no valor de 35 mil dólares. Segundo a CIA, a concessão da quantia foi justificada pela *compra do silêncio* do militar (CIA, 2000).

Com as demais investidas de executar o golpe sendo prontamente abortadas após a trágica morte do General Schneider e sua fervorosa repercussão nacional, o início de setembro traria a eleição presidencial de volta ao centro do debate popular. Uma vez divulgados os resultados, nenhum dos três candidatos havia conquistado maioria absoluta dos votos – Salvador Allende obteve a maioria, com a margem de diferença entre ele e o segundo colocado, Jorge Alessandri, sendo de meros 1,34% (COLLIER e SATER, 2004, p. 329). Seguindo o rito constitucional, o desfecho de tantos acontecimentos estaria nas mãos do Congresso – devidamente advertido por Alessandri, ao declarar que renunciaria o cargo caso fosse o mais votado, ocasionando a realização de novas eleições, dessa vez entre Salvador Allende e Eduardo Frei Montalva (NATIONAL SECURITY ARCHIVE, 1998)⁴⁰. Enfim, os parlamentares ratificaram oficialmente a vitória de Salvador Allende como presidente do Chile, causando um alvoroço popular generalizado, tanto de felicidade como de aflição, e até mesmo uma significativa queda na bolsa de valores de Santiago.

1.5. A transição para o socialismo democrático: política econômica do governo de Salvador Allende (1970-1973)

A opinião majoritária, no período que compreende os três primeiros anos da década de 1970 no Chile, definiria como “extremamente improvável” que um presidente eleito por aproximadamente um terço da população chilena e em conflito tácito com uma “oposição interna e estrangeira inflexível fosse capaz de defender a democracia e criar o socialismo [no Chile] ao mesmo tempo” (HUDSON, 1994, n.p). De fato, contemporaneamente, não restam dúvidas quanto à proporção inversa entre o extenso arcabouço de turbulências e impasses que se sucederam e a modesta duração do mandato de Salvador Allende. A época de acentuada tensão política observada no fim do decênio anterior seria mantida e complementada pelo advento de agravantes econômicos que, em conjunto, rapidamente resultariam na corrupção das estruturas institucionais estabelecidas até aquele momento.

⁴⁰ Essa seria a exata estratégia definida pela CIA, e referenciada como *Frei's re-election gambit* (Estratégia de reeleição de Frei, em tradução livre) no documento “CIA, Report of CIA Chilean Task Force Activities, 15 September to 3 November 1970, November 18, 1970” (disponível em: <<https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB8/docs/doc01.pdf>>), como alternativa para a ocasião da vitória de Allende sem a conquista da maioria absoluta. Acreditava-se que, uma vez viabilizada uma segunda votação presidencial, acompanhada de uma nova e incisiva campanha midiática a favor de Frei, o resultado manteria o mesmo no cargo de Presidente do Chile. Ainda de acordo com o documento oficial, para a CIA e as Forças Armadas chilenas, a única esperança de convencer Frei a agir de acordo com esse propósito seria a pressão “daqueles cuja opinião e/ou aprovação Frei valorizava”. Logo, “na Europa e na América Latina, membros proeminentes e influentes do movimento democrata-cristão, bem como da Igreja Católica, foram instigados a visitar Frei ou enviar mensagens privadas para ele, clamando que o mesmo salvasse o Chile”. Sua inesperada relutância em manter seu consentimento e participação na execução da estratégia causou o redirecionamento do foco dos EUA para as possibilidades a cerca de um golpe mobilizado pelos militares. Tradução nossa.

Salvador Allende é comumente lembrado pela história como o primeiro socialista marxista eleito pelos meios democráticos ao cargo de Presidente da República no continente americano. Porém, em seu contexto histórico, o teor simbólico desse marco não o poupou de enfrentar uma vigorosa oposição – não necessariamente política. Muito pelo contrário. A tão promovida transição para o socialismo democrático e suas propostas legislativas seriam, com o tempo, veementemente barradas pelo Congresso, tanto pela direita quanto pela esquerda – repreendidas até o último momento pela oposição, liderada pelos partidos Nacional e Democrata-Cristão. Ademais, logo o socialista iria perceber um maior alinhamento com o partido Comunista, em detrimento do seu próprio partido, na forma com a qual desejava executar seu projeto de governo. Ainda assim, seu mandato visava aprofundar as mudanças estruturais em curso no Chile (COLLIER e SATER, 2004, p. 330-333).

Ao contrário do contexto herdado pelo seu antecessor, não somente o cenário econômico era desfavorável como o Estado encontrava-se desprovido de mecanismos de controle dos altos índices recessivos inerentes ao custoso programa reformista de Allende. O *Plan Vuskovic*⁴¹, que baseou a política econômica de seu governo, em muitos méritos provou ser uma continuação dos esforços desenvolvimentistas de Eduardo Frei Montalva. O plano teria uma performance exitosa em seu primeiro ano, logo sendo substituída por dois anos marcados pela instabilidade promovida pelos famigerados dilemas inflacionários – neste caso, uma hiperinflação – e o retorno amplificado da insurgência política que tomou conta de sua corrida presidencial (HUDSON, 1994, n.p).

Tendo como princípios norteadores o estímulo de áreas econômicas prioritárias à estabilização, a continuidade das medidas previstas pela reforma agrária em andamento e a nacionalização dos recursos naturais, de bancos e empresas estrangeiras; o governo Allende apostariam nas reservas estatais e no acréscimo nos recursos públicos oriundos da expansão produtiva para cumprir seus objetivos. Fortemente influenciado pela lógica keynesiana, também foram previstos o fomento do poder de compra das classes média e trabalhadora, e um controle de preços que “anulariam” o potencial inflacionário de tais medidas. A estratégia

⁴¹ O plano foi nomeado em homenagem ao seu criador, o então Ministro da Economia e peça chave do governo Allende, Pedro Vuskovic. Em 1971, o economista definiu a “destruição das bases econômicas do imperialismo e da classe dominante” (GAZMURI, 2012, p. 328, tradução nossa) como a finalidade das iniciativas estatais para um maior controle sob a economia. Seu histórico de vinte anos trabalhando com a CEPAL, antes de se afiliar à *Unidad Popular* e ser nomeado ministro, é geralmente referenciado ao justificar a falta de atenção do Plano Vuskovic à política monetária, assim como a aplicação da “filosofia estruturalista” da substituição de importações, oriunda da CEPAL (HUDSON, 1994, n.p). Foi um das 10 pessoas mais perseguidas pelas forças de Augusto Pinochet (EL PAÍS, 1993), se exilando no México após a concretização do golpe militar, onde faleceu em 1993.

executada previa uma política econômica inicial de curto-prazo a ser posteriormente modificada, além da obtenção da maioria parlamentar (GAZMURI, 2012, p. 328).

O primeiro passo seria o aumento dos salários à uma margem de 55%. Junto a isto, gastos em programas sociais e a promoção de empregos causariam uma alta súbita na demanda doméstica, que por sua vez estimularia a capacidade produtiva. Até o fim de 1971, a economia seguiria um percurso favorável ao conquistar um crescimento do PIB de aproximadamente 8%, movitado pelo aumento de 12% na produção industrial e uma trégua no aumento inflacionário (COLLIER e SATER, 2004, p. 343). Naturalmente, também haveria um substancial aumento nos gastos públicos, especialmente voltados aos programas sociais, ultrapassando a média de 32,2% do mandato de Eduardo Frei em 1971 e 1972 (COLLIER e SATER, 2004, p. 331).

Neste sentido, a proposta legislativa para a considerada *fase final* da *Chilenización* – a efetiva *Nacionalización* da indústria de mineração do cobre – seria aprovada por unanimidade pelo Congresso, também contemplando meios de produção, bancos, empresas privadas e, sobretudo, a expropriação e redistribuição de terras com mais de 80 hectares. Todos os *novos* empreendimentos de propriedade estatal foram distribuídos entre mais de 100 mil famílias e o governo (PENNAFONTE, 2001, p. 67) – embora, em determinadas situações, tenham sido indiscriminadamente tomadas pelos trabalhadores, extrapolando limites constitucionais e *comprando briga* com os latifundiários. Tais fatores seriam responsáveis por sucessivas oscilações disruptivas no panorama econômico, político e social chileno dali em diante.

Não demoraria para que tais índices favoráveis sofressem uma reviravolta. Com o programa governamental sendo financiado através dos recursos e reservas estatais, além de concessões tributárias e modestos investimentos, já no fim do primeiro ano de mandato se iniciaria a ascensão de um cenário de desequilíbrio econômico e polarização sociopolítica que persistiria até a sua conclusão. O controle de preços e o impacto da reforma agrária culminaria na diminuição dos investimentos industriais e logo a crescente demanda doméstica ultrapassaria o potencial produtivo, na mesma medida que as importações superavam as exportações e desequilibravam a balança comercial – o déficit comercial correspondente a 18 milhões de dólares chegaria aos 255 milhões de dólares entre 1971 e 1972 (COLLIER e SATER, 2004, p. 344). A tendência vigente de decréscimo no preço do cobre deixaria Allende sem alternativas para sustentar este cenário, eventualmente causando a escassez de bens de consumo e até de alimentos. Por fim, seria observado um subsequente e exponencial

crescimento inflacionário, aumentando de 22% em 1971, para 163% até 1972 e impressionantes 508% até 1973 (MORANDÉ e NOTON, 2004, p. 126).

Esforços promovidos pelos Estados Unidos para impedir a aprovação de auxílios e empréstimos para o Chile – principalmente após a *Nacionalización* – não somente inviabilizaram a contenção de um iminente colapso econômico, como aprimoraram as probabilidades de sua concretização (NATIONAL SECURITY ARCHIVE, 1998)⁴². Tais esforços também condicionariam o país a perdurar cortes de assistência financeira e de órgãos financeiros multilaterais. Na tentativa de contornar tal situação, as medidas cabíveis propostas por Allende seriam continuamente barradas pelo mencionado bloqueio legislativo orquestrado pelo Congresso – até mesmo por membros da *Unidad Popular* (COLLIER e SATER, 2004, p. 347-348). Essa conjuntura resultaria na escassez das reservas de divisas e num crescimento do PIB nacional de 9% para -1,2% entre 1971 e 1972, e chegando a -4,2% até 1973 (GAZMURI, 2012, p. 329), atribuindo maior peso ao fim do auxílio financeiro estadunidense – com a exceção do auxílio ao exército chileno, que conseguiu perdurar até o final do ano de 1974 (COLLIER e SATER, 2004, p. 363).

Trechos dos documentos oficiais analisados nesta pesquisa relatam ordens para que se estabelecesse uma “vigilância dos navios chilenos que transitam pelo canal do Panamá” caso o país firmasse qualquer relacionamento comercial com Cuba (NATIONAL SECURITY ARCHIVE, 1998, tradução nossa)⁴³. Ademais, confirmam o “bloqueio econômico invisível” bi e multilateral aprovado pelo então presidente dos EUA, Richard Nixon, ao intervir no Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento e no próprio *Export-Import Bank of the United States* (Banco de Exportação e Importação dos Estados Unidos, em tradução livre) para “reduzir ou rescindir créditos e empréstimos ao Chile”, apenas um mês após a posse de Allende como Presidente do Chile (NATIONAL SECURITY ARCHIVE, 1998, tradução nossa)⁴⁴.

Adiante, foram sendo estabelecidas relações com outros países, nomeadamente países latino-americanos, subdesenvolvidos e regimes comunistas – alguns desses últimos (União

⁴² O documento “*National Security Council, Options Paper on Chile (NSSM 97), November 3, 1970*” (disponível em: <<https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB8/docs/doc24.pdf>>) enfatiza a normativa postulada pelo *Foreign Assistance Act* (Lei de Assistência Estrangeira, em tradução livre) de 1961, mais especificamente as seções 630(3)(b) e 107(b), segundo a qual não seria concedida assistência à países “dominados pelo movimento internacional comunista” e/ou com acordos comerciais com Cuba e o antigo Vietnã do Norte. Tradução nossa.

⁴³ Trecho retirado do documento oficial “*CIA, Briefing by Richard Helms for the National Security Council, Chile, November 6, 1970*”, disponível em: <<https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB8/docs/doc08.pdf>>.

⁴⁴ Trecho retirado do documento oficial “*Department of State, Memorandum for Henry Kissinger on Chile, December 4, 1970*”, disponível em: <<https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB8/docs/doc20.pdf>>.

Soviética, China e Coréia do Norte) promovendo assistência ao Chile. Na forma mais fiel à tradição chilena, diversos protestos e greves se iniciaram, tal como a mobilização em massa conhecida como *paro de octubre de 1972* (greve de Outubro de 1972, em tradução livre) que por pouco não paralisou todo o país – conquistando amplo apoio da classe trabalhadora, sobretudo caminhoneiros, e recebendo auxílio financeiro da CIA, ainda buscando a queda do “presidente socialista” (ROJAS, 2003, tradução nossa). Ainda naquele ano, a oposição conquistaria a conquistar um maior espaço no Congresso após a realização de eleições parlamentares em determinadas regiões – enquanto Allende encontrava-se envolvido em impasses e intrigas intra e interpartidárias, praticamente deixando o mesmo de mãos atadas (COLLIER e SATER, 2004, p. 347-348).

Novos ares eram ansiosamente esperados com as eleições parlamentares de 1973, mesmo que não necessariamente *favoráveis* para Salvador Allende. Os resultados mantiveram a UP em seu assentos ao receberem surpreendentes 43,4% dos votos, enquanto toda oposição conquistaria, em conjunto, 55% do voto popular – nivelando o jogo político e inibindo um possível processo de *impeachment*, mesmo com nenhum dos lados angariando efetivas vantagens sob o outros. Para a *Unidad*, era a hora de exercer comprometimento, mas isto provou-se impraticável. Na tentativa de suavizar as tensões interpartidárias, embora dando continuidade ao projeto revolucionário, Allende fez uso da formação de “gabinetes” para incitar a integração política com os parlamentares – também nomeando oficiais das forças armadas para cargos políticos, com o mesmo objetivo (COLLIER e SATER, 2004, p. 351-354).

Enquanto isso, indícios de um total colapso econômico e a perda de controle sobre a apoderação arbitrária de terras e empreendimentos pelos seus constituintes maculavam ainda mais a imagem do presidente nos olhos do Congresso e da população (UNITED STATES OF AMERICA, 2015)⁴⁵. Por meados de 1973, a formação de grupos paramilitares e o exponencial descontrole sobre as contínuas ocupações supracitadas vinham catalisando as tensões ideológicas, tanto na sociedade quanto no âmbito político, de modo a instaurar um estado de turbulência nacional que parecia longe de terminar. Tomando proveito do caótico contexto, o coronel Roberto Souper provocaria o levante do 2º Regimento Blindado visando

⁴⁵ Concretizando o que tinha sido profetizado pelo seu antecessor, Eduardo Frei Montalva, em trecho do documento “*Paper Prepared in the Department of State, November 3, 1970*” (disponível em: <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76ve16/d33>>), onde consta sua “avaliação da situação” no imediato pós-eleições de 1970. Segundo Frei, “o único milagre que poderia salvá-lo [Chile, após a vitória de Allende] seria a incapacidade do governo de manejar a situação econômica”. Tradução nossa.

tomar a Moneda, sendo rapidamente neutralizados pelo novo General e Comandante-chefe do Exército, Carlos Pratz – tornando-se a segunda tentativa de golpe contra Allende até aquele momento, atualmente referenciada como *Tancazo* (COLLIER e SATER, 2004, p. 354). Este evento acabou proliferando assassinatos não proclamados de oficiais das forças armadas e a reintegração de oficiais no âmbito político, pretendendo uma conciliação com a oposição. Todavia, para a oposição, era a hora de pensar além das alternativas constitucionais.

Naquele momento, não aparentavam haver soluções disponíveis para prevenir a completa deterioração do governo e da economia chilena. Para os Nacionais e Democrata-Cristãos, que chegaram a aprovar uma resolução acusando o governo de obstruir a justiça, a resposta era evidente e não se abstiveram em compartilhá-la: renúncia ou intervenção militar. Após uma última e falha tentativa de realizar um plebiscito nacional para encontrar soluções em meio ao caos, não havia muito que poderia ser feito pela parte de Salvador Allende. A este ponto, oficiais do exército com maiores inclinações democráticas – logo, com menor probabilidade de apoiarem uma insurgência contra um presidente eleito – começaram a ser liberados de suas funções. Nas ruas das cidades chilenas, as greves já perduravam por meses, desde profissionais especializados aos trabalhadores das indústrias de mineração. Concomitantemente, estavam sendo realizados saques de armamentos em diversas instalações governamentais (COLLIER e SATER, 2004, p. 356-357). Por fim, a renúncia do General Carlos Prats, após se tornar alvo da revolta popular, resultou na nomeação de um novo Comandante-chefe do Exército: General Augusto Pinochet.

1.6. O golpe de 1973 e a inteligência estadunidense na ascensão de Augusto Pinochet ao poder

Mesmo para nós observadores externos, era óbvio que os militares chilenos estavam extremamente relutantes em destruir mais de 100 anos de tradição orgulhosa em apoio à constituição de seu país sem esgotar todas as outras vias de solução. Infelizmente não havia outras vias de solução. O Chile estava em um beco sem saída. [...] O que talvez a história perguntará em retrospecto não é "Por que a derrubada do governo de Allende pelas forças armadas?" mas sim "Por que as Forças Armadas esperaram tanto tempo?" (NATIONAL SECURITY ARCHIVE, 1998, tradução nossa)⁴⁶.

Segundo relatos da CIA (2000, n.p, tradução nossa) sobre suas atividades no Chile, a nomeação de Augusto Pinochet ao Comando Geral do Exército, em agosto de 1973, “unificou as Forças Armadas e fortaleceu a instituição como um grupo de pressão política”. Esta

⁴⁶ Trecho retirado do documento oficial “*Department of Defense, U.S. Milgroup, Situation Report #2, October 1, 1973*”, disponível em: <<https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB8/docs/doc21.pdf>>.

afirmação é corroborada pelas informações contidas em um dos documentos confidenciais divulgados pelo governo estadunidense, classificado como “*Top Secret Umbra*” e datado no início de setembro, que comunica um acordo já delimitado entre o Exército, Marinha e Força Aérea do Chile para inicializar uma mobilização contra Allende⁴⁷ – apenas dezesseis dias após a nomeação supracitada. O dia definido para o início do golpe teria sido adiado por duas vezes para “aprimorar a coordenação tática” envolvida (NATIONAL SECURITY ARCHIVE, 2017)⁴⁸, incluindo os *Carabineros* – nomenclatura atribuída à Polícia Nacional. Por fim, um telegrama enviado pelo agente da CIA no Chile, Jack Devine, confirmava para Washington o dia oficial do levante no dia anterior⁴⁹ – vindo a ser posteriormente referenciado como o “*Chilean 9/11*” (“11 de Setembro chileno”, em tradução livre).

Aqui, vale salientar que, embora a agência tenha feito o possível dentro das limitações políticas e estratégicas de suas operações intervencionistas para incentivar uma tentativa de golpe no pós-eleições de 1970, e manter contínuo contato com agentes de campo e conspiradores desde o primeiro momento de mobilização à finalização do golpe de 1973 (CIA, 2000), a opinião prevalente⁵⁰, de acordo com o alcance desta pesquisa, determina que não há evidências concretas o suficiente para alegar que a CIA teria necessariamente instigado ou participado de forma direta no golpe que culminou na instauração do regime militar.

Não obstante, como dito pelo vice-diretor de planos da CIA, Thomas Karamessines, ao transmitir ordens de Henry Kissinger para o chefe da estação da agência em Santiago, Henry Hecksher, era “firme e contínua política que Allende seja derrubado por um golpe”, devendo este ser conduzido “utilizando todos os recursos apropriados” e de forma a encobrir a

⁴⁷ Informações retiradas do documento oficial “*Document-03. DIA, ‘Chile: The Military May Attempt a Coup Against The Allende Government on 10 September...’ Top Secret UMBRA, Intelligence Summary, September 8, 1973*”, disponível em: <<https://assets.documentcloud.org/documents/3106833/Document-03.pdf>>.

⁴⁸ Trecho retirado do documento oficial “*Document 01. Intelligence report on military plans for a coup on September 11, Secret, September 10, 1973*”, disponível em: <<https://assets.documentcloud.org/documents/3990066/01-Intelligence-report-on-military-plans-for-a.pdf>>.

⁴⁹ Trecho retirado do documento oficial “*Document-05. CIA, [Updated Intelligence Report on Planned Coup], Secret, Intelligence Cable, September 10, 1973*”, disponível em: <<https://assets.documentcloud.org/documents/3106835/Document-05.pdf>>.

⁵⁰ Opinião esta refutada por diversos autores: Weiner (2007), Kornbluh (2003) e Winn (2010). Ao afirmarem que o apoio dos Estados Unidos teria sido “crucial para a preparação do golpe, o próprio golpe e a consolidação do regime [...]” (CIA, 2000), tais autores conferem maior magnitude ao estímulo orquestrado pelo país e conferido aos esforços chilenos de disseminação, entre os partidos políticos e militares, das intenções de levante contra o governo vigente. Winn (2010, p. 239-275) afirma que o golpe somente foi possível após os três anos de intervenção estadunidense no Chile e tudo que o envolveu, conferindo destaque ao “bloqueio invisível” empregado para desestabilizar a economia durante o período do governo Allende. Em contrapartida, Fernandois (2005) defende que os demais fatores internos e externos, além dos diretamente ligados aos EUA, também ditaram o rumo dos acontecimentos e afirma que os registros documentais divulgados pela CIA posicionariam a agência como “impotente” naquele contexto.

“mão americana”⁵¹ (NATIONAL SECURITY ARCHIVE, 1998)⁵². Ainda neste mérito, transcrições de uma conversa telefônica entre Nixon e seu famigerado conselheiro, Henry Kissinger, relatam a crença dos mesmos em terem influenciado a cadeia de acontecimentos ocorrendo no Chile, ao conseguirem ter “criado as condições da melhor maneira possível” para a degradação do cenário político, econômico e social; chegando a afirmar que “seriam vistos como heróis” caso aquela fosse a “época de [Dwight D.] Eisenhower”, ex-presidente dos Estados Unidos (1953-1961) (NATIONAL SECURITY ARCHIVE, 2004)⁵³.

Por sua vez, Collier e Sater (2004, p. 355) argumentam a importância de um fator que também teria condicionado o curso da história do país. O advento da democratização dos meios de comunicação, nomeadamente a popularização da televisão e a subsequente inserção da mídia no cotidiano chileno, havia promovido uma maior politização e consciência cidadã, além de um crescente posicionamento social com relação ao conflito ideológico que dominava o governo naquele momento. Este cenário teria posto à prova diversas virtudes chilenas – sobretudo a *convivencia*, ou seja, se permitir conviver e respeitar pontos de vista divergentes – e iniciado um debate nacional ainda em aberto sobre seus verdadeiros responsáveis e fatores intervenientes.

Isto posto, com a estratégia definida e as circunstâncias favoráveis para a execução do golpe, as diversas peças começaram a se mover, dentro e fora do tabuleiro, em um jogo onde poucos dos envolvidos tinham total consciência da sua magnitude. Simultaneamente, os EUA obtinham conhecimento sobre os movimentos até então realizados, refletindo sobre possíveis cenários pós-golpe e táticas que poderiam ser utilizadas pela Junta para se estabelecer no poder, embora sem interferir diretamente nas operações em andamento (NATIONAL SECURITY ARCHIVE, 1998)⁵². Aproveitando o pretexto de sua participação na *UNITA*⁵⁴,

⁵¹ Segundo as informações anteriormente confidenciais divulgadas pela CIA (2000), empresários estadunidenses também teriam oferecido recursos à CIA visando a prevenção da vitória de Salvador Allende nas eleições de 1964 e 1970, considerada uma ameaça ao futuro dos seus negócios com o Chile. Tais ofertas teriam sido recusadas.

⁵² Trecho retirado do documento oficial “CIA, *Operating Guidance Cable on Coup Plotting, October 16, 1970*”, disponível em: <<https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB8/docs/doc05.pdf>>.

⁵³ Trecho retirado do documento oficial “*TelCon: 9/16/73 (Home) 11:50, Mr. Kissinger/The President*”, disponível em:

<<https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB123/Box%2022,%20File%203,%20Telcon,%209-16-73%2011,50%20Mr.%20Kissinger-The%20Pres%202.pdf>>.

⁵⁴ *UNITA* é o maior e mais tradicional exercício naval de campo entre as marinhas dos Estados Unidos e marinhas latino-americanas. Realizado a circunavegação pela América do Sul por quase meio século, tem como objetivo principal apoiar a estabilidade regional no Hemisfério Ocidental, embora já tenha significado uma demonstração de poder frente à ameaça representada pela União Soviética naquele contexto. Suas operações foram se ressignificando gradativamente de diferentes formas até a contemporaneidade, se adequando às mudanças que se sucederam no sistema internacional (GLOBALSECURITY.ORG, 2002).

que ocorreria no fim de setembro, a Marinha do Chile teria zarpado nove dias antes em direção à Santiago. Em seguida, todos os aeródromos seriam fechados com uma única exceção: a aeronave militar planejada para levar Salvador Allende ao seu exílio (NATIONAL SECURITY ARCHIVE, 2017)⁵⁵.

Às 21:00 horas [TRECHO CENSURADO] chegou à casa de Aira com as seguintes informações:

A. Aproximadamente às 05:00 horas locais, na manhã de 11 de setembro, todos os meios de comunicação serão assumidos pelas forças armadas. Ademais, todas as fontes de energia elétrica, outras fontes e outros serviços sociais críticos serão tomados; este será um esforço total para as forças armadas forçarem um golpe militar a derrubar o presidente Allende.

B. Aproximadamente às 08:30 horas locais, todas as estações de rádio apreendidas transmitirão que as forças armadas assumiram o controle do país e do governo. Eles informarão as pessoas que o fizeram para aliviar os imediatos problemas que a nação enfrenta e oferecer uma solução urgente e pedirão que as pessoas as acompanhem enquanto procuram resolver os problemas de longo prazo do país. Sua declaração ao público enfatizará que este é um problema interno e que não há assistência ou intervenção estrangeira no golpe (NATIONAL SECURITY ARCHIVE, 2017, tradução nossa).⁵⁶

A história, porém, acabaria desviando do que fora planejado. Em retrospecto, o então Tenente-coronel da Marinha dos Estados Unidos, Patrick J. Ryan, afirmaria que “o *coup de etat* (sic) do Chile foi quase perfeito” (NATIONAL SECURITY ARCHIVE, 1998, tradução nossa)⁵⁷. Logo, houveram contratempos. Um atraso em determinadas operações acabaria culminando em notícias sobre o golpe em andamento chegando inesperadamente ao conhecimento de Salvador Allende, que ainda deveria estar posicionado em sua casa no momento do encerramento das operações preliminares que concretizariam o início do regime militar (NATIONAL SECURITY ARCHIVE, 1998)⁵⁷.

Sendo assim, o presidente prontamente se direcionou ao *Palácio de la Moneda* sob escolta de seguranças pessoais e *Carabineros* fortemente armados – os últimos logo abandonariam seus postos após o anúncio oficial do golpe pelas Forças Armadas nas rádios *Mineria e Agricultura*⁵⁸, deixando Allende severamente vulnerável. Às oito da manhã, ao

⁵⁵ Informações retiradas do documento oficial “*Document 05. DIA, Sensitive, Military Coup Planning for Morning of 11 Sep Confirmed, Secret, September 11, 1973*”, disponível em: <<https://assets.documentcloud.org/documents/3990070/05-Military-Coup-Planning-for-Morning-of-11-Sep.pdf>>.

⁵⁶ Trecho retirado do documento oficial “*Document-04. Military Coup Plotting for Morning of 11 Sep 1973, Secret*”, disponível em: <<https://assets.documentcloud.org/documents/3990069/04-Military-Coup-Plotting-for-Morning-of-11-Sep.pdf>>.

⁵⁷ Trecho retirado do documento oficial “*Department of Defense, U.S. Milgroup, Situation Report #2, October 1, 1973*”, disponível em: <<https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB8/docs/doc21.pdf>>.

⁵⁸ Informações retiradas do documento oficial “*Document-08. CIA. Early Intelligence Report on Coup Progress, Secret. Situation Report Regarding the Moneda and Allende during Coup, September 11, 1973 (2)*”, disponível

alcançar o palácio presidencial, Allende conseguiria transmitir duas comunicações. Primeiro, convocou estudantes e trabalhadores à defender seu governo, assim como feito pelo Partido Socialista, sem ter conhecimento de sua impossibilidade, graças aos bloqueios rodoviários posicionados pelo Exército em todas as principais interseções (NATIONAL SECURITY ARCHIVE, 2017)⁵⁹. Segundo, já fazendo uso de um tom mais melancólico e carregado, “quase como se estivesse preparando o elogio fúnebre” para o seu governo, se despediu da população chilena antes de *supostamente* pressionar o gatilho sob seu queixo⁶⁰, enquanto a Força Aérea chilena bombardeava o *Moneda* e o Exército tomava controle do pátio interior, que conferia acesso à sala presidencial – apenas oito horas após o início das operações (NATIONAL SECURITY ARCHIVE, 1998, tradução nossa)⁵⁷.

Após ter conquistado o controle dos centros urbanos mais importantes, tal como Valparaíso, Concepción e – após um vigoroso conflito armado em frente à *Moneda* – Santiago, a Junta Militar emitiria o seu primeiro comunicado oficial para a população. Os militares não se abstiveram de pontuar a incapacidade do regime anterior em lidar com o avanço da “grave crise social, moral e econômica” que tomava conta do Chile, além da violência exponencial propagada pelos conflitos entre e contra os grupos paramilitares formados (NATIONAL SECURITY ARCHIVE, 2017, tradução nossa)⁶¹.

Em seguida, decretaram suas primeiras medidas: o estado de sítio, a transferência da autoridade suprema nacional para as Forças Armadas e a efetiva imposição de sua Lei Marcial, a “libertação do país do Marxismo”; a suspensão imediata de todas as atividades de imprensa, com uma única exceção concedida para os relatórios da rede de transmissão da Junta; e a restrição da livre circulação dos cidadãos, ao instituir um toque de recolher – que permaneceria em vigor por alguns anos, iniciando às sete horas da noite e terminando às sete horas da manhã (NATIONAL SECURITY ARCHIVE, 2017, tradução nossa)⁶¹. Na

em: <<https://assets.documentcloud.org/documents/3990073/08-Early-Intelligence-Report-on-Coup-Progress.pdf>>.

⁵⁹ Informações retiradas do documento oficial “*Situation in Chile as of 11:00 EDT 11 Sep 1973, Report 2, September 11, 1973*”, disponível em: <<https://assets.documentcloud.org/documents/3990078/13-Situation-in-Chile-as-of-11-00-EDT-11-Sep.pdf>>.

⁶⁰ A verdadeira causa da morte de Salvador Allende permaneceu, por muito tempo, um tópico ativo no debate social no Chile. A sociedade chilena se ramificou entre os que acreditam que o ex-presidente realmente tinha se suicidado na manhã do dia 11 de setembro de 1973, e os que acreditam que ele teria sido assassinado, seja pelas mãos dos agentes do governo que o protegiam ou pelos militares. Em 2011, o caso seria novamente aberto e o corpo de Allende seria exumado, na tentativa de solucionar quaisquer questionamentos sobre o mérito. Em setembro de 2012, uma corte chilena finalmente confirmaria a causa da morte de Allende como suicídio (BBC News, 2012).

⁶¹ Trecho retirado dos documentos oficiais “*Document 12. Report on Junta Communique, September 11, 1973*”, disponível em: <<https://assets.documentcloud.org/documents/3990077/12-Report-on-Junta-Communique.pdf>>; e

eventualidade de quaisquer violações das medidas impostas, os responsáveis seriam “tratados de acordo com as leis militares aplicadas” (NATIONAL SECURITY ARCHIVE, 2017, tradução nossa)⁶².

As Forças Armadas chilenas têm plena consciência de que suas responsabilidades não terminaram com a queda do governo Marxista, mas sim que apenas começaram. O bloqueio para o Chile será longo e difícil. [...] Agora que eles são de fato novamente um "país em liberdade", nenhum obstáculo é alto demais, nenhum problema é difícil demais para resolver. Seu progresso poderá ser lento, mas será como homens livres aspirando a objetivos que são para o benefício do Chile e não para o egoísta Marxismo mundial (NATIONAL SECURITY ARCHIVE, 1998, tradução nossa)⁵⁷.

Nos dias seguintes após a efetiva consumação do golpe, o contínuo tormento da última década deu espaço para semanas de intensa quietude, de acordo com o Tenente-coronel Patrick J. Ryan⁵⁷. Enquanto essa era a realidade para a maioria da população, a Junta colocava em prática seus emblemáticos mecanismos de repressão popular. Altos oficiais do governo Allende foram presos e outros ministros e líderes políticos foram convocados a se reportarem ao Ministério da Defesa, sempre deixando clara a severidade das consequências previstas para casos de inobediência (NATIONAL SECURITY ARCHIVE, 2017)⁶³.

A Junta Militar teria sido inicialmente idealizada a partir de uma contínua troca de cadeiras entre os generais das três forças armadas nacionais, sem pretensões de se perpetuar no poder. Por outro lado, um retorno imediato à democracia também não constava nos planos, ao passo que a devolução do poder aos mesmos partidos políticos responsáveis pelo colapso econômico e sociopolítico vigente, na visão dos militares, seria contraproducente naquele momento (NATIONAL SECURITY ARCHIVE, 2017)⁶⁴. Assim, o regime militar chileno continuaria a se posicionar no poder, não somente diante de olhos atentos no âmbito doméstico como também no âmbito internacional.

A notícia da bem-sucedida finalização das operações que integraram o golpe de 1973 no Chile seria recebida com entusiasmo pela Casa Branca, seguida pelo reconhecimento do regime militar instaurado e sua imediata resposta de apoio – econômico, militar, tático e

“Document 22. Report on Actions to be Taken by New Junta, CIA, Secret, September 11, 1973”, disponível em: <<https://nsarchive.gwu.edu/dc.html?doc=3990087-22-Report-on-Actions-to-be-Taken-by-New-Junta>>.

⁶² Trecho retirado do documento oficial “DIA, Armed Forces Statement on Closing Radio Stations, Sensitive, September 11, 1973”, disponível em: <<https://assets.documentcloud.org/documents/3990074/09-Armed-Forces-Statement-on-Closing-Radio.pdf>>.

⁶³ Informações retiradas do documento oficial “Document 7. JCS, Sensitive, SITREP Number One, September 11, 1973”, disponível em: <<https://assets.documentcloud.org/documents/3990072/07-Sitrep-Number-One-September-11-1973.pdf>>.

⁶⁴ Informações retirada do documento oficial “Document 23. CIA, Secret, Looking Forward in Chile, September 11, 1973”, disponível em: <<https://assets.documentcloud.org/documents/3990088/23-Looking-Forward-in-Chile-Secret.pdf>>.

humanitário (SCHMITZ, 2006; NATIONAL SECURITY ARCHIVE, 2017)⁶⁴. Por essa razão, o governo estadunidense teve que lidar com a repercussão internacional dos recorrentes relatos de violação dos direitos humanos pela ditadura de Pinochet, desde a opressão política e uso de tortura às centenas de execuções e aprisionamentos de todos considerados como potenciais ameaças à Junta Militar (SCHMITZ, 2006).

A este ponto, o Estádio Nacional Julio Martínez Prádanos, principal centro desportivo do Chile, já havia sido transformado no principal campo de concentração do país, assim como o seu edifício principal, que se tornou o centro de campos de detenção e tortura⁶⁵ para os milhares de prisioneiros políticos e opositores da ditadura capturados – incluindo quatro cidadãos estadunidenses cujo assassinatos tornaram-se escândalos nacionais em seu país de origem: Charles Horman e Frank Teruggi, em 1973, e Orlando Letelier e Ronni Moffitt, em 1976 (NATIONAL SECURITY ARCHIVE, 2000, 2016)⁶⁶. Virada a página do período Allende na história chilena, os acontecimentos ocorridos durante o regime militar até o seu fim, no início da década de 1990, iriam marcar e condicionar permanentemente os seus posteriores desdobramentos até a contemporaneidade.

Augusto Pinochet cederia o poder de volta ao sistema político representativo partidário conquistando o recorde do maior tempo de mandato da história do Chile, ultrapassando a duração do mandato do recordista anterior, Gabriel Cano de Aponte (1717-1733), por oito meses (COLLIER e SATER, 2004, p. 359). Contudo, este estaria longe de representar o fato mais emblemático sobre o período ditatorial no país. Não obstante os direcionamentos da

⁶⁵ Trecho retirado do documento oficial “*Document-02. U.S. Embassy Santiago, ‘[Deleted] Reports on GOC [Government of Chile] Involvement in Death of Charles Horman, Asks Embassy for Asylum and Aid, April 28, 1987*”, disponível em <<https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB33/docs/doc02.pdf>>.

⁶⁶ Informações retiradas dos documentos oficiais “*Document 1: Federal Bureau of Investigation, “Frank Teruggi,” December 14, 1972*”, disponível em: <<https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB33/docs/doc01.pdf>>; “*Document 2: U.S. Embassy Santiago, [Deleted] Reports on GOC [Government of Chile] Involvement in Death of Charles Horman, Asks Embassy for Asylum and Aid, April 28, 1987*”, disponível em: <<https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB33/docs/doc02.pdf>>; “*Document 01. CIA, Pinochet’s Role in the Letelier Assassination and Subsequent Coverup, Intelligence Assessment, May 1, 1987*”, disponível em: <<https://assets.documentcloud.org/documents/3212947/Document-01-CIA-Pinochet-s-Role-in-the-Letelier.pdf>>; e “*Document 03. DOS, Pinochet and the Letelier-Moffitt Murders: Implications for US Policy, SECRET, Memorandum for the President, October 6, 1987. (reposted)*”, disponível em: <<https://assets.documentcloud.org/documents/3212949/Document-03-DOS-Pinochet-and-the-Letelier.pdf>>. Vale salientar que, no último documento citado, o então Secretário de Estado dos Estados Unidos, George P. Shultz, relata as conclusões da CIA no que tange a morte de Orlando Letelier e Ronni Moffitt, afirmando que Augusto Pinochet teria pessoalmente ordenado o assassinato, tentado encobri-lo, e supostamente considerado matar Manuel Contreras – antigo chefe da polícia secreta chilena instituída por Pinochet, Direção de Inteligência Nacional (DINA), e a única pessoa que teria conhecimento de seu envolvimento no bombardeio em Washington que os matou. Segundo Shultz: “O que sabemos agora sobre o papel de Pinochet nesses assassinatos é da maior seriedade e acrescenta mais ímpeto à necessidade de trabalhar em prol da democratização completa do Chile”. Tradução nossa.

Junta Militar para a economia, através de mudanças paradigmáticas na política econômica e da nova posição do país no mercado e sistema internacional; e para a sociedade chilena, ao provocar graves polêmicas humanitárias, o fomento da desigualdade, o decréscimo da distribuição de renda e o posterior surgimento de uma incisiva força opositora ao regime; os mesmos impulsionaram um desenvolvimento inegável. Adiante, o debate proposto por esta pesquisa confere ênfase aos pilares que edificaram o regime pinochetista, para que então sejam avaliados os seus posteriores impactos.

1.7. O regime Pinochet (1973-1990): primeiros passos do neoliberalismo na América Latina e o “milagre chileno” em evidência no cenário internacional

Sem oposição política, Pinochet pôde ser o pioneiro na implementação do neoliberalismo na América Latina na década de 1980. Quando nem se pensava em neoliberalismo na América Latina, lá estava Pinochet construindo a “modernidade” (PENNAFORTE, 2001, p. 69)

Após os acontecimentos do 11 de setembro de 1973, não tardaria para que a contínua violação de direitos humanos que se seguiu no Chile, promovida pela Junta Militar ao por em prática uma severa repressão política sob seus inimigos declarados, conquistasse destaque internacional. Suas abordagens para estabelecer autoridade foram imediatas, sendo os primeiros anos da ditadura os mais sangrentos de toda a sua duração (Gráfico 1) – por extensão, alguns dos mais sangrentos de toda história da América Latina (COMISIÓN VALECH, 2011)⁶⁷.

O alto grau de violência e os milhares de assassinatos empregados neste período – incluindo a autoria das operações que culminaram na morte dos quatro cidadãos estadunidenses anteriormente citados – podem ser extensivamente creditados à *Dirección de Inteligencia Nacional* (Direção de Inteligência Nacional, em tradução livre), ou DINA (COLLIER e SATER, 2004, p. 360). Criada ainda em 1973 e diretamente controlada por Augusto Pinochet, a DINA serviria como a polícia secreta nacional⁶⁸.

⁶⁷ Um relatório divulgado em 2011 pela *Comisión Asesora para la Calificación de Detenidos Desaparecidos, Ejecutados Políticos y Víctimas de Prisión Política y Tortura* (Comissão Consultiva para a Qualificação de Detidos Desaparecidos, Mortos Políticos e Víctimas de Prisão Política e Tortura, em tradução livre), ou *Comisión Valech*, criada em 2003 e encarregada de receber e investigar as denúncias de violações de direitos humanos cometidas durante a ditadura chilena; divulgou o aumento na estimativa de indivíduos afetados e mortos pelas mãos dos militares no período entre 1973 e 1990, subindo para mais de 40 mil e pouco mais de 3 mil, respectivamente (COMISIÓN VALECH, 2011).

⁶⁸ Sendo substituída em 1977, pela *Central Nacional de Informaciones* (Central Nacional de Informações, em tradução livre), ou CNI. Embora representasse uma versão mais moderada e discreta de sua antecessora, deu continuidade à prática torturas e assassinatos que perdurariam, em gradativo declínio de intensidade, até a proximidade do fim da ditadura militar no Chile (COLLIER e SATER, 2004, p. 361). De acordo com

Adiante, para o desgosto dos demais comandantes das forças armadas, principalmente do comandante da Força Aérea Chilena (FACH), Gustavo Leigh Guzmán⁶⁹, as pretensões de Pinochet de obter o monopólio do poder ficaram gradativamente mais nítidas com o passar do tempo. Tampouco demorariam para se tornarem realidade. A nomeação de Pinochet ao título de Presidente da República, ainda no final de 1974, seria acompanhada pela concepção e aprovação – através de um plebiscito supostamente fraudado⁷⁰ – de uma nova constituição em 1980 e de um extraordinário progresso econômico, embora ainda instável e desproporcional (COLLIER e SATER, 2004, p. 362).

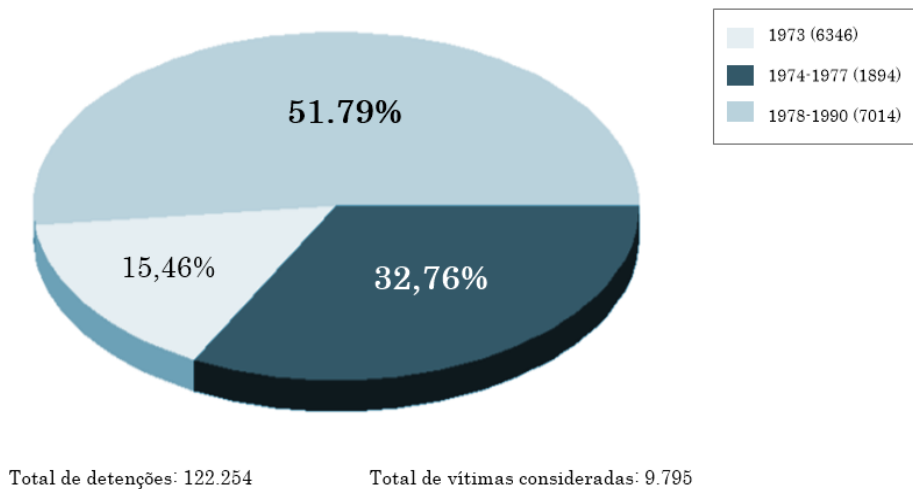
Enfim, a conjuntura econômica e social de meados dos anos 80 propiciaria as circunstâncias para uma nova articulação da oposição política, até aquele momento declarada ilegal, que desafiaria Pinochet através das mobilizações em massa de 1973-1976 e da campanha de apoio ao voto contra a permanência do regime militar no plebiscito de 1988. Apesar das limitações de uma campanha voluntária, recorrentemente hostilizada, sem recursos e espaço proporcional na mídia, a mesma acabou decretando o eventual retorno do sistema democrático em território chileno através das eleições presidenciais e parlamentares do ano seguinte.

informações retiradas do documento oficial “*Department of Defense, Directorate of National Intelligence (DINA) Expands Operations and Facilities, April 15, 1975*” (disponível em <<https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB8/docs/doc25.pdf>>), o elevado poder hierárquico atribuído à DINA, ao reportar exclusivamente ao Presidente Pinochet e receber apenas ordens presidenciais, culminou em relações tensas entre a *Dirección* e os três nichos das Forças Armadas chilenas, além dos *Carabineros*.

⁶⁹ Segundo Hudson (1994, n.p, tradução nossa), a ocasião da demissão do comandante das FACH da Junta Militar, no início de 1978, "em um verdadeiro golpe dentro de um golpe", posicionou Pinochet em uma condição de incontestabilidade. Uma possível razão para a ausência de qualquer reação por parte dos militares poderia ser condicionada pelo fato de diversos novos generais, nomeados por Pinochet mediante a aposentadoria impositiva de militares mais experientes, deverem seus cargos e classificações ao ditador chileno.

⁷⁰ O plebiscito que aprovou a Constituição de 1980 – ou “constituição da liberdade” (HUDSON, 1994, n.p, tradução nossa) – e a veracidade do seu resultado final – 67% dos votos a favor e 33% dos votos contra – é continuamente contestada por evidências que apontam a possibilidade de fraude, supostamente orquestrada pela Junta. O documento começou a vigorar no dia 11 de março de 1981 e, entre suas políticas integrantes, previa a dilatação das limitações do poder presidencial, ao determinar a isenção específica de Pinochet no que concerne o artigo constitucional que proíbe a reeleição de presidentes, seu controle sobre os “direitos de mobilização, livre arbítrio e para render, exilar ou banir para exílio interno qualquer cidadão, sem direito à recurso com a exceção do próprio presidente” (HUDSON, 1994, n.p; tradução nossa), um período de transição para o retorno da democracia que terminaria em 11 de março de 1990, e um novo plebiscito em 1988, para definir possíveis emendas constitucionais e a decisão popular com relação a manutenção, ou não, do regime militar por mais oito anos. O texto também previa alterações institucionais favoráveis à permanência dos militares no âmbito da gestão política nacional após a redemocratização.

Gráfico 1 – Número de vítimas de prisão política e tortura entre 1973 e 1990 (por período)



Fonte: *Informe de la Comisión Presidencial Asesora para la Calificación de Detenidos Desaparecidos, Ejecutados Políticos y Víctimas de Prisión Política y Tortura*, 2011, p. 40.

Sem embargo, no que concerne o imediato cenário pós-golpe, pouco se sabia sobre a perspectiva da Junta com relação à economia – até pelos seus próprios integrantes (COLLIER e SATER, 2004, p. 364). A pressão sob os militares para reverter o contexto de tensão social e entraves econômicos dos últimos anos do Chile democrático era paupável. Porém, uma vez ultrapassados tais obstáculos, um novo desafio ainda os esperaria: manejar corretamente os tradicionais desafios impostos pela inflação, pela subutilidade da produção e pelo descontrole da balança de pagamentos e da dívida externa. Na medida em que foram decretados o fechamento do Congresso nacional, a proibição de qualquer atividade sindical, o banimento dos partidos políticos⁷¹ – efetivo primeiramente para a *Unión Popular*, seguida pelos demais partidos em 1977 – e a transferência de todos os cargos públicos administrativos para membros das Forças Armadas; foram sendo restringidas as fontes de assistência tecnocrata – que, por acaso, acabaram se tornando necessárias.

Economistas formados pela Universidade Católica do Chile, incluindo alguns participantes do programa de intercâmbio com o Departamento de Economia da Universidade de Chicago, e ávidos críticos das políticas econômicas empregadas pelo ex-presidente

⁷¹ Não somente Augusto Pinochet como a parte majoritária das Forças Armadas acreditavam que a conjuntura anterior ao golpe de 1973 teria responsabilidade atribuída para além da influência marxista e dos partidos de esquerda nos rumos tomados pelo país. A própria “estrutura institucional incorporada na Constituição de 1925” seria a verdadeira responsável, ao condicionar os partidos e políticos à uma busca egocêntrica pelo alcance dos seus objetivos individuais e, por fim, pelo poder – o que teria permitido a entrada de “ideologias estrangeiras” no Chile e criado “uma ameaça interna.” (HUDSON, 1994, n.p).

Salvador Allende, os *Chicago Boys* foram a solução escolhida pela Junta Militar. Encabeçados por Sergio de Castro, logo seriam encarregados de propôr uma compilação de estratégias econômicas que serviriam aos propósitos do regime para o país. Com claras referências à “nova ortodoxia florescente de ‘monetarismo’ e *laissez-faire* desenfreado” (FONTAINE, 1993, p. 244; COLLIER e SATER, 2004, p. 365) das suas instituições de origem, o *El Ladrillo* foi essencialmente baseado em um “capitalismo sem restrições” de ajuste automático, promovendo uma “conversão dramática ao livre mercado” (HUDSON, 1994, n.p; tradução nossa) ao instituir a abertura total e unilateral do comércio chileno para a economia globalizada⁷².

O documento, inicialmente idealizado para a campanha de Jorge Alessandri nas eleições presidenciais de 1970 (CASTIGLIONI, 2019, p. 6), previa a revogação das restrições sob as movimentações de capital em território nacional, um substancial decréscimo tarifário – atingindo uma das menores tarifas de importação à nível mundial daquela época –, modificações no sistema tributário, limitação das restrições alfandegárias e dos demais subsídios estatais, além do fim do controle sob os preços e a imediata desvalorização da moeda⁷³. Sobretudo, direcionava a atividade econômica nacional para a exportação e determinava a gradual transferência de responsabilidade das instituições públicas e medidas protecionistas para a iniciativa privada, através de um vasto programa de privatizações e da imposição do Estado subsidiário. Dessa forma, constituindo um encaixe perfeito ao encargo atribuído aos *meninos de Chigago* pela Junta.

Se a *Chilenización e Nacionalización* foram os destaques nos governos de Eduardo Frei Montalva e Salvador Allende, respectivamente, a rota contrária seria tomada pelo regime militar. As diversas privatizações efetuadas – assim como a venda de ações de determinadas entidades privadas nas quais o governo possuía notória participação – abarcaram desde grandes negócios e indústrias estatais às empresas e programas públicos de bem-estar social, tal como o fornecimento de energia e água potável, e o sistema previdenciário, educacional, de saúde, e grande parte do sistema financeiro doméstico (COLLIER e SATER, 2004, p. 366). O reconhecimento da posição estratégica de certos empreendimentos teria motivado a permanência dos mesmos no âmbito público.

⁷² Explorando o histórico econômico chileno nesse mérito, Hudson (1994, n.p) enfatiza o fracasso das três tentativas anteriores de liberalização econômica no país, que ocorreram entre 1950 e 1970 – mesmo sob três sistemas de taxa cambial distintos.

⁷³ De acordo com Collier e Sater (2004, p. 365-366), a moeda vigente na época – o *escudo* – foi desvalorizado em uma taxa de câmbio unificada, na proporção de 250 *escudos* ao dólar. A taxa praticada anteriormente às mudanças era de 50 *escudos* ao dólar.

Em consequência direta dessas medidas, pôde-se observar uma diminuição instantânea de mais de 25% nos gastos públicos, seguido por cortes orçamentários adicionais nos setores públicos remanescentes e pelo aumento significativo das reservas estatais e da taxa de juros. A propagação e potencialização do empreendedorismo no Chile⁷⁴ serviria como último diagnóstico anterior ao falecimento das interferência econômica do Estado chileno (HUDSON, 1994; COLLIER e SATER, 2004).

Ainda na década de 1970, seriam promulgadas legislações relacionadas ao investimento externo, com forte viés liberal, e a reformulação da moeda nacional, que instituiu o peso no valor de mil *escudos*. Mediante a ponderação da reação inflacionária, a taxa de câmbio seria unificada e fixada em 39 pesos ao dólar. A redistribuição das terras ocupadas ditou o desmembramento das reformas agrárias, tanto pela ocupação de seus antigos donos e alguns lavradores, representando 28% das terras, como pela realização de leilões, representando 72% das terras (HUDSON, 1994, n.p).

Em contrapartida à subprodução dos vastos lotes de terra que outrora constituíam as *haciendas*, a ênfase comercial na exportação definiria a criação de diversas agroindústrias nessas terras, com uma intensa cadeia produtiva e ampla empregabilidade. O resultado pôde ser observado através da crescente heterogeneidade na agricultura e no portfólio de produtos exportados pelo Chile nos próximos anos. Adiante, o restante das consequências oriundas da implementação do *Ladrillo* se apresentariam de forma turbulenta e gradativa, acompanhadas pela Crise Petrolífera de 1973 e a recessão econômica de 1975-76 (COLLIER e SATER, 2004, p. 365-369).

Ao observar o aumento dos índices de desemprego chegando aos 20%, a queda colossal do preço do cobre no mercado internacional, originada pela crise do petróleo, em conjunto ao corte salarial – em torno de 60% com relação à 1970 – e uma baixa no crescimento do PIB, os auguros de uma vigorosa recessão faziam-se presentes. E assim concretizou-se. À vista disso, Pinochet prontamente pôs em prática uma reestruturação institucional – reflexo de conselhos e sugestões adquiridos, por exemplo, com a visita do renomado economista e teórico liberal Milton Friedman ao Chile, sobre a melhor maneira de gerenciar a economia do país (HUDSON, 1994, n.p). Tais mudanças presenteariam o Ministro

⁷⁴ No fim dos anos 1980, o engajamento em atividades informais teria impactado uma margem de 30-40% dos trabalhadores chilenos, resultado de uma tendência crescente de alta rotatividade de funcionários e preponderância de ofertas de empregos temporários (COLLIER e SATER, 2004, p. 374).

da Fazenda⁷⁵, Jorge Cauas, com uma extensão de suas competências, e Sergio de Castro com sua nomeação como Ministro da Economia – sendo posteriormente nomeado ao cargo de Cauas, após seu afastamento no fim de 1976, o que resultou na edificação da influência dos *Chicago Boys* no Estado pinochetista e uma vigorosa, “útopica e abrangente” (COLLIER e SATER, 2004, p. 365) reconfiguração de seu planejamento inicial, visando eliminar os traços keynesianos da política econômica herdada pela Junta Militar.

Não tardou para que a economia se recuperasse após a implementação das medidas supracitadas. Pelo menos, por enquanto. O PIB seria revitalizado ao ponto de conquistar uma média de crescimento anual de 7% entre 1976 e 1981, junto à diversificação e crescimento da participação dos produtos e mercados de exportação na balança de pagamentos, decretando o fim do monopólio do cobre nesta pauta, e à queda livre dos índices inflacionários – atingindo a margem de 9,5% em 1981, em contraposição ao crescimento de 508% observados em 1973 (HUDSON, 1994, n.p). Com as extensas privatizações dos primeiros anos da ditadura, a influência e poder até então conquistados pelos grandes conglomerados financeiros sob o sistema bancário, instituições de crédito (*financieras*) e os setores manufatureiro e agroexportador; mostrou-se primordial nos esforços rumo à exponencial industrialização nacional. A simplificação do percurso para obtenção de crédito culminaria em um estímulo adicional, especialmente aproveitado pelos setores de construção e importação.

Frente à instituição do Estado subsidiário, a criação de entidades estratégicas também seria creditada como responsável pela reestruturação econômica dos anos 1980 – tal como o *Programa de Empleo Mínimo* (Programa de Emprego Mínimo, em tradução livre), que absorveria boa parte da mão-de-obra paralisada, e o Pro-Chile, designado à garantir a promoção às exportações (COLLIER e SATER, 2004, p. 365-369). Por fim, apesar da curva de contínua ascendência da dívida externa, chegando a totalizar 17 bilhões de dólares no início dos anos 1980 (SALAZAR e PINTO, 2002, p. 60), o país estaria mais uma vez prosperando, não somente para o júbilo das classes mais altas como também para uma classe emergente de empreendedores.

Hudson (1994, n.p, tradução nossa) define o termo “milagre chileno” pela conquista da maior taxa de crescimento do PIB até então registrada na região latino-americana,

⁷⁵ Naquele contexto, o Ministério da Fazenda seria equivalente à Secretaria do Tesouro Nacional do Governo Brasileiro, após a instituição do Ministério da Economia pela Lei 13.844/2019 – decretando a fusão do Ministério da Fazenda com o Ministério do Planejamento, Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços e o Ministério do Trabalho. A lei supracitada consta disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/Lei/L13844.htm>.

chegando a um aumento anual de 4,2%, e de um súbito crescimento econômico, suscitado pelo “boom das exportações entre 1986 e 1991” e pelos empréstimos estrangeiros conferidos ao Chile naquela época⁷⁶.

Entretanto, até mesmo um milagre suscitaria uma prosperidade claramente horizontal para o país. A queda violenta das tarifas de importação – dos 70% decretados em 1974 à uma média de 10% a partir do fim da mesma década – junto ao extenso controle da iniciativa privada sob a manufatura seriam os exemplos mais emblemáticos dessa constatação. O destaque concedido à exportação, a taxa de câmbio unificada e fixa, e o domínio da tendência neoliberal sob os Estados Unidos e Reino Unido também não iriam surtir o efeito esperado a partir do contexto da Segunda Crise Petrolífera, em 1979⁷⁷ (COLLIER e SATER, 2004, p. 370) – fundamental para a compreensão da conjuntura em que se encontrava a América Latina na década de 1980 e do motivo por que este período é contemporaneamente reconhecido como *la década perdida* (a década perdida, em tradução livre).

Quando a conta chegou, o dano foi substancialmente maior do que o esperado – mais grave do que a situação vivenciada na primeira recessão durante o regime militar. A crise de 1982 seria *a posteriori* considerada a pior da história do país desde a Grande Depressão (HUDSON, 1994). Como de costume, as classes mais desfavorecidas estavam a postos para suportar as consequências. A evidente oblividade no que concerne a pauta social, frente à implementação do modelo neoliberal no Chile, seria traduzida na estagnação e regressão da qualidade de vida das classes baixa e média, respectivamente, até o fim do período ditatorial. Embora os chilenos pertencentes às classes mais pobres tenham perdurado, além desta, inúmeras adversidades através da história do país, Sader (1992, p. 42) determina “os 40% que

⁷⁶ Segundo trecho retirado do documento oficial “*US Congress, Covert Action in Chile, 1963-1973*” (disponível em: <<https://www.intelligence.senate.gov/sites/default/files/94chile.pdf>>), os Estados Unidos teriam desembolsado 123,8 milhões de dólares em “diferentes formas de assistência econômica” e “auxílio militar” para o Chile somente no ano de 1974. Ademais, o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) teriam aprovado empréstimos ao país que, juntos, totalizariam aproximadamente 111 milhões de dólares. Tradução nossa.

⁷⁷ Mesmo ano em que foi instituída uma das políticas mais importantes do Estado pinochetista no âmbito das políticas sociais, de acordo com Hudson (1994, n.p): a Lei Trabalhista de 1979. A lei extinguiu direitos como “negociação coletiva, greves, e outras atividades sindicalistas, especialmente qualquer participação política”, determinava a participação sindical como voluntária, além de legitimar ajustes salariais iguais ou superiores à taxa de inflação em negociações coletivas – esta sendo removida após a crise de 1982 – e autorizar empregadores a alterar contratos de trabalho e efetuar demissões sem justa causa, com indenização equivalente a até 5 meses de salário.

se poderiam associar com a classe média” como as maiores “vítimas” da ditadura chilena, em termos econômicos⁷⁸.

De acordo com Collier e Sater (2004, p. 370), a crise internacional que se sucedeu junto à crise interna supracitada ocasionou uma vigorosa redução da demanda por exportações, a intensificação de uma crescente tendência de supervalorização do peso, além do maior desequilíbrio na balança de pagamentos e, graças à fixação da taxa cambial, da perda de competitividade no mercado estrangeiro – que, por sua vez, sofria o impacto de uma elevação expressiva da taxa de juros internacional. A vigente desregulamentação do sistema financeiro doméstico culminaria em mais dívidas, mediante a contração de um notável quantitativo de empréstimos desfavoráveis por diversos bancos e instituições de crédito. Logo, o horizonte próspero do crédito internacional subitamente desapareceu e, ainda segundo os autores, condicionando uma elevação adicional dos índices de desemprego, novo declínio do crescimento do PIB e mais de 800 declarações de falência – quantitativo aproximadamente 66% maior em comparação ao número de falências registradas durante a primeira recessão do regime Pinochet.

Segundo a perspectiva de Hudson (1994, n.p), as políticas de contenção à crise, tal como as exemplificadas, poderiam “ser melhor descritas como hesitantes”. A iniciativa de criar instituições focadas no nivelamento dos impactos da crise econômica anterior tomaria novamente a linha de frente. Ao passo que o desemprego logo superou a margem dos 20%, o *Programa de Empleo Mínimo* iniciaria o ano de 1983 absorvendo mais de 500 mil trabalhadores desocupados. Com base em seus excelentes resultados, a Junta daria continuidade à criação novas alternativas institucionais, tal como *Programa Ocupacional para Jefes de Hogar* (Programa Ocupacional para Chefes do Lar, em tradução livre).

Lidando com mais uma crise do setor financeiro doméstico, a Junta tomaria controle de seletos bancos e instituições de crédito que, em determinados casos, teriam suas dívidas asseguradas pelo Banco Central⁷⁹. Diversos módulos de subsídios foram promulgados para favorecer o restante, assim como foi estabelecida a liberalização para o mercado de capitais. Em virtude do grande quantitativo de liquidações de dívidas do setor financeiro utilizando os

⁷⁸ Tal afirmação seria embasada pelos excepcionais “ganhos em termos de participação na renda nacional” dos “20% mais ricos” e pela estagnação financeira e social dos “40% mais pobres”, sofrendo uma perda de “entre - 1% e 1% [na participação na renda nacional] entre a década passada [anos 1980] e a metade dos anos 90”, em comparação à perda de 7% da participação da classe média no mesmo período (SADER, 1992, p. 42).

⁷⁹ A aprovação de uma nova lei em 1989 conferiu autonomia e maior independência à gestão do Banco Central, extinguindo seu vínculo com o Ministério da Fazenda (HUDSON, 1994, n.p).

cofres públicos, os mesmos tornaram-se rapidamente escassos, marcando o período entre 1974 e 1982 como um dos piores períodos para as receitas federais da história e acarretando em uma nova problemática relacionada à inflação a partir anos 1990 (HUDSON, 1994, n.p).

Após a renúncia de Sérgio de Castro, o próprio Augusto Pinochet dissolveria a taxa de câmbio fixa. Da mesma forma, o regime exerceria um controle exponencial sob o setor financeiro naquele momento, não muito distante de uma comparação plausível ao controle exercido por Salvador Allende em seu curto mandato. Já em meados da década de 1980, a Universidade de Chicago daria espaço para a Universidade Columbia, na qual o novo Ministro da Fazenda, Hernán Buchi⁸⁰, finalizou sua pós-graduação em Negócios (COLLIER e SATER, 2004, p. 371). Anteriormente menosprezada, a estabilidade macroeconômica tornou-se, junto ao livre mercado, a direção norteadora dos ajustes pragmáticos instituídos na política econômica neoliberal já em prática, assim como seu meticuloso e contínuo monitoramento⁸¹ (HUDSON, 1994, n.p).

Severos ajustes seriam responsáveis por corrigir a instabilidade da política cambial até ser possível regulá-la por singelas desvalorizações. Após a implementação de programas de recapitalização, a majoritária parcela dos bancos e instituições de crédito submetidos ao domínio público durante a crise de 1982 foram sendo gradativamente privatizados até o fim do regime militar. As políticas de gestão das dívidas nacionais seriam outro destaque das alterações realizadas por Buchi e sua equipe, ao renegociar pagamentos⁸² e elevar a presença chilena no mercado secundário⁸³ (HUDSON, 1994, n.p).

⁸⁰ Buchi representava, na perspectiva de Collier e Sader (2004, p. 371), uma versão pragmaticamente inteligente do neoliberalismo.

⁸¹ Segundo Hudson (1994, n.p), havia um debate entre economistas da época no que concerne uma suposta relação de causalidade entre a gestão demasiadamente política da política monetária chilena e seu histórico conturbado com a inflação.

⁸² O auxílio dos Estados Unidos neste mérito é referenciado em vários dos documentos oficiais divulgados pela CIA e pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos, pertencentes ao acervo do Arquivo de Segurança Nacional. Em determinado trecho do documento oficial “*National Security Council, Disarray in Chile Policy, July 1, 1975*” (disponível em <<https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB8/docs/doc04.pdf>>) o diplomata estadunidense Stephen Low menciona que os Estados Unidos teriam feito o possível “para apoiar o governo chileno em suas tentativas de retomar o controle da sua economia [...]”. Além de “um grande e bem-sucedido esforço com nossos aliados europeus para conseguir um novo reagendamento da dívida chilena [...]”, o país teria instigado o Banco Internacional para Recuperação e Desenvolvimento (BIRD) a “apoiar projetos de empréstimos”. Tal assistência seria forçadamente interrompida graças aos “defensores dos direitos humanos nas duas Casas [Câmara dos Representantes e o Senado estadunidense]”. Tradução nossa.

⁸³ Ao aderir aos “planos de conversão de dívida”, o Chile conseguiu abater aproximadamente 10,5 bilhões de dólares do seu total, convertendo uma considerável parte da mesma em ações das empresas públicas chilenas restantes. A utilização de tais medidas foi posteriormente paralisada com o fortalecimento da econômica (HUDSON, 1994, n.p).

Apesar de sua viabilidade ter sido condicionada às políticas aprovadas pelo último governo democrático e ao auxílio do FMI e do Banco Mundial, a implementação de reformas pragmáticas, inovadoras, mas ainda orientadas para a exportação, foram bem-sucedidas. As medidas protecionistas no âmbito do setor financeiro doméstico, que sustentaram sua sobrevivência, culminaram em uma subsequente expansão – dessa vez sob regulamentação de autoridades monetárias. As políticas de ajuste na taxa cambial, mais competitiva e controlada, e a redução das taxas de importação, até atingir novamente a margem dos 10%, elevaram o sucesso da regeneração econômica, estimulando a competitividade dos produtos exportados chilenos no mercado internacional (COLLIER e SATER, 2004, p. 371-372).

Tais medidas não somente impactaram a demanda, mas possibilitaram a estabilização da taxa de juros e o aprimoramento das condições para a contratação de investimentos externos seguros – este último não demorou para novamente representar uma parcela significativa do PIB, chegando a cerca de 30% até 1992 (HUDSON, 1994, n.p). O aumento expressivo da circulação de capital estrangeiro devido a liberalização citada, em conjunto à outras medidas, auxiliaria na contenção da dívida externa⁸⁴. Por fim, aumentos salariais foram administrados acima dos reajustes inflacionários e novos incentivos fiscais foram promovidos para favorecer a indústria doméstica e conter o nível de importações.

Não obstante o argumento de Salazar e Pinto (2002, p. 62), no qual defendem que crises semelhantes são elementos *sine qua non* do modelo econômico neoliberal⁸⁵, até mesmo a breve espera necessária para o início da recuperação econômica nacional⁸⁶, não impediu o iminente declínio do regime militar. Seu iminente fim seria estreitamente vinculado às manifestações que tomaram conta do país nos anos posteriores à crise, ressuscitando as mobilizações populares, através da iniciativa do movimento trabalhista, e a atuação dos partidos políticos (COLLIER e SATER, 2004, p. 376).

Uma vez apoiados e condecorados por representarem a linha de frente contra o inimigo comum da ameaça socialista dos anos 1970, os militares transformaram-se na mais nova ameaça. Essa perspectiva seria compartilhada à nível mundial, graças ao

⁸⁴ Em termos de participação no PIB chileno, a dívida externa responderia por 74% do seu valor em 1990, em detrimento dos 143% observados em 1985. Porém, ainda muito distante dos 8% observados em 1970 (COLLIER e SATER, 2004, p. 372).

⁸⁵ Até 1990, o Chile seria o único país onde o índice de liberalização atingiu o nível 20 – o maior possível, de acordo com as métricas utilizadas pelo Banco Mundial na época (HUDSON, 1994, n.p).

⁸⁶ Apesar de todas as conquistas provindas do *milagre chileno* e todo o seu desenvolvimento econômico, Tragtenberg (2009, p. 101) conclui que o regime Pinochet falhou em reestabelecer a economia do Chile ao “nível que atingira em 1972”.

acompanhamento jornalístico internacional sobre os relatos no tocante às violações dos direitos humanos, desde a mera perseguição política aos métodos de tortura e execuções empregados nos campos de concentração administrados pela Junta.

Um levantamento do quantitativo de cidadãos chilenos e estrangeiros deslocados, prisões decretadas e execuções realizadas pelos militares (Figura 1) – totalmente legais sob a vigência da Lei Marcial, decretada nos primeiros momentos do pós-golpe – integra um dos relatórios desclassificados pela CIA e pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos, disponibilizados pelo Arquivo de Segurança Nacional. O levantamento fora constituído pelas informações divulgadas por fontes públicas da época e conclusões dos próprios agentes de inteligência estadunidenses no Chile (NATIONAL SECURITY ARCHIVE, 1998)⁸⁷. Aqui, vale enfatizar o grau de discrepância e a mera necessidade da divisão de categorias entre o número de execuções reconhecidas pelas fontes públicas (100, aproximadamente) e o número de execuções levantado através das fontes de inteligência (320) – tendo início após o anúncio realizado pela Junta em 24 de outubro de 1973, que decretou o suposto fim das execuções sem julgamento prévio pelas cortes militares.

Figura 1 - Fragmento do documento oficial "Department of State, Chilean Executions, November 16, 1973"

Figures without asterisk are from public sources.	
Total arrested in Chile since September 11	13,500*
Arrested originally and held in National Stadium in Santiago	7-8,000
Released from Stadium	6,500
Presently held in Stadium	0
Detained in Santiago jails	550
Detained outside Santiago	2,000
Estimated number serving sentence or pending trial	1,500*
Executions acknowledged	100 (approx)
Executions according to intelligence source	320*
Number killed attempting to escape military custody	40
American citizens detained (27 detainees had been released by October 17)	0
American citizens dead since coup	2
Safeconducts issued to asylees in Embassies	1,791
Safeconducts issued to others	3,100
Safeconduct requests not yet acted upon	408
Departed from Chile (Chileans and foreigners)	2,000 (approx)

Fonte: Arquivo de Segurança Nacional (1998)

⁸⁷ Informações retirada do documento oficial "Department of State, Chilean Executions, November 16, 1973", disponível em: <<https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB8/docs/doc10.pdf>>.

Isto posto, os EUA enxergavam na pressão internacional⁸⁸ a mais plausível motivação para uma necessária contensão dos relatos sangrentos disseminados pelos meios de informação estrangeiros⁸⁹ que, visto seu amplo auxílio econômico e militar ao longo da permanência do regime militar no Chile, também prejudicava a sua imagem (NATIONAL SECURITY ARCHIVE, 1998). Do início até meados da década de 1980, mesmo ainda havendo relatos esporádicos de execuções e desaparecimentos por parte da – sucessora da DINA – *Central Nacional de Informaciones* (Central Nacional de Informações, em tradução livre), ou CNI, os holofotes da atenção nacional e internacional voltariam-se às crescentes mobilizações populares e a restauração dos partidos políticos (COLLIER e SATER, 2004, p. 376). Primordiais para o enfraquecimento do poder e influência da Junta Militar ao incitar greves e paralisações à nível nacional, além da resposta violenta dos militares, tais demonstrações e acontecimentos marcaram o início do processo de transição para a democracia no território chileno.

Após duas recessões e centenas de mortos e exilados graças à Junta, os cidadãos chilenos transformariam as turbulências das últimas duas décadas em motivação suficiente para congregar uma eficiente frente opositora ao regime militar. Suas pautas reivindicatórias contemplariam soluções estatais para os exponenciais índices de pobreza e desproporcional distribuição de renda nos centros urbanos e na zona rural, para a deterioração dos padrões de vida, além da revogação do *Plan Laboral* (Lei Trabalhista, em tradução livre) de 1979. Com o tempo, as demonstrações tornaram-se ainda mais coordenadas, permitindo que alguns líderes trabalhistas conquistassem notoriedade e relevância política – viabilizando o posterior

⁸⁸ A magnitude da pressão internacional sobre o Chile naquele momento pode ser analisada através de afirmações transcritas do diplomata estadunidense, Jack B. Kubisch, contidas em trechos do documento oficial “*Department of State, Chilean Executions, November 16, 1973*” (disponível em: <<https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB8/docs/doc10.pdf>>), como: “A maneira como os líderes militares procederão neste mérito a partir de agora será influenciado, em certo grau, pela opinião externa, e particularmente pela nossa [...]”. Tradução nossa.

⁸⁹ A repercussão midiática nos Estados Unidos, especificamente, levou as questões relacionadas ao Chile para os níveis nacionais mais elevados possíveis. Primeiramente, o contato próximo da CIA com agentes da DINA em território chileno – incluindo um pagamento para o chefe da *Dirección*, Manuel Contreras, supostamente um dos diversos realizados pela CIA para o mesmo, entre 1975 e 1977 – seria exposto pela CIA no ano de 2000. Porém, não reproduziria a mesma proporção do escândalo nacional iniciado pela divulgação de documentos no tocante às operações do Projeto FUBELT, ainda em 1974 (CIA, 2000). O diretor da CIA na época, Richard McGarrah Helms, foi objeto de uma investigação do Departamento de Justiça com base em alegações de obstrução de justiça e falso testemunho, entre os mandatos de Gerald Ford (1974-1977) e Jimmy Carter (1977-1981) – o último seria responsável pelo acordo que concluiu a investigação antes que as demais informações sobre a intervenção até então secreta dos Estados Unidos no Chile chegassem ao conhecimento público (KORNBLUH, 2003, p. 104). Assim como relatado por Kornbluh (2003, p. 104), no fim de 1977, Helms fez história ao se tornar o primeiro diretor da CIA a ser indiciado por um crime, mesmo não havendo nenhuma punição posterior além de uma multa no valor de 2 mil dólares. Helms interpretaria sua condenação “como um distintivo de honra”, sentimento este compartilhado por uma substancial parcela dos agentes da CIA (KORNBLUH, 2003, p. 105).

ressurgimento da *Central Unica de Trabajadores* (Central Unitária de Trabalhadores, em tradução livre), agora *Central Unitaria de Trabajadores* (CUT), que viria a exercer um papel essencial no movimento reivindicatório em prol da democracia (COLLIER e SATER, 2004, p. 376).

Ao reiniciar suas atividades, os partidos tradicionais, em conjunto com os novos partidos da época, juntaram forças para formar uma nova e poderosa coalisão: a *Alianza Democrática* (Aliança Democrática, em tradução livre). Já o *Movimiento Democrático Popular* (Movimento Democrático do Povo, em tradução livre) seria criado pelo Partido Comunista, excluído da *Alianza*, junto à uma facção do Partido Socialista e os membros remanescentes do Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR). O partido *Humanista*, influenciado pela onda de conscientização ambiental e comunitária que dominava a Europa naquele contexto; a *Renovación Nacional* (Renovação Nacional, em tradução livre), descendente do partido Nacional; e a *Unión Demócrata Independiente* (União Democrata Independente, em tradução livre), com diretrizes neoliberais; seriam os novos integrantes da estrutura partidária chilena, assim como da *Alianza* (COLLIER e SATER, 2004, p. 377).

A *Concertación de Partidos por el NO* (Coalisão partidária para o NÃO, em tradução livre) e o *Acuerdo Nacional para la Transición a la Plena Democracia* (Acordo Nacional de Transição para a Democracia Plena, em tradução livre) complementariam as iniciativas partidárias para o plebiscito de 1988, todas com o mesmo propósito: retomar a tradição democrática chilena. A campanha posta em prática reivindicou eleições diretas, revogação das legislações militares e uma política econômica essencialmente mista – entre o nacional-desenvolvimentismo e o neoliberalismo (COLLIER e SATER, 2004, p. 377-379).

Como dito no início desta sessão, embora tenham perdurado tremendas adversidades durante o período ditatorial, os partidos também tiveram que manejar divergências internas. A tentativa de assassinato contra Augusto Pinochet em setembro de 1986 seria o exemplo mais emblemático de suas repercussões (HUDSON, 1994, n.p). Porém, logo tais questões seriam contornadas pelas lideranças dos movimentos, alianças e coalisões políticas. Mais especificamente, pelo Democrata-Cristão⁹⁰, Patricio Aylwin, “porta-voz oficial do *Concertación* durante a campanha plebiscita” (COLLIER e SATER, 2004, p. 380).

⁹⁰ É de certa relevância pontuar a inicial conduta cooperativa dos membros do partido Democrata-Cristão com a Junta entre o golpe de 1973 até o fim da década de 1970, quando se juntou definitivamente à oposição (COLLIER e SATER, 2004).

Após a oficialização do retorno dos partidos políticos, ao coletarem as 33.500 assinaturas de eleitores registrados necessárias sob determinação da Junta, e o término de uma longa e extensa campanha voluntária, recorrentemente hostilizada, sem recursos e espaço proporcional na mídia; a vitória do *Não* logo seria declarada. Adquirindo 54,5% dos votos a favor da realização de eleições presidenciais e parlamentares no ano seguinte, a exacerbada confiança depositada por Pinochet naquele plebiscito, chegando a inseri-lo na Constituição de 1980, tornou-se contra o ditador – assim como reconhecido por Hudson (1994, n.p), evidenciando o “autoritarismo derrotado por suas próprias regras”.

A atenção nacional estaria completamente comprometida com a eleição de 1989 mediante a aprovação de emendas constitucionais propostas pela oposição e por Pinochet – este último, conseguindo decretar as últimas privarizações sob comando militar e fortalecer os ajustes estruturais empregados para *atar as mãos* dos próximos governos, ao garantir, independente dos futuros resultados eleitorais, a manutenção do Estado pinochetista no Chile⁹¹ (ver capítulo 3) (HUDSON, 1994, n.p). No fim, o democrata-cristão Patricio Alywin enfrentaria o ex-Ministro da Fazenda, Hernán Buchi, e o milionário Francisco Javier, conquistando a maioria absoluta (55% dos votos) e, então, sendo nomeado o primeiro Presidente da República pós-redemocratização. Incrementando sua vitória, o *Concertación* conquistaria a maioria dos assentos do Congresso nas primeiras eleições parlamentares pós-ditadura, o que, em teoria, limitaria a influência dos militares e dos demais antigos membros da Junta em questões institucionais.

Ao analisar a histórica tradição política e os fundamentos da estrutura econômica do Chile, o capítulo introdutório da presente pesquisa evidencia as turbulências institucionais e conflitos sociais do país, introduz os entraves macroeconômicos recorrentemente enfrentados e versa sobre suas tentativas no que concerne a industrialização e o desenvolvimento nacional desde os primeiros estágios da república até meados do século XX. Nomeadamente, o período entre a década de 1960 e o fim da década de 1980 seria marcado pela implementação dos programas nacional-desenvolvimentistas de Eduardo Frei Montalva e Salvador Allende, e pela interferência política e econômica estadunidense; que culminariam no golpe de 1973 e na instauração da ditadura militar liderada por Augusto Pinochet, responsável pelo predomínio das políticas neoliberais sob a economia chilena. O reestabelecimento da democracia em 1990, por sua vez, representaria o início de um novo capítulo na história do país.

⁹¹ Incluindo o estabelecimento de sua permanência como Comandante-Chefe do Exército até 1998 (HUDSON, 1994, n.p).

2. FUNDAMENTOS DA DEPENDÊNCIA CHILENA FRENTE À PRIMAZIA DO CAPITALISMO NEOLIBERAL GLOBALIZADO

Embora a gestão da política econômica no período do regime militar tenha proporcionado as condições para o período de progresso indubitável que esperava o país futuramente, o mesmo não tomou qualquer parte em realizações necessárias mudanças na tradicional dinâmica de desenvolvimento do país, segundo a qual o crescimento econômico nacional não corresponde à distribuição do que fora conquistado, mas sim em melhorias na qualidade de vida e mais oportunidades para uma pequena e específica parcela da população nacional: instruída e detentora de um poder aquisitivo dificilmente alcançável pelo restante do povo chileno.

Após o colapso do setor financeiro durante a crise de 1982 (ver capítulo 1), o regime tomou as rédeas da política monetária, antes deliberadamente desregulada de acordo com a política econômica formulada pelos *Chicago Boys*. As medidas “mistas” de Hernán Buchi – essencialmente intervencionistas em prol da reestruturação das políticas de livre mercado – surtiram efeito suficiente para estabilizar a economia, conquistando um eventual e expressivo aumento do PIB *per capita* nacional e o decréscimo dos índices inflacionários da casa dos três para dois dígitos. Em contrapartida, a taxa de crescimento positiva do PIB e o controle sob o desemprego – de 9,2% em 1974 para 28,9% em 1983 (EDWARDS, S; EDWARDS A; 1991) – sinalizavam o advento de desafios mais persistentes.

O saldo deste cenário contemplaria a substancial concentração de renda pela elite chilena, os cortes orçamentários e a descentralização dos serviços sociais voltados para os municípios e cidadãos – afetando vigorosamente o envolvimento estatal na educação e saúde pública, e no sistema previdenciário. Verificou-se também a intensificação da pobreza, tanto urbana quanto rural (COLLIER e SATER, 2004, p. 369). Por outro lado, a favorável e promissora repercussão internacional do *modelo chileno*, que iniciou-se a partir dos anos 1990, não somente conquistaria a atenção dos demais países da América Latina como também de diversos empreendedores e investidores estrangeiros fora do continente .

Logo “sinais indiscutíveis de uma nova sociedade emergente, [...] moderna” (COLLIER e SATER, 2004, p. 375) tornariam-se aparentes, principalmente nas grandes cidades do país, com o aumento dos investimentos em infraestrutura, modernização técnica, científica, informacional e tecnológica, além de um notável acréscimo no número de

instituições de formação educacional superior e de especialização. Tais sinais impulsionariam a maior aceitação social com relação à cultura do empreendedorismo e a economia de mercado, já predominantes no fim do século XX.

De qualquer forma, a condição de dependência inerente à posicionamento do país na nova divisão internacional do trabalho, após o advento da proliferação dos processos globalizantes, seria acompanhada por ambivalências – tais serão discutidas com mais profundidade ao longo do capítulo. Observando a decadência da onda de autoritarismo que já havia dominado boa parte dos países latino-americanos, Pinochet teria a pressão doméstica e internacional como motivação para finalmente reaver o rito democrático à sua nação (HUDSON, 1994, n.p). Todavia, a política econômica chilena manteria seu foco na exportação e, mais especificamente, na diversificação dos produtos voltados para o mercado internacional após a transição para a redemocratização – restrita pelo nível de industrialização alcançado até o momento, ainda incapaz de produzir produtos de maior valor agregado.

Concomitante ao contexto da fundação da Organização Mundial do Comércio (OMC) e a subsequente regulamentação do comércio internacional, o crescimento econômico do Chile, inicialmente, seria fruto do balanceamento das baixas reservas estatais do pós-crise de 1982 e da dependência do mercado externo – intensificada pelo monopólio dos produtos manufaturados na produção doméstica voltada para a exportação, como o cobre. As restrições resultantes da exponencial dívida externa, correspondendo a mais de 17 bilhões de dólares entre as décadas de 1970 e 1980, seriam os fatores condicionantes de uma futura relação próxima entre o país e o Fundo Monetário Internacional (FMI), agora sob regimento do Consenso de Washington (1989) como política oficial (SALAZAR e PINTO, 2002, p. 60).

Nesse sentido, visando a compreensão do papel exercido pelos antecedentes históricos e fatores intervenientes que fundamentaram e continuam a condicionar a história chilena, será examinada a consonância desses fatores com os postulados teóricos, categorias analíticas e conceitos provenientes da teoria da dependência. Baseados em concepções seculares sobre o sistema internacional, de acordo com as perspectivas teóricas marxista, leninista, crítica e do sistema-mundo, além das concepções empíricas de pensadores latino-americanos e demais colaboradores inseridos no contexto temporal analisado, os postulados dependentistas reconhecem a existência de uma condição de dependência, sob a qual os países da América Latina e demais países pertencentes à *periferia mundial* estão submetidos. Tal condição agregaria a exploração dos recursos e mão-de-obra doméstica, a estagnação dos processos

industrializantes, o baixo valor agregado da produção nacional, o alto endividamento externo e a pobreza crónica – finalmente, culminando na restrição da autonomia e das suas participações nos processos de tomada de decisões internacionais.

Dentre as vertentes supracitadas, a marxista é a mais comumente associada à teoria da dependência, identificando o processo de industrialização, por si só, como incapaz de reverter o subdesenvolvimento dos países latino-americanos, somente sendo possível através da dissociação entre a nação com dois pilares da condição dependente: o atraso tecnológico e a carência de uma satisfatória *poupança* doméstica, resultando na recorrente utilização da *poupança* externa. Estariam nos fundamentos da dependência a expropriação do excedente econômico, segundo a interpretação de André Gunder Frank (1967), baseada no pensamento do economista marxista Paul Baran (1957, 1961, 1966), e a superexploração do trabalho, de acordo com Ruy Mauro Marini (1973).

Essa condição teria sido potencializada a partir de uma reconfiguração da hierarquia internacional condicionada pela plena inserção da periferia no sistema-mundo capitalista globalizado. Tal sistema seria, em sua essência, favorável e benéfico para as potências mundiais ou *países centrais*, detentores dos mais avançados meios de produção industrial, dos meios técnico, científico e informacional, e de autonomia e poder suficientes para conduzir a tomada de decisões no âmbito internacional. À vista disso, a trajetória dos demais países que buscam o desenvolvimento nacional mas não possuem acesso similar aos mesmos recursos seria alterada – no sentido contrário dos pressupostos da economia neoclássica, segundo a qual a concorrência perfeita, disponibilidade das informações e o acesso à tecnologia seria simétrica para todos os países.

Sendo assim, o presente capítulo busca verificar como os dependentistas podem contribuir para o entendimento das circunstâncias nas quais o Chile se encontrava no período analisado e como exatamente as mesmas condicionaram o que viria a se suceder no século XXI – desde a evidência internacional, atraída pelos seus níveis de desenvolvimento econômico em comparação aos demais países latino-americanos e sua relação com determinados países centrais, às condições sociopolíticas que precedem o contexto de colapso do sistema político representativo e do direcionamento econômico neoliberal do fim da década de 2010. Logo, será apresentada a conjuntura de criação da teoria, seguida pelos seus fundamentos, argumentos essenciais e ramificações epistemológicas, assim como a posição exercida pela mesma dentro da área de estudo das Relações Internacionais.

Adiante, serão abordados os antecedentes históricos e fatores intervenientes já analisados à luz do condicionamento e sustentação da dependência chilena, tal como a disseminação da lógica neoliberal no país e em diversas economias estrangeiras, e a intensificação dos processos globalizantes, sobretudo com relação às grandes corporações e suas cadeias de produção multinacionais. Serão analisados seus impactos nas dinâmicas hegemônicas ao decorrer da história e na configuração contemporânea do sistema internacional. Por fim, serão ponderadas as conclusões dos teóricos dependentistas, argumentos contrários e críticas pontuais em reação às suas premissas, e o que pode ser observado no cenário atual que indique os possíveis novos desdobramentos do sistema internacional, da dinâmica dependentista e dos estudos das Relações Internacionais.

2.1. Teoria da Dependência: concepção e desenvolvimento

De antemão, é importante enfatizar que estabelecer vínculos entre o histórico sociopolítico e econômico do Chile e os postulados da Teoria da Dependência como etapa constituinte da presente pesquisa é considerar a plena inserção da perspectiva dependentista no espectro teórico das Relações Internacionais (RI). Embora suas referências e campo de análise sejam amplamente coincidentes ao núcleo de estudo dos internacionalistas e suscite questionamentos de naturezas semelhantes no que tange a política e economia internacional, a legitimidade da teoria na área de estudo continua sendo questionada. Dessa forma, a integração da interpretação crítica dependentista neste trabalho tem como finalidade explorar suas ligações com a temática proposta, mas também ressuscitar o debate acerca de seu reconhecimento e relevância nas R.I. contemporâneas.

Não obstante os argumentos fundamentados no caráter controverso, ultrapassado, limitado – pelo seu conceito de desenvolvimento baseado na promoção da economia nacional pelo Estado, por exemplo – ou demasiadamente ligado à militância⁹² da teoria da dependência, o intuito e potencial do instrumento de análise elaborado pelos dependentistas continuam igualmente relevantes. A partir do consenso que determinou o fim do colonialismo e a plena autonomia dos países subdesenvolvidos – geralmente com fortes inclinações

⁹² Alguns dos intelectuais brasileiros responsáveis pela concepção da Teoria da Dependência, como Theotônio dos Santos e Ruy Mauro Marini, tinham fortes ligações com um amplo número de movimentos sociais, assim como o movimento estudantil e universitário dos anos 1950, chegando à filiação partidária, por exemplo, com o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Na mesma medida, alguns teóricos dependentistas oriundos do Chile eram extensivamente vinculados aos movimentos sociopolíticos e partidários da época em seu país, como o *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* (Movimento de Esquerda Revolucionária, em tradução livre). Informações retiradas da entrevista realizada com Orlando Caputo e Nildo Ouriques para o programa Pensamento Crítico, produzido pelo Instituto de Estudos Latino-Americanos da Universidade de Santa Catarina.

agrícolas, orientação econômica exportadora, e carência de poder e influência no sistema internacional, tal como a Índia, Coréia do Norte e determinados países do continente africano – integrantes das esferas política e acadêmica se ramificariam entre apoiadores e críticos, ambos constantemente colocando à prova a aplicabilidade das premissas defendidas pela teoria da dependência.

Há duas palavras que garantem que você seja escutado para fora da maioria das agências de desenvolvimento ou deixado de lado nos debates sobre desenvolvimento contemporâneo – são elas: "teoria da dependência". Longe vão os dias de apogeu da década de 1970, quando a teoria da dependência era considerada uma das críticas mais convincentes às estratégias dominantes de desenvolvimento econômico. Agora, é evitada por acadêmicos e profissionais, que encontram sua visão de mundo pessimista, e sua linguagem "ultrapassada" de "exploração", imprópria para um mundo em que todos estamos no caminho de "vencer" eventualmente (GLENNIE e HASSANAÏEN, 2012, tradução nossa).

Entre aqueles que defendem a teoria e sua importância no âmbito da teoria das Relações Internacionais estão Gilpin (1987), Topik (1998), Machado (1999), Vernengo (2004), Hage (2013) e Amin (2017). Para o presidente do Instituto de Estudos Latino-Americanos (IELA), Nildo Ouriques, a teoria da dependência seria “a principal página das ciências sociais da América Latina” e “um dos poucos movimentos intelectuais [latino-americanos], se não o único, que conseguiu influenciar o pensamento dentro da universidade europeia e dentro da universidade dos Estados Unidos.”⁹³

Aqui, vale esclarecer que, para muitos, a teoria dependentista não chega a ser considerada uma teoria *stricto sensu*, mas sim uma linha de pensamento, ideologia ou visão de mundo com extenso respaldo intelectual e bibliográfico. À vista disso, a presente pesquisa, embora ainda referenciando-a pelo termo *teoria*, entenderá a teoria da dependência a partir de uma adaptação própria da definição proferida por Bresser-Pereira (2010, p. 31), ou seja, como uma interpretação sociológica e política da América Latina e da forma dependente de capitalismo que, em conjunto às elites locais dependentes e às elites industriais dos países centrais, manifestou o subdesenvolvimento na região. Portanto, as categorias analíticas da teoria da dependência também serão analisadas à luz dos pensamentos que fundamentam as principais teorias e conceitos do estudo das Relações Internacionais.

As reflexões de Karl Marx no que concerne o capital, a política econômica e, enfim, o âmbito internacional e relações interestatais – tanto em obras, como “O Manifesto

⁹³ Trecho retirado da conferência com Theotônio dos Santos na 10ª edição das Jornadas Bolivarianas ("A América Latina e os 40 anos da Teoria Marxista da Dependência"), realizada pelo Instituto de Estudos Latino-Americanos.

Comunista” (1848), os três volumes d’O “Capital” (1867, 1885 e 1894) e “Teorias sobre a Mais-Valia” (1863); quanto em artigos publicados como correspondente europeu do *New York Daily Tribune* e em outros jornais internacionais – serviriam como um dos marcos iniciais da concepção de dependência, derivada da lógica de dominância em um contexto ainda remanescente do sistema feudal, do colonialismo (KLUGER, 1986). Embora Kohn e Reddy (2017, n.p, tradução nossa) considerem a análise de Marx sobre o colonialismo europeu “como uma transparente racionalização para a dominação estrangeira”, o próprio o reconhecia como o estágio mais evoluído da dominação capitalista dentro de um sistema internacional que, na realidade, seria incorporado ao sistema capitalista acumulador de capital – em consonância com o raciocínio dos teóricos dependentistas.

Um pouco mais adiante, Vladimir Lenin elaboraria seu entendimento sobre imperialismo a partir das ideias de Marx, em sua obra “Imperialismo: Fase Superior do Capitalismo” (1917). Ao analisar as relações entre países industrializados e suas colônias, Lenin definiu a expansão da capacidade produtiva em prol da geração de lucro como o motor do imperialismo. Para tal, o capitalismo financeiro seria o responsável pela transferência de capital estrangeiro para os países subdesenvolvidos, através das suas exportações e/ou investimentos diretos, levando à dominação político-econômica e uma subdivisão global entre as grandes potências e os países dominados por suas empresas comerciais e seu capital financeiro. Assim, a partir do pensamento leninista sobre a política econômica *central*, como mecanismo de projeção de poder sobre os países subdesenvolvidos, é introduzido um dos atores internacionais mais proeminentes da contemporaneidade e um dos mais emblemáticos e históricos agentes perpetuadores da dependência periférica: as empresas multinacionais. As contribuições de Rosa Luxemburgo (1951) e Johan Galtung, com suas percepções sobre o imperialismo, também merecem destaque.

Hage (2013, p. 133) complementa a fundamentação teórica dependentista ao afirmar que “o keynesianismo também não seria estranho para a teoria da dependência, posto que o modelo de Keynes poderia ser instrumento para abandonar a lógica da Divisão Internacional do Trabalho⁹⁴ sem, necessariamente, virar as costas para a economia agrícola exportadora” –

⁹⁴ Segundo o Dicionário de Sociologia de Oxford, a Divisão Internacional do Trabalho seria a “especialização de países específicos em ramos distintos da produção, seja em determinados produtos ou em partes específicas do processo de produção”. O conceito sugere que a disseminação de mercados e processos de produção em todo o mundo cria – como, de fato, esse mesmo processo tem sido feito em economias específicas – uma crescente diferenciação da atividade econômica. No entanto, ao passo que, na economia ortodoxa, a divisão do trabalho é vista como provedora de benefício mútuo para os ramos especializados, análises alternativas enfatizam as desigualdades e hierarquias estruturadas que ela cria (SCOTT e MARSHALL, 2009, n.p).

reconhecendo a essência socioeconômica da teoria, divergente da ênfase empregada pelo realismo e liberalismo das Relações Internacionais. O mesmo nível de congruência pode ser averiguado na revisão da teoria dos sistemas-mundo realizada por Immanuel Wallerstein nos anos 1970 – neste específico caso, causado pela influência da teoria da dependência na concepção da interpretação de Wallerstein, além do Leninismo, da Escola dos Annales e do próprio Marxismo (WILLIAMS, 2013, p. 202-210).

A unidade de análise da teoria dos sistema-mundo é, naturalmente, baseada nos sistemas globais provindos das relações interestatais dentro de um específico período de tempo. No sistema-mundo hodierno estão inseridos um núcleo de países⁹⁵ *centrais*, industrializados e autônomos, detentores do conhecimento, e de especialização tecnológica e produtiva de alto valor agregado. Tais países extraem os excedentes econômicos conquistados pelos trabalhadores dos países *periféricos* e *semi-periféricos*, inseridos na mesma divisão interregional e transnacional do trabalho através do mercado internacional, porém, com produção industrial de baixo valor agregado, pouca especialização da mão-de-obra e autonomia restrita. Dito isso, a teoria se assemelha da perspectiva dependentista em alguns pontos específicos e se diferencia em outros, mas principalmente na medida que o historiador econômico ramifica os países integrantes desse sistema-mundo nas três categorias mencionadas (WILLIAMS, 2013, p. 202-210).

Segundo So (1990), Wallerstein acreditava que a classificação binária da teoria da dependência era simplista demais se considerado o grande número de países detentores de requisitos que os desclassificam tanto como pertencentes ao núcleo quanto como pertencentes à periferia. Os países semi-periféricos seriam nações mais industrializadas e autônomas do que as nações periféricas, porém com produção de maior valor agregado e controle macroeconômico ainda incomparável aos países centrais. A ascensão desse modelo ocorreria de acordo com a noção, oriunda da teoria dos jogos, do *jogo de soma zero* – ou seja, um país periférico necessariamente *cobre os custos* do desenvolvimento dos países centrais, enquanto os mesmos utilizam dos recursos de todos para acentuar a sua própria riqueza.

À vista das concepções exploradas até aqui, pode-se observar com a devida clareza o papel crucial dos pensadores supracitados no entendimento sobre as questões que igualmente fomentam a compreensão do conceito de dependência elaborado pelos pensadores latino-americanos e demais colaboradores entre os anos 1940 e 1970. Contudo, a análise e

⁹⁵ Neste caso, “núcleo de países” está como tradução livre para “*core countries*”.

elaboração das reflexões sobre o fenômeno da dependência seriam, de forma mais abrangente, suscitadas e condicionadas pelas inferências sobre os termos que constituem o comércio internacional apresentadas na tese Singer-Prebisch (1949), pela completa rejeição às premissas da teoria da modernização e, sobretudo, pela conjuntura sociopolítica do período pós-guerra à contemporaneidade na América Latina.

A década de 1940, marcada na história da humanidade pelo fim da Segunda Guerra Mundial, também seria marcada na história latino-americana pelas simultâneas e coincidentes conclusões dos economistas Hans Singer e Raúl Prebisch sobre os termos do comércio internacional. Singer, diretor das agências especializadas em economia e desenvolvimento da ONU, analisava as dinâmicas envolvidas na economia internacional conferindo auxílio à formação das instituições financeiras internacionais. Prebisch, por sua vez, antes de ser nomeado diretor executivo da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e originar o pensamento estruturalista da instituição, questionava a premissa das vantagens comparativas de David Ricardo ao analisar a prática do comércio internacional – após sucessivas frustrações comerciais de seu país, Argentina – em conjunto às dinâmicas de poder envolvidas nos negócios e acordos realizados neste âmbito.

Ao publicarem seus respectivos trabalhos, já no fim da década, a dupla de intelectuais constataram que haviam alcançado o mesmo entendimento. A tese se baseia na premissa de que a própria estrutura do mercado internacional seria responsável pela desigualdade interestatal, apresentando, como soluções viáveis, a industrialização pela substituição de importações (ISI) e o monitoramento dos termos de câmbio. Singer e Prebisch (1949) verificaram que a discrepância entre o valor agregado dos produtos industrializados do centro e dos produtos manufaturados da periferia não somente ocasionava vantagens para os países centrais como gerava a gradativa deterioração dos termos de troca dos produtos primários e a subsquente retenção da produção. Logo, seguindo a lógica dos autores, os países periféricos teriam que efetuar uma contínua elevação do quantitativo de exportações até atingir o mesmo lucro dos produtos industrializados para nivelar os termos de troca.

Por outro lado, o raciocínio de Singer e Prebisch iria de frente ao pensamento dos teóricos da modernização, amplamente criticados no contexto latino-americano. A teoria seria baseada no pressuposto de que as nações do sistema-mundo estariam submetidas aos mesmos processos de desenvolvimento, ou seja, os países classificados como periféricos – seguindo a classificação dependentista – estariam em um estágio de desenvolvimento já superado pelos

países centrais. Logo, a intensificação dos investimentos, da integração ao mercado internacional e dos intercâmbios tecnológicos por parte do centro seria o mecanismo de impulsionamento do desenvolvimento e erradicação da pobreza na periferia. Dessa forma, não bastasse sua imediata e vigorosa rejeição por parte dos pensadores que viriam a formular a teoria da dependência, os mesmos iriam atestar sua invalidez empiricamente com a chegada das décadas de 1960 e 1970.

Segundo Orlando Caputo, o Chile presenciava “um grande movimento social e político”⁹⁶ no período supracitado, definido por Nildo Ouriques como “um período de tomada de consciência extraordinária, na América Latina e, em particular, no Chile.”⁹⁶ De fato, as reformas eleitorais que entrariam em vigor no início do período (Tabela 2), a posse de Eduardo Frei Montalva (1964-1970) e Salvador Allende (1970-1973), assim como a Revolução Cubana de 1959, exerceram seus respectivos papéis nesse mérito.

Ao mesmo tempo, o golpe militar de 1964 em território brasileiro iniciou um processo forçado de migração de diversos intelectuais e acadêmicos de esquerda, principalmente os membros do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), vinculado ao Ministério de Educação e Cultura que, ao ser criado em 1955, foi responsável pela introdução dos estudos e pensamentos nacionalistas-regionais na academia brasileira. Dentre outros destinos, a grande maioria teria fugido para o Chile. Então, partindo do interesse de determinados intelectuais chilenos, especialmente de Eduardo Hamuy, seria criado o Centro de Estudos Socioeconômicos em 1964, comandado por Theotônio dos Santos – que havia iniciado um seminário intermitente de leitura da obra marxista “O Capital”, junto à outros intelectuais brasileiros, como Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra, e incluindo convidados estrangeiros, como André Gunder Frank (BAPTISTA FILHO, 2009).

⁹⁶ Trecho retirado de entrevista realizada com Orlando Caputo e Nildo Ouriques para o programa Pensamento Crítico, produzido pelo Instituto de Estudos Latino-Americanos da Universidade de Santa Catarina.

Tabela 2 – Crescimento da participação eleitoral em eleições presidenciais entre 1925 e 1970

Ano	Total de votos contados	Percentual da população registrado para votar	Votos registrados	População (total)
1925	260,895	302,212	7.4	4,073,000
1927	233,103	302,142	7.2	4,188,000
1931	285,810	388,959	8.8	4,429,000
1932	343,892	429,772	9.0	4,495,000
1938	443,898	503,871	10.2	4,914,000
1942	466,507	581,486	11.1	5,244,000
1946	479,019	631,527	11.2	5,643,000
1952	955,102	1,105,029	17.6	6,303,000
1958	1,250,437	1,521,272	20.8	7,316,000
1964	2,530,697	2,915,121	34.3	8,503,000
1970	2,954,799	3,539,747	37.0	9,566,000

Fontes: COLLIER e SATER, 2004 *apud Instituto Nacional de Estadísticas*, 1969; SÁNCHEZ, 1972 e GLAB JR., 1975.

Naturalmente, os anos seguintes seriam o período de auge da teoria da dependência. Os golpes militares que dominavam a região latino-americana e a repercussão da Revolução Cubana de 1959 teriam resultado em uma extensiva produção acadêmica, posterior reconhecimento inter-regional e até influência nas políticas econômicas de futuros governos na região – tal como o de Salvador Allende. De acordo com Nildo Ouriques, “talvez o período de 70 à 73 (sic) é o período de maior consciência *de massas* da América Latina e, precisamente, do processo chileno”⁹⁶. Todavia, na medida que o mesmo trouxe o ápice da teoria da dependência e da consciência anticolonialista para a região, o golpe de 1973, ao instituir a ditadura militar no Chile, decretou sua conclusão prematura e o exílio forçado de seus teóricos.

Tais acontecimentos condicionaram os diferentes rumos que a teoria tomaria dali em diante, delineados pelos seus pensadores enquanto em exílio – seja em outros países da América Latina ou no continente europeu. Da mesma maneira, essa difusão seria incorporada na produção teórica dos dependentistas, comprometendo sua integridade e concordância intelectual após os seus primeiros estágios de desenvolvimento. Enfim, tais circunstâncias promoveram o hodierno caráter complexo e heterogêneo da teoria. Ainda assim, ao passo que o consenso totalizante entre os teóricos, a partir dos princípios fundamentais já estabelecidos, era expressivamente comprometido, Hage (2013, p. 111) afirma que “todos os seus seguidores acreditam que essa cisão [centro-periferia] não é natural. Ela é resultado da forma com a qual

o sistema internacional foi se formando historicamente, portanto a situação de pobreza e riqueza é resultado político e por isso pode ser alterado”.

Diante disso, as diferentes formas de desvinculamento com esse sistema – política e economicamente dominado e coordenado pelo centro e demais atores alinhados aos seus propósitos – conceberam as categorias dependentistas, reflexos das divergentes posições dos seus teóricos sobre o mérito. Portanto, embora seja possível que um mesmo teórico dialogue com mais de uma categoria (HAGE, 2013, p. 112), os autores eventualmente se ramificaram

Dedico esse espaço para enfatizar que, dentre as diversas fontes analisadas, foram detectadas diferenciações adicionais no que concerne a indicação ou nomenclatura das categorias em questão, mesmo mantendo as especificidades que as constituem. Por exemplo, de acordo com Bresser-Pereira (2010, p. 31-41), existem três versões – ou melhor, interpretações – da teoria da dependência: a da super-exploração, a dependência associada e a nacional-dependente.

A interpretação da *super-exploração* reconhece o golpe militar de 1964 no Brasil como o marco do declínio das intenções reformistas da população e, sobretudo de qualquer possibilidade de desenvolvimento econômico e social, visto a total desassociação da burguesia nacional no que concerne os trabalhadores super-explorados – dinâmica característica dos países dependentes ou periféricos. Considerando a ausência dessa burguesia nacional e a impossibilidade de desenvolvimento econômico e social, os trabalhadores latino-americanos necessariamente teriam que recorrer à revolução socialista.

A *dependência associada*, alinhada ao raciocínio de FHC e Enzo Faletto, também não reconhecia a existência efetiva de uma burguesia nacional, ao passo que os investimentos industriais da década de 1960 incitava o alinhamento do Estado com o empresariado industrial e as empresas multinacionais. Logo, a única alternativa seria se submeter ao sistema dominante, embora autoritário e concentrador de renda.

Já a perspectiva *nacional-dependente*, apoiada por nomes como Celso Furtado e Oswaldo Sunkel, reconhece a existência de uma elite ou burguesia capitalista latino-americano dependente, alienada e cosmopolita. Acreditavam que, ao conciliar seus interesses com os interesses nacionais, em detrimento das ambições dos empresariado comercial, industrial e financeiro dos países centrais, essa elite seria capaz de viabilizar o desenvolvimento nacional.

Isto posto, a presente pesquisa retorna ao seu foco na síntese do raciocínio essencial das terminologias mais comumente conhecidas, não necessariamente abarcando todas as possíveis variações que possam ser encontradas em uma pesquisa mais aprofundada e totalmente dedicada ao estudo sobre a teoria da dependência.

entre os *reformistas* e os cujos ideais se alinhavam aos *revolucionários*. Os reformistas, com vínculos estreitos aos trabalhos e pensamentos da CEPAL, são por vezes referenciados como *estruturalistas latino-americanos*, enquanto alguns revolucionários mais propensos à lógica do desenvolvimento do subdesenvolvimento também são conhecidos como *marxistas americanos*.

Os reformistas acreditavam na intervenção política direcionada à superação da pobreza e subindustrialização. Tais políticas públicas centrariam-se na diversificação da produção doméstica, no aprimoramento dos termos de troca com os demais países do sistema internacional, periféricos ou centrais – consequentemente, da posição comercial da região continental. As ideias estruturalistas da CEPAL estariam diretamente alinhadas com tais proposições, na medida que responsabilizam a manutenção do modelo primário-exportador pela deterioração dos termos de troca e a contínua dependência periférica – logo, atribuído responsabilidade ao alinhamento das elites nacionais dependentes com os interesses das elites industriais dos países centrais –, e defendem a implementação de políticas como a industrialização por substituição de importações como meio de atingir o progresso técnico necessário para o desvinculamento almejado (HAGE, 2013). Nomes como Raúl Prebisch e Celso Furtado seriam os grandes precursores, enquanto Aníbal Pinto, Oswaldo Sunkel e Maria da Conceição Tavares já se identificaram nesta categoria.

O consenso dos reformistas⁹⁷ com relação à superação do dependentismo da América Latina, tal como compartilhado por Fernando Henrique Cardoso⁹⁸ e Enzo Faletto, compreende a ideia de que os países periféricos podem conquistar desenvolvimento através e apesar da

⁹⁷ PREBISCH, 1949; FURTADO, 1970, 1992; PINTO, 1959; CARDOSO e FALETTO, 1970.

⁹⁸ Tendo em vista seus posicionamentos com relação ao mérito em questão, FHC foi e continua sendo criticado por transmitir, na forma com que exprime seu discurso, a ideia de que a pobreza crônica e impotência frente ao próprio subdesenvolvimento característicos da vivência latino-americana não seriam necessariamente inerentes ao quadro de dependência da região. Tais seriam instrumentalizados para o benefício da periferia mundial, reivindicando e conquistando seu lugar junto aos países centrais, porém simultaneamente estimulando a articulação dos dois espectros – visão muito semelhante à defendida pelos adeptos ao viés *estagnacionista*, também conhecida como a *nova dependência*. No que concerne a sua posição frente às críticas direcionadas a tal linha de raciocínio, Cardoso (1974, p. 73) afirma que “lutar contra o imperialismo significa ao mesmo tempo, identificar a cara interna dele. Essa não é outra coisa que o setor monopolístico industrial financeiro local e a burguesia local a que ele se alia, tanto no campo como na cidade. A incapacidade de ver isso, a insistência dogmática em dar maior peso ao “feudalismo agrário”, e em pensar que nada mudou na relação imperialista em termos de quais são as classes sociais que o tornam realidade imediata, leva a equívocos, já assinalados, de criar inimigos de papel e de fazer críticas sobre argumentos que só existem no papel dos próprios críticos e não na prática e no pensamento de quem está sendo criticado.” Ademais, em trecho retirado da sua entrevista para o projeto Memória das Ciências Sociais no Brasil, do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Cardoso é enfático: “Na fase anterior, que o Lênin descreveu, do colonialismo e do imperialismo, o ator principal era os Estados. [...]. Com a globalização, são as empresas, não são os Estados. Não é igual ao imperialismo, é outra coisa. [...]. Esqueceram do imperialismo, não falam mais, porque não tem mais, é outra coisa. Não é pior, nem melhor, é outra coisa.”

condição de dependência. A diversificação e promoção da produção doméstica, o intercâmbio tecnológico e a especialização da mão-de-obra e a consequente aquisição gradativa de autonomia pelos países periféricos – por meio dos esforços industrializantes de substituição de importações – aprimoraria sua capacidade negociadora e os termos de troca, trazendo benefícios para todos os níveis do âmbito doméstico. Contudo, este não deveria ser o objetivo final, mas sim o primeiro passo em um processo gradativo de implementação de medidas mais robustas, a fim de dar continuidade ao avanço do desenvolvimento alcançado – algo semelhante ao que fora previsto como encargo da CEPAL em seus estágios iniciais de concepção (HAGE, 2013).

Os dependentistas revolucionários⁹⁹, por sua vez, entendiam que a realização de uma intervenção político-econômica visando alcançar o desenvolvimento industrial e uma posição mais autônoma no comércio internacional para a periferia não seria o suficiente – em determinados casos, nem mesmo seriam possíveis. Os mesmos acreditavam que os esforços para aprimorar a posição dos países periféricos dentro de um sistema essencialmente desvirtuado e propenso a conferir vantagens aos países centrais – e às elites nacionais dependentes – seria contraproducente e que a revolução política seria a única maneira de quebrar o ciclo, nivelando a exacerbada hierarquia vigente entre os Estados. É importante enfatizar que a solução proposta por tais autores contempla tanto uma revolução de caráter socialista¹⁰⁰ quanto a ruptura com a totalidade dos sistemas econômicos (HAGE, 2013). Theotônio dos Santos, Paul Baran, Paul Sweezy e Andre Gunder Frank são alguns dos teóricos que compartilham tais ideais.

Conforme o entendimento dessa ramificação de autores e intelectuais dependentistas, a ruptura em questão não deveria ser limitada à condição de dependência, mas à todo o sistema capitalista no qual os Estados nacionais, periféricos e centrais, estão inseridos. No decorrer de suas obras e posicionamentos políticos, Ruy Mauro Marini (2000, p. 50-82) reconhece as conquistas industrializantes de determinados países da América Latina. Em contrapartida, ressalta que esse desenvolvimento alcançado não possuiria capacidade de se sustentar no longo prazo, pois, para que possa ser mantido e aprofundado, necessitaria impreterivelmente da anuência do imperialismo. Isso somente tomaria forma a partir da consonância dos

⁹⁹ SANTOS, 1974, 1978, 2000; BARAN e SWEEZY, 1966; BARAN, 1957; FRANK, 1965.

¹⁰⁰ Em outro trecho retirado da sua entrevista para o projeto Memória das Ciências Sociais no Brasil, do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Cardoso critica o raciocínio dependentista revolucionário, afirmando que o mesmo “pode querer o socialismo por outras razões, por causa da igualdade e outros valores. Mas não por causa do crescimento da economia.”

interesses das burguesias nacionais latino-americanas com os interesses nacionais, em detrimento do estilo de vida ostensivo e benefícios provindos do alinhamento com os interesses dos países centrais e do inautêntico desenvolvimento impulsionado pelos investimentos externos. A íntegra industrialização da América Latina, portanto, dependeria integralmente do consentimento do imperialismo – que se reinventou e reestruturou de diferentes formas desde então, como, por exemplo, através da descentralização da cadeia produtiva do centro – ou da iniciativa revolucionária da população latino-americana.

Seguindo tal lógica, os países periféricos precisariam das circunstâncias necessárias para estimular o espírito revolucionário regional. Então, por que mesmo com sucessivos períodos de crises sociais, políticas e econômicas, além da onda ditatorial que abrangiu diversos países ao percorrer da história latino-americana, a revolução não se realizou? Pois, na realidade, “as ditaduras regionais foram meios para fazer que a preeminência das potências industrializadas não fossem contestadas” (HAGE, 2013, p. 128). Pennaforte (2001, p. 61) corrobora com essa constatação ao afirmar que, no caso do Chile, “o golpe militar apoiado pelos EUA, arquitetado pela elite chilena e liderado pelo general Augusto Pinochet, demonstrou que 'saídas novas' não seriam permitidas na América Latina.” Tragtenberg (2009, p. 103-104) vai mais além e defende que o próprio modelo de política econômica neoliberal prescreve o comando autoritário da economia “como seu complemento lógico”, citando como exemplo a Era Meiji, no Japão do fim do século XIX e início do século XX.

Na visão de Andre Gunder Frank, sua posição favorável ao discurso revolucionário era baseada na ideia do desenvolvimento do subdesenvolvimento. Nesse raciocínio, o desenvolvimento e subdesenvolvimento seriam “lados opostos da mesma moeda”, ou seja, meros produtos da associação existente entre os dois sob uma “única estrutura econômica e [...] processo capitalista dialeticamente contraditório” (FRANK, 1965, p. 24, tradução nossa). Portanto, não seria possível modificar as posições do sistema, pois o avanço industrial, comercial e tecnológico não desvincularia a periferia de seu subdesenvolvimento, apenas incitaria sua reconfiguração. Ao contextualizar seus argumentos com a realidade chilena da década de 1960, o autor afirma:

Precisamente por causa do capitalismo, a economia chilena já estava se subdesenvolvendo durante os três séculos anteriores à independência. E se as contradições inatas do capitalismo continuam a operar no Chile hoje, como minha análise afirma e minha observação confirma, nenhuma forma de desenvolvimento capitalista, de fora para dentro ou de dentro para fora, poderá salvar o Chile do contínuo subdesenvolvimento. De fato, se o desenvolvimento de fora para dentro, dependente e incompleto, está no cerne

da economia chilena desde a própria conquista, a suposta opção pelo desenvolvimento capitalista independente, nacional e de dentro para fora não existiu nem no século XIX. Muito menos existe hoje (FRANK, 1965, p. 22, tradução nossa)¹⁰¹.

Esta perspectiva foi considerada limitada e intransigente pelos dependentistas reformistas. Em comentário feito *a posteriori* sobre o posicionamento de Gunder Frank, o ex-presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso afirmou “nós estamos numa situação de dependência, mas nós estamos mudando de posição. É possível mudar de posição. Pode haver desenvolvimento capitalista na periferia”¹⁰². Seu trabalho em conjunto com Enzo Faletto, “Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica” (1970) continua sendo uma das mais referenciadas e polarizantes obras constituintes da teoria da dependência. Nela, Cardoso e Faletto explanam uma abordagem mais abrangente, defendendo o estabelecimento de uma descentralização da dinâmica de poder até então analisada, mediante a internacionalização da tendência neoliberal do fim do século XX e o consequente “novo modelo” de inserção dos mercados nacionais na divisão internacional do trabalho.

Decretando o fim das medidas de substituição das importações e ocasionando novos mecanismos de integração, essa conjuntura acabou por viabilizar “um amplo ajuste entre as antigas situações dominantes e aquelas constituídas como consequência da aparição dos setores médios, da burguesia industrial e, até certo ponto, das massas urbanas” (CARDOSO e FALETTO, 1970, p. 115). Esse ajuste seria o responsável pela expansão dos intercâmbios entre centro e periferia, agora não mais limitado às relações comerciais e a intensificação dos investimentos externos diretos voltados para o setor industrial periférico (CARDOSO e FALETTO, 1970, p. 125). À vista disso, em clara influência dos pensamentos de Wallerstein, os autores prontamente evidenciam a heterogeneidade dentro da periferia, citando casos de sucesso direta ou indiretamente consequentes dessa dinâmica – nomeadamente, a experiência observada na Argentina, Brasil, México, China e Argélia (CARDOSO e FALETTO, 1970, p. 27; HAGE, 2013, p. 121).

¹⁰¹ O desenvolvimento “de dentro para fora” citado pelo autor diz respeito ao entendimento de que a política econômica primário-exportadora, comumente associada aos países periféricos, conduziria um desenvolvimento “de fora para dentro”, ou seja, intrinsecamente condicionado às circunstâncias e fatores externos. O desenvolvimento “para dentro” ou “de dentro para fora” seria constituído pelo foco na mitigação da influência externa e no avanço doméstico, seguido pelo aprimoramento das condições de troca e a obtenção de autonomia suficiente que viabilizariam futuros avanços condicionados aos interesses nacionais, em detrimento dos interesses das grandes potências (FRANK, 1965).

¹⁰² Trecho retirado da entrevista com Fernando Henrique Cardoso para o projeto Memória das Ciências Sociais no Brasil, do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

As diferentes concepções no que tange a superação da condição de dependência pelos países periféricos claramente evidenciam os pontos de divergência da teoria, como a ávida crítica revolucionária dependentista às limitações analíticas do estruturalismo cepalino, estreitamente focado nas relações comerciais centro-periféricas. Assim como afirmado por Fiori (1995, p. 215), seus teóricos “dedicaram-se à análise de um mesmo problema com métodos e teorias distintos e com derivações político-normativas absolutamente diferentes entre si.”

No entanto, embora tal afirmação seja verdadeira, também existem proporcionais pontos de congruência além dos seus princípios fundamentais. Tais pontos exemplificam-se no consenso sobre a incapacidade da periferia de alcançar a inovação e dinamismo tecnológico de forma autônoma – ao considerar o monopólio do centro não somente com relação as próprias tecnologias avançadas como também dos seus meios de produção –, e na inabilidade dos investimentos externos e intercâmbios tecnológicos oriundos dos países centrais de transformarem-se em processos genuínos de inovação e desenvolvimento para a periferia¹⁰³ (VERNENGO, 2004, p. 3).

Seguindo a mesma lógica, o investimento externo na forma de auxílio estrangeiro¹⁰⁴ seria uma nova variação pós-instituição do Sistema ONU de manutenção da dependência, ao ser utilizado pelo país receptor como provisão de longo prazo para diminuir os índices de pobreza e gerar desenvolvimento. Embora uma notável parcela desses auxílios sejam motivados estritamente pelo intuito altruísta de conferir assistência aos países menos favorecidos, estudos como o de Tandon (2008) evidenciam interesses estratégicos e políticos, incluindo o alinhamento nacional com os interesses dos doadores como implícitos fatores condicionantes de sua manutenção¹⁰⁵. Ademais, a permanência da influência dos doadores sob

¹⁰³ A concordância de Cardoso e Faletto com tais premissas – não obstante as contempladas na crítica ao seu posicionamento dentro do âmbito da dependência anteriormente discutida – justificam a anteriormente proferida definição de sua obra e contribuições como *polarizantes*. Nesse sentido, o presidente do Instituto de Estudos Latino-Americanos (IELA), Nildo Ouriques, ao introduzir a conferência da 10ª edição das Jornadas Bolivarianas ("A América Latina e os 40 anos da Teoria Marxista da Dependência"), declarou: “[Theotônio dos Santos] é um dos responsáveis pela criação deste movimento de ideias que se deu a conhecer, se popularizou, como Teoria da Dependência, em que participaram muitas figuras. Algumas importantes, como o Theotônio, outras nem tanto, como Fernando Henrique Cardoso.”

¹⁰⁴ Lancaster (2007, p. 9, tradução nossa) conceitua auxílio estrangeiro (tradução livre do termo *foreign aid*) como a “transferência voluntária de recursos públicos, de um governo para outro governo independente, para uma ONG ou para uma organização internacional (como o Banco Mundial ou o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) com pelo menos um elemento de subvenção de 25%, cujo um dos objetivos é melhorar a condição humana no país que recebe o auxílio.”

¹⁰⁵ Ainda de acordo com Tandon (2008), diversos países do continente africano, fragilizados graças às crises econômicas no fim do século XX, teriam sido condicionados à dependência com relação aos auxílios

os governos de países que se tornam dependentes do seu auxílio para manter sua estabilidade levaria à dependência política, acarretando graves consequências na eficiência democrática dos governos em questão, tornando-se incapazes de promover o desenvolvimento e reformas domésticas (BRAUTIGAM, 2000). Dinâmica semelhante pode ser observada na gestão atípica sob a política tarifária estadunidense do governo Trump, através da qual o presidente tende a coagir os países com os quais mantêm transações comerciais a favorecer os interesses dos Estados Unidos, seja ameaçando ou efetivamente elevando tarifas (NAKABASHI, 2018).

Assim, enquanto as economias periféricas permanecem incapazes de viabilizar seus próprios desenvolvimentos, com ou sem auxílio estrangeiro, esta competência seria necessariamente subordinada à “demanda cêntrica”, como dito por Mello (1988, p. 15) – o que faz com que as condições da sua submissão sejam baseadas em um impasse. Como continuar importando os recursos tecnológicos da base produtiva central, necessários para manter e desenvolver o próprio processo produtivo, se os mesmos agregam um valor exorbitante de forma demasiadamente mais rápida que os produtos agrícolas da base produtiva dos países periféricos? Como elevar e aprimorar continuamente o quantitativo de exportações na mesma medida e velocidade em que os avanços tecnológicos agregam valor aos produtos e aos salários da mão-de-obra especializada nos países industrializados? Seria a integração latino-americana ao mercado internacional permanentemente condicionada à sua especialização em produtos agrícolas?¹⁰⁶

As noções sobre o comércio internacional e a divisão internacional do trabalho do economista David Ricardo, principalmente no que concerne às vantagens comparativas, seriam responsáveis pelo raciocínio por trás de tais questionamentos. De acordo com a crítica dos dependentistas, especificamente dos estruturalistas latino-americanos, a lógica utilizada por Ricardo ao comentar sobre a relação entre a produção de tecidos inglesa e de vinhos portuguesa¹⁰⁷, por exemplo, *condenaria* a América Latina à perpétua produção industrial de bens primários e agrários por esta ser a sua vantagem comparativa.

estrangeiros ofertados pelos países centrais e organizações multilaterais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial.

¹⁰⁶ Em concordância com o último questionamento, Hage (2013, p. 218) afirma que, segundo a lógica da condição de dependência sob a qual a região encontra-se submetida, “o papel da América Latina durante a história não é desempenhar papel aleatório, mas sim se integrar ao sistema internacional a partir de sua especialização.”

¹⁰⁷ “A Inglaterra exportava seu tecido em troca de vinho porque, dessa forma, sua indústria se tornava mais produtiva para o país; Portugal importava tecido e exportava vinho porque a atividade portuguesa poderia ser mais beneficentemente utilizada por ambos os países na produção de vinho. Se houver maior dificuldade na

Por ventura, se a Grã-Bretanha produz máquinas não é por escolha ou preconceito, mas sim pelo motivo de o país não ter vantagem comparativa na agricultura; nela não há grande incidência de sol nem terreno agricultável suficiente para transformá-la em um *player* mundial. O que restaria ao império senão exportar máquinas e comprar alimentos? Deste modo, cada país aproveita suas vantagens comparativas no mercado internacional. O Norte exporta máquinas e o Sul vende produtos primários. (HAGE, 2013, p. 115-116).

Tal como a visão leninista sobre o sistema capitalista financeiro, Censo Furtado (1992, p. 62) examinou como as vantagens comparativas ricardianas causavam tanto a depreciação quanto o aumento do valor agregado dos produtos comercializados no mercado internacional, impreterivelmente pendendo a balança dos benefícios comerciais e excedentes econômicos a favor dos países desenvolvidos e industrializados. Isso posto, a industrialização pela substituição de importações foi o mecanismo defendido pelos intelectuais e acadêmicos latino-americanos, assim como pela CEPAL, na tentativa de influenciar a concepção das políticas econômicas da época.

Assim, entre a década de 1950 e a década de 1980, a implementação de políticas voltadas à industrialização por substituição de importações foi sendo promulgada em determinados países da região – com o auxílio de diversos investimentos e acordos de financiamento, subsídios fiscais e monetários, além de outras medidas protecionistas. Como já visto, este período seria de grandes turbulências sociais, seguidas de regimes autoritários e a suspensão dos processos industrializantes em curso (HAGE, 2013).

Com a chegada dos anos 1990, países como o Brasil e México haviam conquistado uma notável prosperidade em seus esforços industrializantes, mesmo que ainda precisassem competir com os produtos de origem estrangeira e administrar um controle efetivo dos famigerados entraves macroeconômicos regionais (HAGE, 2013). No entanto, essa prosperidade seria restringida às vivências brasileiras, mexicanas e chilenas, assim como não aparentou propiciar, durante as décadas seguintes, mudanças proporcionais na qualidade de vida de todas os níveis populacionais; sequer conferiu autonomia suficiente aos países – minimizando a cisão entre a periferia e os países desenvolvidos do centro – e tampouco coincidiu com a noção de desenvolvimento tão discutida entre os teóricos dependentistas. O que explicaria, então, esse cenário?

Até o final de 1982, a política da administração de ajuda ao crescimento das economias latino-americanas e de torná-las parceiros mais firmes para os investidores e bancos norte-americanos foi a de propagar o evangelho da

produção de tecidos, na Inglaterra, ou na produção de vinho, em Portugal [...] o comércio imediatamente cessará” (RICARDO, 1973, p. 324, tradução nossa).

reconomia e deixar que o mercado pusesse sua mágica em movimento. [...]. Ao reconhecer que a América Latina estava presa na armadilha apertada da dívida, o secretário do Tesouro James Baker III, no final de 1985, pediu a colaboração dos bancos comerciais e das instituições financeiras internacionais para fornecerem novo capital a longo prazo à América Latina e a outros devedores do Terceiro Mundo em troca de reformas estruturais nos países devedores. (LOWENTHAL, 1989, p. 43-44).

Seguindo o pioneirismo de Augusto Pinochet, ao implementar políticas neoliberais no Chile após o golpe militar de 1973, a posterior aderência de Ronald Reagan (1981-1989), nos Estados Unidos, e de Margaret Thatcher (1979-1990), no Reino Unido, trariam repercussões significativas na América Latina. Da mesma forma, as prescrições do Consenso de Washington (1989), na maior parte dos países latino-americanos, tinha transferido o foco de suas políticas econômicas para o fundamentalismo do livre mercado – precisamente, o “novo modelo” de inserção dos mercados nacionais na divisão internacional do trabalho defendido por FHC e Enzo Faletto (1970, p. 110-125). O próprio discurso do Banco Mundial afirmava que tais reformas “eram necessárias para resgatar os países da América Latina de ciclos de alta inflação alta e baixo crescimento” (THE WORLD BANK, 2005, tradução nossa). De fato, rapidamente a conjuntura na América Latina iria abranger severas crises econômicas e tensões sociais e políticas – conjuntura esta ainda presente na região, de formas variadas (BERNAL-MEZA, 2005, p. 9-10)¹⁰⁸.

Concomitantemente, a crescente disseminação dos cursos de Relações Internacionais em território brasileiro no período ocasionou a consolidação da teoria da dependência como referência acadêmica para os estudos relacionados à realidade dos Estados subdesenvolvidos e em desenvolvimento (HAGE, 2013, p. 107). Nesse sentido, a perspectiva de Tragtenberg (2009) ao versar sobre o neoliberalismo, citando o caso do Chile como um exemplo de seu caráter político, converge de forma ampla com a ênfase no impacto socioeconômico de sua implementação nos países periféricos da teoria dependentista.

Ao pontuar as garantias trabalhistas do Chile como conquistas da luta da própria classe, meramente institucionalizadas pelo Estado, entre as décadas de 1950 e 1970, o autor destaca a incidência cidadã como condicionante da atuação política, da forma com que os avanços domésticos deveriam ser administrados. Ou seja, a política segue a sociedade. No momento em que o Estados se retirara da equação, da forma como foi feito no caso do Chile, por exemplo, em prol da primazia do poder e influência da iniciativa privada e da elite latino-

¹⁰⁸ Nesse sentido, Raúl Bernal-Meza prossegue com a mesma linha de raciocínio ao afirmar que “A democracia latino-americana é debilitada pela existência de sistemas políticos corruptos e pela continuidade do modelo econômico liberal” (BERNAL-MEZA, 2005, p. 16).

americana perante suas populações, seria imposta a “regressão da economia ao despotismo total do capital” (TRAGTENBERG, 2009, p. 102).

Essa constatação seria gradativamente acentuada pela adição dos retrocessos sociais geralmente associados à essa dinâmica. A subversão dos direitos trabalhistas, libertando “as empresas de suas obrigações e funções sociais” (TRAGTENBERG, 2009, p. 102) e deteriorando ou, no mínimo, estagnando a promoção do bem-estar social e a participação da classe trabalhadora – parte majoritária das populações latino-americanas – na renda nacional. Sendo assim, munidas de um poder equivalente ao do Estado, as empresas nacionais e transnacionais continuaram a tomar parte no jogo oscilante do mercado, agora, às custas da qualidade de vida dos cidadãos nacionais da região.

Os adeptos da chamada corrente neoliberal defendem um ponto de vista segundo o qual essa teoria não se esgota com o controle monetário da economia: implica todo um programa de política econômica concebido positivamente. Porém, sua interpretação da realidade socioeconômica não só é tendenciosa como está repleta de contradições internas. Para Milton Fridman, o principal teórico neoliberal, é preferível uma sociedade fundada no incentivo lucrativo que na fome de poder; como se no sistema do capitalismo, lucro e poder não fossem duas faces do mesmo fenômeno. A luta pelo lucro é uma forma de luta pelo domínio, pelo poder (TRAGTENBERG, 2009, p. 101-102).

Conferindo profundidade ao debate sobre o modelo neoliberal à luz da condição de dependência, Gilberto Dupas (2007, p. 3) discorre sobre o tema estabelecendo uma ruptura no paradigma da “relação entre capital/trabalho”, perante a qual pode-se constatar o surgimento de uma “sociedade de consumidores”. Resultante da condição neoliberal de supremacia do mercado, estabelece o capital flutuante como ator absoluto e autônomo no sistema internacional – por intermédio das Grandes Corporações Transnacionais (GCT). Seus mecanismos de influência e poder seriam simbolizados pelo peso socioeconômico do *Não*, sendo então considerado um “ato político por excelência”, pois “o poder de não investir é brandido como uma imensa ameaça” ao ser constatado que a economia neoliberal “é o que há disponível para se fazer parte do mundo global” – o que o autor define como o “princípio da não alternativa” (DUPAS, 2007, p. 10).

Nesse sentido, faz-se necessário ressaltar que a testificação da dinâmica segundo a qual um Estado desprovido de suficiente poder e influência no sistema internacional deve se adequar à determinados requisitos, não estipulados ou acordados com o mesmo, e oferecer benefícios que atraiam investidores traz consigo diversos malefícios, a longo e curto prazo. Por outro lado, traz, na mesma proporção, vantagens para as empresas transnacionais, ao

realocarem seus recursos e cadeias produtivas para países nos quais não estariam *à mercê do aparato estatal* – ironicamente, ainda bastante presentes no contexto central – e poderiam usufruir de uma mão-de-obra mais barata e detentora de menos garantias trabalhistas. Segundo Alicia Bárcena (NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 2011), secretária-executiva da CEPAL, apesar de cumprir seu papel político e de fato atrair investimentos, tais circunstâncias acabam por eventualmente aumentar os gastos públicos, causar quedas na taxa de câmbio real e fazer surgir a necessidade de “ajustes recessivos dolorosos”. Por sua vez, tais ajustes seriam responsáveis pela fomentação da instabilidade social, com o aumento do desemprego e ampliação dos índices de pobreza.

Não obstante o progresso alcançado nas décadas anteriores, a América Latina novamente voltou-se à especialização de *commodities*¹⁰⁹. Ademais, segundo Orlando Caputo, a acentuação das sequelas oriundas dos processos globalizantes e, por conseguinte, da condição de dependência, impulsionadas pela disseminação do capitalismo financeiro globalizado e das políticas neoliberais na América Latina, tornaria-se aparente de forma simultânea ao advento de uma paralela e crescente crítica à teoria da dependência¹¹⁰, resultante da exponencial aceitação do modelo neoliberal. Dessa maneira, as empresas multinacionais ganhavam cada vez mais espaço no sistema internacional e, nomeadamente, nos países periféricos – dessa vez na posição de atores internacionais mais proeminentes da contemporaneidade, sobretudo no que concerne a teoria da dependência.

¹⁰⁹ Informação retirada da entrevista realizada com Orlando Caputo e Nildo Ouriques para o programa Pensamento Crítico, produzido pelo Instituto de Estudos Latino-Americanos da Universidade de Santa Catarina.

¹¹⁰ Em entrevista junto a Nildo Ouriques para o programa Pensamento Crítico, produzido pelo Instituto de Estudos Latino-Americanos da Universidade de Santa Catarina, Orlando Caputo enfatizou a simultaneidade da cadeia de eventos que culminaram na aderência às políticas neoliberais na América Latina, no ápice da globalização financeira e, sobretudo, na crítica à teoria da dependência. Como consequência, Caputo afirma que “a América Latina saiu dos programas das universidades” – de fato, sendo parte de um quantitativo limitado de teorias dentro do padrão curricular acadêmico regional que versam sobre tópicos específicos latino-americanos, sua remoção efetivamente significaria uma restrição da temática nas universidades. Vernengo (2004, p. 1, tradução nossa) corrobora com essa constatação, ao afirmar que “a teoria da dependência quase desapareceu dos currículos acadêmicos, pelo menos nos Estados Unidos. As razões são variadas [...] embora seja claro que o fim da União Soviética e o subsequente entusiasmo por estratégias de desenvolvimento favoráveis ao mercado sejam causas importantes do desaparecimento da dependência de programas acadêmicos de estudo.” Em igual consonância, o presidente do Instituto de Estudos Latino-Americanos (IELA), Nildo Ouriques, ao introduzir a conferência da 10ª edição das Jornadas Bolivarianas (“A América Latina e os 40 anos da Teoria Marxista da Dependência”) pontuou a escassez de tradução de obras dependentistas para o português como um tipo de “censura” ao pensamento de escala regional. Ademais, definiu a falta de reestruturação acadêmica e teórica no âmbito do ensino superior latino-americano como sequela dos seus respectivos períodos ditatoriais, que oprimiram a produção e a disseminação do conhecimento político nas universidades. Por fim, ao comentar sobre como os escassos recursos destinados à produção acadêmica seriam indicativos típicos da condição de subdesenvolvimento e dependência, afirmou: “Não é o ambiente nababesco, digamos assim, das universidades estadunidenses e europeias, que tem recursos. A questão é que, nós na América Latina temos que produzir em condições sempre adversas. É disso que se trata, vencer essas condições é que é o grande segredo.”

Conforme sustentado por Almeida (2001), a partir do final do século XX, aproximadamente um terço do comércio internacional era realizado entre empresas e conglomerados multinacionais, em sua maioria dentro do espectro Norte-Norte – considerando que as transações comerciais entre Norte-Sul continuavam sendo dominadas por um "padrão mais tradicional de trocas" (ALMEIDA, 2001, p. 120-124). Ao passo que “[...] as normas internacionais refletem sua fragilidade ou mesmo incapacidade de acompanhar o poder hegemônico dos países centrais, causando instabilidades, assimetrias e dispersões das mais diversas” (CASTRO, 2012, p. 456), tais empresas multi e/ou transnacionais seguiam enfreado o desenvolvimento das economias emergentes e superpondo-se aos próprios Estados nacionais, necessariamente submetidos aos seus interesses (MACHADO, 1999). À vista disso, fez-se necessária uma reformulação teórica, incluindo o devido reconhecimento do papel contraproducente das burguesias nacionais neste processo e os desafios contemporâneos promovidos pela estabilização dos processos globalizantes e preceitos neoliberais na economia, política e no convívio social.

2.2. Atores condicionantes e conclusões dependentistas sobre o caso chileno

O reconhecimento das burguesias nacionais latino-americanas dependentes como atores determinantes e agravantes da condição de dependência, assim como mencionado no início do capítulo, representa um dos pontos centrais de análise dos autores dependentistas¹¹¹, no que tange à ambivalência do papel que exercem nesse processo. Desde a origem dos Estados independentes latino-americanos¹¹², as elites nacionais suscitavam o desequilíbrio da balança comercial, graças à recorrente importação de artigos de luxo e bens de capital dos setores empresariais – necessária para reproduzir o estilo de vida ostentoso dos países industrializados –, ultrapassando a capacidade exportadora dos países e retardando a acumulação de capital necessária para o desenvolvimento (BARAN e HOBSBAWN, 1961, 236).

Após o advento da disseminação neoliberal na América Latina e o ápice da globalização financeira, acompanhadas pela descentralização dos investimentos e da cadeia de produção central, a relevância do papel exercido pelas mesmas alcançaria um novo patamar de importância. De acordo com Marini (1969, p. 19), as nações periféricas estariam

¹¹¹ BARAN e HOBSBAWN, 1961; FRANK, 1965; MARINI, 1969; FURTADO, 1992.

¹¹² Segundo Bresser-Pereira (2010, p. 32-33), a parcela majoritária dos dependentistas reconhece o empresariado industrial latino-americano como descendentes dos primeiros colonizadores, ao invés dos povos indígenas e imigrantes. Já a burguesia latino-americana seria essencialmente mercantil desde sua formação, incapaz de promover inovações técnicas ou de apresentar uma estratégia de desenvolvimento nacional.

“evoluindo de um desenvolvimento autônomo até uma integração efetiva com os capitais imperialistas”. Através das décadas, a burguesia latino-americana aprofundaria cada vez mais a desassociação com suas respectivas realidades nacionais, utilizando seu poder e influência no âmbito doméstico, onde é vinculada aos altos níveis de tomada de decisões, para alinhar e priorizar os interesses das grandes potências às custas dos interesses nacionais. Logo, a manutenção da dependência dos Estados periféricos tornaria-se condição primordial para a continuidade do seu padrão de vida – assim como para a imposição das ambições centrais (FRANK, 1965, p. 14).

Seguindo o raciocínio de Cardoso e Faletto (1970, p. 28), “a esfera política do comportamento social influi necessariamente na forma do processo de desenvolvimento.”¹¹³. Sendo assim, a relação entre a burguesia chilena e o progresso nacional apresentaria exemplar conformidade com as perspectivas apresentadas, principalmente ao ser analisado o imediato contexto anterior ao golpe de 1973 no Chile. Na medida em que foram sendo implementadas as políticas de transição ao socialismo democrático realizadas pelo então presidente, Dr. Salvador Allende, não somente a elite chilena como também a classe média chilena observaram com desdém a nacionalização de diversas empresas privadas, a proclamação de fábricas e propriedades rurais por trabalhadores através da reforma agrária, e suas demais repercussões.

Waltz (2002, n.p) afirma que o nível de alinhamento das soberanias estatais com as grandes potências determina a configuração desses Estados na hierarquia internacional. Nesse sentido, o crescente descontento com o decorrer do curto mandato do presidente seria intensificado pelo impacto dos índices inflacionários nos salários das classes mais favorecidas e das tarifas sob fortunas, além do interesse do governo estadunidense de depor o socialista; levando a elite chilena a executar uma autosabotagem na economia nacional, catalisando a caótica hostilidade institucional e social já em andamento e contribuindo para a consumação das circunstâncias que levariam ao iminente golpe militar (COLLIER e SATER, 2004, p. 346-352).

A vitória das forças armadas estadunidenses na Segunda Guerra Mundial, junto ao fim dos acordos financeiros internacionais de Bretton Woods que, dentre outros resultados, estabeleceu o dólar como a moeda de reserva internacional, além da posterior

¹¹³ Vale ressaltar que a ausência do embasamento sociopolítico fundamentou a crítica aos teóricos cepalinos no que tange as análises estruturalistas sobre a dependência latino-americana.

descentralização do seu contingente industrial, propiciaram o alcance dos Estados Unidos à posição de maior prestígio e influência no âmbito da política e economia internacional (ARRIGHI, 1996, p. 278-280). Seria justamente em meio à conjuntura de proeminência do capitalismo financeiro globalizado e descentralização da cadeia produtiva do final do século XX que a potencialização do alinhamento chileno com a hegemonia estadunidense no período da ditadura de Augusto Pinochet se sucederia – depois do caráter horizontal da relação dos países no governo de Eduardo Frei e do distanciamento mútuo no governo Allende.

Todavia, os pontos fundamentais da prática intervencionista hegemônica realizada pelos Estados Unidos no Chile já podiam ser observados na dinâmica exercida entre tais países em décadas passadas. A participação das empresas e conglomerados industriais estadunidenses na renda nacional chilena acarretou diversas consequências para sua economia no início do século XX. Como visto no primeiro capítulo, a receita tributária de duas das companhias mineradoras de cobre estadunidenses, *Anaconda Copper Company* e *Kennecott Copper Company*, chegou a responder por uma margem de 7% a quase 20% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, também representando uma margem de 10% a 40% das despesas estatais (MORAN, 1974, p. 6).

Porém, a hegemonia dos Estados Unidos não seria restringida ao poderio marítimo, militar, comercial e/ou financeiro das anteriores experiências hegemônicas mundiais dos Países Baixos e da Grã Bretanha. O país asseguraria sua primazia, a dependência das demais nações e a manutenção do viciado sistema capitalista financeiro que os sustentam, através do *soft power*¹¹⁴. Tomando proveito da propícia legitimidade e atratividade mundial da sua cultura, ideais políticos e da ampla aclamação de suas políticas (NYE JR., 2004), os EUA angariaram poder e influência suficientes, e delineou as condições necessárias para estabelecer e manter a América Latina como sua região de influência.

Um dos mais emblemáticos exemplos do exercício desse recurso foi a *Doctrina de la Seguridad Nacional*¹¹⁵ (Doutrina da Segurança Nacional, em tradução livre), termo utilizado

¹¹⁴ A presente pesquisa fará uso do conceito de *soft power* oriundo do trabalho de Joseph Nye Jr. (2004, p. 5, tradução nossa): “um país pode obter os resultados desejados na política mundial porque outros países – admirando seus valores, reproduzindo seu exemplo, aspirando seu nível de prosperidade e abertura – querem segui-lo. Nesse sentido, também é importante definir a agenda e atrair outros na política mundial, e não apenas forçá-los a mudar ao ameaçar retaliação militar ou sanções econômicas. Esse *soft power* – fazer com que outros queiram os resultados que você deseja – induz as pessoas em vez de coagí-las.”

¹¹⁵ O termo é amplamente reconhecido pelo âmbito institucional e acadêmico latino-americano, em particular, pelos acadêmicos argentinos; além de ser citado em alguns dos documentos oficiais divulgados pelo Arquivo de Segurança Nacional (disponíveis em: <<https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB8/nsaebb8i.htm>>), e no Decreto nº 158/83 (disponível em:

para referenciar o íntegro alinhamento das forças armadas dos países latino-americanos aos interesses da política externa dos Estados Unidos no contexto da Guerra Fria. A mesma previa a garantia da ordem interna e a implementação do neoliberalismo com vista a combater quaisquer ideologias, organizações ou movimentos que propagassem ou apoiassem o comunismo na região. Este alinhamento resultou na legitimação da tomada de poder por parte das forças armadas e a sistêmica violação de direitos humanos durante as ditaduras militares latino-americanas (COMBLIN, 1977; ONGANÍA, 1964).

Seria a partir dessa doutrina que teria sido formulada a *Operación Cóndor* (Operação Condor, em tradução livre), “codinome para a coleta, intercâmbio e armazenamento de dados de inteligência no que concerne os chamados esquerdistas, comunistas e marxistas que foi [...] estabelecido entre os cooperantes serviços de inteligência na América do Sul, com a finalidade de eliminar as atividades terroristas marxistas na área”, que previa “operações conjuntas contra alvos terroristas nos países membros” (NATIONAL SECURITY ARCHIVE, 1998, tradução nossa)¹¹⁶ e determinava o Chile como o centro de suas atividades. Embora não utilize o termo empregado na presente pesquisa, Bernal-Meza (2005, p. 11) afirma que a política externa estadunidense da época, “ao empregar a lógica de prêmio e castigo, além de uma visão realista de poder, de dividir para reinar”, auxiliou o distanciamento entre os países latino-americanos.

Mediante a análise realizada dos documentos oficiais desclassificados pela CIA e pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos, e divulgados pelo Arquivo de Segurança Nacional, pôde-se verificar diversos indicativos do raciocínio por trás da mencionada *Doctrina*, nos quais os agentes, embaixadores e oficiais públicos, além do Conselheiro Nacional de Segurança, Henry Kissinger, e o então presidente, Richard Nixon; discutem sobre tópicos diversos, desde a influência e liderança dos Estados Unidos perante a América Latina – “[...] procuramos minimizar a sensibilidade latino-americana à preponderância dos EUA enquanto ainda garantimos o grau de liderança [...] necessário para realizar ações significativas, isto é, uma liderança discreta que os próprios latinos esperam de nós.”

<<http://www.desaparecidos.org/nuncamas/web/document/nacional/decr158.htm>>), promulgado pelo então presidente argentino, Raul Alfonsín, no intuito de ordenar o julgamento dos nove militares das forças armadas nacionais integrantes das juntas militares que lideraram o golpe de 1976 e o subsequente regime militar argentino. Não obstante as menções aqui apresentadas, o termo nunca chegou a ser devidamente oficializado.

¹¹⁶ Trecho retirado do documento oficial “*FBI, Operation Condor Cable, September 28, 1976*”, disponível em: <<http://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB8/docs/doc23.pdf>>.

(NATIONAL SECURITY ARCHIVE, 1998, tradução nossa)¹¹⁷ –, à emergente posição autônoma da região – “Também devemos reconhecer que, apesar da eficácia de nossa liderança, os latino-americanos estão cada vez mais determinados a afirmar suas posições individuais e a não seguir servilmente a liderança dos EUA.” (NATIONAL SECURITY ARCHIVE, 1998, tradução nossa)¹¹⁷.

Além dos já mencionados, os demais tópicos abarcaram desde a repercussão da vitória de Salvador Allende nas eleições presidenciais de 1970 no Chile – “Eles jogaram a carta do anti-americanismo e legitimaram Castro e a esquerda. [...]. Eles não devem ter simpatia nem salvação.” (NATIONAL SECURITY ARCHIVE, 1998, tradução nossa)¹¹⁸ e “o uso negativo de nossa influência [...] serviria ao propósito de Allende de mobilizar o povo chileno ao seu redor diante do 'diabo estrangeiro'.” (UNITED STATES OF AMERICA, 2015, tradução nossa)¹¹⁹ –, à mentalidade anti-comunista que dominava a tomada de decisões das operações secretas estadunidenses no país – “[...] apoiar Pinochet era necessário para remover o governo comunista, estabelecer ordem no Chile e proteger os investimentos e comércio americanos.” e “[...] apoiar a Junta era visto como essencial para manter a credibilidade americana como uma potência mundial que poderia impedir a propagação do comunismo na América Latina e em outras partes do mundo através da Doutrina Nixon.” (SCHMITZ, 2006, p. 101)¹²⁰.

Após a exitosa conquista da deposição do presidente socialista chileno, mediante a criação das circunstâncias que levaram à desestabilização econômica e atritos sociopolíticos, os EUA limitariam seu relacionamento com o país aos auxílios financeiros, tanto diretos – marcando o retorno das empresas estadunidenses ao parque industrial do país com a onda de privatizações e a ampla abertura do mercado chileno – como no âmbito das instituições financeiras internacionais. Ao fim da primeira década do regime militar, duas crises econômicas já haviam aflingido o Chile. Ademais, como mencionado na introdução deste capítulo, a substancial concentração de renda, intensificação da pobreza urbana e rural, declínio acentuado no padrão de vida dos menos favorecidos, cortes orçamentários e descentralização dos serviços de seguridade social, principalmente os voltados para a saúde e

¹¹⁷ Trecho retirado do documento oficial “*Department of State, Memorandum for Henry Kissinger on Chile, December 4, 1970*”, disponível em: <<https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB8/docs/doc20.pdf>>.

¹¹⁸ Trecho retirado do documento oficial “*Department of State, U.S. Embassy Cables on the Election of Salvador Allende and Efforts to Block his Assumption of the Presidency, September 5-22, 1970*”, disponível em: <<https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB8/docs/doc18.pdf>>.

¹¹⁹ Trecho retirado do documento oficial “*Paper Prepared in the Department of State, November 3, 1970*”, disponível em: <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76ve16/d33>>.

¹²⁰ Somente pode-se inferir que a “Doutrina Nixon” citada neste trecho seja um termo alternativo para Doutrina da Segurança Nacional.

educação nos subúrbios (COLLIER e SATER, 2004, p. 369), perdurados pela parcela majoritária da população seria o princípio do processo de descontento social cumulativo que teria seu estopim somente quatro décadas depois (ver capítulo 3).

Em contrapartida, o modelo chileno também teria suas conquistas, mesmo que uma substancial parte delas fossem reservadas para a parcela mais favorecida da população nacional – como será analisado no próximo capítulo. A exceção desse progresso seletivo seria representada pelos altos investimentos em infraestrutura, contemplando moradias de baixo custo e calçamento dos centros urbanos e comunidades, além do aprimoramento do sistema sanitário, da distribuição de água, e até mesmo da expectativa de vida. Ao fim dos anos 80, entre 30 e 40% da classe trabalhadora chilena encontrava-se engajada em ocupações "informais" (COLLIER e SATER, 2004, p. 374). Até o fim dos anos 1990, o Chile já era um dos mais estáveis e prósperos países da América Latina, considerado internacionalmente como um modelo de crescimento econômico regional.

Adiante, como consequência do seu estreito alinhamento com os EUA, o Chile se tornaria-se o primeiro e único¹²¹ país sul-americano membro da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o primeiro país sul-americano a firmar um acordo de livre-comércio com os Estados Unidos¹²², e o único país latino-americano a ser incluído no Programa de Isenção de Vistos estadunidense.

[...] ao longo dos séculos seguintes, o capitalismo mundial impôs sua estrutura e desenvolvimento explorador à economia interna do Chile e integrou-o totalmente ao sistema capitalista mundial, transformando-o em um satélite colonial da metrópole capitalista estrangeira. [...] a consequência inevitável dessa estrutura e evolução capitalista mundial, chilena e local tem sido o desenvolvimento do subdesenvolvimento no Chile (FRANK, 1965, p. 11).

Tal como no caso do Chile, a evolução da atividade econômica e os níveis de industrialização de outros países da América Latina a partir do século XXI sinalizaram a necessidade de novas reflexões para os teóricos dependentistas. Em consonância com o que

¹²¹ Até a assinatura do acordo de adesão, em maio de 2018, e a consolidação da membresia, em abril de 2020, pela Colômbia.

¹²² O Tratado de Livre Comércio entre o Chile e os Estados Unidos prevê, além de outros itens, a eliminação das tarifas bilaterais e redução das barreiras de comércio, proibição da conduta comercial anticompetitiva, efetiva fiscalização ambiental e trabalhista, extinção do imposto chileno de bens de luxo estadunidenses, proteção à propriedade intelectual, não discriminação no comércio de produtos digitais, além da promoção da integração econômica e expansão das oportunidades para as populações dos dois países. No começo de 2015, a última redução anual de tarifas entrou em vigor e efetivou a completa isenção de impostos de quaisquer exportações dos EUA no Chile. Segundo informações retiradas do portal oficial do Escritório do Representante de Comércio dos EUA (disponível em: <<https://ustr.gov/trade-agreements/free-trade-agreements/chile-fta>>. Acesso em: 10 mar. 2020.), o montante do investimento externo direto dos EUA no Chile passou de 10 bilhões de dólares em 2004 – quando o acordo entrou em vigor – para 40 bilhões de dólares em 2012.

fora visto anteriormente, o progresso industrializante teria sua origem na penetração financeira e intercâmbio tecnológico dos países centrais na indústria periférica, por vezes em consonância com interesses locais – visando coletar os benefícios ao longo-prazo – e sob proteção das concessões governamentais ou tarifas extraordinárias. A periferia insere-se então na fase monopolista do desenvolvimento capitalista (BARAN, 1957, p. 175).

Contudo, de acordo com Deji (2011, p. 23), mesmo conquistando certo nível de desenvolvimento econômico, o país ainda pode ser politicamente dependente. Nesse mesmo sentido, ao fazer uma correlação desse estágio do processo de industrialização chileno com a experiência brasileira, Furtado (1970, p. 128) discorre sobre como este intercâmbio realizado pelo centro, na realidade, é constituído por tecnologias já consideradas ultrapassadas pelos mesmos. Logo, guardando para si a propriedade intelectual e processos industriais mais avançados, os países centrais inibem a reprodução conceptiva dessas tecnologias pela periferia (MARINI, 2000, p. 145). Ademais, pouco do excedente econômico alcançado continuaria sendo aproveitado para avançar o desenvolvimento doméstico – com parte do total representando a remessa de lucro que retorna à matriz e o restante sendo utilizado para sustentar o estilo de vida nababesco da elite industrial cosmopolita que, por sua vez, confere o monopólio investidor da indústria periférica para as mãos dos países centrais e empresas multinacionais e sustenta a conjuntura de concentração de renda, segregação e exclusão social necessárias para a manutenção dessa dinâmica (BARAN, 1957, p. 175).

Em conformidade com o raciocínio dos autores supracitados, Hage (2013, p. 123) afirma que a contemporânea evolução do processo industrializante na periferia não seria desvinculada de sintomas da condição de dependência, como as vantagens de classe. Na realidade, seguindo a analogia empregada, a mesma adquiriria um caráter assintomático. Embora estejam testemunhando o progresso da indústria doméstica e as consequências na qualidade de vida da população e no desenvolvimento interno, continuam ausentes nas etapas mais complexas, da produção científica ao delineamento operacional da cadeia produtiva. Dessa forma, cria-se uma condição de falsa autonomia, aumentando o nível de complexidade da condição de dependência gradativa e continuamente – segundo o entendimento de Marini (2000, p. 145), uma nova divisão internacional do trabalho.

Assim, ao concluir que o desenvolvimento angariado pela periferia não fora espontâneo, ou seja, não se originou da conquista de especialização da mão-de-obra, tampouco da distribuição de renda ou da posse dos meios tecnológicos para tal, não seria

concebível qualquer alteração na hierarquia internacional. Em outras palavras, “[...] há uma expansão da renda, um aumento da produtividade econômica, mas não uma modificação nas formas e nas técnicas de produção, o que existe na verdade é modernização e não desenvolvimento” (FURTADO, 1970, p. 123). Tais constatações servem de argumento explicativo para críticas tais como as de Merchior (1982, p. 84), ao citar a experiência desenvolvimentista e industrializante do Canadá e da Austrália, países nos quais as pastas relacionadas à agricultura e mineração exercem grande relevância em suas respectivas balanças de pagamentos.

Além da modernização não espontânea, outro ponto primordial que esclarece a discrepância entre os casos levantados é a relação da periferia com um de seus maiores entraves: a dívida externa. Nesse mérito, Allen (2011, n.p) destaca o descomunal montante da dívida externa regional resultante dos esforços protecionistas e nacionalistas da segunda metade do século XX, enquanto Crossman (2018) afirma que a magnitude das suas dívidas com os países centrais chegou ao ponto em que os países periféricos não conseguiriam mais enxergar um horizonte onde estariam livres deste encargo, tampouco da sua condição de dependência.

[...] de um lado as economias subdesenvolvidas careciam de investimentos que não eram atendidos pela iniciativa privada para a ampliação da sua capacidade produtiva em razão da ausência histórica de acumulação interna, dos reduzidos salários e da crônica exclusão do mercado da maioria populacional, do outro a política de importar bens e serviços, contrair empréstimos para a criação de infraestrutura e modernização do equipamento e atrair o capital estrangeiro levava à maior descapitalização e ao endividamento crescente [...], o que agravava a dependência externa (MYRDAL *apud* MACHADO, 1999).

À vista do exposto, como os pensadores da teoria da dependência enxergam os próximos passos para a América Latina, ainda inserida em um sistema internacional viciado, favorável à supremacia do centro e do capital financeiro especulativo? O novo século traria a ruptura de sua posição subordinada frente aos países centrais na hierarquia internacional? Como a teoria observa e se adapta às novas configurações das relações internacionais na contemporaneidade? Apesar da essência impreterivelmente heterogênea da teoria e o gradativo decréscimo da sua relevância na produção acadêmica e intelectual, as reflexões oriundas desses questionamentos aparentam estimular uma maior concordância na análise de seus mais emblemáticos pensadores, em detrimento da tradicional discordância.

Uma desdobramento da teoria dependentista vem sendo pontuada por nomes como Tausch (2003; 2016) e Arrighi (1994), ao reconhecerem o que poderiam ser identificados

como *cíclicas flutuações radicais de crescimento* no sistema capitalista, nas quais supostos períodos de crescimento extraordinários ao longo prazo, por vezes, acabam correspondendo à impulsos cíclicos de curto prazo subsequentes de um período de recessão. Tausch et al (, 2016, p. 13-14) reitera o argumento dos teóricos dependentistas de que o crescimento a longo prazo da periferia seria intrinsecamente vinculado à um caráter instável e desproporcional, com predisposição para ciclos negativos acentuados. O autor também afirma que a natureza extremista de altos e baixos intensos desses ciclos é um evidente determinante do elevado nível de complexidade dos padrões de desenvolvimento oriundos da década de 1990 em diante, e das análises comparativas de crescimento econômico e desenvolvimento social ao nível interestatal, seja qual for o escopo temporal considerado.

Por sua vez, Arrighi (1996) defende que tais ciclos seriam correspondentes à dinâmica de acumulação inerente e condicionante de cada contexto histórico, sendo a inaudita supremacia do capital financeiro uma consequência da característica desregulamentação¹²³ do sistema capitalista nos anos 1980 e nos anos 2000. Essa mesma lógica determinaria tanto as crises e recessões dos mercados mundiais – seria responsável pela Grande Recessão, que teve seu início entre o fim da década de 2000 e início da década de 2010 (ver capítulo 3) – como mudanças paradigmáticas no sistema – tal qual o período hegemônico dos Países Baixos, consequente da crise nos anos 1560, e a ascensão e queda da hegemonia britânica, consequentes das crises dos anos 1750-1760 e dos anos 1930, respectivamente.

A expressiva alta dos preços dos produtos primários entre o fim do século XX e a primeira década do século XXI, hodiernamente conhecida como o *boom* ou superciclo das *commodities* pode ser considerada um exemplo destes ciclos. O estímulo aos investimentos no mercado de *commodities* que se seguiu causou um aumento exponencial dos preços e um subsequente fluxo de excedentes econômicos sem precedentes para os países primário-exportadores (RAMÍREZ, POLO e SABATINI, 2008, p. 6-10). Como resultado, a América Latina – especialmente a América do Sul – não somente desfrutou um rápido crescimento econômico, como também a queda acentuada na pobreza, o declínio na extrema desigualdade de renda e a ascensão da classe média.

Este *boom* seria equiparável ao superciclo das *commodities* posterior à expansão econômica da Segunda Revolução Industrial e do pós-Segunda Guerra Mundial, entre meados

¹²³ O autor aponta que a regulamentação, assim como a desregulamentação, podem suscitar a recuperação do sistema.

do século XIX e o início do século XX. Porém, a natureza esporádica desses ciclos resultaria em um forte choque já em meados da década de 2010. Os governos de esquerda da *Onda Rosa*, que dominaram a América Latina nos anos 2000 e criaram políticas ambiciosas, baseadas no comércio de *commodities* e contínuos investimentos chineses, começaram a enfrentar dificuldades econômicas – em contrapartida aos restritos termos impostos pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelos mercados financeiros estrangeiros – e a observar seus declínios políticos, na medida que ocorria uma diminuição da renda nacional concomitante à diminuição da demanda externa por produtos primários (LOPES e DE FARIA, 2016; REID, 2015).

Não obstante sua elaboração atrelada à acontecimentos excepcionalmente específicos da história, em particular graças ao seu recorrente dimensionamento do âmbito periférico em volta da realidade latino-americana e de suas interações com o sistema internacional, a teoria também vem suscitando debates que transcendem seu, por vezes, limitado escopo de análise. Frank (1981) aparenta referenciar tal qualidade ao defender a validade de seu potencial analítico, salientando que, embora seja extensivamente criticada, não há quaisquer teorias contra-argumentativas ou que contemplem questionamentos sobre a existência da condição de dependência. Para tal, seria necessário “uma teoria que fosse além dos limites da teoria da dependência” (FRANK, 1981, p. 14).

Ao abranger amplitude suficiente para contemplar reflexões contemporâneas no que concerne, por exemplo, os protestos e manifestações que marcaram o fim da década de 2010 em diversos países da periferia mundial, e alguns do centro, a teoria da dependência serve como uma cabível ferramenta de análise de conjuntura ao refletir sobre a atual crise no sistema político representativo e o colapso socioeconômico resultante da ampla aderência às políticas econômicas neoliberais – ver capítulo 3. Ademais, analisar os eventos condicionantes e possíveis repercussões do crescente debate sobre a vigente reconfiguração do papel do Estado como ator soberano no âmbito doméstico e como ator internacional ao nível sistêmico.

O grande quantitativo de mudanças que vêm se sucedendo a partir da virada do milênio não passou despercebido por Santos (2000, p. 123-125), que diagnosticou com facilidade – como enfatizado pelo próprio autor – um “desgaste contínuo” dos Estados Unidos, principalmente no que concerne a manutenção do seu papel hegemônico. As repercussões do mencionado *boom* das *commodities* em conjunto ao expressivo crescimento

econômico, à exponencial relevância comercial e ao vigoroso fomento da força militar da China traçaram a trajetória paulatina de avanço da influência e prestígio do país, culminando na sua posição como a maior superpotência emergente da atualidade. Além disso, a alta demanda chinesa por importações de produtos primários e recursos energéticos oriundas da América Latina naquele contexto e o recíproco investimento externo direto e exportação de bens manufaturados para diversos países da região consolidaram uma próspera e contínua relação – embora a região continental ainda permaneça a mais imediata zona de influência estadunidense e onde os reflexos da crise deste poder hegemônico são mais evidentes.

A título de referência, de 2000 a 2013, o comércio entre o mercado chinês e o mercado latino-americano aumentou de 12 bilhões de dólares para mais de 275 bilhões de dólares (REID, 2015), com a China rapidamente se tornando o destino primário ou secundário para as exportações de 1/4 dos países que integram a região. No caso específico do Chile, por exemplo, o quantitativo de exportações transportadas para território chinês chegou a aproximadamente 60% do seu total (FERCHEN, 2010, p. 110 *apud* BÁRCENA et al, 2010, p. 13).

A guerra comercial travada entre a China e os Estados Unidos seria um exemplo adequado da intensificação de conflitos intra e interestatais ressaltada por Lauesen (2018, p. 321), ao pontuar as circunstâncias que fundamentam sua constatação de que a teoria da dependência seria mais relevante agora do que nunca. Segundo o autor, o mundo estaria próximo de uma “resolução da contradição centro-periférica” e a humanidade estaria seguindo em direção à “uma montanha-russa econômica e política”. Orlando Caputo também atestou um recente renascimento da teoria em meio aos atritos vigentes no âmbito do sistema internacional, afirmando que “se fizermos a relação entre a luta nacional com os programas e os problemas mundiais, podemos dar grandes possibilidades de manifestações. E porque? Essas questões estão chegando no limite.” Aprofundando seu raciocínio, o autor faz uma correlação de suas reflexões com as de Karl Marx, contidas no “Manifesto Comunista”. De acordo com Marx, “o capital cria uma economia mundial a sua imagem e semelhança”. Segundo Caputo, o papel hegemônico de “defesa dessa situação” estaria “contra a humanidade”¹²⁴.

¹²⁴ Trecho retirado de entrevista realizada com Orlando Caputo e Nildo Ouriques para o programa Pensamento Crítico, produzido pelo Instituto de Estudos Latino-Americanos da Universidade de Santa Catarina.

Por fim, não somente um entendimento teoricamente embasado e essencialmente crítico da noção do “rico fica cada vez mais rico e o pobre cada vez mais pobre” das relações entre os atores internacionais da contemporaneidade, e sem qualquer propósito de decifrar todas os dilemas, contradições e indagações dos objetos de estudo das Relações Internacionais, a teoria da dependência segue constituindo uma forte e eficaz ferramenta analítica, seja no ambiente acadêmico, seja para fundamentar discursos políticos militantes – âmbitos que, apesar dos inúmeros argumentos contrários, não são mutuamente excludentes, como a própria teoria em questão pode comprovar.

O desenvolvimento da teoria – assim como o da presente pesquisa – deverá percorrer o caminho da análise do espectro social, político e econômico da pós-modernidade e pós-estruturalismo no sistema internacional, mantendo sua perspectiva periférica – ainda insuficientemente contemplada pelos estudos e produção acadêmica nas Relações Internacionais, vale ressaltar. Da mesma forma, a atestação e exequível transformação dessa prospecção caminhará em consonância às incertezas provocadas pelas novas configurações e mudanças paradigmáticas observadas pela área de estudo nas últimas décadas deste novo milênio, que seguem o rumo de uma aparente nova era de ruptura com as concepções ortodoxas sobre o sistema-mundo – em proporções distintas porém análogas ao panorama do pós-Guerra Fria.

3. COLAPSO DO MODELO CHILENO NO CICLO DE INSTABILIDADE INTERNACIONAL CONTEMPORÂNEO

Com base na análise do objeto de estudo através do arcabouço teórico da teoria da dependência – principalmente através das dinâmicas cíclicas entre os atores das relações internacionais, dentre elas, as centro-periféricas e hegemônicas – e toda a sua amplitude poli-heurística, a presente pesquisa propõe explorar as condições nas quais o panorama apresentado se manifesta na imediata contemporaneidade. Nesse sentido, também propõe apresentar as manifestações que constituíram os protestos de 2019 no Chile e suas demandas como unidade analítica de um estudo de caso.

No contexto do desenvolvimento periférico latino-americano iniciado entre os princípios das décadas de 2000 e 2010, o Chile redemocratizado vivenciou uma trajetória distinta e sem precedentes. Tais circunstâncias culminaram em uma expressiva ênfase internacional, lhe consagrando, por exemplo, como “o maior caso de sucesso econômico da América Latina” (MENEZES, 2019) e “garoto-propaganda para os outros países da América Latina” (SEHNBRUCH e DONOSO, 2020, tradução nossa). Todavia, apesar do excepcional histórico macroeconômico nacional conquistado durante as duas décadas, a população chilena não se absteve de expressar seu descontento com a inalteração da precária qualidade de vida da parte majoritária da população, apesar do desenvolvimento alcançado, e as sequelas sociopolíticas originadas no período da ditadura militar.

Protestos e manifestações se sucederam continuamente no país a partir da crise de 1982 (ver capítulo 1), com foco na reivindicação da redução das excessivas disparidades sociais e do desigual acesso e sucateamento das garantias socioeconômicas. O estopim de tais demonstrações populares – como a *Revolución de los Pingüinos* (Revolução dos Pinguins, em tradução livre), em meados da década de 2000, e o movimento *No Más AFP*¹²⁵ (Não mais AFP, em tradução livre), iniciado em meados da década de 2010 – ascendeu com o aumento de 30 pesos (valor equivalente a 0,43 dólar) sobre a tarifa do sistema de transporte público de Santiago, capital do Chile, que resultou nos protestos de outubro de 2019 (EXAME, 2019).

¹²⁵ A sigla corresponde à *Administradoras de Fondos de Pensiones* (Administradoras de Fundos de Pensão, em tradução livre), instituições financeiras privadas do sistema previdenciário de capitalização individual chileno, responsáveis pelo gerenciamento dos fundos de contas de poupança para a aposentadoria (SUPERINTENDENCIA DE PENSIONES, 2017?).

Embora possua uma motivação inicial específica, as pautas reivindicatórias foram se abrangendo simultaneamente ao aumento da aderência do restante da população ao movimento popular. Logo os protestos se fortaleceram em grandes manifestações e se disseminaram pelas demais regiões do país, forçando o presidente, Sebastián Piñera, a decretar o estado de emergência em quinze das dezesseis capitais regionais antes do fim do mês supracitado (PRENSA PRESIDENCIA, 2019). A escalada da violência durante os protestos e a brutal réplica da polícia e militares integraram o que seria a maior demonstração popular do Chile pós-regime militar (BBC, 2019).

A ambivalência entre a bem-sucedida performance macroeconômica do país e seus incongruentes índices socioeconômicos – amplamente contemplados pelo discurso dos manifestantes – e as denúncias de violação de direitos humanos por parte das *Fuerzas Armadas de Chile* (Forças Armadas do Chile, em tradução livre)¹²⁶ suscitaram uma vigorosa repercussão internacional, tanto por parte do posicionamento de cidadãos chilenos residentes no exterior como por governos estrangeiros e instituições internacionais – especialmente o Escritório do Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos (EACDH), a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), a Anistia Internacional e o *Human Rights Watch*.

Sobretudo, a insurgência dos manifestantes chilenos representou a aderência de mais um país da América Latina à onda de mobilizações populares simultâneas que vinha atingindo a região naquele ano – assim como na Venezuela, Nicarágua, Equador, Bolívia, Colômbia e Haiti. Por sua vez, tais demonstrações de insatisfação social suscitaram debates sobre a possibilidade de uma “primavera latino-americana” (PHILLIPS, 2019, tradução nossa). Porém, outras manifestações sociais, de diferentes naturezas e em diferentes partes do mundo, já encontravam-se no radar internacional. De maneira similar ao observado na década de 1960 e no mais recente período de protestos que contemplou a própria Primavera Árabe, o movimento *Ocupy Wall Street* nos Estados Unidos e as Jornadas de Junho de 2013 no Brasil, a América Latina se juntou a Argélia e Sudão, no continente africano; ao Líbano e Iraque, no Oriente Médio; a Hong Kong, na China; a França, no continente europeu, e mais alguns países em um ímpeto reivindicatório popular mundial (HARVEY *et al*, 2012).

¹²⁶ Integradas pelos *Carabineros* e as Forças Armadas Militares. Por lei, os *Carabineros* não são considerados parte das *Fuerzas Armadas de Chile* em tempos de paz. Entretanto, com base em sua origem e tradição, é comumente reconhecido como tal pela sociedade chilena.

Isto posto, o presente capítulo procura estreitar o debate em volta da pergunta de pesquisa através da análise da política econômica do Chile no pós-redemocratização e do previamente citado estudo de caso sobre os protestos ocorridos especificamente no Chile e no ano de 2019. Dentre as três modalidades de estudos de caso definidas por Stake (2002, *apud* GIL, 2002, p. 129), o mesmo terá um caráter “coletivo”, ou seja, será realizado de maneira à tornar-se “possível aprimorar o conhecimento acerca do universo a que pertencem.” Primeiramente, por meio de uma análise quanti-qualitativa da macroeconomia chilena, propõe-se verificar as razões que condicionaram os acontecimentos já definidos como unidade analítica, ou unidade-caso, focando no início do período de transição para a democracia, em 1990, até fim da década de 2010.

Mediante a observação dos fundamentos de seu destaque nos âmbitos regional e internacional, além do ambivalente cenário sociopolítico doméstico, serão explorados com mais especificidade os acontecimentos, reivindicações e a subsequente reação externa no que concerne os protestos de 2019 e suas possíveis implicações – desde o colapso do modelo chileno (SEHNBRUCH e DONOSO, 2020) à defasagem do próprio modelo capitalista financeiro globalizado, tanto na periferia quanto no centro mundial. Naturalmente, lidando com eventos tão recentes e, em certos casos, ainda em andamento, faz-se necessário delimitar a análise proposta aos acontecimentos ocorridos até o fim do ano supracitado. Por fim, a partir das reflexões resultantes, será estabelecida uma correlação entre tais eventos e o contexto de recessão socioeconômica mundial da contemporaneidade, também associado ao aprofundamento e proliferação da defasagem citada, simbolizada pelas manifestações em outros países periféricos, e até em determinados países centrais, também no ano de 2019.

3.1. Modelo chileno: “o melhor ‘aluno’ latino-americano” do neoliberalismo

O término oficial da ditadura militar no Chile simbolizaria não somente o início de uma nova era para o país, mas também de uma ampla gama de sequelas e debates sociais que iriam se tornar explícitos tanto no período da transição para a democracia como ao longo dos anos seguintes. Como abordado ao final do primeiro capítulo, embora estivesse aparentemente disposto a transferir o poder de volta para o sistema político democrático representativo de forma pacífica, Augusto Pinochet não se absteve de decretar uma série de medidas que assegurariam a manutenção da sua influência nos futuros governos do país – tais serão abordadas com maior profundidade adiante. A citada permanência como Comandante-chefe do Exército (HUDSON, 1994, n.p), prevista até 1998, seria um ponto de pouca relevância se

comparada à eventual configuração parlamentar de forte apoio aos seus interesses (PENNAFORTE, 2001, p. 70), às reformas institucionais e socioeconômicas empregadas – algumas delas deferidas logo antes do fim do seu comando – e, acima de tudo, ao modelo econômico essencialmente neoliberal já característico do país.

Nesse sentido, a partir do cuidadoso balanço dos seus fatores históricos determinantes, um ponto de extrema importância que deve ser ressaltado é o fato do plano de implementação da política econômica neoliberal chilena, que resultou em seu distinto crescimento econômico, na realidade, não poder ser integralmente creditado aos *Chicago Boys*, como é extensivamente propagado por diversas fontes epistemológicas, incluindo algumas das referências utilizadas para fundamentar a presente pesquisa. Deve-se enfatizar, como feito no primeiro capítulo, a influência dos *Chicago boys* no avanço econômico da primeira década do regime militar, igualmente responsável pelo descontrole da política monetária que resultou no colapso do setor financeiro do país e na severa crise de 1982. Seria o posterior Ministro da Fazenda do regime Pinochet, Hernán Buchi, o verdadeiro responsável pela sustentação e consecutivos êxitos da economia nacional, ao fazer a devida aplicação dos preceitos do monetarismo¹²⁷ ao neoliberalismo¹²⁸ pinochetista, além de outras medidas de menor magnitude e/ou relevância no presente mérito. Na palavras de Santiso (2006, p. 101, tradução nossa):

O Chile embarcou em uma estratégia pioneira de livre mercado, uma terapia de choque obcecada com pureza ideológica. A maioria dos líderes políticos do Chile não encontraram seu caminho para um realismo renovado até a década de 1980. A crise da dívida de 1982 e a perspectiva de um referendo em 1988 ajudaram a induzir essa transformação. Somente após a crise de 1982-83, o Chile optou por políticas econômicas focadas no que era possível, por reformas macroeconômicas mais adaptadas, fundamentadas em realismo e pragmatismo. Sob pressão desses acontecimentos, as políticas econômicas neoliberais praticadas pelos economistas treinados em Chicago e instaladas por Pinochet foram modificadas. [...] A nomeação de Hernán Buchi, em 1985, para liderar as reformas [...] consolidou essa orientação mais ideologicamente flexível.

Por consequência do subsequente e extraordinário desenvolvimento da economia que se sucedeu no Chile durante o restante do período ditatorial e nas três décadas seguintes, não obstante as diversas adversidades, a política econômica supracitada e sua gestão seriam

¹²⁷ De acordo com o conceito utilizado por Cagan (1987, n.p, tradução nossa), monetarismo “é a ótica segundo a qual o contingente monetário exerce uma grande influência sobre a atividade econômica e o nível de preços, e que os objetivos da política monetária são alcançados de maneira mais eficiente através da gestão da taxa de crescimento da oferta de moeda.”

¹²⁸ O monetarismo identifica que a política fiscal tem efeito nulo, o que faz com que o Estado deva reduzir fortemente sua participação na economia. Por sua vez, a política monetária tem como norte o comando sobre o nível de preços, viabilizando um maior controle sobre os índices inflacionários.

comumente sintetizados como o *modelo chileno*. Seja por reconhecimento das melhorias na qualidade de vida da população, da modernização estatal, do histórico macroeconômico ou pela perspectiva dos investidores estrangeiros, ao passo que o Chile começou a ser observado como “o melhor ‘aluno’ latino americano” da cartilha neoliberal (PENNAFORTE, 2001, p. 61), o termo seria amplamente utilizado pela esfera acadêmica, política e econômica da contemporaneidade. Todavia, a utilização do termo acabou por dividir economistas, ao serem questionadas sua coerência e validade. Seria apropriado reconhecer as mudanças ocorridas no Chile desde o golpe de 1973 aos anos 2010 como consequências de um modelo único e inalterado?

Ffrench-Davis seria o economista mais proeminente a defender que versar sobre o modelo chileno “como se desde [Augusto] Pinochet até o atual presidente Sebastián Piñera houvesse as mesmas políticas econômicas” seria um equívoco – apesar de reconhecer a manutenção de determinados aspectos da mesma (FERNANDEZ, 2018). Em contrapartida, outros autores aparentam defender a validade do termo em suas respectivas obras. De acordo com Hudson (1994, n.p, tradução nossa), embora tenha sido um ávido crítico das reformas implementadas por Pinochet, o primeiro presidente chileno do pós-redemocratização, Patricio Aylwin (1990-1994), “decidiu continuar o processo de abertura e reduziu as tarifas de importação para uniformes 11%.”

Pennaforte (2001, p. 70) complementa este raciocínio ao afirmar que o governo do presidente Eduardo Frei Ruiz-Tagle (1994-2000) teria aumentado os investimentos públicos em políticas sociais “apesar de manter intocável a estrutura econômica neoliberal.” Na atualidade, Castiglioni (2019, p. 8, tradução nossa) afirma categoricamente que “o ‘modelo’ pressupõe a existência de uma estratégia de desenvolvimento econômico de mercado e de uma Constituição projetada para preservá-la.” Por fim, Salazar e Pinto (2002, n.p, tradução nossa) seriam mais enfáticos ao versar sobre a política econômica de Pinochet no pós-redemocratização, enfatizando a manutenção da mesma “sem nenhuma modificação substancial [...] pelos governos que a seguiram.” Isto posto, no âmbito da presente pesquisa, será considerada válida a fundamentação do termo e sua utilização com base em seus preceitos fundamentais¹²⁹.

¹²⁹ No que concerne o modelo chileno, a presente pesquisa a interpreta como a compilação de políticas de desenvolvimento capitalista, de fora para dentro, baseada em uma economia neoliberal aberta, voltada para o setor exportador e majoritariamente financiada através dos investimentos externos e excedentes econômicos das exportações do Chile.

Portanto, com vistas a trajetória econômica do Chile desde a transição para a democracia, serão evidenciados dois aspectos fundamentais decorrentes do regime militar liderado por Augusto Pinochet que explicitam a persistente influência do ditador e suas políticas no Chile contemporâneo e a vigorosa dificuldade vivenciada pela nova geração do cenário político partidário doméstico ao tentar promover reformas em seu modelo durante o século XXI: as disposições da Constituição de 1980 – em particular, o princípio da subsidiariedade, o emprego do sistema binominal¹³⁰ e o sistema previdenciário de capitalização – e, sobretudo, a configuração econômica e o potencial produtivo doméstico voltados para a exportação e financiados pelos investimentos externos (COLLIER e SATER, 2004, p. 390-393).

Primeiramente, o princípio da subsidiariedade seria responsável pela dissolução do Estado Social de Direito previsto pela Constituição de 1925, estritamente limitando o papel do mesmo à garantia da segurança, do cumprimento das normas legislativas vigentes e ao fomento da competitividade dos mercados – além disso, somente ao que a iniciativa privada não pudesse ou não desejasse promover em seu lugar. Aplicando a lógica do mercado à garantia dos direitos sociais fundamentais, tornaria o país mais “competitivo para o capital internacional” (PENNAFORTE, 2001, p. 69) – raciocínio similar ao explanado por Dupas (2007, p. 10) através da “sociedade de consumidores”. Apesar de prever exceções para políticas sociais focadas nas classes menos favorecidas¹³¹, tal princípio permaneceria gerando uma dinâmica social desigual, uma equidade constitucional desproporcional traduzida em vantagens à parcela da sociedade chilena com recursos suficientes para suprir suas próprias necessidades – por exemplo, no que concerne a saúde, educação, transporte, aposentadoria e até o acesso à eletricidade e água; questões futuramente reivindicadas pela parcela restante da população, menos favorecida (GUARDIA, 2015).

¹³⁰ Estabelecido pela Lei n. 18.799/89 (disponível em: <<https://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=30177&idVersion=1989-05-26>>), modificação da Lei Orgânica Constitucional 18.700/88 “*sobre votaciones y escrutinios*” (“sobre votações e apuração”, em tradução livre) (disponível em: <<https://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=30177&idVersion=1989-05-26>>).

¹³¹ Nesse mérito, Tragtenberg (2009, p. 101-102) argumenta que as concepções neoliberais da realidade socioeconômica seriam necessariamente arbitrárias e contraditórias. Na prática, tais classes menos favorecidas potencialmente não teriam suas garantias asseguradas, ao passo em que o Estado provedor estaria totalmente dependente da iniciativa privada para fornecê-los. Ademais, o autor chega a afirmar que o sistema neoliberal de subsidiariedade estatal também previa a isenção das empresas de suas obrigações sociais e, portanto, na eventual perda das conquistas alcançadas pelos movimentos trabalhistas.

Muito provavelmente a maior representação institucional do desdém de Augusto Pinochet com relação à classe política do Chile¹³², o sistema binominal contemplaria a candidatura de apenas dois candidatos ou candidatas por cada distrito e circunscrição eleitoral para a Câmara dos Deputados e para o Senado (GUARDIA, 2015). Na eventualidade de candidaturas independentes, a restrição seria ampliada para uma única nomeação.¹³³ Ao estimular a formação de coalizões políticas¹³⁴, suas disposições geraram uma notável polarização entre seus apoiadores e críticos no pós-redemocratização. Os primeiros alegavam o fomento da estabilidade e consenso na política, além da mitigação da excessiva ramificação partidária e da representação minoritária no Congresso, em prol da plena governança. Por outro lado, seus críticos denunciavam o estímulo à competitividade intrapartidária, que deprederia a mobilidade política e impediria tanto a representação da totalidade dos coletivos políticos como a ascensão de partidos de menor relevância e influência se comparados às grandes coalizões – já efetivamente estabelecidas no âmbito político (GUARDIA, 2015).

Por sua vez, a aprovação e estabelecimento de reformas institucionais, de acordo com o previsto na Constituição de 1980, ocorreria mediante a obtenção da anuência da maioria absoluta parlamentar. Segundo Gamonal (2006, n.p), essa maioria poderia ser representada por 4/7 dos parlamentares em exercício a depender da pasta abordada pela reforma, de acordo com a *Ley de Quórum Calificado* (“Lei do Quórum Qualificado”, em tradução livre). Em suma, tal requisito define uma deliberada restrição da capacidade política de aplicar alterações ou remoções constitucionais, em consonância com a essência do princípio de subsidiariedade, no que concerne as políticas públicas, disposições que já passavam de meras evidências do legado político de Pinochet na medida que se tornavam as maiores motivações do infortúnio dos políticos chilenos da época.

Com os desafios estabelecidos pela implementação do Estado subsidiário apresentando-se ao longo dos anos em que esteve no poder após a redemocratização, a coalizão *Concertación* teve que empregar paulatinamente um equilíbrio entre o ímpeto de

¹³² Assim como visto no primeiro capítulo, o ditador acreditava na íntegra responsabilidade dos mesmos pelo colapso sociopolítico e econômico vigente no contexto imediatamente anterior ao golpe de 1973.

¹³³ O sistema binominal somente seria reformado em 2015, pela Lei n. 20.840/2015 (disponível em: <https://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=1077039&idVersion=2015-05-05>). Promulgada pela então presidente, Michelle Bachelet, foi a primeira de um longo histórico de propostas de reformas eleitorais a ser aprovada pelo Congresso chileno, instituindo em seu lugar o sistema proporcional (CHILE, 2015).

¹³⁴ Atualmente, a política chilena é integrada, ao nível nacional, pela proeminência de duas coalizões: A *Nueva Mayoría*, predominantemente associada à partidos de esquerda e à coalizão *Concertación*, amplamente creditada pela derrota de Augusto Pinochet no plebiscito de 1988; e o *Chile Vamos*, ligada à partidos inclinados à direita política e à coalizão de centro-direita *Alianza* (COLLIER e SATER, 2004, p. 410).

regular o aparato estatal o suficiente para promover as políticas públicas destinadas ao desenvolvimento social – tais como as voltadas ao setor de serviços, ao setor financeiro, e à reindustrialização dos recursos naturais posteriormente aprovadas – e a adequada manutenção da relação com a iniciativa privada, ao continuar o estímulo à prosperidade do mercado por meio de medidas econômicas essencialmente neoliberais (GUARDIA, 2015).

Apesar desse comprometimento, a reforma da previdência tornaria-se um dos elementos pinochetistas mais persistentes no aparato normativo do Chile e uma das motivações dos eventuais atritos entre a iniciativa privada e a classe política. Sem embargo, um dos tópicos mais reivindicados pela população durante as três décadas que se seguiram – também suscitando atritos entre a classe política e os cidadãos chilenos. A dinâmica imposta pelo modelo de capitalização, ao aplicar os recursos depositados para as aposentadorias no mercado financeiro – visando o estímulo de crédito e investimentos internacionais, e estimulando a geração de empregos e crescimento econômico –, teria um apelo mais satisfatório para os congressistas do que lidar com os entraves no bem-estar social continuamente causados pela sua manutenção (OCDE, 2019)¹³⁵. Vale salientar que o Chile seria um dos primeiros países no mundo a aderir o modelo¹³⁶.

De acordo com o novo modelo, seria encargo dos trabalhadores a transferência de cerca de 10% do seu salário para suas respectivas contas previdenciárias individuais – através das anteriormente mencionadas Administradoras de Fundos de Pensão. Os entraves relacionados ao modelo iniciaram a partir do momento em que o demográfico chileno – que, na época, era majoritariamente integrado pela população em idade ativa – foi se transformando em um contingente cada vez maior de idosos. Nomeadamente, idosos inseridos em atividades informais que simplesmente não poupavam, devido ao fomento da cultura do empreendedorismo durante a ditadura militar e aos baixos índices salariais. Somente no governo Ricardo Lagos (2000-2006) seriam realizadas pontuais modificações, complementadas pela mais recente reforma, aprovada em 2008 pela administração do governo de Michelle Bachelet (2006-2010).

¹³⁵ Segundo relatório da OCDE (2019), títulos e ações corresponderam a 99,4% dos investimentos realizados com os recursos depositados para as aposentadorias nas AFPs em 2018. A organização também enfatizou que tais recursos podem ser investidos direta ou indiretamente – ou seja, através de esquemas de investimento coletivo.

¹³⁶ Formulada pelo então Ministro do Trabalho, José Piñera Echenique, e promulgada pela Junta Militar em 1980, através dos Decretos 3500/80 e 3501/80. A partir de 1982, todos os trabalhadores que aderissem ao sistema estatal de previdência seriam submetidos ao novo modelo de capitalização – com única exceção para as *Fuerzas Armadas de Chile*. A título de informação, José Piñera é comumente reconhecido como um dos integrantes dos *Chicago Boys* e como o irmão mais velho do atual presidente chileno, Sebastián Piñera.

Anteriormente, durante a década de 1990, o país seria presidido pelos previamente citados integrantes da *Concertación*, Patricio Aylwin (1990-1994) e Eduardo Frei Ruiz-Tagle (1994-2000) – este último, filho do ex-presidente Eduardo Frei Montalva, circunstância já bastante comum no histórico político chileno. Tais presidentes seriam creditados por transformar a economia chilena na “mais dinâmica da América Latina” do período (PENNAFORTE, 2001, p. 70) e pelo simultâneo restabelecimento do sistema político democrático e concretização do sistema neoliberal iniciado por Augusto Pinochet, ao conferir estímulos à competitividade econômica e expandi-la por meio da assinatura de diversos tratados comerciais internacionais. Apesar de serem os primeiros a experimentar tentativas frustradas de modificar o delicado cenário social através da implementação de políticas e reformas sob o estabelecimento pinochetista, tendo que lidar com a “dívida social” (COLLIER e SATER, 2004, p. 390, tradução nossa) deixada pela Junta Militar, também foram responsáveis por iniciar o percurso de ascensão do país rumo ao desenvolvimento.

Aqui, faz-se necessário evidenciar a extrema importância do papel exercido pela diplomacia comercial do Chile – não somente neste período específico, mas também adiante – na consolidação do modelo chileno e no posicionamento do país como *global trader* no cenário internacional, negociando diversas transações comerciais com um grande quantitativo de países de diferentes continentes (PENNAFORTE, 2001; COLLIER e SATER, 2004)¹³⁷. Ao todo, foram assinados cinco acordos comerciais internacionais somente naquele decênio, incluindo sua associação com o Mercosul, mediante a assinatura do “Acordo de Complementação Econômica Mercosul-Chile” em 1996.

Não obstante, a década ainda seria protagonizada pela desaceleração econômica resultante da crise econômica e financeira de 1982 e, sobretudo, da crise monetária asiática de 1997. O colapso do setor financeiro chileno no início dos anos 1980 resultaria em um efeito dominó para a indústria com o aumento do desemprego, do custo de vida e da pobreza, muito embora tenham sido efetuados esforços de revitalização da economia a partir de 1985 com a referida nomeação de Hernán Buchi para o cargo de Ministro da Fazenda. Os programas sociais de Aylwin e Ruiz-Tagle, mesmo sendo bem elaborados e angariando certos resultados,

¹³⁷ Em particular, o governo de Aylwin teria que lidar com a repercussão internacional dos diversos e comprometedores relatos de violação de direitos humanos pelo Estado chileno durante o regime militar. Considerando o limitado escopo da presente pesquisa e a necessidade de conferir atenção para outros méritos visando a devida resposta da pergunta de pesquisa proposta, esta temática não será abordada com maior profundidade. Para mais informações, é sugerida a leitura de Wight (2007), Ensalaco (2010), e Kornbluh (2016).

não foram o suficiente para reverter o aceleração da escalada dos índices de desigualdade (COLLIER e SATER, 2004, p. 394-410).

Em conjunto à favorável política cambial do Banco Central, a relação comercial com o Japão seria um dos principais fatores suavizantes do cenário macroeconômico chileno no pós- crise de 1982, ultrapassando os EUA como o maior mercado de exportação do Chile e retribuindo o país com a posição de investimento de risco mais proeminente da América Latina. Em contrapartida, a citada manutenção da distribuição de renda desproporcional naquele contexto é pontuada por Collier e Sater (2004 p. 395) através da inexpressiva participação dos pequenos agricultores no aumento das exportações agrícolas que antecederia o *boom* das *commodities*.

Enquanto as privatizações emblemáticas da época da ditadura foram mantidas em menores proporções, tal como os serviços sanitários, portuários e rodoviários; os anos 1990 trariam o definitivo fim do monopólio dos produtos primários na cadeia produtiva chilena, diminuindo a participação de recursos naturais brutos nas exportações em quase 10% entre 1985 e 1996, e os substituindo por bens primários e secundários processados (COLLIER e SATER, 2004, p. 395). O setor de serviços também adentraria ao campo de atenção da economia, com uma próspera demanda para o ramo turístico. Eventualmente, o aumento dos gastos públicos em pautas sociais resultariam, ao final da década, em um decréscimo da pobreza em torno dos 20%, destinando mais da metade do orçamento da pasta para a parcela mais pobre da população – principalmente a rural, contemplando os setores de infraestrutura, seguridade social e educação (PENNAFORTE, 2001).

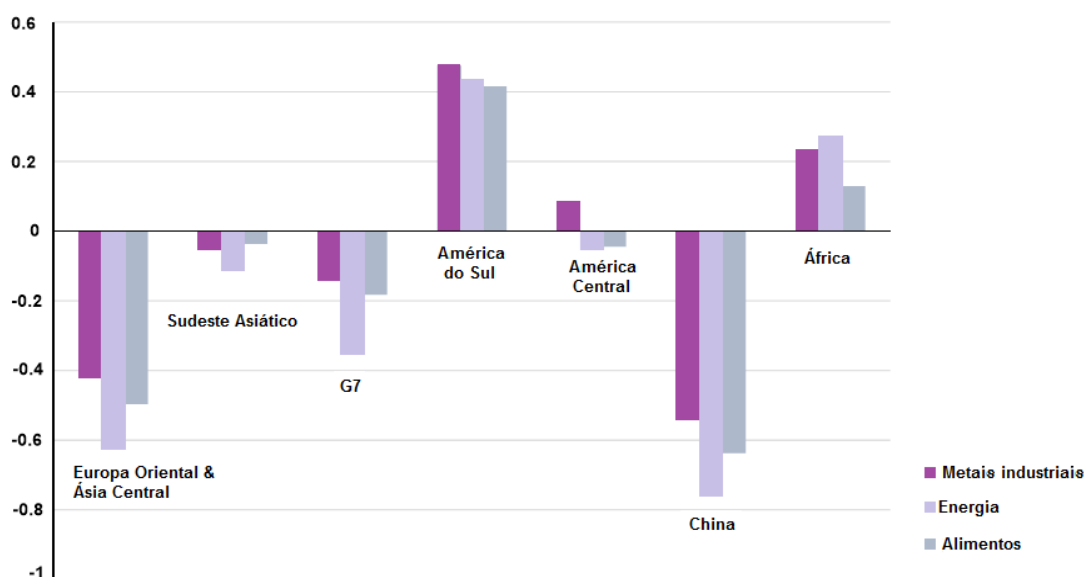
Todavia, a crise monetária asiática¹³⁸, que teria seu início em meados de 1997, logo conseguiria retardar as melhorias socioeconômicas alcançadas, sendo comumente referenciada *a posteriori* como a primeira grande crise da era da globalização. Mediante seu impacto na Bolsa de Valores de Hong Kong, a mesma se espalhou por todos os continentes e boa parte dos mercados estrangeiros, assim como o chileno – com seus efeitos potencializados

¹³⁸ A crise monetária asiática de 1997 foi originada pela decisão do governo tailandês de implementar um caráter flutuante ao seu sistema cambial como medida reacionária à sua escassez de reservas internacionais e sua expressiva dívida externa. Tal medida resultou na desvalorização do Baht, moeda tailandesa, e na posterior depreciação do peso filipino, ringgit malaio, rupia indonésia, entre outras moedas dos demais países da região. Tal situação logo acarretou em impactos para a Coreia do Sul, Japão, China e Singapura, por exemplo. Não obstante os esforços dos programas empregados na época pelo FMI para conter o colapso monetário regional, não tardaria até seus impactos serem sentidos na Bolsa de Valores de Hong Kong, pela qual se propagou através dos demais mercados internacionais, concretizando as circunstâncias condicionantes do *boom* das *commodities*: grave recessão nos países centrais e sucessivo fomento comercial e econômico dos países periféricos primário-exportadores, com a exponencial alta da demanda mundial por seus produtos primários (AGLIETTA, 2004).

pelo vigoroso ajuste monetário empregado pelo Banco Central, quase dobrando a taxa de juros para desestimular o consumo e garantir a atratividade para o capital estrangeiro. Porém, em contraste aos demais países afetados, principalmente com relação aos países centrais, a recuperação seria rápida no caso do Chile, não somente graças ao desenvolvimento econômico conquistado até então, mas, sobretudo, à subsequente ampliação do comércio com os países da região da Ásia-Pacífico, que caracterizou o que viria a ser conhecido como o *boom* das *commodities* (AGLIETTA, 2004). Segundo as considerações de Pennaforte (2001, p. 69-71):

Durante os anos 1990, o PIB cresceu em média 6% ao ano. Com esse crescimento, o número de pobres que em 1990 eram de 38,6% caiu para 21,7% em 1998. São esses dados que 'alegram' os defensores neoliberais. Com um detalhe: a distribuição de renda não foi alterada. [...]. Em virtude da crise asiática o PIB caiu de 7% em 1997 para 3,1% em 1998. E para defender a sua moeda contra a desvalorização perdeu US\$ 4 bilhões, cerca de 6% do PIB.

Gráfico 2 - Índice de preços das commodities entre 2000 e 2015



Fonte: Banco Mundial (2016)

Naquele momento, o Chile já poderia ser considerado detentor de uma economia bastante aberta, especialmente se analisada ao nível regional, com 80% de seus investimentos, entre domésticos e externos, tendo sua origem na iniciativa privada (PENNAFORTE, 2001, p. 71). No que tange os mercados de destino das suas exportações, o país ainda não havia logrado uma desvinculação significativa com a limitada diversificação dos 3 *tercios* (Três terços, em tradução livre) – termo popular de alusão à divisão entre os mercados estadunidense, japonês e europeus como seus mais relevantes mercados importadores da

época. Até aquele momento, suas negociações somente teriam expandido para um maior quantitativo de transações comerciais com os mesmos países ou para outros países do continente europeu. Dessa forma, 30% das exportações chilenas eram enviadas para a Europa, 25% para o continente asiático, 20% para a América Latina e 18% especificamente para os países-membros do NAFTA (PENNAFORTE, 2001, p. 71).

Ao contrário do Brasil, que elegeu sua primeira mulher presidente após o ápice do *boom* das *commodities*, Michelle Bachelet (2006-2010) conquistou o mesmo feito no Chile ainda desfrutando dos benefícios econômicos promovidos pela crise asiática para o comércio periférico latino-americano. Já experienciando altas no desenvolvimento da economia doméstica e no preço do cobre, o governo Bachelet tomou a polêmica decisão de resguardar os excedentes econômicos angariados – que contabilizaram cerca de 42 bilhões de dólares, graças às medidas de austeridade implementadas naquele contexto¹³⁹ – ao invés de investí-los de imediato.

Após a reação inicial de descontento e discordância, potencializada pelo advento da *Revolución de los Pingüinos*¹⁴⁰ (Revolução dos Pinguins, em tradução livre) de 2006, logo a mesma medida seria condecorada com o surgimento de mais uma crise econômica global que, novamente, afetaria de forma majoritária os países centrais – apenas dez anos após o colapso monetário asiático (HARVEY *et al*, 2012). Reconhecida como a propulsora da Grande Recessão que continua a vigorar no sistema internacional até a atualidade, a crise das hipotecas *subprime* estadunidenses tornaria-se um reflexo direto do impacto da extensiva carência de regulamentação dos sistemas financeiros integrados, causando quedas históricas no preço do dólar. Com efeito, o subsequente aumento na demanda e nos preços dos produtos primários frente ao dólar desvalorizado seria o presságio de um novo estímulo às exportações

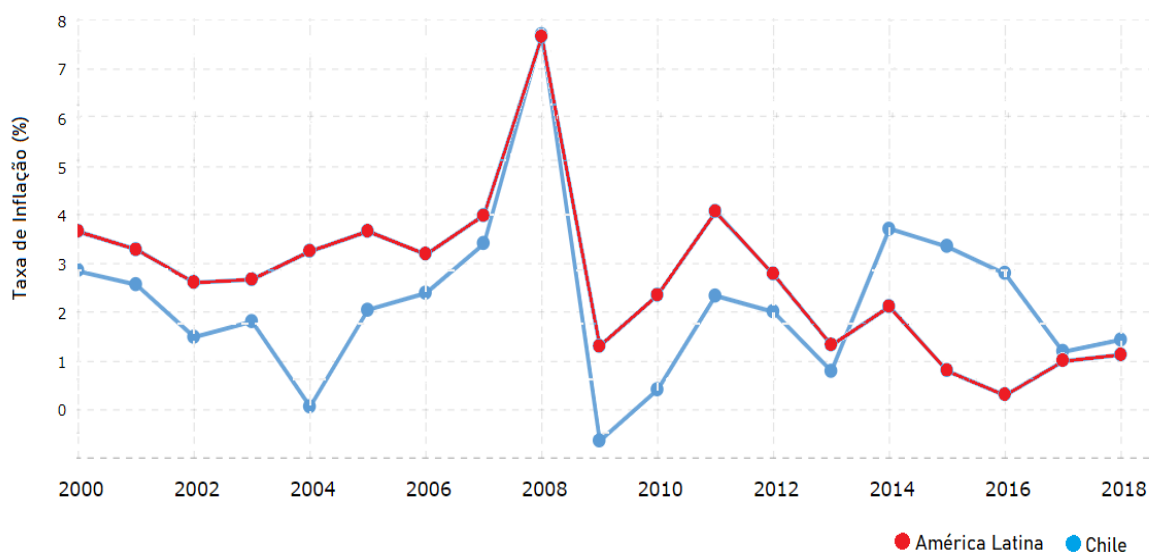
¹³⁹ Tais medidas de austeridade seriam o reflexo mais emblemático da influência das instituições financeiras internacionais, em particular, do Fundo Monetário Internacional (FMI) com o Consenso de Washington como política oficial, e do Banco Mundial (BM), nas políticas econômicas dos países latino-americanos a partir do início da década de 1990.

¹⁴⁰ Correspondeu à primeira revolta de participação popular maciça realizada por estudantes do ensino médio chileno. Os jovens reivindicaram o pleno acesso à educação em resposta à sistêmica privatização e a municipalização do sistema educacional nacional, iniciadas durante a ditadura de Augusto Pinochet. Ademais, enfatizaram a conseqüente disparidade entre a qualidade de ensino entre as redes públicas e privadas de ensino, e a já perceptível e crescente desigualdade econômica do país. Faz-se necessário ressaltar que, no que concerne a educação no Chile, o acesso às instituições de ensino, em sua maioria privadas ou semi-privadas, é desproporcional e favorável à parcela mais rica da população antes mesmo da ascensão do regime militar em 1973 (CHACÓN, 2020, n.p). Portanto, reivindicaram a gratuidade da *Prueba de Selección Universitaria* (Prova de Seleção Universitária, em tradução livre), da locomoção até e desde a escola, além das mencionadas reformas no modelo educacional. Foi denominada Revolução dos Pinguins ao fazer alusão aos estudantes vestidos com o fardamento escolar da rede de ensino chilena, de coloração semelhante às dos pinguins.

periféricas em contraponto às sequelas importadas dos Estados Unidos, futuramente sentidas pelos seus próprios setores financeiros.

Assim, se daria a maior recessão econômica das últimas duas décadas (PENNAFORTE, 2001, p. 70). Em compensação, o Chile novamente experienciaria seus efeitos recessivos imediatos de forma efêmera, extensivamente creditada à política de acumulação dos excedentes econômicos de Barechet, que viabilizou um programa de fomento fiscal sem precedentes. À vista do contexto de crise, o crescimento acumulado do PIB chileno passaria de 129,1%, durante década de 1990, para 120,7%, durante a década de 2000. Além disso, o país ostentaria baixos níveis de desemprego e inflação, se comparada ao restante do mundo, e até um notável aumento nas importações – incluindo uma inflação negativa de -1,4% em 2009 (Gráfico 3).

Gráfico 3 - Comparativo de taxas inflacionárias entre o Chile e a média na América Latina no período de 2000 a 2018



Fonte: Banco Mundial (2018)

O aprofundamento da diversificação na atividade econômica nacional que se seguiu faria com que a participação dos minerais – incluindo o cobre – na balança comercial diminuísse ainda mais, conferindo espaço para outros setores, como o de pesca e de vinhos. Em pouco tempo, conforme afirmam Collier e Sater (2004, p. 395), o país teria se tornado o segundo maior mercado de salmão do mundo. Já o quantitativo de novos acordos comerciais internacionais até o fim da década de 2010 superaria por três vezes o conquistado durante todo o decênio de 1990, chegando à um total de 20 acordos – naturalmente, tais incluiriam diversos países da região da Ásia-Pacífico.

Outro aspecto desse período que deve ser ressaltado seria o explícito compromisso dos governos democráticos com o desenvolvimento social interno, chegando a ser destinado mais da metade do orçamento governamental em políticas voltadas para este mérito. Melhorias no âmbito do pleno acesso ao saneamento básico e saúde – em particular, o acompanhamento gestacional e campanhas de imunização – conduziram uma redução substancial dos índices de mortalidade, especialmente relevante considerando o histórico chileno de altos índices de mortalidade infantil à nível mundial. Aprofundando as conquistas iniciais, o governo de Ricardo Lagos (2000-2006) daria início ao *Plan de Acceso Universal de Garantías Explícitas* (Plano de Acesso Universal às Garantias Explícitas, em tradução livre), responsável pela atualização trienal de patologias do sistema de saúde público e consequente aprimoramento do mesmo, diminuindo o congestionamento no atendimento. Como resultado dessas medidas, o notável aumento na expectativa de vida e no contingente populacional seria acompanhado pelo maior nível de acesso à educação já visto no país e a implementação de um auxílio financeiro extraordinário para os mais necessitados.

Por sua vez, o governo Barechet – apesar da presença mais acentuada da coalizão opositora, *Alianza* (atualmente, *Chile Vamos*), no Congresso nacional a partir das eleições parlamentares de 2001 – conquistaria a referida aprovação da primeira reforma no sistema previdenciário de capitalização pinochetista em 2008. A mesma previa a criação de um fundo estatal como modelo de repartição alternativo, visando garantir uma pensão básica à quem não contribuía com o antigo sistema e atender os cidadãos abaixo do nível da pobreza. Atualmente, este novo modelo financia quase um salário mínimo para os 60% mais pobres da população chilena.

Ainda assim, a partir de 2012, iniciaram-se esforços para agregar trabalhadores independentes ao sistema de capitalização através de um registro automático – com aderência de apenas 20% desse demográfico em 2017, caindo para 6% se considerada a contribuição regular, contra 86% dos funcionários efetivamente empregados. Segundo dados da OCDE (2019), entre 2017 e 2018 o Chile foi o único país dentre os seus membros a expandir a cobertura de planos privados de aposentadoria obrigatórios e diretamente relacionados à renda. A título de referência, os recursos provindos das AFPs correspondiam por 70,2% do PIB do país em 2018, enquanto o modelo de repartição alternativo estatal correspondia a 5,1%.

Expandindo o conceito de *desenvolvimento apesar das adversidades* e gozando da estabilidade econômica suscitada pelas medidas empregadas pelo mandato antecessor, o governo de Sebastián Piñera (2010-2014) teria muito mais do que a crise financeira de 2008 para se preocupar. A começar pela devastação resultante do abalo sísmico de 2010, que chegou a alcançar uma magnitude de 8,8 Mw (i.e. escala de magnitude de momento)¹⁴¹, e o posterior acidente na mina de *San José*, que soterrou mais de 30 trabalhadores e mobilizou a nação e o mundo em torno dos seus resgates. Considerando a breve duração do mandato de Piñera na ocorrência dos eventos, os excedentes econômicos acumulados pelo governo Bachechet novamente provariam sua eficácia naquela ocasião, possibilitando a reconstrução dos locais afetados pelo terremoto sem o incremento à exponencial dívida externa.

Ao transferir o foco da ação governamental para a geração de empregos, estímulo aos mercados internos e garantia de investimentos, Piñera desenvolveu um plano de governo específico visando o fomento da economia para aquele contexto. Dentre as medidas, a mais preponderante seria a geração de empregos. Seriam criadas mais de vinte mil novas pequenas empresas através da iniciativa baseada em sua *Ley de Empresas En Un Dia* (Lei de Empresas Em Um Dia, em tradução livre) – com claras referências ao auge do empreendedorismo chileno da década de 1980. Em conjunto com as demais medidas de seu plano, o programa logrou reduzir os índices de desemprego e fomentou a competitividade no mercado doméstico.

Porém, o alcance das medidas implementadas e seus respectivos êxitos na economia não contemplaram as demandas dos estudantes chilenos, resultando no retorno dos *pinguinos* em 2011, agora acompanhados de alunos de todos os níveis de ensino do sistema educacional nacional. Os protestos organizados pelos mesmos culminariam em uma das manifestações populares mais emblemáticas da história contemporânea¹⁴² (HARVEY et al, 2012, p. 7-10). Atualmente, mais da metade do financiamento do sistema educacional chileno ainda é pago pelos próprios estudantes, enquanto a parcela restante fica ao encargo do governo, como prevê

¹⁴¹ Logo, tornando-se o oitavo mais forte já registrado na história da humanidade e o segundo terremoto mais forte registrado no Chile. A título de referência, o abalo sísmico superou por 30 vezes a força do terremoto que teria acabado de devastar o Haiti no mesmo ano.

¹⁴² As demandas dos estudantes da rede de ensino secundário permaneceram as mesmas depois de cinco anos da primeira *revolución pinguina*, considerando as tentativas malsucedidas de Michelle Bachelet e Sebastián Piñera de obter a aprovação do Congresso para implementar as reformas cabíveis no sistema educacional. Por sua vez, as reivindicações dos estudantes universitários abarcavam a equidade no acesso ao ensino superior e a inclusão dos docentes e discentes na tomada de decisão sobre assuntos relacionados às universidades chilenas. Além disso, exigiam uma reforma tributária, aumento dos gastos públicos destinados à educação, aprimoramento das condições dos subsídios destinados ao pagamento das mensalidades das instituições de ensino superior, além do cancelamento das dívidas escolares e universitárias.

a *Ley Orgánica Constitucional de Enseñanza*¹⁴³ (Lei Orgânica Constitucional de Ensino, em tradução livre), também remanescente do regime militar. Os pontos estressados pelos estudantes sintetizam a contínua disparidade de renda que permanecia e permanece afligindo a sociedade chilena, ao endividar as famílias das classes média e baixa que desejassem promover uma educação de qualidade para os seus filhos.

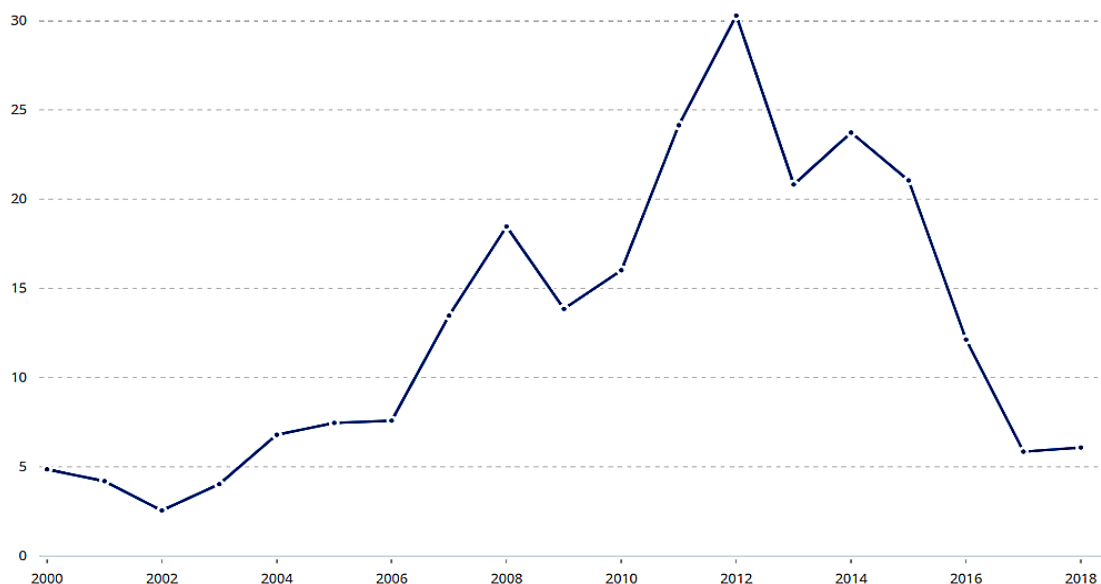
Com vistas à viabilização das tão reivindicadas reforma educacional e redução da desigualdade social, o segundo governo Bachelet (2014-2018) conquistaria a aprovação do Congresso para a implementação de uma reforma tributária – bastante polarizadora dentro do âmbito político chileno. O projeto buscava arrecadar mais de 8 bilhões de dólares por ano através do aumento gradual dos impostos sobre as empresas, de 20% para 25%, a partir de 2017; e a dissolução do *Fondo de Utilidades Tributarias* (Fundo de Utilidades Fiscais, em tradução livre), mecanismo de incentivo ao investimento criado pelo regime Pinochet que permitia uma isenção fiscal indefinida aos rendimentos das empresas que reinvestissem seus lucros. Com efeito, também previa o fortalecimento de medidas contra a sonegação e, surpreendentemente, a diminuição da taxaçoão de grandes fortunas.

Em comparação ao crescimento econômico do mandato anterior, chegando a margem dos 5%, o segundo mandato da presidente angariaria um desenvolvimento abaixo das expectativas, entre 1% e 2%. Acentuando este contraste, o primeiro ano do segundo mandato de Piñera (2018-presente) logo alcançaria um crescimento econômico em torno dos 4%, repetindo o feito observado pela última vez no país em seu primeiro mandato (TOLEDO, 2019). Os motivos para tal discrepância na alternância entre os dois presidentes permanecem debatíveis na atualidade, embora Bergoeing (2017, p. 3-12) aponte para justificativas específicas através de uma análise da conjuntura macroeconômica chilena ao longo do período em questão. A gradativa reestruturação das economias centrais e o consequente fim do *boom* das *commodities* de meados da década de 2010, além da carência de uma estrutura suficientemente estável para lidar com o aumento dos preços do cobre e demais produtos de exportação teriam deteriorado qualquer expectativa de fomento econômico durante o primeiro mandato de Bachelet. Por sua vez, sua determinação reformista e sua decisão no que tange o acúmulo de capital dos excedentes econômicos provindos do *boom* das *commodities* não teriam agradado os investidores, causando um contínuo decréscimo dos investimentos

¹⁴³ A Ley Orgánica Constitucional de Enseñanza corresponde a Lei n. 18962/90 (disponível em: <<https://www.uchile.cl/portal/presentacion/normativa-y-reglamentos/8386/ley-organica-constitucional-de-ensenanza>>).

externos diretos (BANCO CENTRAL, 2020) e resultando na primeira vez em que fora observada três anos consecutivos de queda desde o período de 1971 a 1973 (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Índice do Investimento Externo Direto (IED) no Chile entre 2000 e 2018 (em bilhões de dólares)



Fonte: Banco Mundial (2018)

Este debate seria potencializado pelas declarações de quatro instituições e agências internacionais sobre a posição macroeconômica conquistada pelo Chile no âmbito do mercado internacional. Primeiramente, a agência internacional *Standard & Poor's* divulgaria em 2017 a primeira redução da classificação de risco de crédito do país em 25 anos – causando um aumento das incertezas envolvidas na ponderação de futuros investimentos realizados no Chile. No ano seguinte, a agência *Moody's Investors Service* faria o mesmo, levando o então presidente, Sebastián Piñera, a atribuir publicamente a responsabilidade da diminuição ao governo Bachelet – tal alegação seria prontamente refutada pela agência, ao esclarecer que os dados na qual a análise se baseou foram observados desde 2010, enquanto o mesmo exercia seu primeiro mandato.

Retificações também foram necessárias após uma declaração do então economista-chefe do Banco Mundial, Paul Romer, que provocaria uma grande repercussão ao supostamente alegar a ocorrência de uma deliberada manipulação dos índices de competitividade do país durante o governo de Michelle Bachelet, supostamente motivada por propósitos políticos. Esclarecendo a interpretação errônea de sua afirmação, Romer afirmou:

"Não foi isso que eu quis dizer ou pensei que disse. [...] eu não vi nenhum sinal de manipulação dos números publicados no relatório *Doing Business*¹⁴⁴. [...] quero pedir desculpas pessoais ao Chile e a qualquer outro país onde transmitimos a impressão errada" (T13, 2018, tradução nossa).

Por fim, o Chile perderia dez posições no Índice de Liberdade Econômica da Fundação *Heritage* até o fim do segundo mandato da presidente – sobretudo, simbolizando o moderado distanciamento com relação aos preceitos neoliberais do seu governo. A partir de 2018, com o advento da reeleição de Sebastián Piñera e, consigo, o retorno da visão favorável dos investidores no que concerne seu maior alinhamento com os preceitos do *laissez-faire* e o cenário econômico estável promovido pelo seu primeiro mandato, o país logo subiu duas posições e se tornou a 18ª economia mais aberta do mundo. Tais acontecimentos não somente explicam a motivação da discrepância em questão como também evidenciam, de forma nítida, o contínuo e preponderante papel exercido pelos investidores estrangeiros na economia chilena até a contemporaneidade.

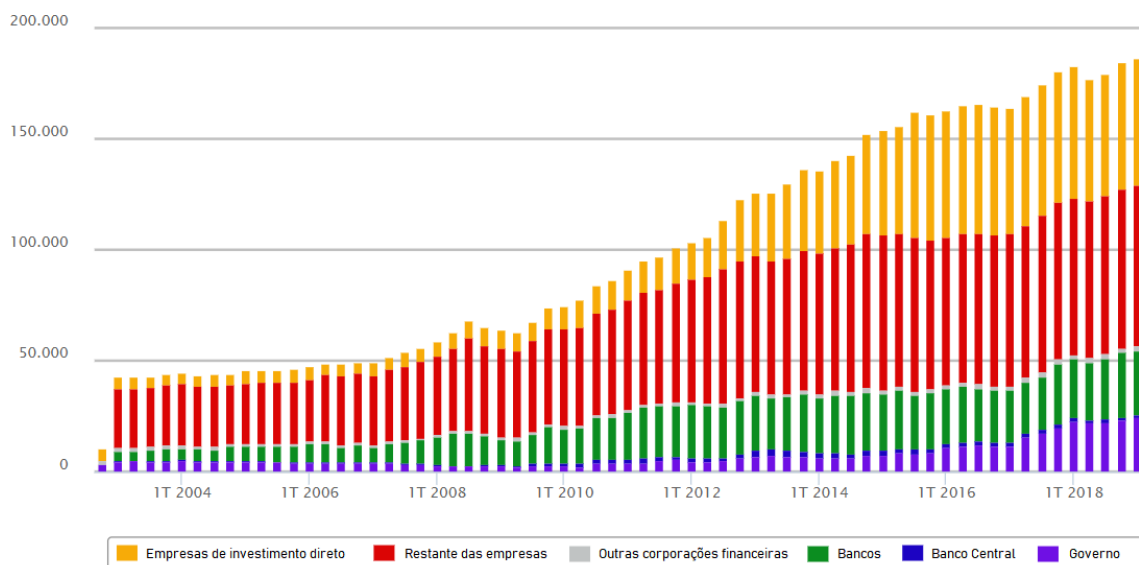
A partir das reflexões expostas até aqui, percebe-se que o Chile vem desenvolvendo ao longo do período de transição para a democracia “uma economia ‘moderna e competitiva’” (PENNAFORTE, 2001, p. 71), ainda baseada na ênfase à exportação e na dependência dos investimentos externos – assim como formulada pela Junta Militar. Embora reconhecida pela sua ampla abertura, posicionando-se, ao fechamento dessa pesquisa, como a 15ª economia mais aberta do mundo (THE HERITAGE FOUNDATION, 2020), a mesma conseguiu perdurar duas crises sistêmicas de alcance global mantendo um desempenho estável.

Como visto, isso tornou-se possível através de um conjunto de políticas estratégicas com as quais os chilenos angariaram bom proveito das oportunidades subsequentes que se apresentaram. Dessa maneira, o Chile se alçou à uma posição de liderança na região latino-americana nesse mérito, ostentando baixos índices de inflação, um sólido sistema financeiro e mercados abertos e competitivos, além dos níveis regressivos dos impactos da dívida externa (SCHWAB, 2019, p. 15) – apesar das evidências de uma trajetória de ascensão entre 2002 e 2019 (Gráfico 5). Ademais, tornou-se um dos países com o maior número de acordos comerciais interestatais ao fim da década de 2010, chegando a totalizar 29 acordos assinados. De acordo com a *Subsecretaría de Relaciones Económicas Internacionales* (Subsecretaria de

¹⁴⁴ Estudo comparativo realizado e publicado pelo Banco Mundial sobre temáticas que possam abranger negócios, regulamentos e sua implementação em diversos países.

Relações Econômicas Internacionais, em tradução livre) do país, tal alcance lhe confere acesso a um total de 65 mercados estrangeiros, 67% da população mundial e 88% do PIB global (CHILE, 2019). Consequentemente, o Chile agora detém a renda *per capita* mais alta da América Latina.

Gráfico 5 - Dívida externa do Chile por setor institucional no período de 2002 a 2019 (em milhões de dólares)



Fonte: Banco Central do Chile (2019)

Em contínua consonância com o que fora visto até aqui, tais feitos não tiveram o mesmo êxito em reproduzir melhorias sociais, tampouco em realizar a devida distribuição de renda. Com efeito, o relatório anual sobre o panorama social da região latino-americana, realizado pela CEPAL (2019, p. 24), atestou a falta de correlação entre o aumento da renda *per capita* no país (i.e. PIB doméstico dividido pelo número de habitantes) e uma efetiva distribuição de renda proporcional: 50% das famílias mais pobres do Chile têm acesso à apenas 2,1% do patrimônio líquido nacional, enquanto 10% dos mais favorecidos concentram 66,5% e o 1% mais rico responde por 26,5% da riqueza. No que concerne o sistema previdenciário, a média hodierna dos benefícios obtidos pelos aposentados chilenos corresponderiam em torno de 30% a 40% do salário mínimo local – que, desde março de 2019, corresponde a 301 mil pesos (aproximadamente, 400 dólares e 2 mil reais).

De acordo com Weber (2017, *apud* PNUD, 2017, p. 79, tradução nossa)¹⁴⁵, “a alta desigualdade do Chile não é nova. [...] a média da desigualdade no país tem sido

¹⁴⁵ Trecho retirado do relatório “*Desiguales: orígenes, cambios y desafíos de la brecha social en Chile*” (“Desiguais: origens, mudanças e desafios da brecha social no Chile”, em tradução livre), publicado em 2017

relativamente estável desde meados do século XIX. No longo prazo, não há tendência de alta ou queda.” Esse argumento apresenta íntegra convergência com o percurso do índice de Coeficiente de Gini nacional ao longo dos anos. A mensuração da desigualdade de distribuição no país mostrou-se estável desde o fim da ditadura militar, apesar da média anual do crescimento do PIB alcançar a surpreendente margem dos 5% (Gráfico 6) – algo especialmente extraordinário para o contexto regional.

Já um relatório recente da OCDE (2015, n.p, tradução nossa)¹⁴⁶ classificou o Chile como o país-membro com o maior Coeficiente de Gini e o quarto maior índice de pobreza relativa à renda em 2015 – apenas atrás de Israel, Estados Unidos e Turquia. Apesar de reconhecê-lo como um dos poucos países onde houve decréscimo no índice, a organização enfatiza a preocupante persistência da tamanha desigualdade entre a renda dos mais ricos e a renda dos mais pobres – com a renda dos mais favorecidos correspondendo um valor mais de 25 vezes maior que a renda dos menos favorecidos.

Ainda nesse mérito, um relatório realizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2017, p. 35-36, tradução nossa) posiciona o Chile em último lugar entre os países-membros da OCDE por porcentagem de trabalhadores cobertos por acordos de negociação coletiva, ao definir as “instituições do mercado de trabalho”, tal como sindicatos e seus mecanismos regulatórios de negociação, como importantes fatores mitigadores da desigualdade em diversos países. O órgão também evidenciou o persistente papel antagônico do *Plan Laboral* (Lei Trabalhista, em tradução livre) de 1979 nesse sentido (ver capítulo 1), ao passo em que a essência de sua concepção visava favorecer a classe empregadora e debilitar quaisquer atuações coletivas e sindicais no país.

pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e disponível em: <<https://www.desiguales.org/captulos>>.

¹⁴⁶ Dados retirados da seção “*Inequality*” (Desigualdade, em tradução livre) do portal online da OCDE, disponível em: <<http://www.oecd.org/social/inequality.htm>>.

Gráfico 6 - Índice do Coeficiente de Gini no Chile no período de 1990 a 2015

Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2017, p. 21)

Em suma, até o presente momento, todas as reformas e medidas implementadas para suavizar essa realidade não obtiveram os resultados necessários, embora seus respectivos impactos na vida de diversos chilenos ao longo dos anos sejam inegáveis. Ao ressaltar a devida magnitude das limitações externas sob o aparato estatal impostas pela globalização e a vigente relevância do setor financeiro internacional nas economias domésticas, sobretudo no que tange o Chile, Guardia (2015) conclui: “repensar o Estado é uma tarefa inevitável, mas deixar o estado subsidiário no caso chileno é uma questão imperdoável e prioritária.”

O país soube utilizar seu grande potencial exportador e angariador de capital estrangeiro para financiar seu desenvolvimento. Porém, o fato de tal desenvolvimento ter sido fundado em alta vulnerabilidade, dependência e desigualdade social, não seria algo isento de profundas e severas consequências futuras. Como dito por Pennaforte (2001, p. 71), “qualquer crise econômica pode se tornar um grande pesadelo para o Chile; aliás, para toda a América Latina.” De fato, o término da década de 2010 viria para constatar a veracidade da afirmação do autor. Porém, com uma pequena diferença. O “grande pesadelo” em que o Chile acabou se encontrando no fim do ano de 2019 não seria resultado de uma crise econômica, mas sim sociopolítica.

3.2. 2019: protestos no Chile e suas implicações no âmbito internacional

“Piñera assegura que ‘em meio à esta América Latina convulsionada, o Chile é um verdadeiro oásis com uma democracia estável’” (BAEZA, 2019, tradução nossa). Essa foi a

manchete de uma das primeiras notícias publicadas pelo jornal *La Tercera* no dia 8 de outubro de 2019. Apesar das inúmeras implicações que poderiam ser deduzidas a partir da declaração do presidente chileno, a exaltação ao bem-sucedido modelo chileno e sua utilização como recurso de distinção entre a trajetória do país e a observada até aquele momento na região continental que pertence claramente se sobressaem. Não obstante, o que viria a se suceder no Chile até o término daquele ano não somente atestaria a imprecisão da declaração como transformaria a mesma em evidência das circunstâncias que o condicionaram.

A perspectiva de Piñera, como pontuado ao longo da presente pesquisa, seria extensivamente partilhada pelos grandes agentes do sistema internacional. Em particular, grandes líderes políticos e dirigentes das instâncias multilaterais, exemplificados por Castiglioni (2019, p. 6) pelo Diretor Geral da Organização Mundial do Comércio, Roberto Azevêdo, e pelo ex-presidente dos Estados Unidos, Barack Obama. Sem dúvidas, os feitos macroeconômicos do Chile haviam posicionado o país em um novo patamar de desenvolvimento, sua indústria e mercado exportador em uma vasta extensão de mercados internacionais e, inclusive, uma parte notável de sua população fora do espectro da pobreza e do desemprego.

Contudo, ao passo em que a viabilização desta última constatação somente foi possível mediante reformas e a implementação de políticas públicas essencialmente incompatíveis com o modelo tão condecorado pelos mais soberanos tomadores de decisão – também levando em consideração o limitado quantitativo delas que alcançaram a aprovação parlamentar –, suas contradições e mecanismos perpetuadores se tornavam cada vez mais perceptíveis aos olhos do povo chileno. Isto posto, a redução do potencial de mobilização e de engajamento político dos chilenos como consequência direta do senso de individualismo inerente ao sistema neoliberal empregado no país e à sua manutenção (FAÚNDES, 2019, p. 64) logo teriam seus dias contados.

A máxima "Não são 30 pesos, são 30 anos" que se tornou parte do senso comum dos protestos, sintetizou claramente esse sentimento. Esses trinta anos significavam que a indignação não era apenas contra o governo no poder, mas contra todo um modelo desenvolvido na ditadura de Pinochet e que havia sido administrado, mas não reformado em profundidade, pelos vários governos democráticos a partir de 1990 (FAÚNDES, 2019, p. 58, tradução nossa).

Logo seria reconhecido que, para além dos extraordinários índices ostentados pelos governos democráticos do pós-redemocratização, as consequências nocivas da desigualdade estrutural sobre a população chilena também seriam produtos da preservação do *Estado*

pinochetista. Tal condição desigual seria responsável pela formação de uma sociedade na qual os menos favorecidos seriam auxiliados à atravessar a linha da pobreza somente para perdurar precárias condições de sobrevivência, enquanto os mais ricos esbanjavam privilégios, tornavam-se progressivamente mais desvinculados da realidade nacional e, segundo Faúndes (2019, p. 59), passavam por um processo endogâmico¹⁴⁷ de contínua e deliberada segregação espacial com relação ao restante da população.

De acordo com relatório publicado em 2018 pelo *Instituto Nacional de Estadísticas* (Instituto Nacional de Estatísticas, em tradução livre), somente a média salarial mensal dos 20% mais ricos da população não era superada pela sua média de gastos mensais. Em outras palavras, os salários recebidos por 80% dos chilenos são insuficientes para custear seus gastos mensais. À vista disso, os dados divulgados pela *Superintendencia de Bancos e Instituciones Financieras* (Superintendência de Bancos e Instituições Financeiras, em tradução livre) em 2019, através dos quais foram verificados um acréscimo nas emissões de cartões de crédito em torno de 179% entre meados de 2014 e meados daquele ano, e a alta propensão de endividamento da grande maioria do contingente populacional não deveriam ser observados com grande espanto (*apud* FAÚNDES, 2019, p. 59). Porém, a questão adquire ainda mais complexidade ao se questionar o posicionamento da classe político-partidária nesse panorama.

O estudo previamente citado do PNUD (2017, p. 40) sobre as nuances da desigualdade no Chile determinou que, durante todo o período de redemocratização, mais da metade dos ministros e senadores, e um pouco menos da metade dos deputados teriam concluído seus estudos em prestigiados colégios e universidades privadas – antecedentes historicamente *reservados* para a elite chilena. Outrossim, a associação entre essa elite política e a elite econômica do país é amplamente reconhecida pela população, graças aos recorrentes escândalos envolvendo propinas e demais casos de corrupção que, por ventura, chegaram ao conhecimento popular (FAÚNDES, 2019, p. 63). Ocasionalmente, também abrangendo as *Fuerzas Armadas de Chile*. Com efeito, tais constatações sustentaram a percepção social segundo a qual “as elites políticas são vistas como uma classe impenetrável e isolada, com pouco entendimento da vida cotidiana dos chilenos comuns” (SEHNBRUCH e DONOSO,

¹⁴⁷ Faúndes (2019, p. 61-62) elabora o argumento segundo o qual a elite chilena não somente é definida pelo patrimônio dos indivíduos que a elas pertencem, mas, sobretudo, pela descendência ou linhagem familiar dos mesmos – contemplando aspectos de gênero e, com vista à história do Chile, também contemplando aspectos raciais. O autor também faz uso de dados retirados do relatório do PNUD (2017, p. 34-35, tradução nossa) sobre a desigualdade no país, no qual foi constatada a preeminência da origem europeia, especialmente castelhana-basca, nos 50 sobrenomes mais comuns entre os profissionais considerados “de maior prestígio social”, exemplificados por engenheiros, médicos e advogados. Por outro lado, entre os profissionais não contemplados nessa categoria, os 50 sobrenomes mais comuns remetem à origens indígenas, ou seja, aos povos nativos.

2020, p. 54, tradução nossa), noção equivalente à formulada pelos autores da teoria da dependência sobre as burguesias nacionais latino-americanas (ver capítulo 2).

No tocante aos escândalos supracitados, além dos crimes propriamente ditos cometidos pela elite, sua impunidade também pôde ser atestada. Por consequência, foi sendo criado um consenso social de desconfiança e ilegitimidade institucional, desde o âmbito empresarial e industrial ao político (FAÚNDES, 2019; UNDP, 2020 *apud* SEHNBRUCH e DONOSO, 2020, p. 56). Sua repercussão seria posteriormente explicitada no decréscimo substancial dos índices de identificação partidária e de participação eleitoral da população chilena (ENCUESTA NACIONAL, 2005; PNUD, 2017 *apud* CASTIGLIONI, 2019, p. 11-12) – neste último, alcançando uma queda de 35% entre as eleições de 1989 e 2013, o que chegou a corresponder o segundo maior decréscimo do índice em escala mundial (PNUD, 2017 *apud* CASTIGLIONI, 2019, p. 11).

Da mesma forma, a paulatina deterioração da imagem do governo e da iniciativa privada na percepção popular chilena ao longo das últimas três décadas, além da persistência da precariedade na qualidade de vida de milhões de chilenos, também foi criando um impasse, no qual os mesmos se encontraram de mãos atadas entre uma insustentável condição social e um aparato institucional julgado ineficaz e, sobretudo, displicente com relação à realidade dos seus cidadãos. A resolução desse impasse se apresentaria a partir da chegada do dia 7 de outubro de 2019 (CHACÓN, 2019, n.p).

3.2.1. O marco dos trinta pesos em trinta anos de história

Com as forças armadas e a polícia submersas em escândalos de corrupção, altos preços semelhantes aos da Alemanha, serviços de terceiro mundo, e uma sensação geral de que quase tudo está operando por meio de poderosa manipulação e efetiva impunidade, era uma questão de “quando” ao vez de “se” o Chile seria levado à beira da explosão política (CHACÓN, 2019, n.p, tradução nossa).

A definição do preço do transporte público na Região Metropolitana de Santiago, a mais habitada do Chile, é de encargo do *Panel Expertos del Transporte Público* (Painel de Peritos em Transporte Públicos, em tradução livre), conselheiro do *Ministerio de Transportes y Telecomunicaciones* (Ministério dos Transportes e Telecomunicações, em tradução livre). Os preços são calculados através de uma fórmula que se ajusta automaticamente a cada mês, sob os Decretos n. 45/89 e n. 140/09. De acordo com tais normativas, seu resultado deve ser informado à ambas instâncias antes de seu emprego e divulgação (*PANEL DE EXPERTOS DEL TRANSPORTE PÚBLICO*, 2009?).

Figura 2 - Comunicado de imprensa do *Panel de Expertos del Transporte Público* anunciando o aumento da taxa dos sistemas de transporte

COMUNICADO DE PRENSA

PANEL DE EXPERTOS DEL TRANSPORTE PÚBLICO

Santiago, 4 de Octubre de 2019.

El Panel de Expertos del Transporte Público, en uso de las facultades que le otorga la Ley N°20.378, de Subsidio al Transporte Público, informa una nueva estructura tarifaria y determina un incremento asociado al indexador de costos del sistema para los servicios subsidiados de buses, Metro y Tren Central, en las 32 comunas de la provincia de Santiago, y las comunas de San Bernardo y Puente Alto.

El reajuste asociado al cambio del indexador considera entre sus principales factores: la variación del precio del petróleo Diésel, el Índice de Precios al Consumidor, el incremento del costo de mano obra, la tasa de cambio, entre otros.

Según Resolución del Ministerio de Transportes y Telecomunicaciones, se establece una nueva estructura tarifaria que aplica el incremento propuesto por el Panel de Expertos en los períodos Valle y Punta de Metro y Tren Central, y reduce la tarifa en horario Baja. Adicionalmente se extiende la duración del horario Baja de la mañana, reemplazando al tramo de horario Valle entre las 06:30:00 y las 06:59:59 horas.

Ninguno de los cambios señalados afectará la tarifa que pagan los estudiantes y los adultos mayores.

El cambio de tarifas se hará efectivo a partir de las 00:00:00 horas del día 6 de octubre de 2019.

A continuación, se presenta el desglose de las nuevas tarifas, por modo de transporte, tipo de usuario y horario:

MODO	TARIFA APLICADA DESDE EL 6 DE OCTUBRE DE 2019
Bus	\$710
Metro y Tren Central, servicio Alameda-Nos (Horario Bajo)	\$640
Metro y Tren Central, servicio Alameda-Nos (Horario Punta)	\$830
Metro y Tren Central, servicio Alameda-Nos (Horario Valle Tarde)	\$750
Metro (Adulto Mayor)	\$230
Escolar Superior y Media	\$230
Escolar Básica	\$0

Fonte: Portal online do *Panel de Expertos del Transporte Público* (disponível em: <http://www.paneldeexpertostarifas.cl/index.php>)

A título de referência, o transporte público de Santiago é considerado o segundo mais caro da América Latina, apenas atrás da linha ferroviária de São Paulo e do Rio de Janeiro, e o nono mais caro do mundo (BBC, 2019), com o custo mensal médio em locomoção chegando a corresponder mais de 10% do salário mínimo local (BLANCO, 2019 *apud* CASTIGLIONI, 2019, p. 4). Em 2012, o aumento das tarifas haviam chegado a um total de 200 pesos em apenas cinco anos (valor equivalente a 2,8 dólares) (VARGAS, MORGAN e GONZÁLEZ, 2012).

No primeiro dia do mês de outubro, o órgão definiu novos ajustes que, entre outras medidas, conferiu um acréscimo de 10 pesos na tarifa dos ônibus (valor equivalente a 0,14 dólar) e 30 pesos na tarifa do metrô (valor equivalente a 0,43 dólar) especificamente nos horários de pico e nos sistemas da província de Santiago e nas cidades de San Bernardo, capital da província de Maipo, e Puente Alto, capital da província de Cordillera – todas pertencentes à Região Metropolitana de Santiago (*PANEL DE EXPERTOS DEL*

TRANSPORTE PÚBLICO, 2019)¹⁴⁸. Dessa forma, tais ajustes entrariam em vigor no domingo do dia 4 de outubro de 2019 (Figura 2).

No dia seguinte, ao obter conhecimento do aumento nas tarifas, os estudantes da rede de ensino médio decidiram por iniciar demonstrações de repúdio ao se negarem a pagá-la, pulando as catracas da estação de metrô da Universidade do Chile. Tais demonstrações foram extensivamente propagadas nas redes sociais através do mote *¡Evade!*¹⁴⁹, causando aderência imediata de diversos outros estudantes e disseminando a onda de sonegação das tarifas nas demais estações de Santiago durante as semanas seguintes. Os ajustes logo foram justificados pelo governo como consequência de variações condicionantes em diversas outras taxas, tal como o câmbio do dólar estadunidense, do euro, o preço do combustível e os custos operacionais (COOPERATIVA.CL, 2019)¹⁵⁰; enfatizando que não havia qualquer possibilidade de reavaliação dos mesmos (CASTIGLIONI, 2019, p. 4).

Até o dia 19 de outubro, as manifestações haviam depredado a infraestrutura ferroviária e, por vezes, abrangiram um caráter violento, causado pelos conflitos entre estudantes e os *Carabineros*. Na medida em que saíram das estações de metrô e tomaram as ruas, sua disseminação não tardaria a ultrapassar os limites da Grande Santiago, chegando rapidamente à outras cidades de similar relevância nacional, como Concepción e Valparaíso. Sua repercussão contemplaria mais de 100 prisões e o fechamento de determinadas estações, num esforço do governo de mitigar os consequentes danos e prejuízos que, até então, eram estimados em torno de 500 milhões de pesos (valor equivalente a 7.221.000 dólares) (ALJAZEERA, 2019).

¹⁴⁸ Informações retiradas da *Resolución* n. 2/2019, publicada pelo *Panel de Expertos del Transporte Público* no mesmo dia e disponível em: <<http://www.paneldeexpertostarifas.cl/documentos/ResN22019.pdf>>.

¹⁴⁹ O termo pode ter diferentes traduções para o português, a depender do significado específico que cada indivíduo atribui ao utilizá-lo. Algumas das possíveis equivalências correspondem as palavras evadir, fugir, sonegar, esquivar, eximir e escapar.

¹⁵⁰ Em contrapartida, a ex-ministra de Transporte e Telecomunicações, Paola Tapia (COOPERATIVA.CL, 2019, tradução nossa), refuta o argumento proferido pelo *Panel* ao afirmar que o aumento das tarifas teriam sido empregadas não somente por tais motivos: “sim, foram comprados mais ônibus elétricos, graças à eletromobilidade, mas um ônibus elétrico vale três vezes mais que um ônibus a diesel; portanto, obviamente, nos últimos meses, maiores gastos foram autorizados, e como o subsídio é fixo e a lei estabelece uma quantidade, consequentemente, desencadeia o aumento das taxas.”, portanto, “o Painel decreta os aumentos, mas eles são uma consequência direta e imediata das decisões adotadas [pelo Governo].” Na plataforma online da *Prensa Presidencia* (Imprensa da Presidência, em tradução livre) (disponível em: <<https://prensa.presidencia.cl/comunicado.aspx?id=103360>>), “o primeiro terminal da América Latina exclusivo para ônibus elétricos” e a nova frota de 183 ônibus movidos à energia foram apresentados no dia 15 de outubro de 2019 – 11 dias após o aumento oficial nas tarifas dos transportes públicos. Tradução nossa.

Quando finalmente foi anunciada a suspensão do aumento das tarifas do transporte público, a mesma veio em conjunto ao decreto do Estado de Emergência¹⁵¹, a invocação da *Ley de Seguridad del Estado* (Lei de Segurança Nacional, em tradução livre) sob manifestantes que depredarem a infraestrutura ferroviária, o toque de recolher e o envio das forças armadas militares para as cidades onde iniciaram-se os protestos (PRENSA PRESIDENCIA, 2019; CHACÓN, 2019, n.p). O emprego de tais medidas teria sido efetuado pela última vez em 1987, ao fim da ditadura de Augusto Pinochet, “despertando os medos de velhos fantasmas da ditadura que pareciam ter sido superados” (FAÚNDES, 2019, p. 65, tradução nossa). A exponencial intensidade das demonstrações populares, em razão do pronunciamento do presidente, culminou no saqueamento de lojas e supermercados, incineração e destruição da infraestrutura urbana, além do levantamento de barricadas (CHACÓN, 2019, n.p). Logo iriam se estender desde Valdivia, mais ao sul do país, até Iquique e a província de Antofagasta, ao norte.

Evidentemente, com a proliferação dos protestos para às ruas de diversas províncias e a aderência em massa da população chilena e organizações sindicais, as pautas reivindicatórias iniciais foram sendo dilatadas. O que começou com demonstrações estudantis contra o aumento de 30 pesos da tarifa do metrô na capital do país se tornou em protestos “contra os abusos de poder” ao nível nacional (FAÚNDES, 2019, p. 58, tradução nossa). A partir da comunhão cidadã suscitada pela conjuntura, os chilenos obtinham cada vez mais consciência das diferentes maneiras em que esses abusos poderiam ser incorporados em suas vivências e da magnitude do mal-estar e desigualdade social resultantes – sofisticados através das três décadas do pós-redemocratização, tornando-se tão complexas ao ponto de ocasionarem a insuficiência analítica de estudos limitados aos índices macroeconômicos nesse específico caso (FAÚNDES, 2019, p. 64).

Por decorrência da junção desses fatores, além da resposta institucional inicialmente apática e então reacionária, o engajamento foi continuamente sendo ampliado em números, assim como seus traços depredatórios e conflituosos (CHACÓN, 2019). O já deposto *Ministro de Economía, Fomento y Turismo* (Ministro de Economia, Fomento e Turismo, em tradução livre), Juan Andrés Fontaine, havia tentado justificar o aumento ao afirmar que “foi aberto um

¹⁵¹ De acordo com a normativa constitucional, prevista pela Lei 18415/90, disponível em: <<https://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=29824>>, mediante o decreto do Estado de Emergência, o presidente pode delegar parte ou todas as suas atribuições ao chefe da Defesa Nacional, além de conferir amplitude às mesmas ao restringir o direito de liberdade de movimentação e reunião dos cidadãos. A nomeação do cargo é realizada pelo próprio presidente que, no caso específico de Sebastián Piñera, frente aos protestos de 2019 no Chile, nomeou o militar Javier Iturriaga del Campo para a função (PRENSA PRESIDENCIA, 2019).

espaço para que quem madrugue possa ser ajudado através de uma taxa mais baixa”¹⁵² (BURGOS, 2019, tradução nossa) logo após as primeiras manifestações nas estações de metrô de Santiago. No dia seguinte, o também deposto *Ministro da Hacienda* (Ministro da Fazenda, em tradução livre), Felipe Larraín, apresentou novos dados inflacionários endereçando-se aos “românticos”, pois haveria um decréscimo no preço das flores (CASTIGLIONI, 2019, p. 5, tradução nossa). Tais afirmações, por si mesmas catalizadoras da indignação popular, seriam seguidas por um novo pronunciamento de Sebastián Piñera, no dia 20 de outubro (PRENSA PRESIDENCIA, 2019, tradução nossa), quando declarou:

Quero falar com todos os meus compatriotas que hoje estão recolhidos em suas casas. Estamos em guerra contra um inimigo poderoso e implacável, que não respeita nada nem ninguém, que está disposto a usar a violência e o crime sem nenhum limite, mesmo quando isso significa a perda de vidas humanas; que está disposto a queimar nossos hospitais, nossas estações de metrô, nossos supermercados, com o único propósito de causar o maior dano possível a todos os chilenos. Eles estão em guerra contra todos os chilenos de boa vontade que querem viver em democracia com liberdade e paz.

Ademais, meros dois dias depois, um áudio onde sua esposa, Cecilia Morel, afirma que tais protestos seriam “como uma invasão estrangeira, alienígena [...]” e que “teremos que diminuir nossos privilégios e compartilhar com os outros” foi vazado (BBC, 2019, tradução nossa). Tais afirmações continuamente reforçaram a convicção dos manifestantes da dissociação da elite empresarial, industrial e política com relação às suas motivações e demandas, o que levou à incorporação da renúncia de Sebastián Piñera e dos demais políticos de seu governo às suas reivindicações. A imagem de Piñera seria cada vez mais deteriorada a partir da *declaração de guerra* explicitada em seu último pronunciamento, ao passo que suas palavras potencializavam a violenta e exacerbada repressão dos militares e *Carabineros*, não somente contra demonstrações violentas como também manifestações pacíficas (CHACÓN, 2019), utilizando toda a extensão de sua legitimada força para neutralizar os manifestantes.

À vista disso, a consequente ascensão de denúncias à sistêmica violação de direitos humanos pelas *Fuerzas Armadas de Chile* foi progressivamente conquistando a atenção nacional e mundial, levando diversas organizações internacionais voltadas ao mérito, além do Instituto Nacional de Direitos Humanos (INDH), a enviar equipes de pesquisa e investigação ao Chile – dentre elas, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, a Anistia Internacional, o *Human Rights Watch* e o Escritório da Alta Comissária das Nações Unidas

¹⁵² Trecho retirado da entrevista do ex-ministro, Juan André Fontaine, à CNN Chile no dia 7 de outubro de 2019, disponível em: <https://www.cnnchile.com/lodijeronencnn/entrevista-ministro-economia-tarifametro_20191007/>. Tradução nossa.

para os Direitos Humanos – este último atualmente comandado pela ex-presidente do Chile, Michelle Bachelet. Sem embargo, parecia “haver um forte consenso entre o povo mobilizado em relação ao que motiva os protestos: a rejeição de um modelo que tendia a tornar precárias várias dimensões da vida” de todos (FAÚNDES, 2019, p. 65, tradução nossa).

Toda essa conjuntura teria suscitado o anúncio de novas alterações no modelo chileno pelo próprio Piñera, mudando seu discurso de forma significativa ao declarar: “é verdade que os problemas se acumulavam há muitas décadas e que os diferentes governos não foram e nem fomos capazes de reconhecer essa situação em toda a sua magnitude. Reconheço e peço perdão por essa falta de visão.” (PRENSA PRESIDENCIA, 2019, tradução nossa). A nomeada “Agenda Social” previa modificações e maiores garantias para o sistema previdenciário, o acesso à saúde e medicamentos, e um acréscimo de 49 mil pesos ao salário mínimo nacional (valor equivalente a 7.076 dólares), com um complemento salarial no valor integral do mesmo para os trabalhadores que recebem menos do que a nova quantia mensalmente. Além disso, no espectro institucional, seriam elaborados ferramentas de estabilização das taxas de energia, aumento tarifário para as classes mais favorecidas e, por fim, uma ampla reconfiguração dos cargos e auxílios salariais da classe política e administrativa do governo vigente¹⁵³ (PRENSA PRESIDENCIA, 2019; SEHNBRUCH e DONOSO, 2020, p. 53).

Após pouco menos de três semanas de protestos e apesar das reformas anunciadas, o dia 26 de outubro de 2019 entraria para a história do Chile com a manifestação popular que reuniu a maior concentração já registrada no país desde o retorno à democracia em 1990. Em torno de 1,2 milhão de pessoas – 20% da população da capital nacional e 6% da população nacional – se concentraram em Santiago para protestar, além dos pontos reivindicatórios já abordados, pela reação estatal à conduta violenta e opressora das *Fuerzas Armadas de Chile*. Seu caráter heterogêneo e essencialmente pacífico tornou-se evidente ao momento em que todas as multidões de diferentes partes da capital se juntaram na *Plaza Baquedano* (Praça

¹⁵³ A mudança afetou especificamente os ministérios *del Interior y Seguridad Pública; de Hacienda; Secretaría General de la Presidencia, Secretaría General de Gobierno; de Economía, del Fomento y Turismo; del Trabajo y Previsión Social; de Bienes Nacionales e del Deporte* (do Interior e Segurança Pública; da Fazenda, Secretaria Geral da Presidência, Secretaria Geral do Governo, da Economia, do Fomento e Turismo; do Trabalho e Previdência, dos Bens Nacionais e do Esporte, em tradução livre). Dentre os oito ministros nomeados, três haviam somente trocado de ministérios e quatro deles – Gonzalo Blumel, Karla Rubilar, Ignacio Briones e María José Zaldívar – representariam uma *nova geração* de políticos, mais aberta à reformas políticas estruturais, em detrimento da tradicional perspectiva ortodoxa dominante na classe política chilena – assim como visto neste capítulo, ao ser enfatizada a rejeição institucional às reformas propostas e medidas impostas, por exemplo, pelo governo Bachelet (PRENSA PRESIDENCIA, 2019; SEHNBRUCH e DONOSO, 2020, p. 53-54).

Braquedano, em tradução livre) – ou *Plaza Italia* (Praça Itália, em tradução livre)¹⁵⁴ (Figura 3).

Figura 3 - Manifestantes congregados na *Plaza Baquedano* e sobre o *Monumento al Genio de la Libertad*



Fonte: Colectivo +2, Carlos Vera M. (2019)

Os dois meses seguintes seriam, de forma generalizada, a extensão dos acontecimentos de outubro de 2019. Seguido pela revogação do estado de emergência, decretado no dia 28 de outubro (PRENSA PRESIDENCIA, 2019), o mês de novembro seria marcado pela preeminência da colaboração entre os sindicatos e a sociedade civil organizada que havia sido formada a partir da proliferação dos protestos às demais regiões do Chile. Como previamente mencionado, o movimento sindicalista teria perdurado altos níveis de desengajamento e fragmentação graças ao modelo chileno e sua ênfase no empreendedorismo, individualismo, flexibilização do trabalho, precarização e informalidade inerentes às suas políticas neoliberais – tais características seriam extensivamente replicadas ao redor do mundo após a expressiva aderência do neoliberalismo em diversas políticas econômicas estatais.

Logo, o movimento sindicalista – em particular a *Central Unitaria de Trabajadores* (Central Unitária de Trabalhadores, em tradução livre) – seria um dos primeiros e mais influentes na construção e coordenação do subsequente diálogo entre as organizações civis,

¹⁵⁴ A *Plaza Baquedano* é comumente reconhecida como a *fronteira* das diferentes ramificações socioeconômicas que destoam as populações que integram a cidade de Santiago entre si, tornando-se o espaço de congregação social em circunstâncias extraordinárias, tanto exitosas como reivindicatórias (Abarzúa, 2012).

realizados na nomeada *Mesa de Unidad Social* (Mesa de Unidade Social, em tradução livre). Nela, engajaram-se diversas organizações não-governamentais e movimentos reivindicatórios, do estudantil aos dos povos Mapuche, da igualdade de gênero aos da classe docente, entre outros (SEHNBRUCH e DONOSO, 2020, p. 55). Não obstante, uma das mais marcantes características dos protestos de 2019 no Chile seria, até o fim do ano de 2019, não haver qualquer liderança ou figura representativa e/ou homogeneizadora que representasse a insurgência.

Um importante fruto dessa articulação entre movimentos seria o *Paro Nacional* (Greve nacional, em tradução livre), realizado ainda em novembro e conquistando novamente o comparecimento de um extraordinário contingente às ruas. Embora o mesmo não tenha conquistado a mesma pacificidade da manifestação de 26 de outubro, mediante novos confrontos entre protestantes e os *Carabineros*, o governo se absteve de reproduzir as medidas reacionárias anteriormente empregadas. Ao invés disso, no dia 15 de novembro de 2019, toda a classe política – Presidente da República, ministros, senadores e deputados – anunciaria um acordo interpartidário sem precedentes, nomeado *Acuerdo Por la Paz Social y la Nueva Constitución* (Acordo pela paz social e pela nova Constituição, em tradução livre), a partir do qual foi proposto a realização de plebiscitos ao nível nacional que determinariam a elaboração (ou não) de uma nova Constituição e a definição dos procedimentos da eventual concepção da mesma¹⁵⁵ (SEHNBRUCH e DONOSO, 2020, p. 53).

Apesar de constituir um feito único e emblemático no histórico político-partidário do Chile, os protestos continuaram no mês de dezembro e adiante sem uma explícita aderência popular ao *Acurdo* e sem demais adversidades. Em outras palavras, parecia “haver uma demanda para gerar um pacto social através do debate democrático e deixar para trás as negociações com as elites e as imposições pela força” (FAÚNDES, 2019, p. 65, tradução nossa). De acordo com o posicionamento da sociedade civil organizada, a posição da *Mesa* seria de rejeição ao acordo, considerando a ausência de qualquer iniciativa de consulta com os mesmos, tampouco diretamente com os cidadãos chilenos, durante sua negociação e concepção (SEHNBRUCH e DONOSO, 2020, p. 53).

¹⁵⁵ De acordo com Sehnbruch e Donoso (2020, p. 53, tradução nossa), os cidadãos poderão decidir pela elaboração da nova Constituição nacional através da criação de uma “Assembleia Constituinte”, especificamente eleita para este propósito, ou da composição de uma “Convenção Constituinte”, integrada por uma seleta parcela dos parlamentares em conjunto à uma proporcional representação cidadã, eleita para este propósito. Sendo assim, seriam realizados novos plebiscitos, em 2020, para eleger os membros da Assembleia ou Convenção Constituinte, e em 2021, para decidir a aprovação ou veto do texto elaborado.

3.2.2. Repercussão e implicações internacionais

No que concerne a excessiva violação de direitos humanos e opressão dos direitos fundamentais dos cidadãos chilenos durante as manifestações de 2019 por parte das *Fuerzas Armadas de Chile*, os resultados obtidos pelas investigações das equipes dos órgãos internacionais de defesa dos direitos humanos confirmaram a violação do direito à vida, à integridade física e psicológica, ao devido processo e de reunião. O Instituto Nacional de Direitos Humanos, a Unidade de Direitos Humanos da Polícia de Investigações e o Ministério Público chileno seriam os principais órgãos responsáveis por averiguar as denúncias e, no caso do INDH, acompanhar diversos protestos para assegurar a pacífica garantia do direito à manifestação dos cidadãos chilenos. É importante ressaltar a vigorosa força das redes sociais como ferramenta de denúncia informal e de vinculação e propagação de provas de tais infrações pelos manifestantes.

Ao longo dos três meses de protestos que se sucederam em 2019, o INDH (2019) teria apontado irregularidades para além do uso excessivo da força e desobediência dos protocolos oficiais de conduta dos *Carabineros* e das Forças Armadas. O órgão também enfatizaria a busca e apreensão ilegal de manifestantes em suas residências, ou seja, fora do contexto dos protestos; espancamentos, humilhações e ameaças proferidas aos detidos; o uso de tanques para o lançamento de gases tóxicos contra as multidões; a tortura de menores de idade e a violência especificamente direcionada à mulheres e pessoas LGBTQ+ – respectivamente, 21,4% e 0,87% do total de vítimas em queixas apresentadas às autoridades até o dia 30 de dezembro.

Até o dia 23 de outubro, o estado de emergência já havia sido decretado em quinze das dezoito capitais regionais do país, incluindo o fechamento de escolas na maior parte das cidades chilenas. No mesmo dia, um estudante teria denunciado a utilização de estações de metrô como centros de detenção e tortura ilegais pelas Forças Armadas. Mediante investigação da denúncia no dia seguinte, não foram encontrados indícios de qualquer ocorrência irregular naqueles locais. De maneira similar, múltiplos jornalistas investigativos também haviam denunciado a utilização de supermercados saqueados para o mesmo propósito. Poucos dias depois, o chefe da Unidade de Finanças do INDH, Jorge Ortiz, seria baleado com sete disparos de *pellets* de madeira. Por fim, até o penúltimo dia do ano, os informes divulgados pelo Instituto haviam contabilizado 1.500 casos de violação dos direitos humanos (SEHNBRUCH e DONOSO, 2020, p. 53), 3.583 pessoas feridas, com 264 delas

ainda menores de idade; 208 casos de violência sexual, 400 casos de torturas e outros maus-tratos, e 24 casos de perda parcial ou total da visão, graças aos disparos pelas forças de ordem. Ademais, teriam sido apresentadas 980 ações judiciais. Dentre elas, 5 queixas de homicídios e 18 queixas de homicídios frustrados, dos quais 137 denunciaram violência sexual e 77 denunciaram tortura e maus-tratos (INSTITUTO NACIONAL DE DERECHOS HUMANOS, 2019).

No fim de novembro, a Anistia Internacional realizou uma conferência de imprensa, onde sua diretora, Erika Guevara-Rosas, liderou a apresentação dos dados obtidos pelas investigações realizadas pelo órgão. Dentre os dados divulgados, foram registradas 5 mortes creditadas às *Fuerzas Armadas*, sendo quatro por militares e uma pelos *Carabineros*; mais de 2.300 pessoas feridas, 5 lesões oculares, 1.000 casos de tortura e maus-tratos, 70 delitos de cunho sexual, lançamento de bombas lacrimogêneas em escolas, universidades, residências e hospitais, além de um número considerável de ocorrências de atropelamento ou sua intenção com base em nove fontes audiovisuais e diversas denúncias oriundas de jornalistas – evidenciando um ataque à cobertura de imprensa (AMNESTY INTERNATIONAL, 2019).

Guevara-Rosas definiu a utilização e persistência da força excessiva – em particular, as lesões oculares – como um *modus operandi* das forças de ordem ao redor do país para reprimir a aderência dos cidadãos às manifestações, e ressaltou a responsabilidade do presidente, Sebastián Piñera, e do Diretor Geral dos *Carabineros*, pela conduta dos mesmos, como reflexo da falta de instruções mediante a repercussão dos casos. Por fim, enfatizou que os dados apresentados devem ser reconhecidos como somente uma parcela do factual número de ocorrências.

Já o *Human Rights Watch*, também no final de novembro, publicou um relatório em seu portal oficial onde discriminou os abusos de poder observados pelo órgão na conduta das *Fuerzas Armadas*, não somente com relação aos manifestantes como diversas pessoas não diretamente ligadas aos protestos, recomendando uma urgente reforma na força policial chilena e a aplicação de medidas que visem a prevenção de novos abusos e o fortalecimento do monitoramento da conduta armada nos protestos. Além de vincular os casos de violações dos direitos fundamentais dos cidadãos nacionais, também salientou a transgressão às leis e irregularidades administrativas internas dessas instâncias (HUMAN RIGHTS WATCH, 2020).

Integrado por entrevistas e testemunhos de 70 pessoas espalhadas pelas cidades de Santiago e Valparaíso, o informe foca em cinco pontos principais: o uso indevido e indiscriminado de armas de fogo, também conferindo ênfase específica às lesões oculares; e a excedência dos protocolos de detenção, com o advento de detenções arbitrárias, maus-tratos, abusos sexuais e tortura. Ademais, pontuaram a carência de câmeras de segurança nos centro de detenção e de transparência no que concerne os procedimentos e prestações de contas internas dos *Carabineros*, como investigações administrativas e extrapolação das condições e funções de trabalho – não somente específicos ao contexto dos protestos de 2019. Por fim, seriam ressaltada a falta de capacitação apropriada, de apenas um dia, para diversos policiais responsáveis por manter a ordem das manifestações (HUMAN RIGHTS WATCH, 2020) – com menos de 10% do total das forças de ordem dos *Carabineros* pertencendo às *Fuerzas Especiales* (Forças especiais, em tradução livre), rigorosamente treinados para tais ocasiões.

Mediante o destaque conquistado por tais investigações e a contínua veemência da conduta irregular e violenta das forças de ordem, parlamentares da oposição apresentaram acusações constitucionais contra o então Ministro do Interior e Seguridad Pública, Andrés Chadwick, e contra o próprio presidente no final do mês de outubro, os responsabilizando pela conjuntura denunciada pelos órgãos internacionais citados (COOPERATIVA.CL, 2019). A iniciativa foi seguida por dirigentes sociais, advogados de direitos humanos, da Defensoria Popular, da Cooperativa Jurídica, da Defensoria Popular, da Cooperativa Jurídica e do *Comité de Defensa del Pueblo Hermanos Vergara Toledo* (Comitê de Defesa do Povo Hermanos Vergara Toledo, em tradução livre). Até 25 de novembro, o Ministério Público chileno teria investigado 26 casos de mortes que ocorreram desde o início dos protestos (FAÚNDES, 2019, p. 65).

A resposta do governo chileno aos relatórios dos órgãos internacionais em prol da defesa dos direitos humanos e de instâncias domésticas relevantes seria inicialmente apática, posteriormente tornando-se mais veemente, refutando categoricamente as alegações dos ditos relatórios (CNN CHILE, 2019). Em seguida, tanto a Subsecretaria de Direitos Humanos como representantes dos *Carabineros* e das Forças Armadas do Chile rechaçaram o conteúdo do relatório da Anistia Internacional, alegando que as informações divulgadas seriam irresponsáveis e sem fundamentos; que, embora exitosamente treinados, os *Carabineros* são compostos por profissionais com treinamento contínuo e propensos à erros humanos; e que as queixas não teriam sido apoiadas por nenhuma evidência direta ou indireta (ANDREWS, 2019). Ainda mais enfático, o ministro da Defesa, Alberto Espina, corroborou com a premissa

da carência de fundamentos ou algum precedente violento das instituições que pudessem legitimar as considerações dos órgãos, definindo o relatório do órgão como “grave e absolutamente falso” (CATENA e REYES, 2019, tradução nossa).

Não houveram quaisquer sentenças, penalidades ou explícitas críticas por parte do governo chileno com relação à conduta excessivamente violenta das *Fuerzas Armadas*, tampouco aos diversos relatórios das organizações internacionais voltadas aos direitos humanos, até o fim do escopo temporal da presente pesquisa. Em novembro, mais um áudio vazado levou ao conhecimento público uma fala do Diretor Geral dos *Carabineros*, Mario Rozas, direcionada aos policiais da organização: “eles [*Carabineros*] têm todo o apoio [...] deste Diretor Geral. Como eu posso mostrar isso? Não vou suspender¹⁵⁶ ninguém por procedimento policial. Mesmo que me obriguem, eu não irei fazê-lo.” Rozas posteriormente confirmaria o conteúdo do áudio e justificaria sua fala ao esclarecer que tais digressões deveriam ser contempladas pelo devido processo (EL MOSTRADOR, 2019). Ainda assim, a conduta exacerbada dos mesmos continuam sendo denunciadas pelos manifestantes (CHACÓN, 2019, n.p).

Ao limitar o escopo temporal da presente pesquisa ao ano de 2019, até então, os protestos permaneceram ativos e a sociedade civil, organizações e movimentos reivindicatórios persistiam em seus esforços em prol da ruptura com o estabelecimento político dominado pela elite e, sobretudo, com o modelo pinochetista fundamentado na desigualdade e instabilidade social. Ademais, novos métodos de coordenação, visando mitigar as calamidades e má repercussão relacionadas aos futuros protestos, começaram a ser utilizados pelos manifestantes – formando uma linha de frente responsável pelo contato direto com a polícia e sucessivamente aprimorando o potencial de coordenação do restante (CHACÓN, 2019, n.p).

Contudo, segundo a *Dirección Nacional de Orden y Seguridad de Carabineros* (Direção de Ordem e Segurança da Polícia Nacional, em tradução livre), dezembro atestou um decréscimo de 89% na aderência populacional aos protestos com relação à novembro e de 97% com relação à outubro (CNN CHILE, 2019). Visto os números excepcionais obtidos pelas manifestações durante os primeiros meses, pode-se deduzir que, apesar da queda substancial, os protestantes ainda compõem grandes números. Além disso, os números

¹⁵⁶ Neste caso, a palavra suspender está como tradução para “*dar de baja*”, expressão de significado bastante amplo, a depender da intenção empregada ao seu uso. Demais traduções possíveis seriam: cancelar, expulsar e retirar.

restritos ao território soberano do Chile acabam por não agregar a total amplitude das manifestações na medida que desconsideram as demonstrações políticas realizadas pelos cidadãos chilenos residentes no exterior. Mediante o decreto do toque de recolher pelo presidente Piñera, um pouco mais de uma centena de chilenos compareceram ao Portão de Brandemburgo, na capital da Alemanha, Berlin, para expressar seu apoio ao movimento *¡Evadir!* (24 HORAS, 2019). As demais demonstrações internacionais se disseminaram desde a Espanha à Austrália, Canadá, Estados Unidos, Países Baixos, Áustria, Reino Unido e Japão. Dentre os países latino-americanos estão o Brasil, Colômbia, México, Equador e Argentina.

A repercussão mundial resultante dos protestos no Chile também provocaria o posicionamento de diversos líderes internacionais, tanto a favor dos manifestantes como defendendo o governo de Sebastián Piñera. O comunicado publicado pelo porta-voz da então Alta Representante e Vice-Presidenta da União Europeia, Federica Mogherini, reconheceu a relevância das manifestações e das demandas do povo chileno, também fazendo menção exitosa às investigações sobre as violações de direitos humanos e a abertura para o diálogo demonstrada pelo governo Piñera (DELEGACIÓN DE LA UNIÓN EUROPEA EN CHILE, 2019). O governo da Alemanha, através da porta-voz para assuntos estrangeiros, Maria Adebahr, clamou pela renúncia à violência e condecorou a decisão do presidente chileno no tocante à reavaliação do aumento das tarifas do transporte público e ao *Acuerdo Por la Paz Social y la Nueva Constitución* (DW, 2019). Já segundo o governo argentino, por intermédio da ministra de Segurança, Patricia Bullrich, reconheceu os protestos no Chile como uma “insurreição com caráter quase terrorista” (EMOL, 2019, tradução nossa).

Diferentemente dos pronunciamentos supracitados, a ressonância da crise sociopolítica no Chile causaria remarcações conflituosas envolvendo a Organização dos Estados Americanos (OEA), Estados Unidos, Rússia, Venezuela e Cuba. Ao repudiar os relatos de violações de direitos humanos e enaltecer a cooperação do governo chileno com as investigações dos órgãos internacionais, a OEA creditou a influência da propensão à violência dos regimes cubano e bolivariano sobre os protestos no Chile. Por sua vez, o chefe interino da diplomacia estadunidense para a América Latina, Michael Kozak, seria mais enfático ao apontar uma suposta interferência estrangeira no engajamento e repercussão das manifestações nas redes sociais através de contas falsas oriundas da Rússia, responsáveis pela propagação de conteúdo focada na catalização do atrito entre as instituições e a sociedade chilenas.

O próprio presidente estadunidense, Donald Trump, teria relatado tal interferência diretamente à Sebastián Piñera em uma ligação telefônica destinada a demonstrar seu apoio ao presidente chileno, embora não tivesse mencionado a suposta origem russa (EFE, 2019). De fato, nas primeiras semanas de novembro, Piñera teria afirmado ao tablóide espanhol, El País, que recebeu “muitas informações, algumas delas de fontes externas, que afirmam que houve intervenção de governos estrangeiros aqui [no Chile]”, mas que as ações do governo chileno seriam empregadas com a devida prudência, encarregando o Ministério Público à investigação desses supostos crimes contra a soberania e o equilíbrio institucional. Com específica relação às alegações da OEA, ao atribuir a responsabilidade do caráter violento das manifestações chilenas à uma possível influência nociva da Revolução Cubana e do governo de Nicolás Maduro, a resposta do presidente seria mais ambígua, afirmando que “não descarto nada.” (CNN, 2019, tradução nossa).

Segundo o Vice-ministro de Assuntos Exteriores do governo russo, Serguéi Riabkov, o governo estadunidense estaria empregando uma nova investida contra a política externa da Rússia, dessa vez, utilizando as circunstâncias domésticas do Chile para fazê-lo (EL MOSTRADOR, 2019). O ministro de Relações Exteriores de Cuba, Bruno Rodríguez Parrilla, enfaticamente denunciou as afirmações da OEA e dos EUA como forma de terceirizar a responsabilidade pelos erros de política externa dos estadunidenses no caso da Venezuela, além de ressaltar que o verdadeiro propulsor do colapso social em território chileno seriam os malefícios do neoliberalismo (T13, 2019). Esta última constatação também seria pontuada por Nicolás Maduro, presidente da Venezuela – inclusive, atrevido-se a fazer uso da junção dos sobrenomes do atual presidente chileno e do ditador Augusto Pinochet: “Piñechet” (CHV NOTICIAS, 2019) – já observada em grafites pelas ruas do Chile (LARRÈRE, 2019, n.p).

A partir do argumento proferido pelo ministro cubano e pelo presidente venezuelano, é evidenciado um entendimento coletivo do caráter primordial do modelo chileno dentre os fatores determinantes das circunstâncias que ditaram não somente a insurgência chilena em questão como também diversos outros protestos que ocorriam simultaneamente – ou estariam prestes a ocorrer – ao redor do mundo. Ao estabelecer a devida relação de causalidade dos impactos do viés neoliberal na política econômica chilena pós-golpe de 1973, e de suas subsequentes sequelas, sobre os aspectos socioeconômicos de uma sociedade já previamente fundada pela desigualdade e evidentemente controlada por uma elite nacional cosmopolita, utilizando a terminologia empregada pelos teóricos dependentistas, pode-se observar que, na medida em que os mesmos acontecimentos condicionantes foram adentrando a realidade de

diversos Estados nacionais, após o estopim da Grande Recessão no fim da década de 2000, a população desses países seguiriam rotas paralelas entre si, chegando em sua interseção no ano de 2019.

Como enfatizado por Carmo (2017, p. 418), o sistema capitalista, principalmente após a globalização financeira do fim do século XX, detém a desproporcionalidade em sua essência – assim como a lógica do *jogo de soma zero* da teoria dos jogos. Na prática, implicou o desenvolvimento e a proliferação interestatal das capacidades produtivas das grandes indústrias e empresas multinacionais, gerando a exacerbada acumulação e circulação de capital, porém desconsiderando os âmbitos domésticos. A própria preeminência das corporações multi e transnacionais e a massiva evasão industrial dos países centrais para os periféricos representou o princípio da primazia dos dinâmicos e internacionalizados setores de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) e do capital financeiro, ao passo que o modelo econômico vigente continuamente facilita a manutenção do intercâmbio e expansão mercadológica de seu potencial produtivo.

No caso dos países periféricos, incluindo os latino-americanos, a Grande Recessão inicialmente proporcionaria índices de crescimento extraordinários – como visto no início do capítulo. A estagnação do crescimento econômico nos países centrais acabou por aumentar a demanda por produtos primários e viabilizar, através dos investimentos externos, o desenvolvimento dos países exportadores de tais bens. Todavia, na medida que conquistavam um novo posicionamento na divisão internacional do trabalho, tais países foram sendo submetidos à diretrizes externas que abarcavam políticas de austeridade e redução do papel do Estado como provedor do bem-estar social, disseminadas pela política oficial do FMI na época, o Consenso de Washington, e estimuladas pelos países desenvolvidos na qualidade de investidores estrangeiros. Isto posto, não tardou para que os chefes de Estado da periferia se encontrassem “presos entre a necessidade de ajustes e sua incapacidade de implementá-los.” (SPINETTO, 2019).

É de extrema importância pontuar que esse panorama seria extensivamente utilizado pela campanha eleitoral de Donald Trump para as eleições presidenciais dos EUA em 2016, assim como ao longo do seu mandato, denunciando as consequências domésticas da descentralização produtiva e da vigente incongruência dos interesses da elite empresarial e industrial com os interesses nacionais estadunidenses, além de exaltar a realidade dos trabalhadores dos setores industriais voltados ao mercado doméstico estadunidense – que,

atualmente, possui baixa competitividade internacional e potencial produtivo (CARMO, 2017). À vista da aparente deterioração e descontrole das estruturas do cenário apresentado e, não obstante, do sistema que o sustenta, entre o fim do século XX e início do século XXI, a própria sociedade civil global decidiu agir (Figura 4).

Alguns economistas mostraram que as políticas de austeridade escolhidas por certos Estados após a crise financeira de 2007 ainda pesam muito nas classes trabalhadoras e nas classes médias. Os ultraricos estão ficando mais ricos há uma década, enquanto muitos outros estão passando pelo empobrecimento. E quando a elite da classe média se alia às classes populares, testemunhamos situações explosivas (LARRÈRE, 2019, n.p).

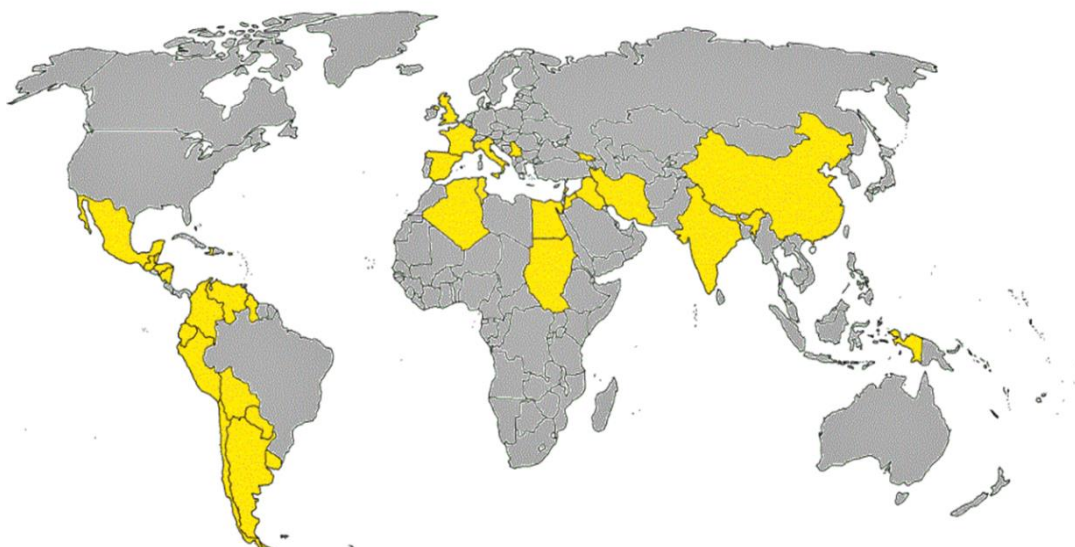
De acordo com Mathilde Larrère (2019, n.p), as diversas revoltas que marcaram o ano de 2019 teriam criado um “clima insurrecional”, de certa forma, comunitário. A simultaneidade e constantes referências cruzadas entre os movimentos – o que a autora chama de “citação revolucionária” –, e a característica compartilhada de ausência de lideranças (FAÚNDES, 2019, p. 64) teriam suscitado uma essência tão heterogênea que garantiu uma maior dificuldade de repressão pelos aparatos institucionais e uma ênfase concentrada em suas respectivas causas reivindicatórias – e nas diversas semelhanças compartilhadas entre si. Ademais, o advento das redes sociais como poderosa ferramenta de engajamento e comunhão revolucionária viabilizou a retroalimentação e eficácia de todas as manifestações que logo dominariam o debate mundial, numa verdadeira dinâmica de “internacionalismo digital” (LARRÈRE, 2019, n.p). Tais elementos são considerados primordiais para Larrère, pois fazem com que a magnitude e relevância dos protestos em questão seja legitimada e reconhecida perante o sistema internacional.

Embora seu uso de simbologias, em sua maioria, retiradas da cultura popular e de mecanismos de propagação virtuais sejam impreterivelmente contemporâneos, a ebulição de movimentos reivindicatórios simultâneos de alcance internacional está longe disso. Ao versar sobre a mais recente onda de mobilizações revolucionárias ao nível global, no início da década de 2010, Harvey et al (, 2012, p. 7-14) comenta as comparações realizadas naquela ocasião com outros acontecimentos similares na história moderna da humanidade, citando a primavera dos povos de 1848, que por pouco não abrangiu o continente europeu por completo no intuito de destituir os monarcas autocráticos europeus; e as revoltas sócio-políticas dos anos 1960, desde as reivindicações dos movimentos negro, feminista e LGBT+ nos Estados Unidos à Guerra do Vietnã, Revolução Cubana e o Maio de 1968 na França.

A partir de 2011, a previamente citada *Revolución dos Pinguinos*, em conjunto com o *Occupy Wall Street*, o colapso de diversas ditaduras africanas, as Jornadas de Junho no Brasil e a Primavera Árabe constituíram os primeiros grandes movimentos reivindicatórios do pós-globalização. Em seguida, “a rebelião popular voltou à ordem do dia” (HARLEY et al, 2012, p. 8) em 2019, amplamente propiciada pelo aprofundamento das circunstâncias sistêmicas que haviam eclodido os protestos e revoluções do início da década.

A perda de direitos sociais, políticos e sindicais e as características de inorgnicidade das novas camadas do proletariado, especialmente na Europa, são marcadas pela presença de um *apartheid* em relação aos imigrantes ilegais e por uma maior exclusão dos direitos também nas novas gerações de trabalhadores. Precariado, termo que parece ter surgido como um neologismo anglicizado no Japão, designa uma nova forma de proletariado informal e terceirizado, um novo tipo de trabalhador cujas habilidades intelectuais são exploradas por meio de precarização, desregulamentação e perda dos direitos sociais do *welfare state* das gerações anteriores do proletariado industrial (HARLEY et al., 2012, p. 13).

Figura 4 - Distribuição mundial dos protestos e manifestações ocorridas em 2019



Fonte: Judith Teichman (2020)

Iniciados ainda em 2018 com o Movimento dos Coletes Amarelos francês, no continente europeu, e com a Revolução Sudanesa, no continente africano, logo os mesmos se propagaram para a América Latina, com a Venezuela, Chile, Bolívia e Equador; para a Ásia, com Hong Kong e Índia; e para o Oriente Médio, com Iraque, Líbano e Irã. Segundo Larrère (2019, n.p), o que iria diferenciá-los das demais ondas de movimentos reivindicatórios simultâneos de alcance internacional seria o fato de terem ocorrido “em um tempo muito curto”. Todos seriam motivados, de certa forma, por um contexto social de aceitação

sistêmica de “um certo número de sacrifícios” intrínsecos ao modelo neoliberal e pela recusa popular, até então postergada, de aceitar “tudo o que foi aceito até agora: políticas neoliberais e seus efeitos de austeridade às amplas disparidades de riqueza” (LARRÈRE, 2019, n.p).

Enquanto consequências diretas da instauração do Estado subsidiário previsto na cartilha neoliberal, alguns desses protestos seguiram “deslocando velhos aparatos políticos e questionando a ordem do capitalismo financeirizado” (HARVEY et al, 2012, p. 10), na medida que outros focaram mais especificamente na instabilidade da concepção laical do contrato social de Thomas Hobbes, no século XVII, e de Jean-Jaques Rousseau, no século XVIII¹⁵⁷. Em outras palavras, questionando o atual papel do Estado, “a própria natureza da democracia e sua aplicação”, de forma semelhante ao contínuo questionado do âmbito das Relações Internacionais contemporâneas sobre o mérito, mediante o surgimento do novos atores internacionais do pós-Segunda Guerra Mundial (LARRÈRE, 2019, n.p). Os casos de Hong Kong, da França, do Chile e do Líbano seriam representações exemplares dessa flexibilização conceitual e empírica, integrada nos confrontos observados nesses países entre a supremacia estatal e o pleno exercício da *soberania popular*.

Em suma, percebe-se o estabelecimento de um padrão de comportamento das instâncias de poder, desde o âmbito internacional ao doméstico, que favorecem as elites cosmopolitas dominantes para que seja possível se sustentarem. Por sua vez, esse padrão acarreta no espontâneo enfraquecimento e ambiguidade da função do aparato estatal, na sistêmica privação dos direitos fundamentais anteriormente garantidos para as sociedades nacionais e na deterioração generalizada do bem-estar social. Essa cadeia de acontecimentos, finalmente, acaba perpetuando um ciclo infinito – que se fortaleceu com o advento do novo milênio e seus processos globalizantes, na medida que foram aprimoradas as capacidades de acúmulo de capital dessas elites cosmopolitas.

Nesse sentido, entende-se que o pioneirismo do Chile na implementação do modelo neoliberal, que definiu a transição da política econômica doméstica do final do século XX, não somente se associa às revoltas sociais do final de 2019 no país, como também às demais manifestações que se sucederam em diversos continentes do mundo naquele mesmo ano. Corroborando com tal constatação, Chomsky (INDIA TODAY, 2020, tradução nossa) atribuiu a motivação comum das manifestações de 2019 ao “ataque neoliberal da geração

¹⁵⁷ Os filósofos introduziram os pressupostos do que viria a ser o “contratualismo” em obras emblemáticas como “O Leviatã” (1675) de Hobbes e “O Contrato Social” (1762) de Rousseau.

passada [que] teve efeitos bastante prejudiciais para a sociedade em geral e para a população em geral”, definindo os protestos chilenos especificamente como “muito inspiradores e muito apropriados”¹⁵⁸, ao passo que “o ataque neoliberal contra grande parte da população mundial basicamente começou no Chile.”¹⁵⁸

Em consequência direta dessa conjuntura, a atual manifestação da condição de dependência, analisada ao longo da presente pesquisa através do caso chileno, seria amplificada e estendida nos países periféricos. Ademais, suas repercussões domésticas e a disseminação desses impactos para além das suas fronteiras seriam dois dos fatores condicionantes da deterioração observada na qualidade de vida das populações dos países centrais. A mera constituição dessa dinâmica necessariamente expõe a instabilidade e imprevisibilidade da condição de submissão à lógica do capital financeiro globalizado – observado atualmente tanto nas inconsistências econômicas e sociais como também nas relações domésticas e internacionais.

Mais do que isso, da mesma forma que Harvey et al (, 2012, p. 11) afirmou que os movimentos reivindicatórios simultâneos de alcance internacional do início da década de 2010 seriam um indicativo de que “o capitalismo vive não apenas uma crise cíclica de ‘destruição criadora’, mas um momento de declínio geral, que ameaça até mesmo [...] a sobrevivência da espécie”, aqui é indicado que os diversos movimentos reivindicatórios simultâneos de alcance internacional que marcaram o ano de 2019 indicam o colapso do modelo capitalista financeiro globalizado e, com ele, a reconfiguração das dinâmicas sociais, políticas e econômicas como atualmente conhecidas – até mesmo da condição de dependência.

¹⁵⁸ Trecho retirado de mídia audiovisual gravada pelo próprio Noam Chomsky, ao deferir seu posicionamento com relação aos protestos, e postada na plataforma *Youtube* no dia 7 de janeiro de 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=3Qy4Df28ohU>>.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A jornada de quase meio século entre o golpe militar de 1973 e as manifestações de 2019 no Chile seria constituída de múltiplas mudanças paradigmáticas, não somente para o povo chileno como para o sistema internacional. Após exercer o papel de coadjuvante em sua própria história, mediante a interferência econômica e política dos Estados Unidos na realização das eleições de 1964 e na posterior deposição de Salvador Allende em 1973, o país perduraria quase três décadas de uma ditadura militar sangrenta e conturbada. A transição para o neoliberalismo tornaria Augusto Pinochet o pioneiro nesse mérito, realizando a primeira experiência íntegra do modelo como política econômica estatal. Não obstante o caráter já essencialmente desigual da sociedade chilena, as disparidades entre classes sociais só se aprofundaram ainda mais com o passar dos anos.

A interferência estadunidense logo seria substituída pela influência dos mercados estrangeiros, com a plena abertura da economia chilena, dos quais o país se tornaria dependente de maneira progressiva. Amparados pela Constituição de 1980 e o *El Ladrillo*, os pressupostos do modelo chileno condicionariam um desenvolvimento interno baseado no capital externo e em vigorosas privatizações, porém, sem a devida diversificação da atividade econômica, tampouco um aparato institucional estável o bastante para garantir sua subsistência no advento de uma crise econômica de origem doméstica ou internacional. Após a crise financeira de 1975-1976, o colapso do sistema financeiro chileno em 1982 e os necessários ajustes monetários na política elaborada pelos *Chicago Boys*, o modelo conseguiu suscitar o desenvolvimento pretendido, transformando a sociedade nacional de maneira substancial, agora mais instruída e moderna – porém ainda demasiadamente desigual.

Com a derrota de Pinochet no plebiscito de 1988, previsto na Constituição como ferramenta de manifestação da vontade popular no que tange a continuação ou término da ditadura no Chile, o militar deferiu suas últimas privatizações e emendas constitucionais como recurso para viabilizar a sustentação de seu modelo de Estado antes de ceder o poder. Assim, na medida que os governos do pós-redemocratização foram propondo reformas para adequar as normativas às antigas e novas demandas nacionais, logo perceberiam as extremas dificuldades em conquistar suas aprovações pela Câmara dos Deputados e pelo Senado. Maiores empecilhos seriam representados pelo princípio da subsidiariedade estatal, por um sistema político-partidário e eleitoral rígido e intransigente, um Congresso ainda fortemente

pinochetista e, sobretudo, pela consolidação da influência e poder da elite empresarial e industrial chilena, que prioriza os seus próprios interesses em detrimento dos interesses nacionais.

A partir do fim da Guerra Fria e a sucessiva ruptura de diversos paradigmas analíticos e empíricos das Relações Internacionais, a comunhão interestatal globalizada definiria como força norteadora o capital financeiro, viabilizando a descentralização dos meios de produção e a preeminência exponencial das elites cosmopolitas. Com a evasão industrial dos países centrais para os países periféricos, em prol da redução dos custos de produção e dos encargos trabalhistas, e a crise monetária asiática do final dos anos 1990, essa periferia experienciaria um surto de desenvolvimento sem precedentes, não obstante o contexto de crise, enquanto a estagnação assolava o centro. O acréscimo vigoroso da demanda por bens primários estabeleceria diversos laços comerciais bilaterais entre os dois espectros do sistema internacional, aprofundando a integração e interdependência econômica e, sobretudo, compondo as novas dinâmicas do novo milênio.

Dessa forma, o Chile dos anos 2000 seria marcado pela expansão das suas relações comerciais com diversos mercados estrangeiros, principalmente o mercado chinês, e pelo impulso ao desenvolvimento viabilizado pelas medidas de acumulação dos excedentes econômicos, oriundos do já instaurado *boom* das *commodities*, praticadas pelo governo de Michelle Bachelet. Esse impulso incluiria medidas como o estímulo à diversificação da atividade econômica doméstica e a primeira reforma no sistema previdenciário de capitalização implementado durante o regime Pinochet. Tais excedentes também seriam responsáveis pela súbita recuperação nacional diante do impacto mundial da crise asiática e da iminente crise de 2008.

Menos de uma década após a explosão da primeira grande crise econômica do pós-globalização na Ásia, a crise das hipotecas *subprime* estadunidenses evidenciaria o resultado da carência de regulamentação dos sistemas financeiros integrados e lançaria uma nova onda de recessões econômicas ao redor do mundo – sendo reconhecida *a posteriori* como o princípio do período da Grande Recessão. Porém, se diferenciou na medida que foi sendo evidenciada sua conseqüente cadeia de repercussões imensuráveis ainda em andamento em todo o sistema internacional. Mesmo com os excedentes econômicos acumulados até aquele momento privando o Chile de sentir a total magnitude dos impactos nocivos dessa nova crise

sistêmica, o início da década de 2010 traria consigo adversidades adicionais em outros âmbitos.

O terremoto que depredou diversas cidades chilenas e o polêmico acidente na mina de *San José* seriam sucedidos pelas mobilizações estudantis de 2011, que tornaram-se imediatamente emblemáticas por conquistarem um extraordinário apoio popular e por fazerem parte dos movimentos reivindicatórios simultâneos de alcance internacional que também ocorriam – ou iriam ocorrer – naquele contexto. Tais manifestações colocariam em evidência, pela primeira vez nessa magnitude, o descontento social com a preservação dos pilares fundamentais do Estado neoliberal pinochetista. Da mesma forma, representariam o esgotamento da anuência generalizada com relação às excessivas disparidades sociais no acesso à educação e aos retrocessos das garantias sociais e trabalhistas inerentes à dinâmica econômica vigente no Chile.

Não obstante a conjuntura contraditória, o país vinha alcançando extraordinários índices de crescimento do PIB nacional, chegando a conquistar médias anuais de 4%, ao passo que o mandato de Sebastián Piñera conferiu ênfase ao fomento da geração de emprego, através do empreendedorismo, e um alinhamento pragmático com os interesses dos investidores estrangeiros. O presidente iria estimular o grande potencial exportador e angariador de capital estrangeiro do Chile visando o financiamento do desenvolvimento interno e consolidação do status internacional de modelo econômico para a América Latina. Contudo, não conseguiu reproduzir o mesmo sucesso em mitigar a alta vulnerabilidade, dependência e desigualdade social até então preponderantes no ordenamento estatal chileno.

Seria a partir dessa conjuntura que os protestos no Chile em 2019 tomariam forma, iniciadas a partir do aumento de 30 pesos na tarifa dos transportes públicos da Região Metropolitana de Santiago. Suscitados pela mobilização estudantil de sonegação da tarifa do metrô, rapidamente as demonstrações abrangeram a depredação das estações da Grande Santiago e a incisiva resposta das forças de ordem, causando conflitos entre os manifestantes e os *Carabineros*. Ainda assim, não tardaria para que a aderência às manifestações as levassem para as ruas, eventualmente conquistando números extraordinários. Porém, a persistência das ocorrências de depredação da infraestrutura urbana e a escalada da violência envolvida nas manifestações fizeram com que o governo decretasse o estado de emergência, convocando as Forças Armadas Militares para auxiliar a polícia nacional.

Em meio à declarações polêmicas proferidas pela classe política, era evidenciada a completa dissociação da mesma com a realidade da população chilena, incitando ainda mais as demonstrações populares. Na mesma proporção, as diversas denúncias de violação de direitos humanos na conduta das *Fuerzas Armadas de Chile* chamariam a atenção internacional, tanto por parte de cidadãos chilenos residentes no exterior como por líderes estrangeiros e, sobretudo, pelas instituições e organizações internacionais em prol da defesa dos direitos humanos. As últimas expediram missões investigativas, realizadas por equipes *in loco*, que eventualmente chegariam a resultados alarmantes.

Enquanto isso, os manifestantes continuavam a encher as ruas dos centros urbanos do país – na forma mais semelhante possível ao defendido pelo dependentismo revolucionário de André Gunder Frank e Theotônio dos Santos, exigindo a ruptura com a condição de dependência resultante do modelo capitalista financeiro globalizado e da conduta ambivalente da elite chilena, e com o Estado subsidiário previsto pelas políticas econômicas neoliberais em vigor. Na medida em que as circunstâncias necessárias para estimular o espírito revolucionário nacional foram postas, os chilenos tomaram a oportunidade de expressar o descontentamento guardado ao longo dos tão proclamados trinta anos de negligência estatal. Mas não somente no Chile tais circunstâncias se apresentariam naquele ano.

A partir do surgimento do Movimento dos Coletes Amarelos na França, passando pelo continente africano, com as manifestações no Sudão e na Argélia; pelo continente asiático, com os protestos em Hong Kong; pelo Oriente Médio, com o Líbano, Iraque e Irã; até o continente latino-americano; pôde-se constatar que o ano de 2019 seria, dali em diante, marcado pela mais rápida insurgência de movimentos reivindicatórios simultâneos de alcance internacional da história contemporânea. Embora detenham suas respectivas especificidades, tais protestos indicam que o que aconteceu no Chile é parte integrante de um distúrbio sistêmico, cujos impactos nocivos não seriam mais exclusivos aos países periféricos dependentes, se disseminando também para os países centrais.

Naturalmente, a ruptura social observada em todos os casos observados, seja delineando uma fragmentação do sistema político representativo, seja indicando um iminente colapso do sistema capitalista financeiro globalizado, e até ambos, como no caso do Chile; confere espaço para a análise de uma possível fissura nas concepções constituintes das relações intra e interestatais – ou seja, das dinâmicas integrantes do sistema internacional. Nisso, inclui-se o questionamento do papel exercido pelo Estado segundo a dinâmica do

contratualismo, inserido em um contexto contemporâneo de preeminência das políticas econômicas estatais neoliberais e da dissolução do Estado Democrático Social de Direito em prol do sustento das exorbitantes margens de lucro das elites cosmopolitas – sejam elas empresariais, industriais ou políticas.

Por fim, no caso específico do Chile, é observada a veemência da população nacional ao reivindicar a ruptura com a dinâmica de domínio hodiernamente exercidas por tais elites – não somente sobre a população, de forma desassociada, mas também sobre o aparato estatal, de forma integrada – a serviço dos seus próprios interesses e dos interesses da elite cosmopolita do âmbito internacional. Em plena consonância à linha de pensamento dos teóricos dependentistas, Shifter (2020) agrega ao debate proposto pela presente pesquisa afirmando que o que está ocorrendo seria uma “rebelião contra as elites na América Latina”, enquanto Faúndes (2019, p. 66), versando sobre o caso chileno, a conclui exaltando que a máxima “o Chile acordou” proferida pelos manifestantes “talvez represente esse ‘retorno’ do Chile à uma América Latina da qual nunca se desvinculou, uma América Latina de contradições e lutas. O Chile nunca deixou a região, apenas foi silenciado.”

REFERÊNCIAS

- ABARZÚA, Esteban. 2012. **La historia y la histeria nacional de la Plaza Baquedano**. Disponível em: <http://www.lun.com/LunMobileIphone//Pages/NewsDetailMobile.aspx?dt=2012-06-24&PaginaId=4&SuplementId=2&bodyid=0&IsNPHR=0#>. Acesso em: 13 abr 2020.
- AGENCIA EFE, 2019. **EE.UU. denuncia injerencia externa en las protestas en Chile y apunta a Rusia**. Disponível em: <https://www.efe.com/efe/america/politica/ee-uu-denuncia-injerencia-externa-en-las-protestas-chile-y-apunta-a-rusia/20000035-4100417>. Acesso em: 9 jun 2020.
- AGLIETTA, Michel. **Macroeconomia Financeira II: crises financeiras e regulação monetária**. Paris: Edicoes Loyola, 2004.
- AL JAZEERA, 2019. **Chile protests: state of emergency declared in Santiago**. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2019/10/chile-protests-state-emergency-declared-santiago-191019051808789.html>. Acesso em: 14 mar 2020.
- ALLEN, Robert C. **Global economic history: a very short introduction**. Very Short Introductions, vol. 282. Oxford: OUP, 2011.
- ALMEIDA, Paulo Roberto de. **A economia internacional no século XX: um ensaio de síntese**. Rev. bras. polít. Int; Vol.44, n.1, 2001.
- AMNESTY INTERNATIONAL, 2019. **Chile 2019**. Disponível em: <https://www.amnesty.org/en/countries/americas/chile/report-chile/>. Acesso em: 05 abr 2020.
- ANDREWS, Juan Pablo. Gobierno rechaza "categóricamente" informe de Amnistía Internacional por violaciones de derechos humanos. **La Tercera**. 2019. Disponível em: <https://www.latercera.com/nacional/noticia/gobierno-rechaza-categoricamente-informe-amnistia-internacional-violaciones-derechos-humanos/910797/>. Acesso em: 2 jun 2020.
- ARRIGHI, Giovanni. **The Long Twentieth Century: money, power, and the origins of our times**. London: Verso, 1996.
- BAEZA, Angélica. Piñera asegura que "en medio de esta América Latina convulsionada, Chile es un verdadero oasis con una democracia estable". **La Tercera**. 2019. Disponível em: <https://www.latercera.com/politica/noticia/pinera-asegura-medio-esta-america-latina-convulsionada-chile-verdadero-oasis-una-democracia-estable/851913/>. Acesso em: 8 mar 2020.
- BAPTISTA FILHO, Almir César de Carvalho. **Dinâmica, determinações e sistema mundial no desenvolvimento do capitalismo nos termos de Theotonio dos Santos: da teoria da dependência à teoria dos sistemas-mundo**. 2009. 99 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas). Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2009.
- BARAN, Paul Alexander; HOBBSAWN, Eric J. Ernest. **The stages of economic growth**. Kyklos 14, Vol. 2. New Jersey: Wiley, 1961.
- BARAN, Paul Alexander. **The political economy of growth**. New York: Monthly Review, 1957.

BARAN, Paul Alexander; SWEEZY, Paul. **Monopoly capital: an essay on the American economic and social order**. New York: Monthly Review, 1966.

BBC, 2012. **Chile court confirms Salvador Allende committed suicide**. Disponível em <https://www.bbc.com/news/world-latin-america-19567445>. Acesso em: 25 mar 2020.

BBC, 2019. **4 pontos para entender os protestos no Chile**. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-50130830>. Acesso em: 15 abr 2020.

BBC, 2019. **Protestas en Chile: la controversia después de que la primera dama Cecilia Morel comparase las manifestaciones con "una invasión alienígena"**. Disponível em: <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-50152903>. Acesso em: 29 abr 2020.

BERGOEING, Raphael. **¿Por qué cayó el crecimiento en Chile?**. Centro de Estudios Públicos. Puntos de Referencia, n. 470, 2017.

BERNAL-MEZA, Raúl. **Multilateralismo e unilateralismo na política mundial: América Latina frente à Ordem Mundial em transição**. Revista Brasileira de Política Internacional, 48 (1), 2005.

BLUM, Williams. **Killing Hope: U. S. Military and CIA Interventions Since World War II - Part I**. Londres: Zed Books, 2003.

BRAUTIGAM, Deborah. **Aid Dependence and Governance**. Expert Group on Development Issues. Washington, 2000.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **The global financial crisis, neoclassical economics, and the neoliberal years of capitalism**. Revue de la Régulation, 2010.

BURGOS, Matilde. Min. de Economía y nueva tarifa de Metro: “quien madrugue puede ser ayudado a través de una tarifa más baja”. **CNN Chile**. 2019. Disponível em: https://www.cnnchile.com/lodijeronencnn/entrevista-ministro-economia-tarifa-metro_20191007/. Acesso em: 07 abr 2020.

CAGAN, Phillip David. **Monetarism**. En J. Eatwell, M. Milgate y P. Newman (eds.), *The New Palgrave: Dictionary of Economics*, vol. 3. London, Palgrave, 1987.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALLETO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Teoria da Dependência ou análises concretas de situações de dependência**. Estudos Cebrap, 1974.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Dependência, Desenvolvimento e Ideologia**. Revista de Administração de Empresas, v. 10, n. 4, 1970.

CARMO, Corival Alves do. **Donald Trump: a resposta norte-americana aos efeitos desestabilizadores da globalização do capital**. Florianópolis: Revista Esboços, v. 24, n. 38, p. 410-430, 2017.

CASTIGLIONI, Rossana. **¿El ocaso del modelo chileno?**. Revista Nueva Sociedad, n. 284, 2019.

CASTRO, Thales. **Teoria das Relações Internacionais**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.

CATENA, Paula. Gobierno rechaza y califica de "irresponsable" duro informe de Amnistía Internacional. **La Tercera**. 2019. Disponible em: <https://www.latercera.com/nacional/noticia/gobierno-rechaza-califica-irresponsable-duro-informe-amnistia-internacional/911008/>. Acceso em: 8 jun 2020.

CATENA, Paula; REYES, Carlos. Ministro Espina: "no hay ningún acto de deliberación en lo que han hecho las FF.AA. Yo estuve en conocimiento de esa declaración". **La Tercera**. 2019. Disponible em: <https://www.latercera.com/politica/noticia/espina-no-ningun-acto-deliberacion-lo-hecho-las-ff-aa-estuve-conocimiento-esa-declaracion/911297/>. Acceso em: 8 jun 2020.

CEPAL, 2019. **Panorama Social de América Latina**. Disponible em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/44969/5/S1901133_es.pdf. Acceso em: 30 mai 2020.

CHACÓN, Juan Ignacio. **The 2019-2020 Chilean Protests**. Praxis, 2020.

CHILE, 2015. **Fin al binominal**: conoce el nuevo sistema electoral. Disponible em: <https://www.gob.cl/noticias/fin-al-binominal-conoce-el-nuevo-sistema-electoral/>. Acceso em: 6 abr 2020.

CHILE, 2017?. Superintendencia de Pensiones. **Sistema de AFP**. Disponible em: <https://www.spensiones.cl/portal/institucional/594/w3-propertyvalue-9897.html#publicaciones>. Acceso em: 6 mai 2020.

CHILE, 2019?. Subsecretaría de Relaciones Económicas Internacionales. **Acuerdos Comerciales**. Disponible em: <https://www.subrei.gob.cl/modulo-de-acuerdos-comerciales/>. Acceso em: 6 mai 2020.

CHV NOTICIAS, 2019. **Maduro sobre la crisis en Chile**: "ya no es Piñera, ahora es Augusto Piñechet". Disponible em: https://www.chvnoticias.cl/nacional/maduro-chile-pinera-augusto-pinechet_20191021/. Acceso em: 18 abr 2020.

CNN CHILE, 2019. **Karla Rubilar descarta que exista violación "sistemática" de derechos humanos y afirma que "Carabineros está al límite"**. Disponible em: https://www.cnnchile.com/pais/karla-rubilar-violacion-sistemática-derechos-humanos-carabineros_20191107/. Acceso em: 5 jun 2020.

CNN CHILE, 2019. **OEA acusa "intentos externos e internos de destabilización institucional" en Chile**. Disponible em: https://www.cnnchile.com/pais/oea-violaciones-derechos-humanos-chile-protestas_20191025/. Acceso em: 07 abr 2020.

CNN CHILE, 2019. **Diplomacia norteamericana dice que detectaron "cuentas falsas que emanan de Rusia" incitando las manifestaciones de Chile**. Disponible em: https://www.cnnchile.com/pais/diplomacia-eeuu-cuentas-falsas-rusia-agitando-manifestaciones-chile_20191025/. Acceso em: 07 abr 2020.

CNN CHILE, 2019. **Piñera**: "he recibido información que afirma que aquí hubo intervención de Gobiernos extranjeros". Disponible em: https://www.cnnchile.com/pais/pinera-aqui-hubo-intervencion-de-gobiernos-extranjeros_20191109/. Acceso em: 2 jun 2020.

CNN CHILE, 2019. **Carabineros estima que en diciembre han habido 142 mil asistentes a manifestaciones**. Disponible em: https://www.cnnchile.com/pais/carabineros-diciembre-142-mil-asistentes-manifestaciones_20191220/. Acceso em: 11 mar 2020.

COLLIER Simon; SATER William F. **A History of Chile: 1808-2002.** 2° ed. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2004.

COMBLIN, Joseph. **Le pouvoir militaire en Amerique latine: l'ideologie de la securite nationale.** París: Éditions Universitaires, 1977.

COMISIÓN VALECH, 2011. **Informe de la Comisión Presidencial Asesora para la Calificación de Detenidos Desaparecidos, Ejecutados Políticos y Víctimas de Prisión Política y Tortura.** Disponible em: <https://www.indh.cl/bb/wp-content/uploads/2017/01/Informe2011.pdf>. Acceso em: 20 mar 2020.

COOPERATIVA.CL, 2019. **Así opera el panel de expertos que sube las tarifas del transporte público.** Disponible em: <https://www.cooperativa.cl/noticias/pais/transportes/metro/asi-opera-el-panel-de-expertos-que-sube-las-tarifas-del-transporte/2019-10-16/175053.html>. Acceso em: 7 mai 2020.

COOPERATIVA.CL, 2019. **Los diputados que firmaron la acusación constitucional contra el Presidente Piñera.** Disponible em: <https://www.cooperativa.cl/noticias/pais/presidente-pinera/los-diputados-que-firmaron-la-acusacion-constitucional-contra-el/2019-11-19/134813.html>. Acceso em: 12 mar 2020.

CROSSMAN, Ashley. 2018. **Dependency Theory: the effect of foreign dependency between nations.** Disponible em: <https://www.thoughtco.com/dependency-theory-definition-3026251>. Acceso em 17 mai 2020.

DEJI, Olanike F. **Gender and rural development: advanced studies, volume 2.** Hamburg: Lit Verlag, 2011.

DELEGACIÓN DE LA UNIÓN EUROPEA EN CHILE, 2019. **Declaración del portavoz de la Alta Representante/Vice-Presidenta sobre los últimos acontecimientos en Chile.** Disponible em: https://eeas.europa.eu/delegations/chile/69666/declaraci%C3%B3n-del-portavoz-de-la-alta-representantevice-presidenta-sobre-los-%C3%BAltimos_es. Acceso em: 1 jun 2020.

DUPAS, Gilberto. et al. **Idéias e cultura nas Relações Internacionais.** Marília: Oficina Universitária, 2007.

DW, 2019. **Alemania llama al diálogo en Chile y a renunciar a violencia.** Disponible em: <https://www.dw.com/es/alemania-llama-al-di%C3%A1logo-en-chile-y-a-renunciar-a-violencia/a-50952223>. Acceso em: 14 mar 2020.

EDWARDS, Sebastian; EDWARDS, Alejandra Cox. **Monetarism and liberalization: the Chilean experiment.** Chicago: The University of Chicago Press, 1991.

EL MOSTRADOR, 2019. **Rusia rechaza acusaciones de EE.UU. de intentar desestabilizar Chile.** Disponible em: <https://www.elmostrador.cl/dia/2019/11/01/rusia-rechaza-acusaciones-de-ee-uu-de-intentar-desestabilizar-chile/>. Acceso em: 15 abr 2020.

EL MOSTRADOR, 2019. **Carabineros responde a Amnistía Internacional por violaciones a DDHH: jamás hemos tenido la intención de dañar a las personas.** Disponible em: <https://www.elmostrador.cl/noticias/pais/2019/11/21/carabineros-responde-a-aministia-internacional-por-violaciones-a-ddhh-jamas-hemos-tenido-la-intencion-de-danar-a-las-personas/>. Acceso em: 15 abr 2020.

EL PAÍS, 1993. **Necrológicas: Pedro Vuskovic, ministro chileno en el Gobierno de Salvador Allende.** Disponível em: https://elpais.com/diario/1993/05/13/agenda/737244002_850215.html. Acesso em: 12 mar 2020.

EMOL, 2019. **Gobierno de Macri se refiere a crisis en Chile y respalda a La Moneda: "Piñera está en guerra".** Disponível em: <https://www.emol.com/noticias/Internacional/2019/10/22/965111/Respaldo-Macri-Pinera-Fernandez-Crisis.html>. Acesso em: 9 mar 2020.

EXAME, 2019. **Protestos anti-austeridade na América Latina voltam a afligir investidores.** Disponível em: <https://exame.com/economia/protestos-anti-austeridade-na-america-latina-voltam-a-afligir-investidores/>. Acesso em: 1 jun 2020.

FAÚNDES, José Manuel. **Chile despertó: el modelo chileno, la matriz de desigualdad y la protesta de 2019.** Crítica y Resistencias. Revista de conflictos sociales latinoamericanos, n. 9, 2019.

FERNANDEZ, Ana. Não há modelo chileno para ser copiado, dizem especialistas. **Folha de São Paulo.** 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/11/nao-ha-modelo-chileno-para-ser-copiado-dizem-especialistas.shtml>. Acesso em: 2 jun 2020.

FERNANDOIS, Joaquín. **Mundo y fin de mundo: Chile en la política mundial. 1900-2004,** Ediciones Universidad Católica de Chile, Santiago, 2005.

FFRENCH-DAVIS Ricardo. **Economic Reforms in Chile: from Dictatorship to Democracy.** 4ª ed. Michigan: University of Michigan, 2002.

FIORI, José Luis. **O vôo da coruja: uma leitura não liberal da crise do Estado desenvolvimentista.** Rio de Janeiro: Eduerj, 1995.

FIORI, José Luis. **Para uma crítica da teoria latino-americana do Estado.** Revista Síntese Nova Fase, Belo Horizonte, n. 90, 1990.

FIORI, José Luis. **Conjuntura e crise na dinâmica de um Estado periférico.** Tese (Doutorado em Ciências Políticas). Instituto de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1984.

FRANK, Andre Gunder. **Crisis: in the Third World.** New York: Holmes & Meier, 1981.

FRANK, Andre Gunder. **Capitalism and Underdevelopment in Latin America.** Monthly Review Press, 1965.

FURTADO, Celso. **La economía latinoamericana - formación histórica y problemas contemporáneos.** México: Siglo XXI, 1970.

FURTADO, Celso. **Em busca de um novo modelo: reflexões sobre a crise contemporânea.** São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FURTADO, Celso. **Análise do "Modelo" Brasileiro.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

GAMONAL, Germán. 2006. **El legado político de Pinochet**. Disponível em: http://www.ercilla.cl/web/index.php?option=com_content&task=view&id=644&Itemid=17. Acesso em: 15 abr 2020.

GAZMURI, Cristián. **Historia de Chile, 1891-1994: política, economía, sociedad, cultura, vida privada, episodios**. Santiago: RIL editores, 2012.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

GLENNIE, Jonathan; HASSANAIEN, Nora. Dependency theory - is it all over now?. **The Guardian**. 2012. Disponível em: <https://www.theguardian.com/global-development/poverty-matters/2012/mar/01/do-not-drop-dependency-theory>. Acesso em: 5 jun 2020.

GLOBALSECURITY.ORG, 2002. **UNITAS**. Military. Disponível em: <https://www.globalsecurity.org/military/ops/unitas.htm>. Acesso em: 19 mar 2020.

GRININ, Leonid; KOROTAYEV, Andrey; TAUSCH, Arno. **Economic Cycles, Crises, and the Global Periphery**. New York: Springer International Publishing, 2016.

GUARDIA, Alexis. **La experiencia democrática chilena**. De sus fundamentos y su economía política (1990-2009). México: Revista Rey Desnudo, Vol. 5, nº 10, 2015.

HAGE, José Alexandre. **A Teoria da Dependência: uma contribuição aos estudos de relações internacionais**. Revista Política Hoje, Vol. 22, n. 1, 2013.

HARVEY, David. et al. **Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas**. Boitempo Editorial, 2015.

HERITAGE FOUNDATION. **2020 Index of Economic Freedom**. Disponível em: <https://www.heritage.org/index/ranking>. Acesso em: 29 mai 2020.

HIDALGO, Rodrigo. **La vivienda social en Chile y la construcción del espacio urbano en el Santiago del siglo XX**. Santiago: Instituto de Geografía. Universidad de Chile/Centro de Investigaciones. 2005.

HUDSON, Rex A. **Chile: a country study**. Washington: GPO for the Library of Congress, 1994.

HUMAN RIGHTS WATCH, 2020. **Chile, events of 2019**. In: World Report 2020. Disponível em: <https://www.hrw.org/world-report/2020/country-chapters/chile>. Acesso em: 05 abr 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE DERECHOS HUMANOS, 2019, **Acciones legales de INDH por violaciones a los DD.HH. en Chile suman 120**. Disponível em: <https://www.indh.cl/acciones-legales-de-indh-por-violaciones-a-los-dd-hh-en-chile-suman-120/>. Acesso em: 15 maio 2020.

INDIA TODAY, 2020. **Chomsky finds 'common' link to global protests**. Disponível em: <https://www.indiatoday.in/news-analysis/story/noam-chomsky-global-protests-corporate-world-democracy-1646156-2020-02-13>. Acesso em: 3 jun 2020.

JONES, Campbell.; PARKER, Martin.; TEN BOS, Rene. **For Business Ethics**. Routledge, 2005.

KLUGER, Richard. **The Paper**: the life and death of the New York Herald Tribune. New York: Alfred A. Knopf, 1986.

KOHN, Margaret; REDDY, Kavita. Colonialism. **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**. 2017. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/fall2017/entries/colonialism/>. Acesso em: 6 jun 2020.

KORNBLUH, Peter. **The Pinochet File**: a declassified dossier on atrocity and accountability. New Press, 2003.

LANCASTER, Carol. **Foreign Aid**: diplomacy, development and domestic politics. Chicago: University of Chicago Press, 2007.

LARRÈRE, Mathilde. **Liban, Chili, Hong Kong, Soudan... pourquoi le monde est-il en train de se soulever?**. Franceinfo, 2019. Disponível em: https://mobile.francetvinfo.fr/monde/proche-orient/liban/liban-chili-hong-kong-soudan-pourquoi-le-monde-est-il-en-train-de-se-soulever_3672025.html. Acesso em: 20 mar 2020.

LAUESEN, Torkil. **The Global Perspective**: reflections on imperialism and resistance. Montreal: Kersplebedeb, 2018.

LOPES, Dawisson Belém; FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. **When Foreign Policy Meets Social Demands in Latin America**. Rio de Janeiro: Contexto Internacional, vol. 38, no. 1, 2016.

LOWENTHAL, Abraham F. **Os Estados Unidos e a América Latina**: além da Era Reagan. São Paulo: Lua Nova, 1989.

MACHADO, Luiz Toledo. **A teoria da dependência na América Latina**. Estudos Avançados, 13 (55), 1999.

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesarrollo y revolución**. México: Siglo XXI, 1969.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MAYOL, Alberto. **El derrumbe del modelo**. La crisis de la economía de mercado en el Chile contemporáneo. Santiago de Chile: LOM Ediciones, 2012.

MELLO, Celso Antonio Bandeira de. **O desvio de poder**. Rio de Janeiro: RDP, 1988.

MENEZES, Pedro. **Chile é o maior sucesso econômico da América Latina**. Infomoney. 2019. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/colunistas/pedro-menezes/chile-e-o-maior-sucesso-economico-da-america-latina/>. Acesso em 15 fev 2020.

MERQUIOR, José Guilherme. **A natureza do processo**. Editora Nova fronteira, 1982.

MORAN, Theodore H. **Multinational Corporations and the Politics of Dependence**: copper in Chile. Princeton University Press, 1974.

MORANDÉ, Felipe; NOTON, Carlos. **La conquista de la inflación en Chile**. Estudios Públicos, n. 95, 2004.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 2011. **Cepal alerta para riscos da alta de capital estrangeiro na América Latina**. Nações Unidas Brasil, 2011. Disponível em:

<https://nacoesunidas.org/cepal-alerta-para-riscos-da-alta-de-capital-estrangeiro-na-america-latina/>. Acesso em: 18 nov. 2019.

NAKABASHI, Luciano. **Trump utiliza diferentes estratégias para beneficiar os EUA**. Jornal da USP. 2018. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/trump-utiliza-diferentes-estrategias-para-beneficiar-os-eua/>. Acesso em: 14 mai 2020.

NATIONAL SECURITY ARCHIVE. **Department of State, U.S. Embassy Cables on the Election of Salvador Allende and Efforts to Block his Assumption of the Presidency, September 5-22, 1970**. Washington, DC. 1998. Disponível em: <https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB8/docs/doc18.pdf>. Acesso em: 10 fev 2020.

NATIONAL SECURITY ARCHIVE. **Department of Defense, U.S. Milgroup, Situation Report #2, October 1, 1973**. Washington, DC. 1998. Disponível em: <https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB8/docs/doc21.pdf>. Acesso em: 10 fev 2020.

NATIONAL SECURITY ARCHIVE. **FBI, Operation Condor Cable, September 28, 1976**. Washington, DC. 1998. Disponível em: <https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB8/docs/doc23.pdf>. Acesso em: 10 fev 2020.

NATIONAL SECURITY ARCHIVE. **Department of State, Chilean Executions, November 16, 1973**. Washington, DC. 1998. Disponível em: <https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB8/docs/doc10.pdf>. Acesso em: 10 fev 2020.

NATIONAL SECURITY ARCHIVE. **Department of State, Memorandum for Henry Kissinger on Chile, December 4, 1970**. Washington, DC. 1998. Disponível em: <https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB8/docs/doc20.pdf>. Acesso em: 10 fev 2020.

NATIONAL SECURITY ARCHIVE. **CIA, Briefing by Richard Helms for the National Security Council, Chile, November 6, 1970**. Washington, DC. 1998. Disponível em: <https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB8/docs/doc08.pdf>. Acesso em: 10 fev 2020.

NATIONAL SECURITY ARCHIVE. **National Security Council, Options Paper on Chile (NSSM 97), November 3, 1970**. Washington, DC. 1998. Disponível em: <https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB8/docs/doc24.pdf>. Acesso em: 10 fev 2020.

NATIONAL SECURITY ARCHIVE. **CIA, Memorandum of Conversation of Meeting with Henry Kissinger, Thomas Karamessines, and Alexander Haig, October 15, 1970**. Washington, DC. 1998. Disponível em: <https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB8/docs/doc06.pdf>. Acesso em: 10 fev 2020.

NATIONAL SECURITY ARCHIVE. **CIA, Notes on Meeting with the President on Chile, September 15, 1970**. Washington, DC. 1998. Disponível em: <https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB8/docs/doc26.pdf>. Acesso em: 17 fev 2020.

NATIONAL SECURITY ARCHIVE. **CIA, Report of CIA Chilean Task Force Activities, 15 September to 3 November 1970, November 18, 1970**. Washington, DC. 1998. Disponível em: <https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB8/docs/doc01.pdf>. Acesso em: 17 fev 2020.

NATIONAL SECURITY ARCHIVE. **National Security Council, Disarray in Chile Policy, July 1, 1975**. Washington, DC. 1998. Disponível em: <https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB8/docs/doc04.pdf>. Acesso em: 17 fev 2020.

NATIONAL SECURITY ARCHIVE. **CIA, Genesis of Project FUBELT, September 16, 1970.** Washington, DC. 1998. Disponível em: <https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB8/docs/doc03.pdf>. Acesso em: 03 mar 2020.

NATIONAL SECURITY ARCHIVE. **CIA, Operating Guidance Cable on Coup Plotting, October 16, 1970.** Washington, DC. 1998. Disponível em: <https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB8/docs/doc05.pdf>. Acesso em: 03 mar 2020.

NATIONAL SECURITY ARCHIVE. **Department of Defense, Directorate of National Intelligence (DINA) Expands Operations and Facilities, April 15, 1975.** Washington, DC. 1998. Disponível em <https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB8/docs/doc25.pdf>. Acesso em: 03 mar 2020.

NATIONAL SECURITY ARCHIVE. **U.S. Embassy Santiago, [Deleted] Reports on GOC [Government of Chile] Involvement in Death of Charles Horman, Asks Embassy for Asylum and Aid, April 28, 1987.** Washington, DC. 2000. Disponível em: <https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB33/docs/doc02.pdf>. Acesso em: 12 mar 2020.

NATIONAL SECURITY ARCHIVE. **Federal Bureau of Investigation, "Frank Teruggi," December 14, 1972.** Washington, DC. 2000. Disponível em: <https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB33/docs/doc01.pdf>. Acesso em: 12 mar 2020.

NATIONAL SECURITY ARCHIVE. **TelCon 9/16/73 (Home) 11:50, Mr. Kissinger/The President.** Washington, DC. 2004. Disponível em: <https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB123/Box%2022,%20File%203,%20Telcon,%209-16-73%2011,50%20Mr.%20Kissinger-The%20Pres%202.pdf>. Acesso em: 12 mar 2020.

NATIONAL SECURITY ARCHIVE. **White House Audio Tape, President Richard M. Nixon and White House press secretary Ron Zeigler, March 23, 1972.** Washington, DC. 2004. Disponível em: <https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB110/chile01.mp3>. Acesso em: 12 mar 2020.

NATIONAL SECURITY ARCHIVE. **Report on Actions to be Taken by New Junta, CIA, Secret, September 11, 1973.** Washington, DC. 2017. Disponível em: <https://nsarchive.gwu.edu/dc.html?doc=3990087-22-Report-on-Actions-to-be-Taken-by-New-Junta>. Acesso em: 05 abr 2020.

NATIONAL SECURITY ARCHIVE. **Intelligence report on military plans for a coup on September 11, Secret, September 10, 1973.** Washington, DC. 2017. Disponível em: <https://assets.documentcloud.org/documents/3990066/01-Intelligence-report-on-military-plans-for-a.pdf>. Acesso em: 05 abr 2020.

NATIONAL SECURITY ARCHIVE. **CIA, Pinochet's Role in the Letelier Assassination and Subsequent Coverup, Intelligence Assessment, May 1, 1987.** Washington, DC. 2016. Disponível em: <https://assets.documentcloud.org/documents/3212947/Document-01-CIA-Pinochet-s-Role-in-the-Letelier.pdf>. Acesso em: 05 abr 2020.

NATIONAL SECURITY ARCHIVE. **DOS, Pinochet and the Letelier-Moffitt Murders: implications for US Policy, SECRET, Memorandum for the President, October 6, 1987. (reposted).** Washington, DC. 2016. Disponível em: <https://assets.documentcloud.org/documents/3212949/Document-03-DOS-Pinochet-and-the-Letelier.pdf>. Acesso em: 05 abr 2020.

NATIONAL SECURITY ARCHIVE. **DIA, Chile: the military may attempt a coup against the Allende government on 10 September, Top Secret UMBRA, Intelligence Summary, September 8, 1973.** Washington, DC. 2016. Disponível em: <https://assets.documentcloud.org/documents/3106833/Document-03.pdf>. Acesso em: 05 abr 2020.

NATIONAL SECURITY ARCHIVE. **Military Coup Plotting for Morning of 11 Sep 1973, Secret.** Washington, DC. 2017. Disponível em: <https://assets.documentcloud.org/documents/3990069/04-Military-Coup-Plotting-for-Morning-of-11-Sep.pdf>. Acesso em: 05 abr 2020.

NATIONAL SECURITY ARCHIVE. **DIA, Sensitive, Military Coup Planning for Morning of 11 Sep Confirmed, Secret, September 11, 1973.** Washington, DC. 2017. Disponível em: <https://assets.documentcloud.org/documents/3106835/Document-05.pdf>. Acesso em: 07 abr 2020.

NATIONAL SECURITY ARCHIVE. **CIA, [Updated Intelligence Report on Planned Coup], Secret, Intelligence Cable, September 10, 1973.** Washington, DC. 2016. Disponível em: <https://assets.documentcloud.org/documents/3106835/Document-05.pdf>. Acesso em: 07 abr 2020.

NATIONAL SECURITY ARCHIVE. **JCS, Sensitive, SITREP Number One, September 11, 1973.** Washington, DC. 2017. Disponível em: <https://assets.documentcloud.org/documents/3990072/07-Sitrep-Number-One-September-11-1973.pdf>. Acesso em: 07 abr 2020.

NATIONAL SECURITY ARCHIVE. **CIA. Early Intelligence Report on Coup Progress, Secret. Situation Report Regarding the Moneda and Allende during Coup, September 11, 1973.** Washington, DC. 2017. Disponível em: <https://assets.documentcloud.org/documents/3990073/08-Early-Intelligence-Report-on-Coup-Progress.pdf>. Acesso em: 07 abr 2020.

NATIONAL SECURITY ARCHIVE. **Armed Forces Statement on Closing Radio Stations. DIA, Sensitive, Critical Report regarding Chilean Communication systems during the Coup, September 11, 1973.** Washington, DC. 2017. Disponível em: <https://assets.documentcloud.org/documents/3990074/09-Armed-Forces-Statement-on-Closing-Radio.pdf>. Acesso em: 07 abr 2020.

NATIONAL SECURITY ARCHIVE. **Report on Junta Communique, September 11, 1973.** Washington, DC. 2017. Disponível em: <https://assets.documentcloud.org/documents/3990077/12-Report-on-Junta-Communique.pdf>. Acesso em: 07 abr 2020.

NATIONAL SECURITY ARCHIVE. **Situation in Chile as of 11:00 EDT 11 Sep 1973, Report 2, September 11, 1973.** Washington, DC. 2017. Disponível em: <https://assets.documentcloud.org/documents/3990078/13-Situation-in-Chile-as-of-11-00-EDT-11-Sep.pdf>. Acesso em: 07 abr 2020.

NATIONAL SECURITY ARCHIVE. **CIA, Secret, Looking Forward in Chile, September 11, 1973.** Washington, DC. 2017. Disponível em: <https://assets.documentcloud.org/documents/3990088/23-Looking-Forward-in-Chile-Secret.pdf>. Acesso em: 07 abr 2020.

- NYE JR., Joseph S. **Soft Power**: the means to success in world politics. PublicAffairs, 2009.
- OCDE, 2015. **Inequality**. Disponível em: <http://www.oecd.org/social/inequality.htm>. Acesso em: 25 mai 2020.
- OCDE, 2019. **Pensions at a Glance 2019: OECD and G20 Indicators**. Paris: OECD Publishing. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/b6d3dcfc-en>. Acesso em: 7 mar 2020.
- ONGANÍA, Juan Carlos. **Discurso en West Point**. Argentina: Poder Ejecutivo Nacional, 1964. Disponível em: <http://www.argentina-rree.com/13/13-041.htm>. Acesso em: 10 abr 2020.
- PANEL DE EXPERTOS DEL TRANSPORTE PÚBLICO, 2009?. **Perguntas Frecuentes**. Disponível em: <http://www.paneldeexpertostarifas.cl/faq.php>. Acesso em: 20 fev 2020.
- PANEL DE EXPERTOS DEL TRANSPORTE PÚBLICO, 2019. **Comunicado de Prensa**. Santiago, 22 de Octubre de 2019. Disponível em: <http://www.paneldeexpertostarifas.cl/>. Acesso em: 20 fev 2020.
- PENNAFORTE, Charles. **América Latina e o Neoliberalismo**: Argentina, Chile e México. Rio de Janeiro: E-papers, 2001.
- PHILLIPS, Tom. **An explosion of protest, a howl of rage - but not a Latin American spring**. The Gardian. 2019. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2019/oct/24/latin-american-spring-protests-chile-ecuador-bolivia-haiti>. Acesso em: 10 fev 2020.
- PNUD, 2017. Desiguales. **Orígenes, cambios y desafíos de la brecha social en Chile**. Santiago de Chile, Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo. Disponível em: https://www.undp.org/content/dam/chile/docs/pobreza/undp_cl_pobreza-Libro-DESIGUALES-final.pdf. Acesso em: 14 mar 2020.
- PRENSA PRESIDENCIA, 2019. **Presidente Piñera decreta Estado de Emergencia en las Provincias de Santiago y Chacabuco y en las comunas de San Bernardo y Puente Alto para normalizar el orden público**. Disponível em: <https://prensa.presidencia.cl/comunicado.aspx?id=103631>. Acesso em: 04 abr 2020.
- PRENSA PRESIDENCIA, 2019. **Presidente presenta 183 buses eléctricos y da inicio a operaciones de nuevo electroterminal**: “estamos dando un gran salto hacia el futuro”. Disponível em: <https://prensa.presidencia.cl/comunicado.aspx?id=103360>. Acesso em: 04 abr 2020.
- PRENSA PRESIDENCIA, 2019. **Presidente Piñera nombra nuevos ministros en Interior, Hacienda, Segpres, Seggob, Economía, Trabajo, Bienes Nacionales y Deporte**: “Chile cambió y el Gobierno también tiene que cambiar para enfrentar estos nuevos desafíos y estos nuevos tiempos”. Disponível em: <https://prensa.presidencia.cl/comunicado.aspx?id=133962>. Acesso em: 04 abr 2020.
- PRENSA PRESIDENCIA, 2019. **Presidente Piñera anuncia Agenda Social con mayores pensiones, aumento del ingreso mínimo, freno al costo de la electricidad, beneficios en salud, nuevos impuestos para altas rentas y defensoría para víctimas de delitos**. Disponível em: <http://prensa.presidencia.cl/comunicado.aspx?id=123766>. Acesso em: 04 abr 2020.

PRENSA PRESIDENCIA, 2019. **Presidente Piñera anuncia suspensión del alza de pasajes en el transporte público y convoca a una mesa de diálogo para escuchar las demandas de la ciudadanía.** Disponible em: <https://prensa.presidencia.cl/comunicado.aspx?id=103668>. Acceso em: 04 jun 2020.

PRENSA PRESIDENCIA, 2019. **Presidente Piñera:** "estoy seguro de que, con la unidad de todos los chilenos, vamos a derrotar a los violentistas y vamos a recuperar el país en paz y el país con libertad que todos queremos". Disponible em: <https://prensa.presidencia.cl/comunicado.aspx?id=103689>. Acceso em: 04 abr 2020.

RAMÍREZ, Walter; POLO, Martín; SABATINI, Andrea. **El boom de los commodities: ¿transitorio o permanente?.** Buenos Aires: IAEF, 2008.

REID, Michael. Obama and Latin America: a promising day in the neighborhood. **Foreign Affairs.** 2015. Disponible em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/americas/obama-and-latin-america>. Acceso em: 10 abr 2020.

ROJAS, Susana. **A 30 años del golpe Huelga de camioneros 1972 y 1973:** el paro que coronó el fin ó la rebelión de los patrones. *El periodista*, n. 37. Centro De Estudios Miguel Enriquez. Archivo Chile. 2003. Disponible em: http://www.archivochile.com/Poder_Dominante/grem_empre/PDgremios0002.pdf. Acceso em: 20 mar 2020.

SALAZAR; Gabriel; PINTO, Julio. **La economía:** mercados empresarios y trabajadores. In: *Historia contemporánea de Chile III*. Chile: Lom Ediciones, 2002.

SANTISO, Javier. **Latin America's Political Economy of the Possible:** beyond good revolutionaries and free-marketeers. Massachusetts: MIT Press, 2006.

SANTOS, Theotônio dos. **A teoria da dependência:** balanço e perspectivas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SEHNBRUCH, Kirsten; DONOSO, Sofia. **Social protests in Chile:** inequalities and other inconvenient truths about Latin America's poster child. *Global Labour Journal*, 11 (1). 2020.

SCHMITZ, David F. **The United States and Right-wing Dictatorships.** Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

SCHWAB, Klaus. **The Global Competitiveness Report 2019.** World Economic Forum. 2019. Disponible em: http://www3.weforum.org/docs/WEF_TheGlobalCompetitivenessReport2019.pdf. Acceso em: 29 mai 2020.

SCOTT, John; MARSHALL, Gordon. **A Dictionary of Sociology.** OUP Oxford, 2009.

SHIFTER, Michael. The Rebellion Against the Elites in Latin America. **The New York Times.** 2020. Disponible em: <https://www.nytimes.com/2020/01/21/opinion/international-world/latin-america-elites-protests.html>. Acceso em: 29 abr 2020.

SO, Alvin. **Social Change and Development:** modernization, dependency, and world-systems theory. London: Newbury Park, 1990.

SPINETTO, Juan Pablo. Protestos anti-austeridade na América Latina voltam a afligir investidores. **Exame**. 2019. Disponível em: <https://exame.com/economia/protestos-anti-austeridade-na-america-latina-voltam-a-afligir-investidores/>. Acesso em: 03 abr 2020.

STALLINGS, Barbara. **Class Conflict and Economic Development in Chile 1958–1973**. Stanford University Press, 1978.

STALLINGS, Barbara. **Dependency in the Twenty-First Century?** The Political Economy of China-Latin America Relations. In: Cambridge Elements, Elements in Politics and Society in Latin America. Cambridge University Press, 2020.

T13, 2018. **Economista jefe del Banco Mundial se retracta de sus dichos tras ser desautorizado**. Disponível em: <https://www.t13.cl/noticia/negocios/economista-jefe-del-banco-mundial-paul-rommer-se-retracta-ser-desautorizado>. Acesso em: 16 abr 2020.

T13, 2019. **Cuba niega estar detrás de las protestas en América Latina**. Disponível em: <https://www.t13.cl/noticia/mundo/cuba-niega-estar-detras-protestas-america-latina>. Acesso em: 26 abr 2020.

TAFFET, Jeffrey; WALCHER, Dustin. **The United States and Latin America: a history with documents**. New York, NY: Routledge, 2017.

TANDON, Yash. **Ending Aid Dependence**. Pambazuka Press, 2008.

TAUSCH, Arno. **Social Cohesion, Sustainable Development and Turkey's Accession to the European Union: implications from a global model**. Alternatives: Turkish Journal of International Relations, 2 (1), 2003.

TOLEDO, David Nogales. Economía chilena creció en 2018 a su mayor ritmo en cinco años pese a tímido Imacec de diciembre. **La Tercera**. 2019. Disponível em: <https://www.latercera.com/pulso/noticia/economia-chilena-crecio-2018-mayor-ritmo-cinco-anos-tras-timido-imacec-diciembre/515860/>. Acesso em: 8 jun 2020.

TRAGTENBERG, Maurício. **A falência da política**. Editora UNESP, 2009.

UNITED STATES OF AMERICA. Central Intelligence Agency. **CIA Activities in Chile**. Langley, Virginia. 2000.

UNITED STATES OF AMERICA. Central Intelligence Agency. **Central Intelligence Agency: an encyclopedia of covert ops, intelligence gathering, and spies (Volume 1)**. Jan Goldman Ph.D. ABC-CLIO, 2015.

UNITED STATES OF AMERICA. Department of State. Office of the Historian. **Annex to the Study Prepared in the Interdepartmental Group for Inter-American Affairs In Response to National Security Study Memorandum 97, Washington, August 18, 1970**. In: Foreign Relations of the United States, 1969–1976, Volume E–16, Documents on Chile, 1969–1973. Washington, DC. 2015. Disponível em: <https://52.200.115.76/historicaldocuments/frus1969-76ve16/d14>. Acesso em: 10 fev 2020.

UNITED STATES OF AMERICA. Department of State. Office of the Historian. **Prepared in the Department of State, November 3, 1970**. In: Foreign Relations of the United States, 1969–1976, Volume E–16, Documents on Chile, 1969–1973. Washington, DC. 2015. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76ve16/d33>. Acesso em: 10 fev 2020.

UNITED STATES OF AMERICA. Department of State. Office of the Historian. **Minutes of a Meeting of the Special Review Group, Washington, August 19, 1970.** In: Foreign Relations of the United States, 1969–1976, Volume XXI, Chile, 1969–1973. Washington, DC. 2014. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76v21/d53>. Acesso em: 10 fev 2020.

UNITED STATES OF AMERICA. Department of State. Office of the Historian. **Prepared for the Special Group, Washington, April 1, 1964.** In: Foreign Relations of the United States, 1964–1968, Volume XXXI, South and Central America; Mexico. Washington, DC. 2004. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1964-68v31/d250>. Acesso em: 10 fev 2020.

UNITED STATES OF AMERICA. Department of State. Office of the Historian. **Telegram From the Deputy Chief of Mission in Chile (Jova) to the Assistant Secretary of State for Inter-American Affairs (Mann), Santiago, May 5, 1964.** In: Foreign Relations of the United States, 1964–1968, Volume XXXI, South and Central America; Mexico. Washington, DC. 2004. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1964-68v31/d254>. Acesso em: 19 fev 2020

UNITED STATES OF AMERICA. Senate Select Committee on Intelligence Activities. **Covert Action in Chile, 1963 - 1973:** hearings of the Select Committee to study governmental operations with respect to intelligence activities. The Mary Ferrell Foundation, 2007. Disponível em: <https://www.intelligence.senate.gov/sites/default/files/94chile.pdf>. Acesso em: 19 fev 2020.

VALLY, Salim. **The role of educators in the fight against neoliberalism.** University World News. 2019. Disponível em: <https://www.universityworldnews.com/post.php?story=20191209120619834>. Acesso em: 5 jun 2020.

VARGAS, C.; MORGAN, I.; GONZÁLEZ, A. **Tarifa del Transantiago suma aumento de \$200 desde su inicio en 2007.** La Tercera. 2012. Disponível em: <https://www.latercera.com/noticia/tarifa-del-transantiago-suma-aumento-de-200-desde-su-inicio-en-2007/>. Acesso em: 3 jun 2020.

VERNENGO, Matias. **Technology, Finance, and Dependency:** Latin American Radical Political Economy in Restrospect. Review of Radical Political Economics. Sage Publications, 2006.

WALTZ, Kenneth N. **Teoria das Relações Internacionais.** Editora Gradativa, 2002.

WEINER, Tim. **Legacy of Ashes:** the history of the CIA. New York: Anchor Books. 2007.

WILLIAMS, Gregory. **Special Contribution:** interview with Immanuel Wallerstein, retrospective on the origins of world-systems analysis. Journal of World-Systems Research. 19(2). 2013.

WINN, Peter. Grandin & Joseph, Greg & Gilbert (ed.). **A Century of Revolution.** Duke University Press, 2010.

WORLD BANK. **Economic Growth in the 1990s:** learning from a decade of reform. 2005. Disponível em:

<http://documents.worldbank.org/curated/pt/664481468315296721/pdf/32692.pdf>. Acesso em: 5 fev. 2020.

WORLD BANK. **The Commodity Cycle in Latin America:** mirages and dilemmas. Semiannual Report. Office of the Regional Chief Economist. 2016.

24 HORAS, 2019. **Chilenos en Alemania realizan masiva protesta:** "evadir es otra forma de luchar". Disponível em: <https://www.24horas.cl/nacional/chilenos-en-alemania-realizan-masiva-protesta-evadir-es-otra-forma-de-luchar-3670290>. Acesso em: 20 abr 2020.